



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE GÊNERO, MULHERES E FEMINISMO – PPGNEIM

ELDER LUAN DOS SANTOS SILVA

GÊNERO AMEAÇADO: O IMPACTO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO NA
POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

SALVADOR

2023

ELDER LUAN DOS SANTOS SILVA

GÊNERO AMEAÇADO: O IMPACTO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO NA POLÍTICA
EDUCACIONAL BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo.

Linha de Pesquisa: Gênero, Alteridade(s) e Desigualdades.

Orientação: Prof.^a Dr.^a. Rosângela Janja Costa Araújo.

SALVADOR

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves
(BUIA/FFCH)

S586 Silva, Elder Luan dos Santos
Gênero ameaçado: o impacto das ofensivas antigênero na política educacional brasileira
/ Elder Luan dos Santos Silva, 2023.
258 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosangela Janja Costa Araújo
Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos interdisciplinares sobre
Gênero, Mulheres e Feminismo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023

1. Identidade de gênero – Aspectos sociais. 2. Ideologia de gênero. 3. Movimentos
sociais. I. Araújo, Rosangela Janja Costa. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências humanas. III. Título.

CDD: 305.4

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo -
CRB/5-1213

ELDER LUAN DOS SANTOS SILVA

GÊNERO AMEAÇADO: O IMPACTO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO NA POLÍTICA
EDUCACIONAL BRASILEIRA

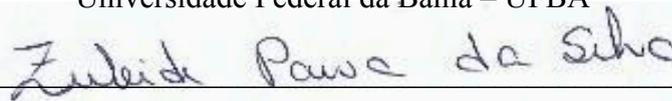
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo.

DATA DE APROVAÇÃO: 28 de junho de 2024.

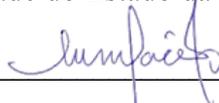
BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ROSANGELA JANJA COSTA ARAUJO
Data: 28/06/2024 13:47:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

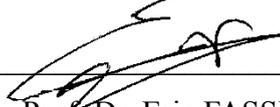
Prof.^a Dr.^a Rosangela Janja Costa Araújo (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA



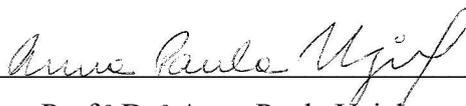
Prof.^a Dr.^a Zuleide Paiva da Silva
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof.^a Dr.^a Marcia dos Santos Macedo
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof. Dr. Eric FASSIN
Université Paris 8



Prof.^a Dr.^a Anna Paula Uziel
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Dedico essa tese à minha mãe, a professora Elenilza, que até hoje segue alfabetizando crianças e atuando na Educação de Jovens e Adultos em Ponto Novo. Ela que foi a minha primeira referência pedagógica, com quem, desde a infância, aprendi na prática o exercício da docência, e por quem sigo a minha trilha de vida-formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Elenilza, por acreditar que, por meio da educação, é possível transformar vidas, e por todo o investimento e apoio que deu à minha formação acadêmica, desde a rede básica de ensino, até a universidade.

Agradeço a minhas irmãs, Érica e Laisa, por serem apoio, acolhida, e por sempre me incentivarem a não desistir e a continuar acreditando em mim mesmo, nos meus sonhos e nas minhas escolhas.

Agradeço às minhas sobrinhas Manu, Lis e Lavínia, meus três maiores presentes que Érica me deu, por serem alegria, afeto e a materialização de amor na minha vida.

Agradeço a João, meu namorado, com quem há 8 anos compartilho a vida, por ter sido, nesses 6 anos de doutorado, o apoio, o ombro, a alegria, o colo e o otimismo de que as coisas dariam certo. Ele que, desde a seleção, até a defesa, sempre acreditou no meu potencial e foi a certeza, todas as vezes que eu estive em dúvida.

Agradeço ao PPGNEIM por ter me recebido e me formado em Gênero, Mulheres e Feminismo. Em especial, nas pessoas de Rosângela Janja, que topou a missão de me acompanhar na reta final desta tese, e das professoras Márcia Macedo e Márcia Tavares, por todas as trocas em sala de aula e, mais do que isso, pela empatia durante todo o processo formativo de escrita e, mais recentemente, de preparação para a defesa.

Agradeço ao professor Felipe Fernandes, que, mesmo não tendo finalizado esse ciclo comigo, me orientou durante o início da escrita desta tese e contribuiu com a minha formação, seja na sala de aula, com os debates sobre gênero e sexualidades, seja nos encontros de orientação e nas reuniões do grupo de pesquisa.

Agradeço a todas as membras do Gir@ - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação, pelas trocas formativas, pelas risadas na sala do grupo de pesquisa, e pelas discussões e debates que me ajudaram a refinar o objeto de estudo desta tese.

Agradeço ao Programa CAPES-COFECUB, por ter viabilizado a realização do Estágio Doutoral, na pessoa do professor Éric Fassin, que me recebeu na Université Paris 8 Vincennes - Saint-Denis.

Agradeço à professora Anna Uziel, integrante do projeto Gênero Ameaça(n)do, por ter sido uma luz em meio aos dias de escuridão. Além de ter acompanhado e apoiado todo o processo do estágio doutoral, que aconteceu na Universidade Paris 8, foi ela também que me resgatou nas diversas vezes em que pensei que não fosse mais possível defender.

Agradeço aos colegas da turma 2017.1 do PPGNEIM, em especial Nzinga, Firmiane, Chirlene, Wellington, Maria, Shirley, Ada, Flávia e Priscilla, por todas as trocas e por terem sido parte dessa jornada.

Agradeço a Vinicius Zacarias, meu amigo e parceiro de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais, com quem, ao longo da minha trajetória formativa, tenho trocado, e sigo trocando, as dores, as angústias, os sonhos e os desafios de ser um pesquisador de origem popular no Brasil.

Agradeço aos meus gerânios, Gabriel, Nati, Vivi, Babi, e Teca, por tornarem os dias no Doutorado Sanduíche mais leves, mais alegres, menos angustiantes, e mais cheios de vida.

Agradeço ao universo, pelo encontro com Vitória e Gustavo, e agradeço a Vitória e Gustavo por todas as trocas que tivemos e por tudo que construímos e continuamos construindo desde que a nossa vida se cruzou na França.

Agradeço às minhas companheiras de Maison, Fabi, Alba, Fernanda, David e Rafy, por todas as risadas, debates, e pelos vinhos compartilhadas nas noites de frio. O Doutorado Sanduíche teria sido bem mais difícil se não fossem vocês.

Agradeço às minhas Primas e às minhas Damas, os presentes que a graduação me deu e que sigo levando comigo para onde eu for. Tista, Ju, Tamiz, Lilian, Luiza, Martinha, Tássio e Tiago são meu porto seguro, minha segunda família que se constituiu em Cachoeira.

Agradeço às minhas “*Azamigas*”, Victor, Danilo, Bernardo, Ismael, Paulo e João Beck, por tornarem os meus dias mais divertidos, menos sérios e muito mais tranquilos e calmos. Não tem outra palavra para vocês, que não seja obrigado.

Agradeço a FAPESB pelo financiamento dessa pesquisa, e a CAPES pelo financiamento do Doutorado Sanduíche.

RESUMO

Essa pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero Mulheres e Feminismo, na linha de pesquisa Gênero, Alteridade(s) e Desigualdades, e buscou compreender como as ofensivas antigênero impactaram a política educacional brasileira e a inserção dos debates sobre gênero e sexualidade na educação. A investigação procurou contextualizar a origem das ofensivas antigênero e a produção e a disseminação do discurso da Ideologia de gênero no Brasil; investigar os impactos da agenda antigênero na restrição das discussões sobre gênero e sexualidade na escola; identificar semelhanças e diferenças transnacionais das ofensivas antigênero no Brasil a partir do caso francês; e compreender como as disputas promovidas em torno da noção de ideologia de gênero têm potencializado e autorizado a violência de gênero e a LGBT+fobia, e cerceado direitos das mulheres e pessoas LGBT+. Como recurso metodológico, trabalhou-se com a perspectiva analítica da etnopesquisa, num processo que envolve imersão, indagação, saturação, redução, filtragem, e interpretação para compreensão. O procedimento investigatório se deu por meio do mapeamento das reações ao programa Brasil Sem Homofobia, o curso Gênero e Sexualidade na Escola, e o Programa Escola Sem Homofobia, iniciativas governamentais de promoção da diversidade de gênero e sexualidade; identificação dos discursos sobre a incorporação das questões de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação e na Base Nacional Comum Curricular a partir da atuação do Movimento Escola Sem Partido; e, por fim, análise dos discursos e proposições de projetos de lei antigênero disponíveis no Banco de Discursos e Notas Taquigráficas e no Banco de Projetos de Lei e Outras Proposições do Senado e da Câmara dos Deputados. Localizou-se, nesta tese, que as principais interferências operadas pelos movimentos neoconservadores nas políticas educacionais se deram no Congresso Nacional com forte atuação de parlamentares neopentecostais, articulados via Frente Parlamentar Evangélica. O estudo sinaliza que as ofensivas antigênero no Brasil, além de impedir que haja na política educacional brasileira, menções e/ou programas que estimulem a promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero, produziu e acentuou as violências.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; Gênero; Movimentos Antigênero; Neoconservadorismo.

ABSTRACT

This research was carried out in the Postgraduate Program in Interdisciplinary Studies on Gender, Women and Feminism, in the research line Gender, Alterity(ies) and Inequalities, and sought to understand how anti-gender offensives have impacted Brazilian educational policy and the inclusion of debates on gender and sexuality in education. The research sought to contextualize the origin of anti-gender offensives and the production and dissemination of the Gender Ideology discourse in Brazil; to investigate the impacts of the anti-gender agenda in restricting discussions on gender and sexuality at school; to identify transnational similarities and differences in anti-gender offensives in Brazil based on the French case; and to understand how the disputes promoted around the notion of gender ideology have potentiated and authorized gender violence and LGBTphobia, and curtailed the rights of women and LGBT+ people. As a methodological resource, I work with the analytical perspective of ethno-research, in a process that involves immersion, inquiry, saturation, reduction, filtering and interpretation for understanding. The investigative procedure was carried out by mapping reactions to the Brasil Sem Homofobia (Brazil Without Homophobia) program, the Gender and Sexuality at School course, and the Escola Sem Homofobia (School Without Homophobia) program, government initiatives to promote gender and sexuality diversity; identifying the discourses on the incorporation of gender and sexuality issues into the National Education Plan and the National Common Curricular Base based on the actions of the School Without a Party Movement; and finally, analyzing the discourses and proposals for anti-gender bills available in the Speeches and Shorthand Notes Database and the Senate and Chamber of Deputies Bills and Other Proposals Database. In this thesis, we found that the main interference operated by neoconservative movements in educational policies took place in the National Congress, with a strong presence of neo-Pentecostal parliamentarians, articulated via the Evangelical Parliamentary Front. The study indicates that the anti-gender offensive in Brazil, in addition to preventing Brazilian educational policy from including mentions and/or programs that encourage the promotion of respect for sexual and gender diversity, has produced and accentuated violence.

Keywords: Gender Ideology; Gender; Anti-Gender Movements; Neoconservatism.

RÉSUMÉ

Cette recherche a été menée dans le cadre du programme de troisième cycle en études interdisciplinaires sur le genre, les femmes et le féminisme, dans la ligne de recherche Genre, Altérité(s) et Inégalités, et visait à comprendre comment les offensives anti-genre ont eu un impact sur la politique éducative brésilienne et l'inclusion de débats sur le genre et la sexualité dans l'éducation. La recherche visait à contextualiser l'origine des offensives anti-genre ainsi que la production et la diffusion du discours sur l'idéologie du genre au Brésil ; à étudier l'impact de l'agenda anti-genre sur la restriction des discussions sur le genre et la sexualité à l'école ; à identifier les similitudes et les différences transnationales dans les offensives anti-genre au Brésil sur la base du cas français ; et à comprendre comment les disputes promues autour de la notion d'idéologie du genre ont potentialisé et autorisé la violence de genre et la LGBTphobie, et réduit les droits des femmes et des personnes LGBTQ+. En tant que ressource méthodologique, je travaille avec la perspective analytique de la recherche ethnique, dans un processus qui implique l'immersion, l'enquête, la saturation, la réduction, le filtrage et l'interprétation pour la compréhension. La procédure d'enquête a consisté à cartographier les réactions au programme Brasil Sem Homofobia, au cours "Genre et sexualité à l'école" et au programme Escola Sem Homofobia, des initiatives gouvernementales visant à promouvoir la diversité des genres et des sexualités ; identifier les discours sur l'intégration des questions de genre et de sexualité dans le plan national d'éducation et le socle commun national des programmes scolaires, sur la base des actions du mouvement École sans parti ; et enfin, analyser les discours et les propositions de loi anti-gender disponibles dans la base de données Discours et notes sténographiques et dans la base de données Projets de loi et autres propositions du Sénat et de la Chambre des députés. Dans cette thèse, nous avons constaté que la principale ingérence des mouvements néoconservateurs dans les politiques éducatives a eu lieu au Congrès national, avec une forte présence de parlementaires néo-pentecôtistes, articulés par le Front parlementaire évangélique. L'étude montre que l'offensive anti-genre au Brésil, en plus d'empêcher la politique éducative brésilienne d'inclure des mentions et/ou des programmes qui encouragent la promotion du respect de la diversité sexuelle et de genre, a produit et accentué la violence.

Mots-clés: Idéologie du genre; Genre; Mouvements anti-genre; Néoconservatisme.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cancelamento de agendamento.	54
Figura 2 - Culture et foi: et si on se respectait.	104
Figura 3 - La Manif Pour Tous em 13/01/2013.	109
Figura 4 - La Manif Pour Tous em 13/01/2013.	110
Figura 5 - Gender Pour Tous.	112
Figura 6 - Logo oficial do programa.	116
Figura 7 - Les ABCB d'égalités.	119
Figura 8 - Cópia de SMS.	121
Figura 9 - Proteger o pudor e a integridade das nossas crianças.	122
Figura 10 - Print da seção “Lexique”.	125
Figura 11 - Print da seção “Lexique”.	126
Figura 12 - Print da seção “Lexique”.	128
Figura 13 - Capas de fevereiro da Valeurs Actuelles.	134
Figura 14 - Capas de Maio e Setembro da Valeurs Actuelles.	135
Figura 15 - Travesti de lambada e deusa das águas, de Bia Leite, 2013.	208
Figura 16 - Carlos Jordy no Twitter.	210
Gráfico 1 - Volume de manifestações contrárias ao Kit Gay no Congresso em 2011.	167
Gráfico 2 - PL Ideologia de Gênero.	199
Quadro 1 - Ofensivas antigênero na América Latina 2010-2018.....	83
Tabela 1 - Organização BNCC.....	184

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
AC	ACRE
ADPF	Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental
AGU	Advocacia Geral da União
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALBA	Assembleia Legislativa da Bahia
Ancine	Agência Nacional de Cinema
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BEGB	Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BSH	Brasil Sem Homofobia
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
COFECUB	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
CONAE	Conferência Nacional de Educação de 2010
COVID	Corona Virus Disease
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESH	Escola Sem Homofobia
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FPF	Conselho da Federação Protestante Francesa (FPF)
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GGB	Grupo Gay da Bahia
GIR@	Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais
GPA	Barriga de aluguel gestacional
GT	Grupo de Trabalho
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
JER	Journée de retrait de l'école
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual.
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Travestis, Transgêneros e Transsexuais
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
LMPT	La Manif Pour Tous (LMPT),
MEC	Ministério da Educação
MESP	Movimento Escola Sem Partido
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento Sem Terra
MSTB	Movimento Sem Teto da Bahia
ONU	Organização das Nações Unidas
PATRI	Patriota
PCESP	Professores Contra o Escola Sem Partido
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PET	Programa de Educação Tutorial
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMA	Procriação Medicamente Assistida
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PODE	Podemos
PP	Partido Progressista
PPGNEIM	Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RCN	Referencial Curricular Nacional
REPUBLIC	Republicanos
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEED	Secretaria de Educação à Distância
SPW	Observatório de Sexualidade e Política
STF	Superior Tribunal Federal
UAB	Universidade Aberta do Brasil (UAB)
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Paraná
UFPEL	Universidade de Pelotas
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UMP	Union pour un Mouvement Populaire
UNB	Universidade de Brasília
UNILAB	Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UOL	Universo Online

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 AFETOS: OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI.....	28
1.1 Uma Etnopesquisa Feminista.....	28
1.2 De onde se fala? Reflexões sobre as posicionalidades dos lugares que escrevo.....	33
1.2.1. Afinal, de onde eu falo?	38
1.3 Os percursos e entraves: entre a pandemia e o sanduíche, a tese.....	52
2 CONTEXTOS: O GÊNERO ENQUANTO AMEAÇA.....	63
2.1 Pânico moral em torno das questões de gênero.....	64
2.2 O fenômeno da ideologia de gênero e o combate aos direitos das mulheres e LGBT+.....	68
2.3 Ideologia de gênero: um movimento transnacional.....	76
2.3.1 Neoconservadorismo de gênero: a expansão das ofensivas na América Latina..	82
3 APROXIMAÇÕES: TRANSNACIONALIZAÇÃO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO – O CASO FRANCÊS.....	92
3.1 Théorie du genre: a construção discursiva de um pânico moral na França.....	92
3.2 Do Mariage pour tous ao Manif pour tous: a ofensiva francesa.....	95
3.2.1 La Manif Pour Tous: a aliança religiosa contra o casamento para todos.....	102
3.3 Novas ameaças (e ofensivas) de gênero: desdobramentos pour tous.....	111
3.3.1 O “ABCD” da igualdade.....	114
3.3.2 Journée de retrait de l’école.....	120
3.3.3 VigiGender.....	123
3.4 Interseccionalidade, decolonialismo, islamogauchismo e questões atuais.....	129
4. CONFLUÊNCIAS E INFLUÊNCIAS: O ENFRENTAMENTO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA.....	139
4.1 A crise das moralidades: interferências do neoconservadorismo em políticas educacionais de gênero e sexualidade.....	140
4.1.1 Resistência Evangélica ao Programa Brasil Sem Homofobia.....	145
4.1.2 Gênero e Diversidade na Escola e a política das moralidades.....	152
4.1.3 O programa “Escola Sem Homofobia” e a suspensão do “Kit Gay”.....	160
4.2 Movimento Escola sem Partido e a doutrinação ideológica.....	170
4.2.1 O Plano Nacional de Educação e a ideologia de gênero.....	175
4.2.2 A Base Nacional Comum Curricular e a omissão da diversidade.....	183
4.3 Gambiarras ilegais: o enfrentamento da ideologia de gênero nas casas legislativas	195
4.4 O bolsonarismo antigênero: das eleições de 2018 ao primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro.....	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS AMEAÇAS AO GÊNERO E O GÊNERO ENQUANTO AMEAÇA.....	227
REFERÊNCIAS.....	239

INTRODUÇÃO

Nos dias que antecederam a entrega desta tese, quando estava imerso no processo de revisão final para última rodada de avaliação, antes do envio do manuscrito para a banca, a comunidade LGBT+¹ do Brasil foi surpreendida pela notícia de que a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, aprovou, por 12 votos a 5, um projeto de lei que tem o objetivo de proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O texto, que agora deve seguir para as comissões de Direitos Humanos e de Constituição e Justiça (CCJ), é um projeto que foi inicialmente proposto pelo Deputado Capitão Assunção² do Partido Socialista Brasileiro em 2009, e que hoje, junto a oito outros projetos de lei³, está apensado ao PL 580/2007, de autoria de Clodovil Hernandez - PTC/SP.

A apensação é um instrumento jurídico e político que, no caso da Câmara dos Deputados, permite a tramitação conjunta de projetos que abordam as mesmas temáticas ou de assuntos semelhantes. Quando surgem novas propostas que versam sobre temáticas que já possuem tramitação na câmara, a própria Mesa Diretora indica o apensamento. Por outro lado, a apensação de Projetos no Congresso, como veremos nesta tese, tem também sido uma estratégia corriqueiramente utilizada pelas ofensivas antigênero, para atingir direitos sexuais e

¹ Ao longo desse texto fiz a opção de sempre que for me referir a comunidade LGBTQIAP+ o fazer a partir da sigla LGBT+. Entendo que a escrita da sigla no formato LGBT+ facilita a leitura e na mesma medida não exclui identidades outras, contempladas aqui com o indicativo do +.

² Lucínio Castelo de Assunção, conhecido como Capitão Assunção, é um capitão da reserva da Polícia Militar e político brasileiro, hoje em dia Deputado Estadual pelo Espírito Santo e filiado ao Partido Liberal. Na época da proposição, Capitão Assunção estava filiado ao Partido Socialista Brasileiro, e era base de governo do presidente Lula.

³ Estão Apensados ao PL 580/2007 os projetos de lei: PL 4914/2009 de autoria de José Genoíno - PT/SP que propõe aplicar à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes a união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata sobre a conversão em casamento; PL 5167/2009 de autoria de Capitão Assunção - PSB/ES que estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar; PL 1865/2011 de autoria de Salvador Zimbaldi - PDT/SP que visa facilitar a conversão da união estável em casamento civil, não admitida nas situações de pessoas que realizaram troca de sexo por métodos cirúrgicos; PL 3537/2015 de autoria de Laura Carneiro - PMDB/RJ que Acrescenta dispositivos aos arts. 1.726 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - que "institui o Código Civil", e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências", a fim de facilitar a conversão da união estável em casamento; PL 5962/2016 de autoria de Rubens Pereira Júnior - PCdoB/MA que acrescenta parágrafo único ao art. 1.726 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - que "institui o Código Civil", a fim de facilitar a conversão da união estável em casamento; PL 8928/2017 de autoria de Célio Silveira - PSDB/GO que altera o Art. 1.726 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro, relativo à conversão da união estável em casamento; PL 5120/2013 de autoria de Jean Wyllys - PSOL/RJ que altera os arts. 551, 1.514, 1.517, 1.535, 1.541, 1.565, 1.567, 1.598, 1.642, 1.723 e 1.727 da Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, para reconhecer o casamento civil e a união estável entre pessoas do mesmo sexo; PL 4004/2021 de autoria de Natália Bonavides - PT/RN que Altera a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para modificar os termos da declaração feita pela presidência da cerimônia de casamento para celebração do casamento civil, assegurando o tratamento igual entre casais.

reprodutivos, e redefinir os limites estatais ao reconhecimento das identidades não-heterossexuais⁴.

Se Clodovil, a época que era deputado, havia proposto uma alteração na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 que institui o código civil, para fazer constar um capítulo sobre união homoafetiva, com garantia de que duas pessoas do mesmo sexo poderiam constituir união civil por meio de contrato em que disponham sobre suas relações patrimoniais, o projeto de lei de Assunção prevê justamente o contrário. O texto apresentado em 2009 contém um parágrafo único prevendo que, nos termos constitucionais, nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou à entidade familiar.

O texto de justificação proposto por Assunção, além de fazer inúmeras referências bíblicas, enumera 11 argumentos a serem levados em consideração para a proibição da união homoafetiva: equipara as relações homoafetivas a relações poligâmicas, reforçando que a autorização do casamento entre pessoas do mesmo sexo implicaria em uma validação da poligamia e em liberação de outros arranjos compostos por mais de duas pessoas; classifica a homossexualidade como um experimento social inédito; categoriza a homossexualidade como uma doença, fruto de algum desacordo da combinação entre fatores ambientais, psicológicos e educacionais; caracteriza a união homoafetiva como parte de uma estratégia maior de destruição da família e do matrimônio heterossexual; alerta para o perigo da conseqüente possibilidade de adoção por casais homossexuais e o perigo imbuído nisso; e, por último, alerta também para os perigos de que a união homoafetiva apresentará para uma imposição das sexualidades não-heterossexuais na educação e na escola. Ademais, o texto do projeto ainda se refere à homossexualidade como homossexualismo, numa referência direta à antiga classificação das relações entre pessoas do mesmo sexo como algo patológico.

Se, por um lado, a aprovação do PL 580/2007 demonstra a fragilidade dos direitos LGBTs que vem sendo assegurados pelo Supremo Tribunal Federal, via entendimento da corte, como a criminalização da Homofobia e a União Civil Estável entre casais homoafetivos, por outro, sinaliza que as articulações das organizações e grupos antigênero continuam vivas e dispostas a negar a cidadania e os direitos civis de pessoas LGBT+.

Os argumentos expostos pelo Deputado Capitão Assunção, que também estão citados nos outros projetos apensados, fazem uso de um recurso discursivo estratégico,

⁴ No caso do PL 580/2007, dos oito projetos apensados, quatro deles, versam justamente sobre a conversão da união estável de pessoas em casamento. Os projetos de lei PL 3537/2015 de autoria de Laura Carneiro - PMDB/RJ, PL 5962/2016 de autoria de Rubens Pereira Júnior - PCdoB/MA, PL 5120/2013 de autoria de Jean Wyllys - PSOL/RJ, e o PL 4004/2021 de autoria de Natália Bonavides - PT/RN, propõe alterações no código civil visando o reconhecimento do casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo.

amplamente utilizado nos últimos anos para fazer oposição à agenda de direitos humanos, e às políticas de reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade, que tem como objetivo instaurar um pânico moral e social.

Os Pânicos Morais são compreendidos por Miskolci (2007) como mecanismos de controle e resistência das transformações da sociedade nos campos relacionados a gênero e sexualidade. A emergência de pânicos morais vem sempre a partir do medo social com relação às mudanças, em especial aquelas que são percebidas como ameaçadoras porque desestabilizam alguma norma ou estrutura social vigente. No Brasil, os pânicos morais também são utilizados como cortinas de fumaça para o aprofundamento das desigualdades de gênero e das violências contra pessoas LGBTQI+.

Ao longo das últimas duas décadas, temos percebido que o avanço das políticas públicas no campo das questões de gênero e sexualidade, em especial a sua interface com a educação, tem provocado, por um lado, desestabilizações das estruturas normativas, a visibilização de pessoas LGBTQIAP+, a garantia de direitos civis básicos, e, por outro, um processo de reorganização das forças neoconservadoras do Congresso.

Desde a eleição do presidente Lula, em 2022, as disputas em torno dos direitos e da cidadania das pessoas não-heterossexuais marcaram o fim da LGBTQI+fobia Cordial e inauguram uma nova forma pública de violência LGBTQIfóbica, que, a partir de novas bases discursivas, distorções semânticas e produção de inverdades sobre as questões de gênero e sexualidade, estimulam violências físicas, perseguições a pessoas e grupos de pesquisa, combatem os debates de gênero e sexualidade na escola, e taxam tudo aquilo que se relaciona a direitos reprodutivos, sexuais e LGBTQI+ de “Ideologia de gênero”.

A Ideologia de gênero é a forma como, no Brasil, alguns setores das igrejas católicas e neopentecostais e partidos políticos conservadores, em especiais os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica, se referem a toda e qualquer coisa que se relacione aos estudos sobre gênero, mulheres, feminismo, sexo e sexualidades, e as políticas públicas de promoção da equidade de gênero e cidadania LGBTQI+. Para esses grupos, os movimentos pró-diversidade tem se estruturado para impor um novo modelo de organização social, que prevê a destruição da família tradicional, a corrupção da infância, uma nova configuração de vivência das sexualidades, um verdadeiro projeto de destruição do sexo e do gênero em suas formas convencionais.

No campo simbólico e discursivo da Ideologia de gênero, os gêneros e as sexualidades dissidentes, assim como as políticas públicas que visam garantir direitos a mulheres e LGBTQIs são posicionados como um perigo à família, à religião cristã e à

humanidade – já que estariam estruturadas a partir da dissolução de suas principais bases: Deus e Família.

Nessa ofensiva, uma nova gramática moral é utilizada para dissolver os significados de termos e palavras do universo feminista e LGBT+, ameaças apocalípticas são invocadas como consequência dos avanços dos direitos dessas populações, pessoas trans, feministas, gays, lésbicas e bissexuais são tomados como inimigas da família, e a LGBT+fobia, o machismo, a misoginia e as múltiplas violências de gênero são normalizadas e autorizadas.

Esses grupos, caracterizados aqui nesse texto como movimentos e organizações antigênero, têm estruturado seus discursos e consolidado a sua atuação de modo a robustecer a perspectiva de que o gênero e a sexualidade são designados por Deus e essencialmente biológicos. Os movimentos antigênero, além de produzirem uma nova gramática moral que ampliam discursos de ódio, instauraram uma ofensiva contra qualquer avanço legislativo em termos dos direitos das mulheres, LGBT+ e igualdade de gênero.

Longe de estarem localizados apenas no Brasil, os movimentos antigênero possuem uma rede de articulação transnacional, que possui as suas bases discursivas em países europeus, e que, especialmente na última década, ganhou força e atualização própria em países na América Latina, em especial na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai Peru, Uruguai e Venezuela.

Essas mobilizações compartilham fundamentações teóricas e modelos de mobilização comuns, mesmo que, em alguns contextos, outras expressões sejam utilizadas para caracterizar os mesmos atos. Na investigação que realizei, e que ao longo desta tese será aprofundada, foi possível mapear que, na América Latina, as ofensivas giraram em torno dos mesmos grandes temas: casamento igualitário, aborto, programas sobre educação sexual e/ou debates sobre gênero e sexualidade na escola, Literatura Infantil com famílias homoparentais, leis de identidade de gênero, adoção homo parental, e legislações antidiscriminação.

Correa (2000) aponta, no estudo publicado pelo Observatório de Sexualidade e Política (SPW), um projeto da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), que a cristalização das mobilizações antigênero está relacionada com a possibilidade de inclusão das discussões sobre gênero e sexualidade nos currículos da educação básica. Na América Latina, os países Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai e Uruguai foram palco de conflitos e mobilizações que tinham como recurso discursivo o foco na proteção da infância, mas que, na prática, estavam contra a inclusão de debates sobre gênero e sexualidade na educação (CORREA, 2020).

Amparados pelo argumento de que é função exclusiva da família a orientação às questões de gênero e sexualidade, e, em especial, à orientação sexual, o principal fator catalizador dessas mobilizações foi a ideia de que as propostas curriculares de inclusão dos debates sobre diversidade sexual na escola estariam expondo precocemente crianças e adolescentes às questões de sexualidade, o que poderia vir a intensificar casos de pedofilia e antecipar o início da vida sexual.

No Brasil, o fundamentalismo religioso é quem encabeça a oposição às questões de gênero e sexualidade, e, na última década, o recurso discursivo da ideologia de gênero, tornou-se um dos principais ativadores de produção de pânicos morais e violências de gênero. Entretanto, mesmo antes da categoria “ideologia de gênero” ser utilizada no Brasil, os enfrentamentos frente as primeiras rupturas que os movimentos LGBTQ+ e feministas começavam a provocar na sociedade brasileira já encaravam a aversão e o discurso de ódio de setores neoconservadores e neopentecostais. Através do banco de Discursos e Notas Taquigráficas da Câmara, é possível identificar que até mesmo o apoio e o inventivo do Governo Federal às paradas do orgulho já eram objetos de contestação em 2002, sobre o argumento de incentivo e promoção da homossexualidade.

O processo de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQ+ e a proposição de políticas públicas pró-diversidade sexual e de gênero e, a diminuição da violência LGBTQfóbica, passa também por um processo paralelo de politização e enfrentamento da sexualidade e do gênero. Ao passo que novas políticas públicas vão sendo gestadas no campo da diversidade sexual e de gênero, e da promoção da cidadania LGBTQ+, atores individuais passam a se organizar coletivamente numa oposição, ao que aqui nesta tese categorizo como ofensivas antigênero.

Essas interferências se deram de maneira especial no Congresso Nacional e nas casas legislativas municipais e estaduais do país. As disputas em torno da igualdade e diferença de mulheres e pessoas LGBTQ+ têm se dado tanto no domínio teórico e acadêmico, quanto no campo político. Se de um lado, as discussões sobre gênero e sexualidade promovidas pelos movimentos feministas e LGBTQ+ contribuíram para expansão da compreensão social sobre os direitos sexuais, por outro, possibilitou também que novos sujeitos políticos, em especial atores vinculados à direita evangélica fundamentalista, utilizassem dessas mesmas pautas, para se projetar e projetar os seus discursos.

Demonstrarei, ao longo dessa tese, que as interferências promovidas pelos movimentos antigênero no Brasil não nascem após o golpe de 2016 que colocou Michel Temer no poder, já que os governos Lula e Dilma, que avançaram nas políticas

pró-diversidade, também cederam às bancadas evangélicas e cristãs, e vetaram iniciativas que pretendiam dirimir violências, promover cidadania LGBTQ+ e discutir gênero e sexualidades nas escolas.

Nesta tese, reflito sobre o enfrentamento às questões de gênero e sexualidade na política educacional brasileira, a partir da análise das reações a três iniciativas governamentais de promoção da diversidade de gênero e sexualidade: o programa Brasil Sem Homofobia, o curso Gênero e Sexualidade na Escola, e o Programa Escola Sem Homofobia; dos debates sobre a incorporação das questões de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação e na Base Nacional Comum Curricular; e por fim, dos discursos e proposições de projetos de lei disponíveis no Banco de Discursos e Notas Taquigráficas e no Banco de Projetos de Lei e Outras Proposições do Senado e da Câmara dos Deputados.

A inquietação de falar sobre os impactos das ofensivas antigênero na política educacional brasileira veio em meio às eleições presidenciais de 2018, período em que os discurso de ódio e situações de violência contra mulheres, negros e negras e, em especial, pessoas LGBTQ+ foram amplificados pela campanha de Jair Bolsonaro e os militantes e fundamentalistas religiosos da direita e extrema direita do país.

A onda conservadora, que parecia atingir seu ponto alto no Brasil em 2018, colocou novamente no debate público os perigos da ideologia de gênero. Na época, uma das coisas que mais me inquietava, e que abordarei com maior detalhe no capítulo 01 desta tese, era a forma como o discurso antigênero vinha novamente se infiltrando no debate público, produzindo reações em lugares nos quais, até então, isso nunca havia sido objeto de discussão, como foi o caso de Ponto Novo, minha cidade natal, que também é levada a “se preocupar” com os perigos impostos pelo gênero que seriam potencializados com um possível retorno do PT ao Governo Federal.

É daí que surge a pergunta que busco responder com esse texto: de que forma os movimentos antigênero têm interferido na política educacional brasileira e a inclusão das questões de gênero e sexualidade na educação? Nesse sentido, o objetivo geral desta tese de doutorado, é justamente compreender como as ofensivas antigênero impactaram a política educacional brasileira e a inserção dos debates sobre gênero e sexualidade na educação.

De maneira ainda mais específica, busco, através desse texto, contextualizar a origem das ofensivas antigênero e a produção e disseminação do discurso da ideologia de gênero no Brasil; investigar os impactos da agenda antigênero na restrição das discussões sobre gênero e sexualidade na escola; e compreender como as disputas promovidas em torno da noção de ideologia de gênero têm potencializado e autorizado a violência de gênero e

LGBT+fobia, e cerceado direitos de mulheres e pessoas LGBTs. Ao longo da escrita desta tese, tive a oportunidade de realizar um estágio doutoral na Universidade Paris 8, em Saint-Denis, na França, que me levou também a identificar semelhanças e diferenças transnacionais das ofensivas antigênero no Brasil a partir do caso francês.

Vale ressaltar que essa pesquisa foi altamente impactada pela pandemia de Coronavírus que assolou o mundo entre março de 2020 e abril de 2022, quando o Ministério da Saúde decreta fim da emergência de saúde pública. O campo, ao contrário do que inicialmente se esperava, foi, assim como a vida social durante a pandemia, transferido para a experiência remota e síncrona, sendo realizado, dado os contextos analisados, a partir do mapeamento de notícias em jornais e revistas que abordam iniciativas antigênero no Brasil e na França, em Bases de dados de Publicações Científicas, no Banco de Discursos e Notas Taquigráficas do Congresso Nacional e no Banco de Projetos de Lei e Outras Proposições do Senado e da Câmara dos Deputados.

Como recurso metodológico, trabalho com a perspectiva analítica da etnopesquisa implicada a partir das contribuições de Macedo (2000), num processo que envolve imersão, indagação, saturação, redução, filtragem, e interpretação para compreensão. Cada um dos capítulos envolveu uma imersão distinta, a fim de que novas e diferentes compreensões sobre o objeto central desta tese fossem construídas.

Para Macedo (2009), compreender é a principal atividade do pesquisador em ciências humanas, pois, como a compreensão está no domínio da experiência dos sujeitos, o rigor dos métodos utilizados será a chave que vai possibilitar a construção de dispositivos que possibilitem a compreensão da realidade investigada, para assim, produzir um conhecimento que seja situado.

O meu processo de implicação com a escrita da tese, em especial com os objetos de investigação dela, estão intrinsecamente relacionados com minha trajetória de vida e formação, e com os lugares dos quais eu falo. Em função disso, imerso no primeiro capítulo nos caminhos que me levaram à produção desse texto, reflito sobre a minha trajetória acadêmica, a partir da minha vinculação com a etnopesquisa implicada de Macedo (2012), que tem orientação etnometodológica em Alain Coulon (1995), a fim de estabelecer o que chamo de uma etnopesquisa feminista, o encontro da etnopesquisa implicada de Macedo (2012) com o feminismo *Stand Point* e as epistemologias perspectivistas a partir das contribuições de Smith (1987), Harstock (1987), Harding (1991), Sardenberg (2014), Giffin (2006) e Haraway (1995).

Apresentar aos leitores deste texto as posicionalidades dos lugares em que esta tese foi produzida, não só me localiza em tempo, espaço e contextos sociais, sexuais e de gênero dessa produção, como anuncia também as referências epistemológicas que guiam as reflexões e debates que aciono ao longo da escrita. Às reflexões de Spivak (2010), Ribeiro (2017), Preciado (2011), Haraway (1995), Grofoguél (2008), Pelúcio (2012), Anzaldúa (2005), Anzaldúa (2005), Mignolo (2007) e Kilomba (2012), eu respondo de quais lugares eu falo, mas também, quais silêncios essa tese ajuda a romper.

Por fim, ainda no primeiro capítulo, conto um pouco mais sobre o percurso de produção e transformação da tese, e os desafios que foram impostos à pesquisa doutoral pela pandemia do Coronavírus. A pandemia, em distintos momentos e em diferentes lugares, me impossibilitou de concretizar aquilo que eu havia inicialmente proposto, em termos de metodologia, objeto e perspectivas de investigação. Esse texto, que nasce numa cidade de menos de vinte mil habitantes no interior da Bahia, teve a sua virada final para aquilo que chega à Banca, ao longo da minha estadia em Paris, num doutorado sanduíche que foi realizado na Universidade Paris 8, entre janeiro e agosto de 2020.

No capítulo dois, localizo os contextos dessa investigação e reflito sobre a ameaça de gênero, o pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade, e a transnacionalização dessas ofensivas, com destaque especial para a repercussão e atuação desses grupos na América Latina. Através das contribuições de Rubin (1994), Cohen (2019), Foucault (1985), Moore (1997), Miskolci (2007), Gilber Herdt (2009), Luna (2017), Rabay e Carvalho (2015), Junqueira (2017), Cornejo-Valle e Pichardo (2017), Fassin (2019), Furlani, (2016), Miskolci e Campana (2017), Corrêa (2018), Favier (2012), Paternotte e Kuhar (2018), Corsetti (2019), Gozalez e Costa (2018), localizo como se deu a produção da categoria “ideologia de gênero” e como os grupos antigênero se organizaram numa verdadeira ofensiva contra os direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+.

Nesse percurso teórico, passo pelo debate acerca do Neoconservadorismo de Gênero, destacando a atuação que setores evangélicos e católicos, e atores políticos da direita e extrema direita, tiveram para a ampliação e disseminação de pânicos morais, através de campanhas internacionais que promovem um enfrentamento ao gênero, aos direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+, assim como a inclusão e o debate das questões de gênero e sexualidade na escola.

O capítulo três trata das aproximações entre os contextos brasileiro e francês. Impulsionado pela minha estadia na França, em função do sanduíche, e mobilizado pelas investigações realizadas no plano de trabalho proposto no estágio doutoral, começo a perceber

que, assim como na América Latina, e em especial tal qual aconteceu no Brasil, na França, a ideia de que os movimentos feministas e LGBTQ+, através das suas ideologias, tinham como propósito maior o aliciamento de crianças e a destruição da infância, seja pela lei do casamento igualitário, seja pelo desenvolvimento de programas educacionais que discutem gênero e sexualidade na educação básica, vai ser a força motor dos pânico morais e das mobilizações sociais antigênero.

Imerso no contexto francês, a fim de perceber como as ameaças de gênero, que se desenvolveram na França no início da década de 2010, e se alastraram pela Europa e países latino-americanos, estão conectadas com o pensamento e o modo de ação que coordenou as ofensivas no Brasil. Inicialmente, apresento a construção das ofensivas antigênero na França, que tem como recursos discursivo a pecha da “Théorie du Genre”, reflito sobre o papel do movimento “La Manif Pour Tous” na veiculação das ideias antigênero no processo de aprovação do casamento igualitário, e os desdobramentos dessas ofensivas no processo de lançamento do programa ABCD de l'égalité e posteriormente, do processo de atualização dessas ofensivas através da campanha “Journée de retrait de l'école” e atuação do coletivo VigiGender.

A partir da análise de reportagens e matérias jornalísticas publicados na revista ‘Valeurs Actuelles’, conhecida na França por suas posições de direita, finalizo o capítulo três olhando para os novos bodes expiatórios dessas ofensivas na França, o que pode indicar para a gente um lugar para onde os movimentos antigênero ao redor do mundo podem começar também a olhar. Interseccionalidade, decolonialismo, gênero, raça, entre outros termos comuns aos estudos da diferença, vêm sendo incorporados ao repertório desses movimentos, e, ao longo do ano de 2019, foram objetivos de estudo e tema principal de discussão e controvérsias entre variadas vertentes do campo político francês.

As discussões realizadas até o fim do capítulo três confluem para as reflexões e análises que serão realizadas no capítulo 04, inteiramente dedicado a investigar o enfrentamento às questões de gênero e sexualidade na política educacional brasileira. Inicialmente, apresento que chamo de crise das moralidades, apontando as primeiras interferências do neoconservadorismo em políticas públicas de gênero e sexualidade, em especial, o caso do Programa Brasil sem Homofobia, considerado por muitos pesquisadores, a exemplo de Irineu (2017), Mello, Brito e Maroja (2012), e Fernandes (2011), primeiro grande momento em que políticas públicas para a população LGBTQ+ começam a ser gestadas e enfrentadas no terreno político.

Logo em seguida, aciono como objeto de discussão o curso Gênero e Sexualidade na Escola (GDE), iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) para a formação de professores e educadores no campo das questões de gênero e sexualidade, apontada por Vianna (2012), Caldas (2007), Ferrari (2004), Grösz (2008), Koerich (2007) e Mostafa (2009), como a primeira política educacional que efetivamente promoveu e possibilitou debates sobre gênero, sexualidade e diversidade com professores da educação básica.

A primeira parte do capítulo quatro finaliza com a apresentação do programa ‘Escola Sem Homofobia’ e toda a repercussão em torno do Kit Gay, o primeiro grande momento das ofensivas antigênero no Brasil. Os debates em volta do Kit de Combate a Homofobia marcaram o fim do que Irineu (2016) chama de “LGBT+fobia Cordial”, e estabelecem um novo modo de violência LGBTfóbica, que, a partir de distorções semânticas e disseminação de notícias falsas sobre as questões de gênero e sexualidade, incitam violências e perseguições a pessoas e grupos, taxando tudo aquilo que se relaciona a direitos reprodutivos, sexuais e LGBT+ de “ideologia de gênero”.

Na segunda parte do capítulo quatro, apresento o Movimento Escola Sem Partido, que passa a ganhar centralidade nesse debate, ao projetar e ecoar nacionalmente o enfrentamento às discussões de gênero e sexualidade na escola. A atuação do MESP ganha maior projeção durante a definição das metas do Plano Nacional de Educação, e depois, no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular. Em função disso, dedico duas seções específicas deste texto para analisar e refletir sobre o impacto das ofensivas antigênero na construção do PNE e da BNCC.

Na terceira parte do capítulo quatro, apresento o que chamo de Gambiarras Legais, um novo modo de atuação que, paralelamente aos debates anteriores, é inaugurado na Câmara dos Deputados, tendo como foco a apresentação de instrumentos legislativos que cerceiam direitos e criminalizam pessoas LGBT+. Tal qual o PL 580/2007, que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo, multiplica-se nas casas legislativas do país outros projetos que pretendem impedir que questões de gênero e sexualidade sejam abordadas na escola e que façam parte dos currículos da educação básica.

Na última seção do capítulo quatro, reflito sobre o impacto da agenda antigênero na produção de violências contra pessoas LGBT+, tendo como foco as eleições de 2018 e o primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro. Apresento como as eleições de 2018 amplificaram os discursos de ódio e situações de violência contra mulheres, negros e negras e, em especial, pessoas LGBT+, e como a atuação de Bolsonaro, frente as questões de Gênero e

Sexualidade, reforçava estigmas e contribuía com a manutenção das assimetrias de gênero e sexualidade.

Por fim, este texto se encerra com as considerações finais, nas quais realizo uma reflexão sobre os resultados e verificações alcançadas através desta pesquisa. Os conceitos, categorias, teorias, e debates, realizados nos capítulos um e dois, foram essenciais para as análises realizadas nos capítulos três e quatro, assim como para a identificação das brechas dessa pesquisa, e de quais os próximos passos podem ser dados a partir daqui, para continuidade e ampliação dessa investigação.

1 AFETOS: OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI

1.1 Uma Etnopesquisa Feminista

Ao longo da minha trajetória acadêmica, a etnopesquisa implicada de Macedo (2012), com orientação etnometodológica a partir dos estudos e interpretações de Alain Coulon (1995) tem atravessado o meu modo de fazer ciência. O meu encontro com a etnopesquisa, se deu ainda em 2014, quando estava investigando os métodos que melhor se adequariam àquilo que havia proposto como objetivo da pesquisa do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação. Havia, desde ali, uma intrínseca relação entre o eu e o objeto, que não podia ser desperdiçada ou ignorada, e que dizia muito sobre a forma como eu, como sujeito-ator-pesquisador me posicionava frente ao meu objeto de estudo.

Estava eu, nos momentos finais de uma formação, que havia me dito durante quatro anos, que, para que houvesse validade científica na pesquisa, ela necessitava de um afastamento entre pesquisador-objeto e pesquisador-atores. Sob a suposta ideia de imparcialidade, defendia-se a partir de uma perspectiva positivista e macro-histórica, a noção de que o indivíduo não podia falar de si, de que não poderia falar de si e dos outros ao mesmo tempo, ou mesmo que não deveria falar sobre objetos que lhe atravessam.

Foi então que encontrei a etnopesquisa e sua modalidade implicada, que não apenas contestava os modelos de pesquisa positivistas, fundados, entre outras coisas, no afastamento do pesquisador e na objetificação dos sujeitos da pesquisa, mas também, propunha uma nova forma de fazer ciência que, a partir da orientação etnometodológica, privilegiava os sujeitos, as atividades corriqueira e habituais que realizam, e a relação do pesquisador-observador com os mesmos, com sua trajetória de vida, e com aquilo que traz de experiência para o fazer científico.

A oposição da etnopesquisa a esses modelos de pesquisa vem desde as suas bases filosóficas e epistemológicas e da defesa de um modo crítico fenomenológico de pesquisar. A fenomenologia, na perspectiva de Macedo (2000), entende a realidade como compreendida, interpretada e comunicada. Assim como na fenomenologia, a etnopesquisa demarca um posicionamento, que foi fundamental para a minha escolha da orientação metodológica: não se cultiva nessas perspectivas a ingênua percepção de que a pesquisadora e o pesquisador devam e estejam afastados do seu objeto, e não tenham experiências prévias que constituam as suas pré-reflexões.

Para a fenomenologia, a realidade não é estática, nem única, ela é perspectival, múltipla, e se constitui a partir da interpretação e compreensão que se faz dela. Nesse sentido, a fenomenologia invoca o caráter provisório, mutável e relativo da realidade, já que, se a sua compreensão é feita em perspectiva, não há possibilidade de realidades absolutas, incontestáveis e notadas de verdades únicas. Não havendo realidades únicas, e sim compreensões diversas de realidades feitas a partir de perspectivas, a realidade é ao mesmo tempo simultânea, onde há de se reconhecer a relatividade sobre os conhecimentos construídos sobre determinados contextos.

A perspectiva *sociofenomenológica* sobre a realidade privilegia o pensar sobre o ser. O *etno*, que compõe e diferencia não apenas a grafia do termo, mas a *forma* de pesquisa, vem do grego *ethos* que significa povo, pessoas, e denota a sua preocupação com os processos que constituem o ser-humano em/na sociedade, e a compreensão da sociedade como algo que *transversaliza* e *indexaliza* as ações humanas. Os métodos aqui são entendidos como procedimentos que fazem parte do cotidiano das pessoas, dos quais elas se validam para darem sentido às coisas do mundo.

Desse modo, para que se compreenda a etnopesquisa, é necessário salientar duas questões iniciais: que a sua principal base investigativa surge da inspiração e tradição etnográfica; e que a mesma exercita uma hermenêutica de natureza sócio-fenomenológica e crítica. Opondo-se de modo direto ao positivismo, a percepção sócio-fenomenológica se dá no processo de estar com o percebido, pois o pesquisador possui em sua trajetória formativa e de vida experiências prévias que são extremamente importantes nos estudos implicacionais (MACEDO, 2012).

De forma ainda mais específica, a etnopesquisa implicada não apenas reconhece a relação do pesquisador com o objeto, mas legitima a implicação e a experiência social como modo criador de saberes. Na etnopesquisa implicada, as vinculações institucionais, políticas, sociais e culturais do pesquisador são condições essenciais para o funcionamento da pesquisa, e o empoderamento dos estudos gestados nos, e a partir dos, movimentos sociais e nas ações afirmativas em educação.

É a aceitação de que o sujeito/educando deve se apropriar do seu processo de vivência e relacionamento intersubjetivo na construção do conhecimento. É a valorização dos aspectos racionalistas, e também dos aspectos espirituais, sentimentais e intuitivos. [...] É o reconhecimento do mundo vida, do tempo vivido, da subjetividade na constituição não somente dos sujeitos, mas do mundo numa inter-relação. (ROCHA e MAIA, 2017, p. 224-225).

A construção heurística da etnopesquisa se compõe tendo como recurso metodológico básico a etnografia semiológica, que tem como especificidade a pesquisa qualitativa, podendo assumir variadas conotações, a depender da orientação teórica que está sendo utilizada. No caso da etnopesquisa, valoriza-se a perspectiva sociofenomenológica, a qual tem orientado ser impossível compreender o comportamento humano sem que se adentre o universo simbólico e a bacia semântica dentro dos quais os sujeitos têm interpretado os seus sentimentos, pensamentos e ações (MACEDO, 2000).

O ponto de partida da etnopesquisa é a descrição. Segundo Macedo (2012), “*descrever para compreender é um imperativo*” (MACEDO, 2012, p. 09), sendo então importante para o pesquisador a noção lógica de descrição densa, advinda da etnografia semiológica. Para Coulon (1995), é absolutamente necessário que o pesquisador descreva, pois a explicação é demasiadamente incerta, podendo configurar-se como apenas mais uma hipótese sobre aquilo que está sendo dito.

A partir dessa compreensão, a etnopesquisa assume sua inspiração etnometodológica em Garfinkel e cultiva epistemologias qualitativas, visando compreender e explicitar a realidade humana, tal qual é vivida pelos atores sociais. A construção e a compreensão do outro se dará no contraste consigo mesmo, num movimento de co-construção de diferenças e processos identitários, nos quais, entre outras coisas, o outro será uma alteridade afirmada, experimentada na diferença e vista sob diversas lentes, nas quais o outro será percebido sob a sua perspectiva e contexto, numa descrição densa da experiência do outro e do eu, ao mesmo tempo, enraizada no sujeito observado e no sujeito observador (MACEDO, 2012)

Macedo (2012) defende que o pesquisador construa a sua formação a partir de sua realidade, e busque as motivações para suas pesquisas e estudos em seus entornos sociais, construindo o conhecimento que produz a partir do seu engajamento pessoal e coletivo na sua própria história de vida e formação, nas relações sociais de classe, raça, sexualidade, e do seu projeto sociopolítico de vida e sociedade. A implicação política no processo da pesquisa supõe aceitar que nenhuma ciência é desinteressada ou neutra. A pesquisa implicada é uma pesquisa interessada, comprometida, que fala a partir de um dado lugar, e há sempre um caráter político.

Implicada, engajada e constituída na base por etnocompreensões, intercriticamente construídas; sensibilizada por uma ideia de política de pesquisa e de conhecimento de possibilidades emancipacionistas, a etnopesquisa implicada se identifica com a heterogênese do protagonismo dos movimentos sociais e das ações afirmativas em educação a partir da sua

orientação etno e seu arqué crítico. Emerge aqui, neste sentido, o que transversaliza sua característica, ou seja, o trabalho ineliminável com a cultura e sua dinâmica relacional com o poder, com os etnométodos dos atores sociais e a heterogeneidade enquanto política de conhecimento, de compreensão e de conquista social, como dimensões entretecidas, imbricadas. Heurística, engajamento, pertencimento e afirmação, aparecem aqui como perspectivas indissociáveis (MACEDO, 2012, p. 179).

A noção de implicação surge através de Barbier (2002), a partir do reconhecimento da importância do sentido dado pelos sujeitos envolvidos nas situações através das quais o seu mundo social é construído (SPEROTTO, 2002). A ideia da implicação reside justamente na não neutralidade, reconhecendo a necessidade de integrar à pesquisa um conhecimento que até então esteve desta dissociado, que é o conhecimento construído pelo próprio pesquisador ao longo de seu percurso.

Em Macedo (2000), a etnopesquisa implicada compreende a ciência enquanto uma prática social, partindo do fato de que aqueles que querem compreender estão de toda forma vinculados com a coisa em questão, transformando a ciência num objeto familiar, próximo do pesquisador, que é capaz de – e não há problema em – se comunicar com outro, de perceber a pesquisa numa relação eu-tu-nós (MACEDO, 2012).

O reforço da legitimidade das minhas opções metodológicas veio quando, na minha trajetória formativa, me encontrei com os estudos feministas. O feminismo *Stand Point* já reivindicava isso em seu debate sobre objetividade feminista e epistemologias perspectivistas. Smith (1987), Harstock (1987) e Harding (1991) questionavam a suposta neutralidade da ciência e a noção de objetividade forte. Segundo Smith (1987), o saber da sociologia tradicional sempre foi localizado, o sujeito das sentenças sociológicas é o “macho”, na mesma medida em que o sociólogo é um homem branco, e o conhecimento produzido por eles versa sobre uma realidade que não considera o “mundo das mulheres”.

Se Smith (1987) tece suas críticas ao olhar enviesado – masculinista e branco – da sociologia, Sardenberg (2014) faz o mesmo com a antropologia. O problema em comum, e que se estendeu no debate do feminismo *Standpoint*, relaciona-se à questão da objetividade científica. Sardenberg (2014) endossa as críticas ao que se chamou de olhar clínico, asséptico e descorporificado na ciência, enquanto defende que a etnografia é também um conhecimento situado, localizado nas vivências e experiências da etnógrafa.

Sardenberg (2014) defende uma etnografia feminista, que tenha um maior cuidado em tornar as suas subjetividades mais transparentes e considerar o lugar de onde falam os autores e autoras. Para a autora, não existe mais uma ida a campo inocente, onde “*quem eu*

sou, de onde eu venho, o que eu digo e o que eu penso” (SADERNBERG, 2014, p. 158) não fariam diferença.

Com argumento parecido, Giffin (2006) afirma que a razão, a imparcialidade e a neutralidade sempre foram associadas a membros de grupos dominantes, com intenção de reproduzir sua autoridade epistêmica exclusiva. Para a autora, a ideia de uma investigação e um investigador imparcial é um mito classista, racista e especialmente masculinista. Esse *modus operandi* da Ciência Androcêntrica relegou as mulheres um lugar de biologicamente inferiores aos homens e inadequadas para função de cientista (GIFFIN, 2006). Tanto Smith (1987), quanto Giffin (2006), partindo desses pressupostos, defendem que os conhecimentos – e a ciência – sempre foram situados, entretanto, eles só passaram a ser nomeados como tal, quando os sujeitos da produção passaram a ser mulheres.

Nesse mesmo sentido, Haraway (1995) afirma que a ciência sempre se organizou a partir de um olhar não marcado que supostamente não viria de lugar nenhum. Segundo a autora, esse olhar da neutralidade e da objetividade que indicava um não pertencimento e uma *não-localização*, é o olhar do Homem Branco. Em oposição a essa concepção de neutralidade, Haraway (1995) defende que a objetividade feminista seja marcada por Saberes Localizados. A partir de uma metáfora da visão, Haraway (1995) afirma que todos olham a partir de um determinado lugar, em princípio, a partir daquele lugar que ocupamos socialmente e culturalmente, mediados também por várias concepções, ideologias e conceitos que guiam a forma como vemos, logo, guia também a forma como falamos.

Se pensarmos a forma como se organizou o ensino superior brasileiro e a produção de ciência nos espaços universitários, perceberemos que o direito de falar sobre si e sobre os outros sempre foi de um grupo específico. A entrada de novos estudantes universitários com perfis diferentes daqueles que hegemonicamente se estabeleceram nas universidades brasileiras, provocou uma ruptura na forma como o conhecimento vinha sendo produzido, justamente pela mudança que houve nos sujeitos que produziam ciência. A experiência universitária de uma jovem negra oriunda de escola pública será diferenciada de uma jovem branca de classe média, e, em função de suas localizações sociais, as duas vão vivenciar não só a universidade, mas gênero, raça e classe de formas totalmente distintas.

As tensões geradas na ciência pela presença de corpos, olhares e falas marcados por gênero, raça, sexualidade, classe e origem, deslocam, em princípio, as compreensões que historicamente foram construídas sobre nós, para transformar as compreensões sobre o mundo, e sobre como o experienciamos e o vivenciamos. Segundo Marconi (2017), nós – as bichas, sapatões, travestis, mulheres, negros e negras, e pessoas trans – valemo-nos dos

nossos lugares de pertença e da potencialidade científica que nosso olhar posicionado nos proporciona, como dispositivo para desarmar a lógica do discurso científico tradicional que tem produzido conhecimentos geradores de violência.

Nesta pesquisa, meu olhar será mediado, entre outras coisas, pelas escolhas teóricas e metodológicas que fiz ao longo de minha formação. No que tange às escolhas metodológicas, tomo como referência a etnopesquisa implicada e a etnometodologia, que serão mediadoras no alcance dos objetivos propostos. Esse processo me fez imergir ainda mais na reflexão sobre autoridade de falar, posicionalidade e lugar de fala. No tópico a seguir, reflito sobre os lugares que eu falo, e sobre de onde fala também a pesquisa que culminou nessa tese.

1.2 De onde se fala? Reflexões sobre as posicionalidades dos lugares que escrevo

Há na etnopesquisa implicada e na teoria sobre lugar de fala um consenso: todos nós falamos e localizamos nossos saberes em um ou múltiplos lugares, assim como o conhecimento que produzimos é fruto dessa implicação, do pertencimento que temos com os temas e objetos de estudos que escolhemos.

Ao defender e propor uma pesquisa que parte de implicações pessoais, do vivido e narrado pelos atores sociais, Macedo (2012), mesmo que não diretamente, dialoga e propõe uma forma de pesquisar que se localiza nos saberes sociais, acadêmicos e culturais dos atores investigados e envolvidos na investigação. Assim como Ribeiro (2017), Macedo também não compartilha da ideia de uma ciência neutra, justamente porque o conhecimento que produzimos é fruto das nossas experiências sociais, das nossas implicações, dos nossos lugares de fala:

Esta nova condição tem como efeito o desenvolvimento de conhecimentos em ciências humanas antes recalcados, por uma ciência que praticou e pratica um sexismo de uma forma muito mais explícita do que se imagina. Os temas e as problemáticas em geral privilegiadas pelas mulheres cientistas e politicamente engajadas, não são necessariamente os mesmos eleitos pelos homens, há uma feição e uma preocupação onde a condição histórica e presente da mulher de alguma forma são pleiteados (MACEDO, 2004, p. 240).

Falar a partir de um conhecimento situado e localizado implica em prover outra gramática, outras referências e epistemologias, diferentes daquelas que historicamente foram tidas como universais, totalizantes, e únicas verdades dignas de serem respeitadas (PELÚCIO, 2012). Como os lugares epistêmicos étnico-racial/sexual/de gênero sempre estiveram

desvinculados do discurso hegemônico, criou-se um mito de que havia um conhecimento universal, que fala de todos e por todos, o que no caso do feminismo produziu um lugar universal do sujeito do feminismo: a mulher – sem raça, sexualidade, classe, origem, etc.

Segundo Spivak (2010), os subalternos nunca puderam falar, sempre tiveram suas vozes silenciadas por estarem em um lugar que não reconhecia suas humanidades, e pertencerem à categoria daquelas vidas que não importam. Para Spivak (2010) pertencer a lugares subalternos significa, automaticamente, pertencer a lugares sem voz, a grupos que não podem falar. Ribeiro (2017), dialogando com Spivak (2010), questiona: “dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar?” (RIBEIRO, 2017, p. 77).

Para Spivak (2010), na lógica colonial de produção do conhecimento, as mulheres não possuem possibilidades de falar sobre si próprias e suas realidades, por isso que, ao falarem, acabam por enfrentar os pressupostos teóricos, epistemológicos, metodológicos e éticos dos saberes hegemônicos. Segundo salienta Preciado (2011), é justamente o enfrentamento à forma de produção hegemônica que faz com que o conhecido produzido na e pela subalternidade, seja considerado saberes subalternos. Esses saberes, tomados como subalternos, são marcados e localizados justamente por falarem a partir de um lugar social e epistemológico que não permite a neutralidade.

Segundo Djamila Ribeiro (2017), a construção teórica sobre Lugar de Fala pode ser localizada no feminismo *standpoint*, especialmente na produção de Patrícia Hill Collins. Para Ribeiro (2017), ao reivindicar diferentes pontos de análise e marcar o lugar de quem vivencia múltiplas opressões, o feminismo cria uma nova marcação – a de quem fala – que passa a ser necessária para a compreensão das realidades que estão implícitas no seio das normatizações hegemônicas (RIBEIRO, 2017).

Esse debate tem se confundido com a ideia de um olhar individual/individualista, entretanto, assim como afirma Ribeiro (2017), não se trata de afirmar experiências individuais, mas de fazer um debate estrutural, e compreender como o lugar social dos indivíduos possibilita e restringe possibilidades de falar e produzir ciência. O foco é tentar compreender as condições sociais nas quais os indivíduos estão inseridos e as experiências compartilhadas entre esses indivíduos e seus grupos (RIBEIRO, 2017).

Segundo Ribeiro (2017), nessa perspectiva, o falar não está restrito ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Dessa forma, o Lugar de Fala é entendido como possibilidade política de refutar a hierarquização de saberes e em consequência a hierarquia social. Essa potência, emergente das condições sociais, das experiências pessoais e afetivas, e

daquilo que nos constitui enquanto sujeitos marginalizados é o que nos ajuda a compor o nosso trabalho intelectual e a criar estratégias para uma existência digna (MARCONI, 2017).

Entretanto, assim como sinalizou Haraway (1995), Ribeiro (2017) também chama atenção ao fato de que o lugar social que ocupamos não determina por si só uma consciência discursiva sobre nossas pertencas, ou sobre a realidade social que estamos inseridos. Segundo Haraway (1995), possuir uma visão de baixo é algo também problemático e de difícil aprendizagem, pois historicamente fomos ensinados a ver pelas lentes do colonizador. Porém, mesmo nesses contextos, o lugar social que ocupamos nos possibilita ter experiências outras, e perspectivas distintas daquelas colonizantes (RIBEIRO, 2017).

O Lugar de Fala sempre existiu, entretanto, ele sempre foi do homem, branco, heterossexual e da elite intelectual que tinha legitimidade conferida por ser membro de grupos localizados no poder. Quando outras pessoas passaram a reivindicar as suas possibilidades de falar e, mais que isso, de falarem sobre si e suas realidades, foram então acusadas de realizar aquilo que a ciência tradicional há muito tempo realizava, e se utilizava para inviabilizar e silenciar os sujeitos subalternos. Grosfoguel (2008) dá muitas contribuições com esse debate, quando afirma:

Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A ‘egopolítica do conhecimento’ da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um ‘Ego’ não situado. O lugar epistêmico étnicorracial/sexual/de gênero e o sujeito enunciator encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnicorracial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (Grosfoguel, 2008: 46).

Todos nós falamos a partir de nossas localizações sociais. O nosso saber está localizado tanto nos nossos pertencimentos identitários, quanto nas escolhas teóricas e políticas que fazemos. Assim como mulheres negras e pessoas trans, por exemplo, falam a partir de suas vivências, os homens brancos, que historicamente ocuparam lugar de poder na produção do conhecimento, também falam a partir do lugar que estão posicionados socialmente. O giro proporcionado pelo conceito de lugar de fala é a possibilidade de que esses lugares sejam marcados, para que não mais acreditemos no mito do conhecimento neutro, nem que silenciamentos sejam produzidos por essa neutralidade.

Para Pelúcio (2012), ao anunciar o nosso lugar de fala, estamos contribuindo não só com o rompimento com a ciência que esconde o seu narrador, mas também com a denúncia

de que esse modo de produzir ciência é geocentrado, racista, LGBTfóbico, misógino e se estabilizou a partir da desqualificação de outros sujeitos, sistemas simbólicos e produção de saberes.

Quem também rompe com esse sistema de produção de conhecimento e desestabiliza a geopolítica epistêmica por meio de um saber construído a partir das suas localizações e trânsitos é a autora Glória Anzaldúa com a noção de consciência mestiça e os saberes localizados nas fronteiras. Para Anzaldúa (2005) a consciência mestiça promove um deslocamento na maneira como enxergamos a realidade e na maneira como nos comportamos, possibilitando que uma nova forma de pensar, caracterizada por um movimento que se distancia dos ideais e objetivos estabelecidos pela consciência ocidental, em direção à uma epistemologia que inclui, ao invés de excluir (ANZALDÚA, 2005).

Uma consciência mestiça privilegiaria aquilo que há de mais subalterno, pois privilegiaria o trânsito, a multiplicidade que forma os sujeitos subalternos, a encruzilhada que promove o encontro entre aquilo que os marca (ANZALDÚA 2005). O lugar de onde a mestiça fala, é por si só um lugar de encruzilhada, de encontro, de intersecção. Falar a partir do lugar da mestiça, e com uma consciência mestiça, promove então um deslocamento nos modos de construir o pensamento, que falaram sempre a partir de um lugar de sujeito hegemônico, fixo, que sempre esteve no topo das hierarquias de classe, raça, gênero, sexualidade, origem, entre outras (GROSFOGUEL, 2008).

Anzaldúa (2005) parte de suas localizações (e trânsitos) e propõe uma nova forma de enxergar o mundo e se perceber nele. Em tese, ao propor uma *consciência mestiça*, a autora propõe uma nova forma de construir o conhecimento que se distancie dos pressupostos da colonização e dos conhecimentos do norte e tenha raízes nas produções locais, nos saberes que são gerados nas fronteiras e por aqueles que ocupam lugares fronteirços.

Mignolo (2007) reforça que, para que haja uma descolonização política, que seja não-racista e não heterossexualmente patriarcal, é preciso que suscitemos uma *desobediência política epistêmica* que provoque tensionamentos nas formas como concebemos os sujeitos, e nas referências que temos tomado para pensá-los. Assim como Anzaldúa (2005), o que Mignolo (2007) chama de desobediência epistêmica, é a construção de uma nova forma de pensar que esteja além dos – e que desobedeça aos - cânones do pensamento e os conceitos modernos, ocidentais e eurocentrados.

Mignolo (2007) afirma que, ao propor uma desobediência epistêmica, não está sugerindo abandonar completamente aquilo que foi institucionalizado, mas sim, substituir, assim como afirmou Grosfoguel (2008), a geopolítica e a política de Estado de conhecimento,

fincada e formulada no ocidente, por uma geopolítica e política de estado de “pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada)” (MIGNOLO, 2007, P. 290).

O que Mignolo (2007), Anzaldúa (2005) e Grosfoguel (2008) estão propondo nada mais é do que a produção de um saber que esteja localizado (inclusive de forma geopolítica) nos sujeitos subalternos, especialmente naqueles que se localizam geopoliticamente no sul. Mesmo que não falem, ou defendam uma teoria do *Lugar de Fala*, tal qual conhecemos no Brasil e estamos acionando nesse texto. As proposições feitas por esses autores, nomeada de pensamento de fronteira por Anzaldúa (1997), desobediência epistêmica por Mignolo (2007) e epistemologia descolonial por Grosfoguel (2005), compartilham de uma mesma compreensão: que falar a partir das nossas localizações desestabilizam as produções hegemônicas e visibilizam os sujeitos que historicamente foram excluídos por elas.

Mais do que negar a possibilidade de os subalternos falarem, historicamente negou-se também a possibilidade de ouvir as vozes subalternas. Para Kilomba (2012), há um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá que escutar. Ele/ela seria forçado a um confronto desconfortável com as verdades dos ‘Outros’. Verdades que foram negadas, reprimidas e mantidas em silêncio, como segredos (KILOMBA, 2012, p. 20.).

Os pânico morais produzidos pelas ofensivas antigênero, nada mais são do que estratégias de silenciamento não só das vozes, mas dos corpos, das identidades, dos gêneros não binários e normativos. Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade? Se suas existências são constantemente negadas, onde suas vozes seriam ouvidas?

Ao silenciar os debates sobre gênero na escola e ao instituir um pânico moral e social sobre gênero e sexualidade, os movimentos que instituíram gênero como uma ideologia potencialmente perigosa, atuaram - e ainda atuam - no silenciamento das identidades não normativas e em consequência na impossibilidade de que esses corpos e *corpas* falem.

Ao cercar esses debates na escola, e ao instituir uma política de vigia do que pode ou não fazer parte do currículo visível, esses movimentos, em alguma medida, novamente retomam a ideia de sujeito universal, do homem branco heterossexual, como único sujeito e identidade possível de compor não só a organização curricular como a vida escolar. Esse movimento, tentou - e ainda tenta -, capturar de novo as nossas vozes, as nossas

existências, e impedir que falemos de nós mesmos e sobre elas, que existamos fora dos espaços subalternos.

Veremos, ao longo desta tese, que as ofensivas antigênero não só silenciaram e perseguiram os indivíduos, como pretenderam reforçar e reproduzir uma ordem social que ignora, demoniza e pune o gênero enquanto perspectiva teórica e as identidades sexuais e de gênero que supostamente *materializam* essas teorias. No contexto das ofensivas antigênero, torna-se essencial e urgente que possamos não só falar, mas falar de gênero.

1.2.1. Afinal, de onde eu falo?

Eu sou um homem branco, gay, jovem, nascido no interior da Bahia, numa cidade com pouco mais de 15 mil habitantes que fica mais ao norte do estado. A minha família sempre foi pobre, se olharmos para as classificações do IGBE para o que tange a renda, nos enquadrámos entre classes D/E. O custo de vida no interior é mais baixo que o da capital, a média de renda das pessoas é muito abaixo do mínimo para viver, e para o contexto socioeconômico de Ponto Novo, mesmo estudando em escola pública, e não possuindo recursos materiais que nos posicionasse economicamente, no aspecto simbólico, eu ocupava um lugar ali de privilégio.

Com exceção dos empresários e fazendeiros locais, em cidades do interior como Ponto Novo, em que a agricultura familiar, o comércio informal e o funcionalismo público são as principais fontes de renda, a classe dos professores ocupa um lugar de privilégio econômico frente a muitos outros trabalhadores locais. Além de receberem melhores salários do que grande parte dos funcionários públicos, há um lugar social de prestígio que faz parte da cultura local. Ser filho da professora Elenilza me posicionava então num lugar de privilégio.

Ao contrário de meu pai, que até hoje nunca concluiu o ensino fundamental, e da minha mãe, que concluiu o ensino médio tardiamente, já nos seus quase 30 anos, a minha formação escolar foi parte numa escola privada local, onde fui bolsista até a antiga 4ª série, parte na rede pública estadual, onde cursei os anos finais do ensino fundamental, e federal, onde cursei o ensino médio.

Por estar localizada relativamente longe de Salvador, a cerca de 350 km, Ponto Novo não tinha uma tradição universitária. Eram poucos os jovens, recém concluintes do ensino médio, que saíam da cidade para acessar a universidade. A ideia de sucesso estava ligada a outros aspectos da vida social, como casar com alguém do sexo oposto, constituir

família, abrir um negócio, ser empregado na prefeitura, e, no início dos anos 2000, conseguir um diploma de um curso técnico.

No auge da minha adolescência, ao final do ensino fundamental, essas também eram marcas que atravessavam a minha vida: católico, catequista, em um relacionamento heterossexual, entre outras tentativas de atender as expectativas sociais impostas e esperadas àquela época, ingresso no curso Técnico-Agrícola com Habilitação em Agropecuária na antiga Escola Agrotécnica de Senhor do Bonfim. Porém, nada disso parecia ser suficiente e, como relata Rios (2019), havia algo de estranho em mim. As peças desse quebra-cabeça da normalidade em algum lugar ali não se encaixavam. A minha sexualidade e a minha performance de gênero expunham contra mim.

Durante grande parte da minha trajetória de vida e formação, a minha sexualidade foi vivenciada de maneira subalterna e em espaços privados. A minha infância e adolescência foi marcada pela falta de referência de pessoas LGBTTQIA+, total ausência de espaços que questionavam, debatiam e/ou problematizavam as questões de gênero e sexualidade, e a inexistência de lugares públicos para vivência das sexualidades dissidentes.

Olhando hoje para minha própria trajetória, o armário sempre foi e ainda é uma instituição presente na vivência e expressão da minha sexualidade, seja pelos meus privilégios de raça e gênero e as posicionalidades que a branquitude e a cisgeneridade me dão, seja pelos processos ora violentos e tortuosos, ora resistentes e orgulhosos que a viadagem possibilita.

Ao contrário das capitais e grandes metrópoles, onde há uma cena LGBTTQIA+ instituída há muito tempo, em cidades como Ponto Novo, que possuem menos de 20 mil habitantes e estão localizadas longe dos grandes centros urbanos, inexistem espaços que politizem a sexualidade, que possibilitem a construção do orgulho e que permitam a vivência dos afetos.

Em Salvador, por exemplo, Nascimento e Fernandez (2010), observam que desde os anos 2000, espaços da cidade já vinham sendo ocupados por pessoas LGBTTQIA+. Essas ocupações, que os autores chamam de esparsas, se espalhavam pelos cantos da cidade, possibilitando que redes de sociabilidade, mesmo que guetizadas, fossem instituídas.

Parker (2002), Macrae (1983), Perlongher (1987) e Castells (1999), discutem a importância das redes de sociabilidade no processo de construção das identidades gays, e afirmam que os agrupamentos entre pessoas gays contribuem na construção da identidade e nos processos de auto-organização, garantindo condições de existência e manifestação identitárias (FEITOSA *et al.*, 2020), o que não acontecia, por exemplo, em Ponto Novo.

Ao longo de minha infância, a minha performance de gênero sempre foi marcada como não-heterossexual. Desde muito cedo, me recordo de ser apontado como viado. Seja na escola, pelos colegas de classe que performavam uma masculinidade hegemônica, seja nas relações familiares, com primos que também se enquadravam naquilo que é socialmente esperado para homens, meu corpo, por ele mesmo, anunciava que algo não fruía em total acordo na tríade normativa de sexo-gênero-desejo.

Os mesmos discursos que instituem pânico morais contra as questões de gênero e sexualidade hoje, e que reforçam estereótipos de gênero e padrões de relacionamento afetivo-sexual, são os que, em alguma medida, me oprimiam e cerceavam o meu direito de viver e expressar a minha sexualidade e o meu gênero em uma performance não normativa.

As primeiras violências que experimentei ao longo da infância não tinham a ver com a minha sexualidade ou com o meu desejo de me relacionar afetivo-sexualmente com pessoas do mesmo sexo que o meu, elas se relacionavam com a minha performance de gênero, que estava em desacordo com aquilo que a sociedade espera para pessoas que nascem com pênis. Era a não materialidade do meu sexo na minha performance de gênero que me expunha às situações de violência.

Gênero e sexo são construídos e estabelecidos a partir de ideias de normalidade. Ao ser instituída como norma, a heterossexualidade é performada de modo que possa construir a materialidade do sexo nos corpos, de modo que também se materialize a diferença sexual (BUTLER, 2003). As expectativas sociais sobre meninos e meninas instituídas desde a infância funcionam como mecanismo de normatização dos corpos, das sexualidades e das performances de gênero.

Me recordo de inúmeras experiências nas quais, antes mesmo de falar, as pessoas já estavam me lendo como viado. A construção da minha identidade sexual, assim como de outras pessoas LGBTQIA+, foi marcada, inicialmente, por uma leitura que o outro fazia sobre meu corpo, e não sobre um processo de autodescoberta. Muito além do desejo sexual, desde muito cedo, comecei a entender que existia algo em mim que me diferenciava dos outros meninos: para eles eu não era homem, eu era viado.

Isso condicionou a forma como a minha sexualidade foi vivenciada e a minha identidade constituída. Passei a infância e adolescência em constante estado de vigilância, tentando ser menos viado e mais homem, construindo e solidificando armários diversos: na escola, em casa, na igreja e nas relações afetivas sexuais. Sem redes instituídas, e sem espaços de socialização coletiva, na minha adolescência, a vivência da sexualidade se dava também de maneira guetizada, nas leves escapadas do armário.

O principal dilema encontrado na construção da minha trajetória de menino gay em Ponto Novo se dava no modo como a falta de relações afetivo-sexuais, a ausência de discussões sobre gênero e sexualidade na escola, e a padronização da heterossexualidade como norma, condicionavam uma vivência solitária, subalterna e guetizada da sexualidade.

Os meus pequenos movimentos de saída dos armários para a vivência dos desejos se davam somente nesses lugares insólitos e em relações que jamais poderiam ser públicas ou publicizadas. Além de não haver espaços públicos e/ou privados de sociabilidade, as demonstrações públicas de afeto também eram interdidas em função das restrições às sexualidades não heterocêntricas (FERRARI; BARBOSA, 2014). Segundo Feitosa *et al.* (2020), nas trajetórias de vida de homens gays do interior, é comum que a guetização dos afetos e sociabilidade não se dê de maneira coletiva:

Na experiência gay interiorana ocorre de maneira individual e solitária, indo desde a impossibilidade de beijar em público e manifestar abertamente sua sexualidade, à dificuldade de manter relações sexuais em lugares não marginalizados e subalternos. Assumir uma sexualidade dissidente, assumir-se lésbica ou gay não é também garantia de vivência pública da sexualidade, mas sim um passe livre para as violências físicas e simbólicas, o que em alguma medida condiciona a solidificação dos armários (FEITOSA *et al.*, 2020, p. 325).

Ser viado era sobre a performance de gênero, e não necessariamente a materialização do desejo sexual. Tanto que na minha própria experiência, como nas experiências relatadas por Ferrari e Barbosa (2014), Gontijo e Costa (2012) e Feitosa *et al.* (2020), a interdição e marginalização das relações sexuais não impediam a sua quantidade e diversidade. Em geral, essas relações se davam não entre homens gays, mas com homens que socialmente se apresentavam e eram lidos como heterossexuais.

Saí de Ponto Novo em 2010, de lá até aqui a vivência das sexualidades dissidentes continua não se constituindo a partir de organizações, coletivos e/ou espaços públicos voltados para pessoas LGBTTTQIA+. Assim como muitos interiores do Brasil, Ponto Novo continua sem eventos ou festas voltadas para a população LGBTTTQIA+, sem paradas do orgulho, e sem uma rede de sociabilidades constituída, e com uma escola que interdita discussões de gênero e sexualidade.

A minha forma de viver e expressar a sexualidade muda completamente a partir de 2010, quando sou aprovado no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), que fica localizado na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. Entre 2010 e 2015, período em que

morei e fiz a graduação, Cachoeira e o CAHL eram conhecidos como o centro da diversidade sexual na UFRB.

A primeira grande diferença que marca a minha chegada em Cachoeira e na UFRB é a existência de pessoas LGBTTQIA+ e da forte expressão de gêneros e sexualidades dissidentes, uma referência incomum na minha vida até então. Ao contrário do Território Piemonte Norte do Itapicuru, onde havia poucos coletivos e tímidas ações pró-questões de gênero, diversidade sexual, e direitos sexuais e reprodutivos, o Recôncavo da Bahia, já em 2010, pulsava a dissidência sexual e de gênero.

O CAHL abrigava, em 2010, estudantes dos cursos de Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Gestão Pública, História, Museologia e Serviço Social. Em estudo publicado em 2017, Silva (2017) ressalta que havia no CAHL um discurso que localizava o centro como o mais “gay” da UFRB e um espaço que respira e acolhe a diversidade e as dissidências de gênero e sexualidades.

A UFRB, e mais especificamente o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) que está localizado em Cachoeira, não só contribuiu para que a cidade passasse a ser ocupada por pessoas LGBTTQIA+ que vinham à universidade, como também instituiu processos discursivos e intervenções sociais, artísticas e culturais a partir dos grupos de pesquisa e estudos em gênero e sexualidade alocados na universidade. Direta e indiretamente havia uma relação entre a presença de pessoas LGBTTQIA+ na universidade e o processo de vivência afetivo-sexual que se reconstruía na cidade pela presença de estudantes universitários vindos de diversos lugares do Brasil (FEITOSA *et al.*, 2020, p. 322).

O afastamento geográfico da minha família, e as novas redes de sociabilidade que passam a serem construídas em minha vida a partir do ingresso na universidade foram definidoras no processo de reconstrução da minha identidade e rompimento do armário, que não se deu de imediato, mas após um processo de autoaceitação mobilizado tanto pela inserção nos estudos de gênero e sexualidade, quanto pela vivência com outras pessoas gays e lésbicas que já experienciavam suas sexualidades fora do armário.

Cheguei em Cachoeira ainda negando a minha sexualidade e estranhando os corpos que performavam publicamente gêneros e sexualidades dissidentes. Assim como aconteceu em outros momentos da minha vida, logo que cheguei ao CAHL, a identidade sexual que eu anunciava foi negada: se em Ponto Novo, e na minha formação escolar eu era lido como viado, em Cachoeira as primeiras leituras dos outros sobre mim era do *gay encubado*.

A categoria identitária “gay” não fazia muito sentido para minha experiência até então. Até 2010, as minhas experiências afetivas públicas eram todas heterossexuais, eu era um homem que fazia sexo com outros homens, que na escola era chamado de viado, mas que tinha namorada, ia para a igreja, e seguia, dentro do possível, uma vida pública pautada pela heteronormatividade. Cachoeira e a UFRB me provocam um outro tipo de confronto interno: o de me entender e de ser lido como parte de um grupo identitário que eu até então não pertencia.

A construção da minha identidade como homem gay, a partir da minha chegada em Cachoeira envolveu primeiro a reconstrução de um armário, para depois vir uma ruptura parcial, que durante muito tempo foi marcada por uma vida dupla: em Cachoeira eu era um homem gay assumido, envolvido com a militância estudantil frente às questões de gênero e sexualidade, em Ponto Novo eu voltava para o homem gay no armário, que negava a sua identidade, silenciava os afetos e retomava a vivência dos desejos nos guetos.

A construção do orgulho e as primeiras rupturas do armário se deram a partir do ingresso no Coletivo de Diversidade Sexual *Aquenda!* - organização estudantil que discutia questões de gênero e sexualidade e denunciava institucionalmente as violências sofridas pelos estudantes LGTTQIA+ -, e dos agrupamentos coletivos, em especial a República Damas de Paus – casa de estudantes onde habitavam oito meninos gays do CAHL.

Mesmo em centros universitários tão diversos quanto o CAHL, a heterossexualidade continuava sendo estabilizada como principal possibilidade legítima de expressão sexual, fazendo com que a saída do armário e construção do orgulho nesse novo espaço também fosse mediada por processos violentos. A universidade não está alheia aos mecanismos de reprodução de opressões e, segundo expressam Nardir *et al.* (2015) e Amaral (2015), ela reproduz, atualiza e produz hierarquias de classe, raça, gênero, origem e sexualidade. A universidade precisa ser compreendida como uma instituição social que reflete a forma de funcionar da sociedade produzindo suas próprias regras, ordenamentos, estruturas, valores e normas de legitimidade internos (AMARAL, 2015).

Se nos espaços de sociabilidade proporcionado pelos coletivos estudantis e agrupamentos coletivos, a universidade se constituía para mim como um lugar onde a vivência e expressão da minha sexualidade era potencializada, na sala de aula e nas relações acadêmicas e institucionais a disputa por reconhecimento e legitimidade se mantinham. O “falar que nem homem”, expressão marcante na minha infância nos processos de construção de armários, na tentativa de esconder e reduzir os impactos da minha performance de gênero não masculina, voltava a ser uma estratégia e um condicionamento para ser ouvido.

Mesmo já assumido e vivenciando abertamente a minha sexualidade em lugares públicos, o tempo inteiro a minha experiência formativa no CAHL foi marcada por essa dualidade: na casa onde eu residia, nas festas e nos espaços de sociabilidade era cada vez mais marcante a performance da gay afeminada, enquanto na sala de aula, com os colegas de classe, nas relações institucionais e hierárquicas essa mesma performance era contestada e invisibilizada.

Por diversas vezes me senti deslegitimado, silenciado e não ouvido em função da afetação, algo presente em minha performance de gênero nos meses seguintes à saída do armário. A minha sexualidade não-heterossexual era um valor menor nas relações de poder estabelecidas no curso de História, e até ingressar nos estudos de gênero e sexualidade estive perdido, sem conseguir me vincular a nenhuma área específica do curso.

Durante muito tempo, esse foi um grande paradoxo para o Centro de Artes Humanidades e Letras, já que havia um total descompasso entre a produção de dissidências nos espaços de sociabilidade da universidade e a normatização dos espaços institucionais. Em um estudo que realizei em 2017 para obtenção do título de mestre, verifiquei, a partir de entrevistas etnonarradas com oito estudantes universitárias LGBTTQIA+ do CAHL, que, para estudantes gays, o armário era utilizado como estratégia de permanência universitária, a fim de evitar confrontos e desgastes com professores e colegas (SILVA, 2017).

A sala de aula majoritariamente heterossexual e a perspectiva de ciência cis-masculina-heterossexual condicionaram um afastamento do meu curso de graduação e um direcionamento para os estudos de gênero e sexualidade, potencializado a partir do ingresso no Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes. Entre 2010 e 2015, época que realizei a graduação, não existiam no curso de História da UFRB disciplinas que discutissem questões de gênero e sexualidade e eram poucos os espaços institucionais que refletiam diretamente sobre essas questões.

Nesse processo de demanda de reconhecimento a partir da saída do armário, o curso de graduação foi perdendo centralidade na minha formação, dando espaço para as atividades formativas complementares. Quando ingressei no PET, em 2012, me convoquei a refletir sobre a minha própria experiência, investigando os processos de permanência e afiliação de estudantes LGBTTQIA+ na universidade, que posteriormente foram tema do meu trabalho de conclusão de curso e da dissertação de mestrado.

Durante todo o meu percurso formativo da graduação, nesse processo de autodescoberta e politização sobre as questões de gênero e sexualidade e a minha própria identidade de gênero e sexual, eu me mantive no armário para minha família, meus amigos de

infância e todas as relações afetivas-sociais que havia deixado em Ponto Novo. A cada nova volta pra casa era um novo processo de retornar ao armário, de experienciar novamente o silêncio afetivo. Hoje, compreendo esse trânsito de entradas e saídas a partir de duas perspectivas, a da violência e do privilégio, questões que discuto no próximo tópico deste texto.

Tanto a partir da minha experiência pessoal e da vivência na República Damas de Paus, quanto a partir da pesquisa realizada no mestrado, percebi que mesmo o armário sendo uma instituição opressora, ele também se constitui como um privilégio para homens gays brancos homonormatizados. Afinal, quem pode transitar entre sair e entrar do armário? Para quais pessoas gays essa possibilidade é possível? Quando realizei a pesquisa de mestrado, entendi que esse trânsito era uma violência e um privilégio que nem toda pessoa gay acessa ou tem condições de usufruir.

Na minha experiência de vida, compreendo que, por diversas vezes, utilizei o armário como estratégia para não sofrer violências, mas também para não perder privilégios. As dinâmicas que me faziam não assumir para a família a minha sexualidade tinham a ver não somente com os processos violentos relatados anteriormente, mas também como o medo de ser retirado de um lugar de conforto: o que implicaria me assumir gay no meio da minha graduação?

Quando fui aprovado em História na UFRB, numa cidade que ficava a 279 km da minha residência, eu reunia condições socioeconômicas, mesmo que baixas, para permanecer na universidade. Minha mãe, mesmo com seu salário de professora, arcou sozinha durante o primeiro semestre com as despesas decorrentes do ingresso na universidade, até que passei a receber uma bolsa do programa de assistência estudantil da UFRB.

Assumir-me gay durante a graduação implicaria então perder o lugar de estabilidade afetiva, econômica, e social que eu mantinha com minha família. O medo de ser expulso de casa simbolicamente, já que eu não morava mais lá, e perder os privilégios decorrentes disso, me atormentavam e condicionavam a manutenção do armário. Durante o primeiro ano de curso, nas voltas para casa, eu ainda me esforçava para jogar o jogo da heteronormatividade.

Após o ingresso na militância estudantil e nos estudos de gênero e sexualidade, a volta para Ponto Novo representava um lugar assombroso de múltiplos silêncios. Esses silêncios reverberaram em múltiplas recusas e distanciamentos: quanto mais eu estudava sobre as questões de gênero e sexualidade, menos eu compartilhava em casa a minha vivência universitária, menos meu entorno familiar sabia sobre o que eu estudava e pesquisava.

O ponto alto desse processo de silenciamento foi a publicação, no ano de 2013, do livro “Currículo, Formação e Universidade: Autobiografias, permanência e êxito acadêmico de estudantes de origem popular”, organizado por Nascimento e Jesus (2013). O livro é composto por narrativas autobiográficas das trajetórias de vida e formação de estudantes universitários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, entre elas, a minha, que foi publicada com o título “Escritas e Leituras de Mim: Uma reflexão acerca do Acesso, da Permanência e do Currículo através da trajetória de vida” (SILVA, 2013).

Os dilemas entre as entradas e saídas do armário, em função das questões já relatadas, fizeram com que eu não mencionasse, em toda a escrita autobiográfica da minha trajetória de vida e formação, os atravessamentos que as questões de gênero e sexualidade tiveram e tem no meu processo formativo e na constituição da minha identidade e subjetividade.

A escrita de um capítulo de livro, no meio da graduação, relatando a minha trajetória de vida, era um marco e uma celebração não só para mim, mas também para a minha família, amigos e aqueles que construíram comigo todo esse processo formativo. Foram escritas e leituras de mim, sem ser eu mesmo. Me apaguei completamente em função das expectativas dos outros e de mim mesmo sobre o que aquele momento significaria, e não existe ali qualquer menção às questões que sempre atravessaram a minha vida e formação: as minhas dissidências de gênero e sexualidade.

Em 2015, dois anos após a publicação do livro, escrevi um texto para a Revista *Ars Histórica* no qual falo sobre o processo de apagamento da minha sexualidade na minha escrita autobiográfica, uma reflexão a partir da releitura do capítulo de livro anteriormente mencionado, que tinha como objetivo identificar como o armário moldava, regulava e transformava as minhas relações afetivas, sexuais e de gênero desde a minha infância até o meu acesso e permanência, na universidade (SILVA, 2016).

Ao analisar minha autobiografia, consigo perceber os diversos momentos em que após ter saído do armário, tive que retornar. Na verdade, a saída do armário ainda não aconteceu por completo em minha vida, ainda hoje vivo, não mais no trânsito, mas na privatização e ocultação dos meus desejos. Todas as vezes que volto para a casa da minha família, a minha sexualidade é guardada no armário (SILVA, 2016, p. 298).

O texto foi publicado somente em 2016, quando eu já havia me assumido para minha família. Entretanto, o processo de escrita se deu quando as dinâmicas do armário passavam a me sufocar.

Em minha atual residência, com os meus amigos, nos espaços de lazer e descontração, ou em outras palavras nos espaços privados da minha existência, eu sou assumidamente homossexual, entretanto, nos espaços acadêmicos, no trabalho, no estágio, nas relações profissionais/acadêmicas, nos espaços públicos, para ser respeitado a minha sexualidade tem que novamente ser trancafiada nos armários. (SILVA, 2016, p. 299).

Os processos que embasaram as reflexões que faço nesse texto se repetiram na construção do meu trabalho de conclusão de curso, no qual faço uma reflexão acerca da permanência de pessoas LGBTQ+ na UFRB. O trabalho foi defendido em novembro de 2014, sem a participação de nenhuma pessoa da minha família, pois eu ainda não havia reunido coragem para bancar publicamente a minha sexualidade e minhas escolhas teórico-metodológicas que se misturavam naquele momento.

O processo de sair do armário para minha família aconteceu somente em 2015, durante o primeiro ano do mestrado, quando, com a universidade em greve e as atividades da pesquisa paralisadas, eu tive que retornar para casa. Eu fiz o movimento de saída do armário, não fui expulso, não fui descoberto, nem violentado nas retiradas forçadas que diariamente acontecem com pessoas LGBTQ. Meu projeto de vida, minha situação socioeconômica enquanto bolsista de pós-graduação e a maturação de minhas reflexões teórico-políticas criaram as condições para os movimentos de saída que, assim como reflete Sedgwick (2007), nunca se findam.

Dizer em voz alta que sou gay, em princípio, alterou minimamente as relações afetivas com minha família. Meus pais estão separados desde 2008, minha convivência familiar se reduziu a minha mãe e minhas duas irmãs, e até hoje nunca conversei abertamente com meu pai sobre a minha sexualidade, mesmo ele sabendo que estou em um relacionamento homoafetivo de seis anos.

Durante os primeiros anos após a minha saída do armário, minha sexualidade continuou sendo ignorada: todos já sabiam, mas continuavam fingindo não saber. Os diálogos e as trocas nunca perpassaram questões afetivas sexuais, e outros atributos sociais começaram a compensar a não-heterossexualidade. O modo como as famílias têm evitado pessoas gays através do não reconhecimento de suas identidades, experiências e seus relacionamentos homoafetivos é uma forma de crueldade mental que se desenha a fim de fingir que a vítima não existe ou sequer existiu (SHULMAN, 2010).

Segundo Schulman (2010), historicamente, a família se constituiu como um lugar violento para pessoas gays, na qual ritualmente a sua vida, seu jeito de ser, seus relacionamentos e seus parceiros são evitados. A evitação se dá de forma imitativa, sem

grandes esforços, num movimento que ignora a identidade, as relações e as conquistas advindas a partir dela. Após tornar a minha sexualidade pública, a evitação foi, assim como relata Schulman (2010), a forma mais corriqueira de homofobia que passei a experimentar.

Os novos movimentos de entrada e saída dos armários que se deram a partir daí, não eram mais sobre a publicização da sexualidade, mas sobre a publicização dos afetos. Estou em um relacionamento homoafetivo desde 2015 e as situações que envolveram integrar ele a minha família e ser integrado a dele caracterizaram novos processos daquilo que, durante esse texto, tenho chamado de entradas e saídas de armários, e que Schulman (2010) define como evitação.

Ingressei no Doutorado em 2017, no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero, Mulheres e Feminismo na Universidade Federal da Bahia. Em função do corte de gastos promovido pelo Governo Temer após o golpe que tirou a presidente Dilma Rousseff do Governo Federal em 2016, eu, assim como outros tantos pesquisadores do Brasil, não tive acesso a bolsas de doutorado.

Desempregado, e sem condições de continuar pagando aluguel em Salvador, sete anos após ter saído de casa, retornei para Ponto Novo, novamente para a casa da minha mãe, dessa vez não mais como visita. Voltar para casa, mesmo após ter saído do armário, sempre representou um lugar de insegurança e medo. Era como se novamente eu estivesse voltando para os lugares de violência dos quais, ao longo dos últimos anos, com muito esforço, eu havia conseguido sair. Conjecturei os piores cenários: o da não aceitação, da privatização dos afetos, e especialmente o da impossibilidade de vivência do meu relacionamento.

Schulman (2010) chama de evitação, esse processo de tornar desconfortável a acolhida às famílias dos parceiros de pessoas gays. Disfarçada sob a pecha do respeito e da violência não dita, a evitação interdita, em igual medida, a vivência e expressão das sexualidades e dos afetos. O processo de inclusão de meu parceiro na minha família foi permeado de evitações. Além de mim e da minha sexualidade demandarem processos de aceitação, meu relacionamento agora passava pelo mesmo processo: que foi de negação a aceitação parcial.

Seja pelos processos de evitação, seja pelos processos de negação, silenciamento e interdição, o armário continuou contínuo e central em minha trajetória. A cada novo encontro, a cada nova entrevista de emprego, em cada participação em espaços essencialmente heterossexuais e normatizados, novas suposições e novos processos de saídas são criados. No momento atual, em que as questões de gênero e sexualidades estão sendo cada vez mais

politizadas e objetos de discussão pública, os movimentos de saída desses armários mostram-se também cada vez mais necessários.

Retornar a Ponto Novo em 2017 já com a sexualidade fora do armário, reconstruir a relação com minha mãe e minha família na presença de meu companheiro, e me posicionar como homem gay me ajudou a perceber as potencialidades da vivência pública das nossas dissidências sexuais e de gênero. Ainda hoje muitos meninos e meninas gays e lésbicas ainda lidam com a construção de armários, guetos, e com processos de evitação das suas identidades e subjetividades.

Foi nesse retorno, quando novamente me deparo com os modos heterossexistas como as relações continuavam se produzindo, que começa a nascer as inquietações que geraram a pergunta inicial que desembocou na construção dessa tese. Eu inicialmente havia sido aprovado no Programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero, Mulheres e Feminismo para pesquisar os processos de permanência e afiliação de pessoas trans na universidade. Seria um estudo que daria continuidade à pesquisa que desenvolvi na graduação e no mestrado, na qual investiguei a trajetória, permanência e afiliação de pessoas LGBTQ+ na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O projeto inicial tinha como proposta aprofundar nas estratégias e entraves da permanência de pessoas trans, algo que, na investigação que eu havia feito no mestrado, ressaltou como um processo muito específico, e que, mesmo relacionando-se com os entraves encontrados por pessoas gays e lésbicas, possuía contornos próprios que a dissertação não deu conta de alcançar.

Entre 2017 e 2018, cheguei a realizar parte do campo: apliquei um questionário online com estudantes da Universidade Federal da Bahia chamado “Desabapho Virtual”⁵, um instrumento que levantava percepções da comunidade estudantil sobre as violências LGBTQIfóbicas e de gênero no ambiente universitário; e realizei cinco etno-entrevistas com estudantes trans dos cursos de graduação e pós-graduação da UFBA.

Porém, no meio do campo, foi captado por um outro debate que começa a se instituir com ainda mais força no Brasil, e passava a refletir também em Ponto Novo: a campanha presidencial de 2018, que culminou na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL). Foi um período que amplificou os discursos de ódio e situações de violência contra mulheres, negros e negras e, em especial, pessoas

⁵Utilizei a categoria "Desabapho" em referência ao termo anteriormente empregado pelo projeto Escuta Diversa, serviço interdisciplinar e de proteção à comunidade LGBTQ da UnB, que, entre 2015 e 2016, realizava rodas de conversa sobre violências ocorridas na universidade (LIONÇO; BAËRE; PORTELA; 2016).

LGBT+, e a categoria gênero começou a novamente dominar o debate público a partir da pecha de *Ideologia*.

Ao mesmo tempo que, nas aulas do doutorado, estávamos debatendo as perspectivas distintas de gênero, as linhas e vertentes do feminismo, as disputas teóricas em torno desse e de outros conceitos, em Ponto Novo, assim como em outros lugares impactados pela crescente onda conservadora, gênero e sexualidade se misturavam num mesmo balaio, e possuíam um significado comum: uma ideologia que força um novo modelo familiar, uma nova forma de viver a sexualidade, e um projeto de destruição do sexo e do gênero em suas formas convencionais.

Mobilizado por essas inquietações, escrevo, em 2018, um texto que foi publicado na Revista Periodicus: “A ‘Ideologia de gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas” (SILVA, 2018). O texto, tinha como objetivo “produzir um contra discurso à Ideologia de gênero, apontando as suas deficiências, incompreensões e confusões terminológicas” (SILVA, 2018, p. 269). Através do texto, trago como perspectiva que esses discursos tinham como objetivo instaurar um pânico moral, combater os direitos das mulheres e LGBTs, o que, em consequência, acabava incentivando e legitimando a violência de gênero e LGBT+fobia.

Já imerso nos estudos sobre Pânicos Morais e Ofensivas Antigênero no Brasil, o meu projeto de pesquisa doutoral começa a se modificar, e no exame de qualificação realizado em julho de 2019, um novo objeto e um texto inicial que se relacionava a ele foram apresentados para a banca. A pesquisa agora tinha como objetivo discutir a premência universitária de estudantes trans em tempos de perseguição às questões de gênero e sexualidades.

Nesse mesmo período, fui aprovado no edital CAPES-COFECUB de bolsa de doutorado sanduíche no exterior para realização de um estágio doutoral na Universidade Paris 8 com o projeto “As disputas em torno das questões de gênero e sexualidades: uma análise comparativa entre o Brasil e a França do impacto da “ideologia de gênero” na permanência universitária de estudantes LGBTs”.

Na mesma linha do que havia sido proposto na qualificação, porém, em uma perspectiva mais ampla, o projeto tinha como objetivo compreender como as disputas promovidas em torno da noção de ideologia de gênero têm promovido à violência e impactado a permanência de estudantes universitários LGBTs brasileiros e franceses.

O desenho da tese, que vinha se desenrolando até esse momento, era o de investigar como as ofensivas antigênero contribuem na produção de violências de gênero e

lgbtfóbicas, e como essas violências impactaram a permanência dos estudantes LGBTQ+, em especial das e dos estudantes trans na universidade. Na qualificação, entendemos que o objetivo estava muito amplo, e que, com a oportunidade do doutorado sanduíche, sob a orientação do professor Eric Fassin, referência nos estudos sobre ofensivas antigênero, fazia mais sentido pensarmos o impacto dessas ofensivas na produção de violências, não necessariamente no espaço universitário.

Somado a isso, me inquietava perceber que muito do que estávamos discutindo nas aulas do doutorado, muito do debate que realizamos nas salas do PPGNEIM, era quase que inacessível para a realidade que vivenciava em casa e percebia na educação pública de Ponto Novo. De alguma forma, eu me via mobilizado a escrever sobre os movimentos antigênero, sobre o quanto esses movimentos impactaram nas percepções que a sociedade construía sobre gênero e sexualidade, e dois outros eventos acabam contribuindo diretamente para que, em 2019, eu decidisse mudar completamente o objeto central da minha tese que havia sido proposto quando entrei no programa.

Após a eleição de Bolsonaro, entre todos os ataques que a população LGBTQ+ e o Gênero, enquanto categoria de análise, sofreram desde os primeiros dias de governo, experienciei duas situações que me contribuíram diretamente com a minha decisão por discutir os impactos do discurso antigênero na política educacional brasileira, e a produção de violências que se davam em consequência a esse discurso.

Em setembro de 2019, o pároco de Ponto Novo envia a grupos de whatsapp religiosos e de notícias locais um áudio em que chama de “ideologia de gênero” a presença de uma bandeira do movimento LGBTQ+ na 40ª Missão da Terra da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Senhor do Bonfim. A Missão da Terra, que acontece na Diocese de Bonfim desde 1979, reúne, além de comunidades de bases vinculadas a Igreja Católica, diversos movimentos sociais, a exemplo do Movimento Sem Terra - MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB, entre outros. Eis que, entre os participantes do evento, um grupo estava com uma bandeira do movimento LGBTQ+.

Nas mensagens que foram veiculadas nos grupos online, o pároco afirma que a ideologia de gênero é uma doutrina *do demônio* que impõe à sociedade que “crianças nascem sem sexo e depois decidem em sua vida”. Ele julga como absurda a presença de pessoas com a bandeira do movimento *gay*, e relaciona pessoas LGBTQ+ com uma manifestação do demônio e da falta de Deus. Em outubro do mesmo ano, novamente a ideologia de gênero volta a assombrar Ponto Novo. Dessa vez, um novo pânico moral é instaurado em função de uma roda de conversa sobre gênero, realizada no Colégio Centro Educacional de Ponto Novo,

como parte das ações desenvolvidas pela Rede Abrace – iniciativa da Secretaria de Assistência Social, em parceria com a Secretaria de Educação para discutir a crescente onda de tentativas de suicídio entre adolescentes locais.

Também em áudios compartilhados em grupos locais, uma pessoa que se auto identifica como “Robertão” relata a sua indignação com a realização de uma palestra sobre “Ideologia de gênero” na escola. Robertão, acusa a escola e o palestrante de ludibriar a mente das crianças e adolescentes, e sinaliza a sua *imensa* preocupação em ver que esses assuntos já chegaram na cidade.

Em 2019, eu estava residindo em Ponto Novo e acompanhei de perto os dois eventos. Foi a partir daí, me preparando para no início do ano seguinte embarcar no estágio doutoral na Universidade Paris 8, que essa tese começa a nascer, tal qual ela está sendo apresentada. O projeto de tese, assim como o desenho de sumário e primeiro capítulo que foi apresentado ao exame de qualificação em julho de 2019, objetivava investigar a permanência universitária de estudantes trans em tempos de perseguição às questões de gênero e sexualidades.

Respondendo à pergunta inicial que intitula essa seção do texto, eu não só escrevo de muitos lugares, como esse texto também fala a partir de muitos atravessamentos, que, a partir de 2020, quando de fato ele passa a tomar forma, outras novas interferências são produzidas.

1.3 Os percursos e entraves: entre a pandemia e o sanduíche, a tese

Em maio de 2019, fui aprovado no edital de seleção de doutorado sanduíche no exterior CAPES-COFECUB 8/2018, para um estágio doutoral na Universidade Paris 8, que fica localizada em Saint-Denis, comuna francesa situada na Região Metropolitana de Paris, departamento de Seine-Saint-Denis, na região Île-de-France, vinculado ao projeto Gênero Ameaça(n)do, uma parceria interinstitucional entre as universidades UERJ, UFSC, e UFBA.

O Gênero Ameaça(n)do é um projeto franco-brasileiro que se propõe analisar as batalhas de gênero no Brasil e na França. Assim como veremos mais à frente, nos capítulos 2 e 3, as ofensivas antigênero são movimentos transnacionais que se multiplicaram entre países da Europa e América Latina. Dado o caráter mais visível e mais precoce das mobilizações na França, e a multiplicação de mobilizações no Brasil no mundo da arte, da escola e da psicologia, o projeto se propõe a pensar as lógicas comuns aos dois países e as especificidades do contexto brasileiro e francês.

O plano de trabalho proposto para o estágio doutoral, tinha como objetivo compreender como as disputas promovidas em torno da noção de ideologia de gênero têm promovido à violência e impactado a permanência de universitários LGBTQ+ brasileiros e franceses a partir de uma análise comparativa entre a experiência de estudantes da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Paris 8.

A viagem estava programada para acontecer após a qualificação da tese, e dependia da comprovação da proficiência em língua francesa exigida pela CAPES. O exame de qualificação aconteceu em julho, e o resultado do exame de proficiência veio em dezembro. Com isso, dado os prazos exigidos pela CAPES para implementação da bolsa, o estágio foi inicialmente programado para acontecer em abril de 2020.

Em função do plano de trabalho proposto para o sanduíche e sua correlação com o objeto da tese que havia sido apresentado à banca de qualificação, os meses que sucederam o exame de qualificação (julho de 2019) até o período inicialmente indicado para a implementação (abril de 2020), foram focados em aprimorar o domínio da língua francesa, iniciar leituras da literatura francófona sobre movimentos e ofensivas antigênero na França, e resolver burocracias relacionadas à viagem para outro país. Até que, no final de fevereiro de 2020, começa a circular no noticiário brasileiro, os primeiros casos de Coronavírus.

Macêdo (2000), afirma que, na etnopesquisa, o projeto de pesquisa deve ser configurar de maneira flexível, poroso e suscetível a uma realidade que “irremediavelmente, cotidianamente, demanda ao etnopesquisador abertura à incerteza e ao acontecimento” (MACEDO, 2000, 0. 7). Se, para Macêdo (2000), a imersão no campo poderia vir a ser essa abertura à incerteza, da possibilidade do encontro com o novo não antes mapeado nas questões formuladas, em março de 2020, uma realidade irremediável, externa ao campo, é quem provoca as dúvidas, e quem produz novas questões e acontecimentos à pesquisa

Em 27 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso de Coronavírus no Brasil. Dia 12 de março aconteceu a primeira morte por COVID no país, e em 17 de março, secretarias estaduais de saúde contabilizavam 349 infectados em 17 estados e no Distrito Federal. Nessa mesma semana, no dia 18 de março de 2020, eu desembarcava em Brasília, tinha um compromisso na Embaixada Francesa para retirada do visto.

O governo brasileiro e outros países do mundo começavam a implementar medidas para limitar a disseminação do COVID-19. No Brasil, a partir de 17 de março, o Ministério da Justiça anunciou que todas as pessoas no Brasil ou em processo de entrada deveriam seguir orientação médica em relação às quarentenas. No mesmo dia, diversas embaixadas em Brasília suspendem emissão de visto e pedidos de nacionalidade.

Uma matéria publicada no G1, no dia 17/03, noticiava que a embaixada dos Estados Unidos havia informado que as entrevistas para emissão de vistos para o país estavam suspensas, e que o atendimento para outros serviços estava restrito a cidadãos norte-americanos residentes no Brasil. Na mesma matéria, vinha a informação de que a emissão de vistos na embaixada da França estava mantida, e que os serviços consulares seriam limitados e a “disponibilidade de agendamento estaria de acordo com a limitação do fluxo de pessoas no consulado, de acordo com as novas medidas contra o coronavírus” (G1)⁶.

Viajei para Brasília na madrugada do dia 18 de março de 2020. Meu voo saía de Salvador às 03:10hs, fazia uma escala em São Paulo e seguia para Brasília. O desembarque estava previsto para às 08:40hs, cheguei lá por volta das 08:26hs da manhã, e às 08:58hs recebi um e-mail (Figura 1) do consulado francês informando que, devido a propagação do coronavírus e o fechamento de fronteiras no Espaço Schengen, o setor de vistos da embaixada estava fechado por tempo indeterminado.

Figura 1: Cancelamento de agendamento



Fonte: Autoria própria.

O dia 18 de março ficou marcado no Brasil como o dia em que diversas medidas mais radicais foram tomadas para contenção do Coronavírus. O mundo registrava naquele dia

6

mais de 200 mil casos e mais de 8 mil mortes. Recomendações de isolamento em todas as cidades do país começaram a acontecer: em São Paulo, o então governador João Doria anunciou o fechamento de todos os shoppings centers e academias de ginástica da região metropolitana. Em Salvador, um decreto municipal, também do dia 18 de março, alegava situação de emergência e suspendia atividades de shopping centers, centros comerciais e demais estabelecimentos correlatos⁷.

Na rede estadual e particular de ensino, o Governo da Bahia também suspendeu as aulas e interrompeu o transporte público intermunicipal como medida de prevenção à proliferação do coronavírus. Nesse mesmo dia, a Universidade Federal da Bahia anunciou a suspensão por tempo indeterminado das atividades acadêmicas e administrativas, assim como a interrupção imediata do calendário letivo universitário.

A decisão do Conselho Universitário da UFBA vem um dia depois do Ministério da Educação autorizar, através da portaria Nº 34, a substituição das aulas dos cursos presenciais do Ensino Superior por meios remotos de ensino. A portaria delegava às universidades e demais instituições de ensino superior o fornecimento de plataformas digitais para acompanhamento das disciplinas pelos alunos, assim como autorizava a suspensão de aulas, desde que posteriormente substituídas (BRASIL, 2020).

Retornei a Salvador no mesmo dia em que havia saído. Saí de Brasília às 14:20hs, cheguei em Salvador às 16:40hs, em meio a uma nova realidade que se impunha a todos os brasileiros e diversas outras pessoas ao redor do mundo. Dali em diante, os dias que se sucederam redefiniram a vida social como um todo, e em especial a universidade e os espaços educativos, que passaram a lidar com uma realidade nunca experimentada na história recente. Na nota publicada em seu site oficial, a reitoria da UFBA afirmava que “tal suspensão de atividades, ademais motivada por uma emergência sanitária dessa relevância, é algo inédito na história da UFBA”⁸.

Ainda há poucos estudos que se dedicam a investigar os impactos psicológicos da pandemia na saúde mental de estudantes universitários, e menor ainda é o número de publicações que se dedicam a refletir sobre esse impacto em estudantes de pós-graduação e pesquisadores de mestrado e doutorado. Isso se dá, em função do curto período desde que a

⁷ Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2020/3227/32268/decreto-n-32268-2020-declara-situacao-d-e-emergencia-no-municipio-de-salvador-e-define-outras-medidas-para-o-enfrentamento-da-pandemia-decorrente-do-coronavirus>.

⁸ Disponível em:

https://ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-interrompe-atividades-por-tempo-indeterminado-em-combate-ao-coronavirus.

OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, que só veio acontecer no último dia 05 de maio de 2023.

O próprio funcionamento da Universidade, em especial da Universidade Federal da Bahia só veio ser normalizado no segundo semestre de 2022, há pouco menos de um ano. Entretanto, alguns estudos iniciais, realizados no momento pandêmico, dão conta de refletir sobre os impactos da pandemia na produção acadêmica, na atuação de docentes universitários e experiência e vivência de estudantes que tiveram as suas formações redefinidas pelas medidas de isolamento social para contenção do avanço da pandemia.

Em um levantamento realizado no Scielo e no Google Acadêmico, encontrei 5 artigos que discutem mais diretamente o impacto da pandemia na produção acadêmica de estudantes e docentes universitários. Melo (2023), Saraiva e Morejon (2020), Maia e Dias (2020), Gundim *et al.* (2021) e Luiz *et al.* (2023), trazem apontamentos interessantes que nos ajudam a refletir e ilustrar como a produção acadêmica e científica foi afetada.

Saraiva e Morejon (2020) realizam um estudo inicial que investiga os impactos das Políticas de Quarentena da Pandemia Covid-19, Sars-Cov-2, sobre a Ciência e Tecnologia Brasileira. As autoras coletaram a percepção de 401 pesquisadores a partir de entrevistas realizadas entre 22 de março e 15 de abril com membros da comunidade científica do Brasil, em especial professores universitários, doutorandos e mestrandos, em sua maioria pesquisadores das Ciências Humanas e das Ciências Sociais.

Saraiva e Morejon (2020) afirmam que os responsáveis pelos laboratórios foram aqueles cujos trabalhos foram inicialmente mais afetados, seguido pelos professores universitários e doutorandos. Quando é feito o cruzamento entre a área do pesquisador e o efeito da Covid-19 na pesquisa, pesquisadores da área de Ciências da Vida, seguido por Humanidades e Ciências Sociais e aplicadas foram os mais afetados.

O estudo ainda afirma que aqueles pesquisadores que estavam em campo, que pretendiam sair a campo, ou que dependiam de laboratórios para continuidade do trabalho científico tiveram as suas pesquisas e produções afetadas e, em alguns casos, paralisadas. Para os pesquisadores e as pesquisadoras que têm filhos, o trabalho científico foi ainda mais afetado nesse período, já que, com o fechamento das creches e escolas, o período em casa estava dividido entre o trabalho de pesquisa científica e a tarefa de cuidar dos filhos, com uma já esperada sobrecarga para as mulheres.

Mesmo sendo realizado nos primeiros dias após as medidas que potencializaram o confinamento e a quarentena, o estudo de Saraiva e Morejon (2020) aponta para questões que ficaram marcadas nos últimos três anos, em especial a necessidade de reestruturação do fazer

científico, a partir do cenário de pandemia que nos encontrávamos. Não só os objetos de pesquisa, o campo, e as estratégias metodológicas foram impactadas e precisaram ser remodeladas, de maneira ainda mais forte e especial, a reorganização social imposta pela pandemia de COVID-19 afetou os pesquisadores.

Em um estudo que avalia o impacto emocional da pandemia e das medidas de isolamento social sobre estudantes universitários, Gundim *et al.* (2021) afirmam que o bem-estar psíquico de estudantes universitários foi alterado no decorrer da pandemia. Segundo os autores,

cerca de 15,1% dos estudantes consideraram sentir-se significativamente mais preocupados durante o período pandêmico quando em referência ao período normal, e 38,5% declararam “sentir-se com medo”. Outras formas de apresentação do sofrimento psíquico apresentadas foram: sentimentos de falta de conforto, preocupação, inquietação, sentimento de não saber o que fazer, sentir que a vida não tinha sentido ou sentir-se quase a entrar em pânico (GUNDIM *et al.*, 2021, p. 9).

Nessa mesma perspectiva, Maia e Dias (2020), em um estudo que ouviu 460 estudantes, em sua maioria mulheres (cerca de 82%), afirmam que durante a pandemia, se comparado com períodos normais, houve um aumento significativo de perturbação psicológica, em especial ansiedade, depressão e estresse entre estudantes universitários.

Da mesma forma, Mello (2023) também salienta que a pandemia contribuiu para que houvesse uma sobrecarga de trabalho para mulheres, somada a um adoecimento e a perda de sentido do fazer científico quando observada a produtividade de 72 professoras vinculadas a dez programas de mestrado e doutorado de cursos de licenciaturas.

Face a uma realidade irremediável a curto prazo, a pandemia provoca um novo giro no objeto de pesquisa dessa tese, nos seus objetivos e de maneira especial no desenho metodológico que vinha em construção desde a banca de qualificação e em especial a partir da aprovação para o estágio sanduíche no exterior. Somente no fim de abril, quase 40 dias depois do início da implementação das medidas de contenção de disseminação da COVID é que consigo retornar para minha casa no interior da Bahia, e a partir daí uma nova perspectiva de texto e de objeto de pesquisa começa a nascer.

A proposição de investigação do impacto do discurso antigênero na produção de violências contra pessoas LGBTQ+ na universidade, passa a dar lugar a uma investigação sobre o impacto das ofensivas antigênero na política educacional brasileira. As entrevistas com estudantes universitários LGBTQ+ dão lugar a análise de documentos oficiais, projetos de lei e iniciativas do legislativo e executivo para promover e/ou cercear o debate sobre gênero e

sexualidade na escola e na universidade. Não é só o objetivo central desta investigação científica que muda, as condições de escrita e produção também são impactadas, e escrever passa a ser um desafio.

Essa tese, da forma como está sendo apresentada hoje, começa a nascer em meio ao primeiro ano da pandemia. O planejamento inicial de entrevistar estudantes universitários para compreender como as ofensivas antigênero produzem violências que impactavam a sua permanência torna-se inviável. A tese caminha, então, para discutir o impacto das ofensivas antigênero na política educacional brasileira a partir da análise de projetos de leis e iniciativas dos poderes legislativos e executivos para barrar as discussões sobre gênero e sexualidade na educação. Até que, ao final de 2020, um novo fato provoca uma nova mudança.

Com a diminuição dos casos de COVID em todo mundo, ao final do primeiro ano da pandemia, a CAPES volta novamente a implementar bolsas de estudantes que tivessem anuência de orientadores estrangeiros, e autorizar viagens para países que estivessem emitindo vistos e aceitando estudantes.

No dia 26 de novembro de 2020 eu recebi a confirmação de que a bolsa de doutorado sanduíche poderia ser implementada a partir de dezembro do mesmo ano. Quarenta dias depois, após realizar todos os procedimentos necessários para a viagem, em 06 de janeiro de 2021, eu estava saindo do Brasil em direção a Paris. Só não esperava que, ao chegar lá, uma nova onda do COVID estaria crescendo, e as medidas de isolamento social a serem implementadas seriam ainda piores do que as até ali experimentadas no Brasil.

No Brasil, em dezembro de 2020, os casos de COVID estavam desacelerando, e alguns aspectos da vida social começaram a ser retomados. Bares e restaurantes começaram a reabrir, até que, no final de dezembro, o número de mortes começa novamente a aumentar, e uma nova onda do COVID, ainda mais forte que a anterior, começa a se desenhar. Dessarte, ao desembarcar em Paris no dia 07 de janeiro de 2021, encontrei um país e uma cidade que começava a se preparar para uma nova série de restrições em função da pandemia.

Os casos de COVID na França começaram a aumentar em função das liberações que houve em por causa das festas de Natal e Ano Novo. Em novembro de 2020, Macron havia anunciado uma série de medidas de desconfinamento, que envolviam flexibilização de viagens e reabertura de pequenos comércios a partir de 28 de novembro, fim do confinamento e implementação do recolher obrigatório a partir de 20 de dezembro, e reabertura de restaurantes e reabertura total de escolas secundárias a partir de 20 de janeiro.

A última fase, que envolvia a reabertura, inicialmente de escolas, e em seguida de outros espaços formativos como as universidades, não foi iniciada. Desde 15 de dezembro que

um toque de recolher proibia, com algumas exceções, todas as viagens pela França metropolitana entre 20h e 6h. No início de janeiro, logo que cheguei, esse toque de recolher foi antecipado para às 18h em 25 departamentos franceses, incluindo o território metropolitano de Paris.

Entre as medidas implementadas pelo decreto n.º 2021-31, de 15 de janeiro de 2021, estavam o fechamento de estabelecimentos comerciais e a proibição do trânsito de pessoas, com exceção daqueles que regressavam do trabalho após às 18h. Para evitar que houvesse um pico no fluxo de pessoas no horário limite das 18h, alguns estabelecimentos comerciais começaram a fechar as suas portas às 17h.

O isolamento na França foi ainda mais severo e mais forte do que no Brasil. Com o aumento dos casos, no dia 29 de janeiro, novas medidas foram implementadas e outras foram intensificadas. A França novamente fechou as suas fronteiras para países fora da União Europeia, os centros comerciais não alimentares com mais de 20 mil m² tiveram atividades temporariamente encerradas, restaurantes e bares permaneceram fechados, viagens entre departamentos franceses, sem que houvesse uma justificativa de trabalho estavam proibidas, e as atividades presenciais das universidades permaneceram paralisadas.

Estas medidas duraram até 19 de maio, quando, na primeira etapa do plano de reabertura, restaurantes e espaços culturais reabriram para consumo exclusivamente externo, e o toque de recolher iniciava às 23h. Com a vacinação, a reabertura de cafés, restaurantes, museus, espaços culturais, e outros locais que previam a presença de pessoas em seu ambiente interno aconteceu somente em junho, quando a França começou a implementar o que chamou de passe sanitário. O fim do toque de recolher foi anunciado somente em 16 de junho para começar a partir do dia 20.

Durante todo o período que passei em Paris, as universidades ficaram fechadas para atividades de ensino. Já os espaços de convivência, os laboratórios e as bibliotecas estavam abertos, com algumas medidas de restrição de acesso. Desde que cheguei em Paris, em janeiro, mesmo com a intensificação das medidas de restrição de circulação e contenção da contaminação por COVID, às bibliotecas, depois que haviam sido reabertas em agosto de 2020, não foram fechadas, e apenas sofreram impactos na forma de acesso e horários de funcionamento.

Dado esse cenário, o plano de trabalho que eu inicialmente havia proposto para realizar na Universidade Paris 8, foi impossibilitado de ser executado. Tal qual havia acontecido no início de 2020, quando a perspectiva de entrevistar estudantes universitários dá

lugar à uma análise bibliográfica e documental, o mesmo acontece no que tange às especificidades e/ou similaridades da França, no contexto das ofensivas antigênero.

Ao longo do período que fiquei na França, cursei duas disciplinas do mestrado em Estudos de Gênero, ministradas pelo professor Eric Fassin, na Universidade Paris 8, “Race, Genre et Classe” e “Genre et politique”, e frequentei inúmeras bibliotecas francesas, de Paris e região metropolitana, em busca de referências sobre as vertentes franceses dos movimentos antigênero que culminaram na escrita do capítulo 4.

É em Paris que o escopo desta tese dá seu último giro para o que apresento hoje. A pandemia, em momentos diferentes e em lugares distintos, me impediu que aquilo que eu havia inicialmente desenhado, fosse de fato concretizado em termos de metodologia, objeto e perspectivas de investigação. É nesse sentido que, dado o contexto relatado, e em função de todas as intercorrências que se sucederam nos últimos anos, o objetivo central deste trabalho se tornou compreender como as ofensivas antigênero impactaram a política educacional brasileira e a inserção dos debates sobre gênero e sexualidade na educação.

De maneira específica, essa investigação também buscou contextualizar a origem das ofensivas antigênero e a produção e disseminação do discurso da ideologia de gênero no Brasil; investigar os impactos da agenda antigênero na restrição das discussões sobre gênero e sexualidade na escola; compreender como as disputas promovidas em torno da noção de ideologia de gênero têm potencializado e autorizado à violência de gênero e LGBT+fobia, e cerceado direitos das mulheres e pessoas LGBTs; e identificar semelhanças e diferenças transnacionais das ofensivas antigênero no Brasil a partir do caso francês.

Depois de tantos giros e viradas, não só o objetivo central desta tese se modificou, como também, os instrumentos de análise e o percurso metodológico tiveram que ser redefinidos em função disso. Entretanto, por maiores que tenham sido as interferências da pandemia para a investigação inicialmente proposta, assim como para a escrita desse texto, isso não fez com que o rigor intercrítico da etnopesquisa implicada fosse abandonado, muito pelo contrário. Esse texto preza, na perspectiva de Macedo (2009), pela “qualidade epistemológica, metodológica, ética e política, socialmente referenciada” (MACEDO, 2009, p. 75).

O rigor, para a etnopesquisa crítica implicada, está na compreensão das compreensões. Para Macedo (2009), compreender compreensões é a atividade predominante para o pesquisador em ciências humanas. Como a compreensão está no âmbito da experiência dos sujeitos, é o rigor dos métodos utilizados que vai possibilitar a construção de dispositivos

que permitam a compreensão do outro e da sua realidade, para daí, produzir um conhecimento que seja situado.

Em sua perspectiva analítica, o rigor da etnopesquisa implicada vem da imersão em campo e da indagação sobre a relevância dos dados encontrados, via um processo que Macedo (2020) denomina de saturação. A saturação vai indicar a suficiência das informações e das possibilidades de que as análises e interpretações finais do conjunto do corpus empírico sejam iniciadas.

Feito isso, a tradição fenomenológica da etnopesquisa recomenda a redução, movimento de seleção das partes consideradas essenciais e daquelas que, no momento, não sejam consideradas significativas. O movimento de redução promove uma filtragem contextualizada a fim de se chegar à compreensão sobre o objeto em questão. Para Macedo (2000),

a compreensão só se torna possível quando o pesquisador assume o resultado da "redução" como um conjunto de asserções significativas para ele, pesquisador, mas que apontam para a experiência do sujeito, quer dizer, que apontam para a consciência que este tem do fenômeno. [...] Posteriormente, o pesquisador transforma estas expressões em expressões próprias do discurso que sustenta o que está buscando. Finalmente, obtêm-se a síntese das unidades significativas, que vêm das várias fontes de informações e dos vários sujeitos da investigação. (MACEDO, 2000, p. 8).

Dadas as impossibilidades anteriormente relatadas, o campo, ao contrário do que se esperava, foi, tal qual a vida social durante a pandemia, transferido para a experiência remota e síncrona, e os passos anteriormente relatados por Macedo (2000), foram realizados em Bases de dados de Publicações Científicas, no Banco de Discursos e Notas Taquigráficas e no Banco de Projetos de Lei e Outras Proposições do Senado e da Câmara dos Deputados, e a partir do mapeamento de notícias em jornais e revistas que abordaram iniciativas antigênero no Brasil e na França, dado os contextos analisados.

Para Macedo (2000), o processo de imersão, indagação, saturação, redução, filtragem, e interpretação para compreensão, possibilita reagrupar as informações em *noções subsunçoras*⁹ que

irão abrigar analítica e sistematicamente os subconjuntos das informações, dando-lhes feição mais organizada, em termos de um corpus analítico, escrito de forma clara e que se movimenta para a construção de uma peça literária compreensível e heurísticamente rica, de onde é construído

⁹ Segundo Santos e Okada (2004), “as noções subsunçoras são as categorias analíticas frutos da análise e interpretação dialógica entre empiria e teoria num processo de aprendizagem significativa”.

um certo conhecimento, enquanto "totalização em curso" (Sartre), nascido do esforço do ato de conhecer, pesquisando (MACEDO, 2000, p. 9-10).

Na perspectiva de Macêdo (2020) “o pesquisador deve indagar-se sobre relevância dos seus ‘dados’, tomando, mais uma vez, como orientação suas questões norteadoras e outras intuições saídas do contato direto com o objeto pesquisado” (MACEDO, 2020, p. 7). Todo o movimento de pesquisa foi realizado tendo como referência a estrutura proposta por Macedo que passa pela imersão, saturação, redução, e filtragem para construção da compreensão. Cada um dos capítulos envolveu uma imersão distinta, a fim de que novas e diferentes compreensões sobre o objeto central desta tese fossem construídas.

No capítulo dois, localizo os contextos dessa investigação e reflito sobre a ameaça de gênero, o pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade, e a transnacionalização dessas ofensivas, com destaque especial para a repercussão e atuação desses grupos na América Latina. Apresento como se deu a produção da categoria “Ideologia de Gênero” e como os grupos antigênero se organizaram numa verdadeira ofensiva contra os direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+. Nesse percurso teórico, passo pelo debate acerca do Neoconservadorismo de Gênero, destacando a atuação que setores evangélicos e católicos, e atores políticos da direita e extrema direita, tiveram para a ampliação e disseminação de pânicos morais, através de campanhas internacionais que promovem um enfrentamento ao gênero, aos direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+, assim como a inclusão e debate das questões de gênero e sexualidade na escola.

No Capítulo três, identifico as semelhanças e diferenças transnacionais das ofensivas antigênero na França com o Brasil a partir da análise das reações a três grandes fatos que marcam as ofensivas francesas: o processo que levou à aprovação do Casamento Para Todos; o programa “ABCD da Igualdade”; e a Jornada de afastamento da Escola. Ademais, localizo o debate antigênero atual e os novos bodes expiatórios da vez, a partir da análise de reportagens e matérias jornalísticas sobre os novos enfrentamentos operados por essas ofensivas publicados na revista ‘Valeurs Actuelles’, conhecida na França por suas posições de direita.

No capítulo quatro, reflito sobre o enfrentamento às questões de gênero e sexualidade na política educacional brasileira, a partir da análise de reações a três iniciativas governamentais de promoção da diversidade de gênero e sexualidade: o programa Brasil Sem Homofobia, o curso Gênero e Sexualidade na Escola, e o Programa Escola Sem Homofobia; de debates sobre a incorporação das questões de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação e na Base Nacional Comum Curricular; e por fim, de discursos e proposições de

projetos de lei disponíveis no Banco de Discursos e Notas Taquigráficas e no Banco de Projetos de Lei e Outras Proposições do Senado e da Câmara dos Deputados.

2 CONTEXTOS: O GÊNERO ENQUANTO AMEAÇA

2.1 Pânico moral em torno das questões de gênero

Há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado (RUBIN, 1994).

Na perspectiva de Gayle Rubin (1994), acredito que estamos vivendo um desses períodos históricos, onde a sexualidade e o gênero, mais especificamente os gêneros e sexualidade dissidentes, estão sendo excessivamente contestados e politizados. Acredito que o momento em que nos encontramos, reuniu *condições de possibilidades históricas* para que movimentos religiosos, e conservadores em geral, projetassem suas ideias.

Para Cohen (2019), de tempos em tempos, as sociedades parecem estar sujeitas a períodos de pânico morais. Seja pelo surgimento de objetos novos, ou mesmo pela retomada de medos anteriormente existentes, os pânico morais marcam a memória coletiva e, em alguns casos, repercutem até mesmo na política, na justiça e no ordenamento social.

Societies appear to be subject, every now and then, to periods of moral panic. A condition, episode, a person or group of persons emerges to become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashion by the mass media; [...] Sometimes the object of the panic is quite novel and at other times it is something which has been in existence long enough, but suddenly appears in the limelight. Sometimes the panic passes over and is forgotten, except in folklore and collective memory; at other times it has more serious and long-lasting repercussions and might produce such changes as those in legal and social policy or even in the way the society conceives itself. (COHEN, 2019, p. 9)

Tal como no final do século XIX, quando, assim como aponta Foucault (1985), os vícios, como um todo, passaram a ser perseguidos e viraram objetos discursivos da sociedade, especialmente da comunidade médica, nos últimos anos, presenciamos também um avançar dos setores conservadores no Brasil e no mundo e um aumento significativo dos discursos e discursividades sobre os sexos, as sexualidades e os gêneros dissidentes.

Algo que tem marcado esse debate, como já salientava Moore (1997), no final da década de 90, é que as diferenças entre homens e mulheres na vida social são descritas e estabelecidas a partir do viés biológico e da compreensão que existe uma simples relação de causa e efeito entre biologia e comportamento social (MOORE, 1997). Segundo aponta Moore (1997), a própria biologia tem rejeitado essas perspectivas que a compreendem como um “determinante de mão única”, entretanto, de forma intencional, alguns setores e

instituições da nossa sociedade, a exemplo das igrejas católicas e protestantes, tem insistido em combater toda e qualquer produção que localizem gênero e sexualidades fora da natureza e da biologia.

Tais concepções, são reflexo da dominação do sexo, por mais de um século, pela medicina, psiquiatria e psicologia, que se esforçavam para reproduzir esses essencialismos, e para classificar o sexo como propriedade dos indivíduos, sem história e determinantes sociais (RUBIN, 1994). Mais que isso, segundo também expressa Rubin (1994), as sociedades ocidentais consideram o sexo como uma força negativa, perigosa e destrutiva e até mesmo inerentemente pecaminosa, que se organiza com base em um sistema hierárquico de valores sexuais que organiza a prática sexual. Aqueles comportamentos e práticas que são lidos como de baixo status, a exemplo do que Rubin (1994) chama de “sapatões de bar e homens gays promíscuos”, são punidos, estigmatizados e categorizados como má conduta sexual.

Para Foucault (1985), os discursos sobre o sexo têm se ordenado no sentido de afastar da realidade as formas de sexualidade que destoam da economia de reprodução. Através de discursos que condenam as atividades infecundas, os prazeres paralelos, e reduzem as práticas sexuais a finalidades reprodutivas, multiplicaram-se as condenações jurídicas das perversões e anexou-se a irregularidade sexual à doença mental.

Em todas as etapas da vida humana, foram desenvolvidas normas sexuais regulatórias, controles pedagógicos da sexualidade, tratamentos médicos, caracterizando e abominando os desvios possíveis. Nos últimos três séculos, houve uma centralização da sexualidade na genitália, ordenada em função de assegurar o povoamento, reproduzir a forma de trabalho e das relações sociais, e proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora (FOUCAULT, 1985).

Segundo Foucault (1985), a sexualidade, que era pública, sem escândalos, sem incômodos, passou, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a ser confiscada pela família conjugal, promovendo uma série de perguntas que a tornaram uma questão discursiva. A sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, o prazer dos que não amam o outro sexo, os devaneios, as obsessões, que anteriormente figuravam apenas entrevistas, começaram a ser mais fortemente interrogadas, dando lugar à dimensão específica da contra natureza do campo da sexualidade (FOUCAULT, 1985). Desde então, a sexualidade vem sendo descrita, educada, compreendida, normatizada, regulada, explicada, saneada, a partir das mais diversas perspectivas (LOURO, 2003).

São nesses séculos que são gestadas as sexualidades periféricas, aquelas que carregam o estigma da loucura moral, da neurose genital, da aberração, do sentido genésico,

da degenerescência e do desequilíbrio psíquico (FOUCAULT, 1985). Esse aparecimento, gera um regime mais severo, um controle mais direto sobre essas sexualidades, um artifício suplementar da severidade nos mecanismos de vigilância, instaurados pela pedagogia das sexualidades, e pela intervenção da religião, da ciência médica, da psiquiatria, e da educação na construção dos prazeres morais e sadios, e na execução de um poder proibitivo (LOURO, 2003).

O desejo passa então a ser transformado em discurso, e tudo que se relaciona com o sexo deveria ser dito, confessado, para que se possa ao mesmo tempo fiscalizá-lo por meio de discursos públicos de regulação (FOUCAULT, 1985). Ao se tornar um problema político e econômico, tanto o Estado, quanto a sociedade (em especial a igreja), passam a organizar o sexo e fazer do comportamento dos casais um problema público, que afasta da realidade as formas de sexualidade que estivessem insubmissas a economia de (re)produção (FOUCAULT, 1985). A sexualidade deveria ser algo economicamente útil e politicamente conservadora, aquelas que assim não fossem, passaram então a serem perseguidas, o que, em consequência, gerou a implementação das múltiplas perversões das heterogeneidades sexuais (FOUCAULT, 1985).

Foucault (1985) afirma que o poder que persegue as sexualidades torna-as também objeto de desejo; os controles e dispositivos de saturação da sexualidade, que reduziram o sexo ao casal heterossexual e incitaram a caça às sexualidades não-reprodutivas, possibilitaram, ao mesmo tempo, a proliferação de grupos com elementos múltiplos e sexualidades desviantes; a interdição da sexualidade gerou a proliferação dos discursos, que produziu saberes sobre o prazer, ao tempo que estimulou a experimentação dos prazeres.

Aqueles que passam a ser abominados, expostos pelos discursos de interdição e regulação, são as chamadas sexualidades periféricas, não naturais, como por exemplo a sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, dos homossexuais, das manias, dos que não amam, entre outros (FOUCAULT, 1985). Todas essas figuras, que antes estavam entrevistadas, passam a não somente serem expostas, como também a ter a difícil missão de confessar aquilo que são, como é o caso da homossexualidade, que passa de uma prática (sodomia) para uma identidade (o sujeito homossexual) (FOUCAULT, 1985).

A medicina e a psiquiatria contribuíram enormemente para a multiplicação dessas categorias dissidentes, que reforçadas pela igreja como práticas pecaminosas, assumiram na cultura popular um lugar de depravada, doentes, pecaminosas, que ameaça as crianças, a organização das famílias e até mesmo a segurança nacional (RUBIN, 1994). Esse pânico gerado pelo sexo e a sexualidade tem contribuído para que algumas instituições sociais, a

exemplo das organizações cristãs, dediquem parte de seu tempo para combater, aquilo que por elas é lido como não-natural, imoral, entre outros adjetivos negativos, fruto de um pensamento que posiciona o sexo exclusivamente no campo biológico e reprodutivo.

Segundo Rubin (1994), justamente por não ser uma estrutura monolítica, é que existem batalhas contínuas em torno das “definições, avaliações, arranjos, privilégios e custos do comportamento sexual” (RUBIN, 1994, p. 28), fazendo com que a luta política sobre o sexo assuma contornos específicos, como é o caso da chamada *ideologia de gênero*, forma como alguns setores das igrejas católicas e neopentecostais e partidos políticos conservadores (no Brasil, conhecidos como bancada do Boi, da Bíblia e da Bala) estão usando para se referir aos estudos sobre gênero, mulheres, feminismo, sexo e sexualidades. Para essas pessoas, os estudos de gênero se estruturam para forçar um novo modelo familiar, uma nova forma de viver a sexualidade, e um projeto de destruição do sexo e do gênero em suas formas convencionais.

A partir dessa compreensão, estruturam seu pensamento e sua atuação de forma a reforçar que o gênero e a sexualidade são biológicos, que dependem um do outro para coexistir, que não se constroem socialmente e que são ainda designados por Deus, o que os tornariam ainda menos possível de serem modificados/transformados em sociedade. Esses setores não só têm produzido outros discursos e discursividades, como também tem desenvolvido e ampliado uma ofensiva contra qualquer avanço legislativo em termos dos direitos das mulheres, LGBT+ e igualdade de gênero através da propagação de pânico morais.

Miskolci (2007), ao analisar os debates em torno do casamento gay em sociedades contemporâneas, utiliza o conceito de pânico morais para compreender os mecanismos de controle e resistência das transformações da sociedade nos campos relacionados a gênero e sexualidade. Segundo ele, “pânico morais emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (MISKOLCI, 2007, p. 103).

Gilber Herdt (2009), ao elaborar suas reflexões tendo como referência os estudos de Rubin (1994) e Cohen (2019), afirma que os pânico morais são processos de demonização e representação de pessoas ou grupos que funcionam como bodes expiatórios para a cultura popular e a mídia frente a temas relacionados a moralidades e costumes. Para Herdt (2009) há uma desproporcionalidade nas reações frente às supostas ameaças que esses grupos representam, o que, normalmente, acaba culminando em agressões e acusações que minam sua sociabilidade e moral.

O que marca cada um desses acontecimentos culturais como "pânico" é o nível ao qual as expressões sociais e pessoais estão fora de proporção com a ameaça representada pelos assim chamados "demônios populares" (por exemplo, masturbação de crianças, mães não casadas) e os grupos malfeitores (por exemplo, homossexuais). Nos piores casos, os direitos dessas pessoas são qualificados ou revogados, minando a cidadania e ameaçando a democracia. Por cidadania, entendo os plenos direitos, direitos e estruturas de oportunidade que apoiam a segurança e o bem-estar doméstico ("vida, liberdade e busca da felicidade") tanto no domínio público como na vida privada dos indivíduos (HERDT, 2009, p. 1).

A partir da perspectiva de Rubin (1994), Miskolci (2007) e Herdt (2009) podemos afirmar que a noção de ideologia de gênero, ao longo dos anos, se tornou um dos principais modos de regulação da conduta sexual e da produção de gênero e sexualidades não-normativos, e um ativador do pânico moral, ou dos pânicos morais em torno das questões de gênero e sexualidade, das lutas feministas e dos direitos sexuais e reprodutivos e das pessoas LGBTQ+.

Como poderemos ver a seguir, ao apoiar-se superficialmente na literatura feminista, sequestrando e caricaturando o sentido de gênero, esse sintagma da Ideologia de gênero tem se estabelecido no Brasil e em outros lugares ao redor do mundo, gerando um confronto de moralidades que se traduz em disputas de modos de regulação moral (LUNA, 2017).

2.2 O fenômeno da ideologia de gênero e o combate aos direitos das mulheres e LGBTQ+

No Brasil, segundo apontam Rabay e Carvalho (2015), especialmente nos contextos educacionais, gênero sempre foi tomado como sinônimo de sexo, ou reduzido a sexo a partir de uma generalização indevida que confunde sexo e gênero. Para provar seu argumento, as autoras se utilizam de diversos dados produzidos pelo sistema educacional brasileiro onde as questões de gênero estavam reduzidas, ou sendo interpretadas como sexo. Já para Matos (2008), mesmo em meio as incompreensões, gênero, enquanto instrumento de construção teórico-analítica, se localiza em posição bastante privilegiada, suficientemente reconhecida e destacada nas produções acadêmicas aqui do Brasil. Segundo a autora, é possível mapear diversos usos do conceito em estudos e pesquisas que se encontram vinculadas, ou flertam, com o campo dos estudos de gênero.

Entretanto, por mais que os estudos de gênero venham ganhando espaço na produção acadêmica, na arena política, os tensionamentos ainda se localizam naqueles

discursos produzidos na década de 70, e no esforço em separar gênero de sexo. Ainda que haja disputas em torno do uso do conceito de gênero na teoria feminista, ou mesmo disputas em torno da forma como gênero e sexo foram tomados pelos estudos feministas, quando nos lançamos sobre aquilo que versa a Ideologia de gênero, percebemos que, no contexto político e educacional atual, a nossa principal demanda é não compreender gênero como produto da biologia.

Se buscarmos na teoria feminista, encontraremos poucas construções teóricas e políticas que localize o conceito de gênero como uma “ideologia”. O gênero só foi formulado como conceito em meados da década de 40 e, somente na década de 80, passou a ser utilizado como categoria de análise (SCOTT, 1990). Na perspectiva marxista, talvez até possamos localizar gênero como algo ideológico, já que, em certa medida, as construções teóricas em torno do conceito tinham e tem como objetivo a eliminação das formas de opressão à mulher, a destruição do sistema patriarcal e como consequência dos sistemas capitalistas, racistas e LGBTfóbicos.

Segundo afirma Junqueira (2017), a identificação de gênero como uma ideologia política não nasceu no campo dos estudos feministas, ao contrário disso, teve sua gênese entre os setores ultraconservadores da Igreja Católica, em especial em documentos da Cúria Romana dedicados ao tema. Seja sob o desígnio de Ideologia, ou às vezes de Teoria de Gênero, no singular, tal como reforça Junqueira (2017), esses sintagmas funcionam como rótulos políticos e não são conceitos científicos.

A construção da Ideologia do Gênero, seja enquanto um objeto ou conceito, se constrói em grande parte pelo discurso que a denuncia. A oposição ao gênero, ou ao *Gender/Théorie du Genre/Ideologia de gênero* estrutura o discurso e concede um significado até então inexistente para essas palavras. A partir da perspectiva de Frédérique Sitri, é possível afirmar que a Ideologia de gênero é uma entidade discursiva, é composta de um discurso construído em e a partir do discurso.

Junqueira (2017) afirma que, desde 1990, e ao longo dos anos subsequentes, foram numerosos os esforços criativos do Vaticano e de seus documentos episcopais para encontrar expressões que melhor expressassem suas teorias sobre gênero, e que também funcionassem na mídia e na política para mobilizar as pessoas e agentes públicos contra os estudos de gênero e os direitos das mulheres e LGBT+. Junqueira (2017) mapeia a existência de pelo menos 17 expressões, sendo elas:

Teoria do gender, ideologia de gender, ideologia da ausência de sexo, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria do gênero queer, teoria do gênero radical,

teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultra feminista do gender, ideologia do lobby gay, ditadura do gender, genderismo, ou, simplesmente, gender (JUNQUEIRA, 2017).

Segundo Cornejo-Valle e Pichardo (2017) e Junqueira (2017) essa retórica, além de referir-se aos estudos sobre gênero, mulheres e feminismo, funciona como movimento de oposição às políticas públicas e direitos das mulheres e LGBT+, a exemplo da legalização do aborto, criminalização da homofobia, legalização do casamento igualitário, reconhecimento das uniões homoparentais, e especialmente às políticas voltadas a superação das assimetrias de gênero na educação (JUNQUEIRA, 2017).

Esse movimento, ao tempo que invoca medidas que justifiquem a discriminação, utiliza-se do poder e da visibilidade que sua retórica encontra no seio das igrejas católicas e neopentecostais para fazer afirmações homofóbicas, sexistas e contra os direitos das mulheres e minorias sexuais, especialmente os que se relacionam com temas de maior repercussão e mobilização social, como os já citados anteriormente (aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, reconhecimento das identidades trans, adoção por casais do mesmo sexo, entre outros) (CORNEJO-VALLE, PICHARDO, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

Existe uma série de discrepâncias no que tange à cronologia de *gestação* dos ataques ao gênero (enquanto construção teórica-conceitual) e aos direitos das pessoas LGBT+. Entre as narrativas principais, predomina a versão de que os principais ataques ao gênero se deram no decorrer da IV Conferência Mundial das Mulheres em Pequim, havendo também quem identifique a Conferência do Cairo e a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro como o momento inicial (CORRÊA, 2018).

Fassin (2019), Furlani, (2016), Miskolci e Campana (2017), Cornejo-Valle e Pichardo (2017), Nara Luna (2017) e Junqueira (2017) apontam momentos distintos de produção dessa retórica, mas concordam que foi no seio da Igreja Católica, especialmente em seus setores ultraconservadores que isso se produziu. Luna (2017) afirma que, historicamente, a Igreja Católica tem se constituído como um grupo de pressão, manifestando-se publicamente a respeito desses temas, em especial nos países europeus e latino-americanos.

Segundo Jimena Furlani (2016), em entrevista concedida ao site Agenda Pública, a noção de ideologia de gênero foi uma narrativa criada entre os movimentos conservadores da Igreja Católica, e nos movimentos pró-vida e pró-família. Junqueira (2017) e Fassin (2019) localizam em 1994 a contraofensiva da Igreja em pró da naturalização da ordem sexual em relação às discussões ocorridas na Conferência Internacional sobre População, no Cairo, e na Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim. Miskolci e Campana (2017) afirmam

que a noção de Ideologia de gênero foi debatida durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano do Caribe (Celam) em 2007, e divulgada através do “Documento de Aparecida”.

Em uma seção que se propõe discutir a realidade que atravessa a religião, é visível, assim como destacam Miskolci e Campana (2017), a preocupação da Igreja com as demandas relacionadas à cidadania de pessoas homossexuais.

40. Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (Celam, 2007, p.30).

Junqueira (2017) localiza a construção da narrativa sobre ideologia de gênero em duas produções bibliográficas: *The Gender-Agenda: redefining equality*, de Dale O’Leary, publicada em 1997, onde a autora tece críticas e constrói uma argumentação contra às *gender feminists*, e *L’Évangile face au désordre mondial*, do monsenhor Michel Schooyans, publicado em 1997 com parágrafo escrito por Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, que segundo aponta Junqueira (2017), foi o primeiro a utilizar a expressão “ideologia de gênero”.

Segundo Fassin (2019), Dale O’Leary teve um papel decisivo no Vaticano ao sistematizar a compreensão católica sobre o gênero, sobrepondo-a a noção de sexualidade como se fossem a mesma coisa. Para O’Leary, o gênero, referido pela ONU na Conferência de Pequim, quer “*tornar homens e mulheres iguais, pais iguais às mães e homossexualidade igual à heterossexualidade*” (FASSIN, 2019, p. 421). Segundo Fassin (2019), gênero e sexualidade aparecem então sobrepostos, numa lógica anti-feminista e homofóbica que compreende a desnaturalização da ordem sexual como uma construção de uma sexualidade “contra-natureza”. (FASSIN, 2019).

Já nesse momento, é possível perceber a construção de uma narrativa que distorce a produção teórica feminista. Segundo Côrrea (2018), Dale O’Leary, líder da Coalizão das Mulheres pela Família, organização da direita católica norte-americana, elaborou, em 1995, um panfleto onde distorcia a noção de intersexualidade a partir de um artigo de Anna Fausto Sterling (Fausto-Sterling, 1993), afirmando que as feministas *homossexuais* utilizavam o termo gênero para significar a existência de cinco gêneros (CORRÊA, 2018).

O termo Ideologia de gênero também é usado pela primeira vez em um documento eclesiástico em 1998, em uma Conferência Episcopal realizada no Peru, que tinha

como tema “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”, e em 2003 quando o “Pontifício Conselho para a Família” publica um dicionário de “termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas”, no qual o termo “Ideologia de gênero” é definido como uma ideologia feminista que tem como objetivo a libertação das mulheres e tornar a heterossexualidade apenas mais uma prática sexual, entre várias (CORNEJO-VALLE, PICHARDO, 2017; JUNQUEIRA, 2017; FASSIN, 2019).

Na França, uma das figuras de destaque dessa ofensiva é o padre francês, psicanalista e consultor do Vaticano, Monsenhor Tony Antarella, que passa a teorizar sobre homofobia durante o debate francês sobre o PACs¹⁰, Pacte civil de solidarité. Segundo Fassin (2019), em um dos artigos publicados por Tony Antarella, em 2011, além de vincular gênero à sexualidade, ele lança a expressão *Théorie du Genre*, uma teoria que segue a ideologia marxista e que é ainda mais perniciosa “é uma configuração conceitual que nada tem a ver com ciência, basta chamá-la de opinião” (ANATRELLA, 2011, p. 3).

Outro documento importante, que dá continuidade à análise de Tony Antarella, é a *Carta aos Bispos sobre a Colaboração de Homens e Mulheres na Igreja e no Mundo*¹¹, assinada pelo Cardeal Ratzinger com a Congregação para a Doutrina da Fé, na qual, segundo Fassin (2019), novamente é feita uma confusão intencional entre gênero e sexualidade, estabelecendo uma oposição ao conceito de gênero e uma hostilidade ao que Fassin (2019) chama de democracia sexual.

Fassin (2019) destaca três pontos da carta em que essas questões ficam perceptíveis. Em um dos momentos, Ratzinger propõe uma definição do que seria o “gênero”.

A fim de evitar qualquer supremacia de um ou outro sexo, há uma tendência a apagar suas diferenças, consideradas como meros efeitos de um condicionamento histórico-cultural. Neste nivelamento, a diferença corporal, chamada sexo, é minimizada, enquanto a dimensão estritamente cultural, chamada gênero, é enfatizada ao máximo e considerada¹² (RATZINGER, 2004).

Em outro, promove a confusão clássica e intencional entre gênero e sexualidade:

¹⁰ O Pacte civil de solidarité, em tradução livre, Pacto Civil de Solidariedade, é como é chamada a forma de união civil na França.

¹¹ A carte pode ser acessada no endereço:

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_it.html.

¹² Versão Original: *Per evitare ogni supremazia dell'uno o dell'altro sesso, si tende a cancellare le loro differenze, considerate come semplici effetti di un condizionamento storicoculturale. In questo livellamento, la differenza corporea, chiamata sesso, viene minimizzata, mentre la dimensione strettamente culturale, chiamata genere, è sottolineata al massimo e ritenuta primaria.*

Esta antropologia, que visava promover perspectivas igualitárias para as mulheres, libertando-as de todo determinismo biológico, inspirou de fato ideologias que promovem, por exemplo, o questionamento da família, que é naturalmente bi-parental, ou seja, composta de pai e mãe, a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade, um novo modelo de sexualidade polimorfa. (RATZINGER, 2004)¹³.

E, por fim, o que Fassin (2019) nomeia de “hostilidade à democracia sexual”:

De acordo com esta perspectiva antropológica, a natureza humana não teria em si mesma características que seriam impostas de forma absoluta: cada pessoa poderia ou deveria se moldar a seu gosto, já que estaria livre de qualquer predeterminação ligada a sua constituição essencial.¹⁴ (RATZINGER, 2004).

Segundo Fassin (2019), até 2010, esses textos tiveram pouca visibilidade fora da Itália, quando passaram a ter forte peso político na França e em outros países da Europa. Furlani (2016) sinaliza também a importância que o livro de Jorge Scala, *Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta de poder*, publicado em 2010, que no Brasil foi traduzido com o título de *Ideologia de gênero – o neototalitarismo e a morte da família*, teve para propagação dessas ideias na América Latina. Na abertura de seu livro, Scala (2010), afirma:

A assim chamada “teoria” (“enfoque”, “olhar”, etc.) de gênero é, na realidade, uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, já que, se fosse imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, simultaneamente, acabaria com a sociedade (Scala, 2010, p. 11).

O Documento de Aparecida também estabelece uma agenda coletiva contra aquilo que se acredita ser “ideologia de gênero”, afirmando a necessidade de que a defesa do conceito tradicional de família seja prioridade em suas lutas e campanhas. Para Furlani (2016), a retórica da ideologia de gênero tem como objetivo:

Propagar um pânico social e voltar as pessoas contra aos estudos de gênero e contra todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, sobretudo nas questões relacionadas aos chamados novos direitos humanos, por exemplo, no uso do nome social, no direito à identidade de gênero, na livre orientação sexual (FURLANI, 2016).

A Igreja Católica desenvolveu uma verdadeira ofensiva intelectual contra os avanços relacionados aos estudos e às políticas de gênero. Uma série de pesquisas sobre teoria

¹³ Versão original: *Questa antropologia, che intendeva favorire prospettive egualitarie per la donna, liberandola da ogni determinismo biologico, di fatto ha ispirato ideologie che promuovono, ad esempio, la messa in questione della famiglia, per sua indole naturale bi-parentale, e cioè composta di padre e di madre, l'equiparazione dell'omosessualità all'eterosessualità, un modello nuovo di sessualità polimorfa.*

¹⁴ Versão Original: *Secondo questa prospettiva antropológica la natura umana non avrebbe in sé stessa caratteristiche che si imporrebbero in maniera assoluta: ogni persona potrebbe o dovrebbe modellarsi a suo piacimento, dal momento che sarebbe libera da ogni predeterminazione legata alla sua costituzione essenziale.*

feminista foram realizadas, resultando em diversas publicações que faziam uma interpretação católica das questões de gênero e sexualidade e dos direitos das mulheres e minorias sexuais.

Em sua grande maioria, as produções sobre a ideologia de gênero destacavam a desconstrução da sociedade imposta pelo feminismo, a identificação marxista dos estudos de gênero, o aborto, como agenda principal das lutas pelo direito reprodutivo, e a educação como *locus* estratégico dos movimentos feministas para impor suas ideias.

Por mais absurdas que possam parecer suas ideias, as teorias de gênero produzidas pela Igreja Católica, buscavam apresentar uma narrativa paralela àquela que vinha sendo produzida por acadêmicas feministas e nos movimentos sociais de mulheres. O que está em jogo é a disputa discursiva e biopolítica sobre os modelos hegemônicos de sexualidade e gênero (MOREIRA, 2021).

Entre os principais expoentes dessa literatura, destacam-se Margaret Peeters, Gabriele Kuby, Francesco D'Agostina, Bispo Tony Anatrella, Mons, Michel Schooyans, Constance Miriano, Jorge Scala, o Cardeal Josef Ratzinger (depois conhecido como Bento XVI) e o monsenhor Alzamora Revoredo, que publica o texto “Gender Ideology” traduzido para várias línguas e principal influente das publicações posteriores. O termo ideologia é tomado no seu sentido marxista e utilizado de forma estratégica para denunciar o caráter ilusório do gênero como construção social (CORNEJO-VALLE E PICHARDO, 2017).

Favier (2012) afirma que o Padre Michel Schooyans foi a primeira autoridade católica a formular uma ideia de que os organismos internacionais estavam se abrindo ao *gênero* em função da ação militante de uma minoria subversiva. Na compreensão formulada por Schooyans, o Gênero é tomado inicialmente como uma categoria/conceito utilizado por ativistas e organizações internacionais para promover o aborto, o desenvolvimento de métodos contraceptivos e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ainda nos anos 90, Schooyans publica três obras discutindo os perigos do gênero: *l'Évangile face au désordre mondial* (1997), *la Dérive totalitaire du libéralisme* (1999) e *la Face cachée de l'ONU* (2000) (FAVIER, 2012).

O que Michel Schooyans chama de gênero é nada menos que uma nova ideologia que se baseia tanto no liberalismo quanto no socialismo. Do socialismo, ele tomaria emprestada a “*idéia de humanidade genérica*” e da ideologia liberal, o gênero emprestaria acima de tudo do malthusianismo e da concepção utilitária do homem, bem como da eugenia.(FAVIER, 2012, p. 10).¹⁵

¹⁵ Versão original: *Ce que Michel Schooyans appelle le genre n'est rien moins qu'une nouvelle idéologie puisant à la fois sa source au libéralisme et au socialisme. Au socialisme, il emprunterait «! l'idée de l'humanité*

Margaret Peeters desenvolve um raciocínio na mesma linha de Michel Schooyans, e é altamente considerada nos círculos católicos. Peeters participou da conferência da ONU sobre os direitos da mulher nos anos 90, é jornalista de formação, dirige uma empresa de consultoria em Bruxelas e se apresenta como especialista no que ela mesmo define como “globalização ética” (FAVIER, 2012). Favier (2012) relata que Margaret Peeters atua como uma consultora católica para assuntos de gênero e realiza diversas conferências e cursos de treinamento sobre o tema.

Ela concebe a teoria do gênero como o último estágio do pensamento liberal ocidental. Aos seus olhos, ela se desdobraria através de dois momentos intelectuais (a filosofia do Século das Luzes no século XVIII e existencialismo nos anos 50), o segundo dos quais marca o culminar das premissas ideológicas do primeiro. O liberalismo do Iluminismo, ao dar uma definição política e secular ao indivíduo, teria eliminado a dimensão cristã e, mais tarde, sexuado a pessoa humana (FAVIER, 2012, p. 11).¹⁶

Tony Antarella, que ganhou destaque na mídia nos 90 em função da oposição que fazia à homossexualidade, também evoca a ideia de que o Gênero é um conceito produzido por um *lobby homossexual*. Antarella é um forte opositor dos movimentos LGBTQ+ e ganhou notoriedade pela desqualificação pública que fazia da homossexualidade. Segundo Favier (2012),

Ele não esconde sua discordância com o rebaixamento da homossexualidade como um distúrbio mental pelas sociedades psiquiátricas e pela OMS. Seu último livro, publicado em italiano, vincula explicitamente a homossexualidade e a "teoria do gênero" em seu título. Ele procura criticar essa última com base nos conceitos da encíclica *Caritas in Veritate*, de Bento XVI. (FAVIER, 2012, p. 11).¹⁷

Favier (2012), assim como Cornejo-Valle e Pichardo (2017), entre outros pesquisadores dos movimentos anti-gênero na Europa, estão de acordo que houve uma instrumentalização discursiva por parte da Igreja Católica a fim de que fosse produzida uma literatura anti-gênero. Para Cornejo-Valle e Pichardo (2017) essa literatura confessional se

générique! » et à l'idéologie libérale, le genre emprunterait surtout le malthusianisme et la conception utilitaire de l'homme ainsi que l'eugénisme.

¹⁶ Versão original: *Elle conçoit en fait la théorie du genre comme le dernier stade de la pensée libérale occidentale. Elle se déploierait, à ses yeux, à travers deux moments intellectuels (la philosophie des Lumières au XVIIIème siècle et l'existentialisme des années cinquante) dont le second marque l'aboutissement des prémisses idéologiques du premier. Le libéralisme issu des Lumières, en donnant une définition politique et laïque à l'individu, aurait éliminé la dimension chrétienne puis plus tard sexué à la personne humaine.*

¹⁷ Versão original: *Il ne cache pas son désaccord avec le déclassement de l'homosexualité des troubles psychiques au sein des sociétés de psychiatrie et à l'OMS. Son dernier ouvrage paru en italien lie d'ailleurs explicitement dans son titre même l'homosexualité et la «! théorie du genre! ». Il cherche à critiquer cette dernière à partir des concepts de l'encyclique de Benoît! XVI Caritas in Veritate.*

constitui a partir de radicalismos religiosos comuns e questões-chaves provindas de valores morais e cristãos. Não apenas são dadas novas interpretações a conceitos comuns da teoria feminista, como também é instituído um pânico moral, que tem como elementos principais:

a exacerbação da moralidade sexual como elemento central da definição da crença e da identidade do grupo; a ênfase na separação física e conceitual dos sexos; a subvalorização das mulheres; a visão da doutrina como "uma resposta à confusão da identidade masculina e à ansiedade decorrente do colapso do dualismo de gênero (CORNEJO-VALLE E PICHARDO, 2017, p. 6).¹⁸

Esse pânico, e todas as questões relacionadas à retórica da Ideologia de gênero, alcança seu ponto alto em dezembro de 2012, quando o então Papa Bento XVI concede a chancela papal para o uso do termo “Ideologia de gênero” e legitima as agendas que se posicionavam contra os direitos das mulheres e LGBT+, assim como a incorporação dessas políticas nos sistemas de educação (JUNQUEIRA, 2017). Desse ponto em diante, percebe-se a viralização, em diversos países, de um movimento transnacional anti-gênero, que, entre outras coisas, defende:

a “família natural”: representada como a “única natural”, fundada no matrimônio heterossexual e destinada à transmissão da vida, e apresentada como uma realidade sob constante ameaça e a ser protegida. Disso derivam tanto a ideia de que seria preciso garantir às crianças o direito de crescer em uma “família de verdade”, quanto a pressão sobre instâncias governamentais ou de representação política para interromper ou proibir a adoção de medidas noções supostamente inspiradas na “teoria/ideologia do gender”. (JUNQUEIRA, 2017, p. 232).

Diversos países da Europa serão palco de mobilizações antigênero, mas não só na Europa essas mobilizações encontram terreno para desenvolvimento e multiplicação. Na América Latina, em muito a partir da atuação das igrejas evangélicas e neopentecostais, as ofensivas vão ganhar contornos próprios e, apoiadas num discurso neoconservador, vão pautar publicamente a oposição aos estudos de gênero e sexualidade, a discussão desses temas na escola e a identidade de pessoas LGBT+.

2.3 Ideologia de gênero: um movimento transnacional

¹⁸ Versão original: *la exacerbación de la moral sexual como elemento central de la definición de la propia creencia y de la identidad grupal; el énfasis en la separación física y conceptual de los sexos; la infravaloración de la mujer; la visión de la propia doctrina como "una respuesta a la confusión de la identidad masculina y a la ansiedad derivada de la quiebra del dualismo de género.*

No universo da ideologia de gênero, os gêneros e sexualidades dissidentes e as políticas públicas que visam garantir direitos às mulheres e LGBTQ+ são posicionados, ao longo de todo globo, como um perigo à humanidade, à família e à religião cristã. Nessa ofensiva, pessoas trans, feministas, gays, lésbicas e bissexuais são construídas e caricaturadas como inimigas das pessoas de bem. Diluem-se os significados de termos e palavras do universo feminista e LGBTQ+, ameaças apocalípticas são invocadas como consequência dos avanços dos direitos dessas populações, e uma justificativa para LGBTQ+fobia, machismo e misoginia é traçada como estratégia de defesa a esses avanços.

Paternotte e Kuhar (2018) argumentam que os estudos sobre ideologia de gênero (e seus variados desdobramentos ao redor do mundo) tem caído na armadilha do *nacionalismo metodológico*, pois tendem a explicar esse movimento apenas a partir de fatores locais e de uma interpretação estritamente nacional, quando na verdade, as campanhas anti-gênero tornaram-se um fenômeno transnacional que se proliferaram por países europeus, e nos desdobramentos mais recentes tem ganhado muita força na América Latina. Segundo os autores supracitados, essas mobilizações compartilham fundamentações teóricas comuns, mesmo que em alguns países apareçam sobre outras insígnias.

No contexto Europeu, a Organização das Nações Unidas e a União Europeia, são acusadas, pelas organizações anti-gênero de promoverem essa agenda, e são caracterizadas como protagonistas da ideologia de gênero e acusadas de afligir os princípios da soberania nacional dos países e suas deliberações democráticas internas. Tony Anatrella¹⁹, em um texto publicado pelo Conseil Pontifical pour la Famille no livro *Gender: la controverse*, afirma que:

A ideologia de gênero é a nova ideologia que serve abertamente como referência para a ONU e suas várias agências, em particular a OMS, a Unesco e a Comissão sobre População e Desenvolvimento. Tornou-se também o novo marco de referência da Comissão de Bruxelas e de vários Estados-membros da União Europeia, inspirando os legisladores. [...] Ela sucede à ideologia marxista, sendo mais opressiva e mais perniciosa porque é apresentada sob o manto de uma libertação subjetiva de restrições injustas, de um reconhecimento da liberdade pessoal e da igualdade de todos perante a lei. (Anatrella, 2011, p. 3).

Em geral, a Igreja Católica, através de seu pontífice, assumiu ao longo dos anos essa retórica anti-gênero que, entre outras coisas, se opôs aos direitos e identidades LGBTQ+. Tal como sinalizou Eric Fassin (2010), a Igreja Católica passou a defender a ecologia humana, que tem como princípio a proteção do ser humano em si mesmo, tal como criado por Deus.

¹⁹ Tony Anatrella é um homem branco, atualmente com 79 anos, psicoterapeuta francês e um padre da Igreja Católica. É conhecido como Psiquiatra da Igreja. Atua como consultor da Curia Romana e é especialista em estudos da sexualidade e homossexualidade nos adolescentes.

Essa noção de Ecologia Humana foi popularizada pelo papa Bento XVI e assumida pelo Papa Francisco, que tem se referido a ela como “ecologia integral”. Esse discurso, que através da Igreja Católica, disseminou-se, prioritariamente, entre os países da Europa, parte de preocupações com o meio ambiente e desemboca em um conservadorismo sobre as questões de vida, gênero e sexualidade (FASSIN, 2010). Nesse contexto, os principais ataques têm sido contra o aborto, as novas tecnologias reprodutivas, e mais especificamente as identidades trans, que, a partir dessa perspectiva, violaria o desígnio de Deus (PATERNOTTE E KUHAR, 2019).

De uma invenção Católica, a ideologia de gênero passa a ser utilizada como estratégia política por partidos de direita e extrema direita, e passam a fazer a parte de seus projetos políticos. Desde 2003 que a igreja católica possuía um discurso pronto sobre o que era a ideologia de gênero e seus perigos para a família, entretanto, somente a partir de 2012-2013 esse discurso começa a atravessar a Europa e se difundir em outros países, em especial na América Latina. Como relatam Paternotte e Kuhar (2019), a difusão do discurso da ideologia de gênero está intimamente ligada com as novas formas de evangelização da igreja, a partir das mobilizações feitas pelos papas João Paulo II e Bento XVI, que passaram a insistir no papel público da religião, que em pouco tempo se aglutina com o populismo de direita que passava a dominar a Europa na época.

Não raro, alguns movimentos que se fundam na igreja católica a partir desse momento, como o Opus Dei, o Caminho Neocatecumenal, e a Renovação Carismática – que muito se difundiu no Brasil -, tem, como atores principais, figuras inflexionadas à direita populista e ao neoconservadorismo que compartilham entre si algumas estruturas ideológicas e inimigos em comum, a exemplo da legalização do aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção homoparental e as legislações sobre identidade de gênero (BARAJAS, 2018).

Parte daquilo que uniu os grupos cristãos e a direita populista e criou o contexto da ascensão do movimento neoconservador foi a compreensão comum de que o que não funcionava no mundo contemporâneo estava na cultura, e que a crise que a sociedade capitalista vem vivendo é uma crise cultural derivada dessa mudança de perspectiva sobre o que constitui os problemas sociais e os próprios indivíduos. A superação da crise, seja em sua perspectiva neoconservadora de direita ou cristã, estaria na regeneração e na recuperação dos valores éticos, morais e religiosos.

Os neoconservadores acreditam que a crise atual da sociedade capitalista neoliberal é uma crise cultural. Ou seja, o que está doente em nossa sociedade está localizado no mundo da cultura [...] Para esse tipo de pensadores [neoconservadores], a cultura contemporânea é guiada, impulsionada, energizada por um tipo de valores centrados no indivíduo [...] Desse ponto de vista, a cultura atual é uma cultura guiada, impulsionada por fenômenos que giram em torno deles mesmos (Mardones, 2005, p. 418-419).²⁰

Paternotte e Kuhar (2019) afirmam que o Gênero se torna a “*cola simbólica*” que vai permitir que movimentos e pessoas que possuíam estratégias e objetivos distintos, passem a trabalhar juntos contra um inimigo em comum: as políticas de gênero e diversidade sexual e tudo aquilo que venha provocar uma *degeneração* social. Havia, segundo os autores supracitados, “uma certa fadiga populista em relação a gênero e políticas de igualdade de gênero, entendidas como mais uma interferência de elites internacionais corruptas e do “politicamente correto” (PATERNOTTE E KUHAR, 2019, p. 515).

Barajás (2018) afirma que o neoconservadorismo transacional é produzido como uma reação aos avanços nos campos das liberdades individuais de decidir sobre o próprio corpo, sobre sua consciência e sobre sua religião, não obstante, sobre a sua sexualidade, as organizações familiares, as demonstrações de afeto, e tudo aquilo que vai de encontro à moralidade cristã. Articulam-se então estratégias de disseminação de pânico morais e a incitação do medo, da censura coletiva e do ódio aos atos considerados proibidos, impuros e profanos.

Em uma pesquisa comparativa do fenômeno da ideologia de gênero em 12 países europeus, que envolveu uma equipe internacional, Paternotte e Kuhar (2019) insistem na perspectiva de que essas mobilizações contra o gênero (e em consequência contra os direitos sexuais das mulheres e a cidadania de pessoas LGBT+) possuem raízes comuns com desenvolvimentos específicos do neoliberalismo e neoconservadorismo. Entre os países onde a investigação foi realizada - Itália, França, Espanha, Polônia, Hungria, Croácia, Eslovênia, Bruxelas, Áustria, Alemanha - em todos eles percebeu-se a contestação da igualdade de gênero e dos direitos LGBT+, além de um forte combate às intrigantes noções de “ideologia de gênero”, “teoria de gênero” ou “genderismo”.

²⁰ Versão original: *los neoconservadores tienen la visión de que la crisis actual que padece la sociedad del Capitalismo Neoliberal es una crisis cultural. Es decir, lo que está enfermo en nuestra sociedad se localiza dentro del mundo de la cultura [...] Para este tipo de pensadores NC [neoconservadores] la cultura contemporánea está guiada, impulsada, dinamizada por un tipo de valores que se centran en el individuo [...] Desde este punto de vista, la cultura actual es una cultura guiada, impulsada por fenómenos que giran alrededor del YO.*

Em outro estudo, Cornejo-Valle e Pichardo (2018) relatam que essas manifestações se deram para além do continente europeu e até mesmo antes de alguns países da Europa. Segundo informam os autores, a Espanha foi o primeiro país a registrar manifestações anti-gênero, ainda em 2005, sendo seguida pela até Argentina em 2010, França, em 2011, Brasil e Haiti, em 2013, Itália, em 2015, e Colômbia, México, Chile e Bolívia ao longo de 2016.

Em 05 de outubro de 2014, em cerca de 100 cidades Italianas, grupos identificados como *Sentinelle in Piedi*²¹ (Sentinelas em Pé) se reuniram para protestar contra a “destruição do homem e da civilização”. Esses grupos começaram a se reunir em 2013, para fazer oposição ao Projeto de lei Scalfarotto²² contra a homofobia. Desde esse momento que os/as Sentinelas passaram a se reunir para protestar e se opor aos direitos LGBT+ e à “ideologia de gênero” (PATERNOTTE E KUHAR, 2019).

Na Eslovênia, manifestações parecidas ocorreram em 2015, à época do segundo referendo sobre igualdade no casamento. Segundo Paternotte e Kuhar (2019), um grupo de cerca de 70 pessoas marcharam em linhas retas em uma das maiores praças da cidade. Autointitulados de *Stražarji* (Os Guardas), eles defendem o matrimônio heterossexual, a família “natural”, advinda da união entre um homem, uma mulher e seus filhos, o respeito a identidades masculinas e femininas, e o direito de os pais terem a liberdade de criarem seus filhos como quiserem (PATERNOTTE E KUHAR, 2019).

Fassin (2019), assim como Paternotte e Kuhar (2019), chama atenção para as articulações internacionais promovidas pelos movimentos anti-gênero. Para Fassin (2019), há uma mobilização internacional entre os movimentos anti-gênero por meio da circulação de ideologias homofóbicas e antifeministas, e da formação de alianças conservadores e secularistas entre neoliberais e neoconservadores. Como exemplo, Paternotte e Kuhar (2019) sinalizam que os ativistas eslovenos tomaram como referência os ativistas italianos, que se inspiraram nos ativistas franceses, especificamente no grupo *Veilleurs* (Os/As Vigias). Os

²¹ Em sua página na internet os *Sentinelle in Piedi*, em tradução livre, Sentinelas em Pé, se definem como um grupo que vigia o que está acontecendo na sociedade, denunciando todas as ocasiões em que tentam destruir o ser humano e a civilização. os Sentinelas nasceram em 2013, segundo descrição própria, “em defesa da liberdade de expressão então questionada pelo projeto de lei Scalfarotto, apresentado como necessário para combater episódios de violência e discriminação com base na orientação sexual” (sic) (tradução livre). Disponível em: <https://sentinelleinpiedi.it/chi-siamo/>.

²² O Projeto de Lei Scalfarotto ficou conhecido dessa forma devido aos esforços do vice-ministro italiano para as relações com o parlamento, Ivan Scalfarotto, que chegou a fazer greve de fome para aprovação da legislação que previa a punição para crimes de homofobia no território italiano. Ivan Scalfarotto é um político e ativista italiano dos direitos LGBT. Ele foi nomeado para a liderança nacional da centro-esquerda nas eleições primárias da União em 2005 e desde 2009 é vice-presidente do Partido Democrata. Ele foi eleito na Câmara dos Deputados após as eleições gerais de 2013. Atualmente ele é Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

Veilleurs nasceram em 2013, entre jovens católicos, tendo como principal pauta a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (PATERNOTTE E KUHAR, 2019). Esses três casos (França, Itália e Eslovênia) são parte desse novo movimento que emergiu na Europa, e que tem como principal linha de atuação a oposição ao gênero e a mobilização ao que caracterizam como “seus efeitos mais perniciosos” (PATERNOTTE E KUHAR, 2019, p. 507).

Longe de se limitarem a seus contextos nacionais de articulação, esses movimentos têm se alastrado por todo o mundo, sendo possível mapeá-lo em todos os continentes do globo. Junqueira (2018) afirma que entre a primeira e a segunda década dos anos 2000 a expressão “ideologia de gênero” e suas variações se espalharam por todos os continentes no formato de um poderoso slogan que mobilizava e inflamava na arena política manifestações contra o que os movimentos antigênero denunciam como modelos de interferência sexual e destruição da família natural. Junqueira (2018) lista 53 países, dos cinco continentes, que desenvolveram mobilizações próprias, porém articuladas com as ações e reivindicações pré-existentes em países vizinhos²³.

situados dentro de um mesmo campo discursivo e com nítidas semelhanças no plano das ações políticas, esses movimentos podem adotar estratégias relativamente distintas e priorizar diferentes questões ou áreas, embora tendam a acionar argumentos idênticos, semelhantes ou análogos e a nutrir a mesma aversão à afirmação dos direitos sexuais como direitos humanos, entre outras coisas (JUNQUEIRA, 2018, p. 456-457).

A América Latina vive o apogeu de uma onda neoconservadora que surgiu em meados de 2010 e veio se consolidando com a eleição de presidentes vinculados a partidos de direita e centro-direita. Mauricio Macri na Argentina, Jeanine Añez na Bolívia, Sebastian Piñera no Chile, Ivan Duque na Colômbia, Mario Abdo Betínez no Paraguai, Martín Viscarra no Peru, e Luis Alberto Vacalle no Uruguai são alguns dos líderes dos governos de direita que assumiram as presidências na última década, e que tiveram os seus processos eleitorais marcados pelas disputas gênero e apoio incondicional aos movimentos anti-gênero.

Gênero foi utilizado como critério para identificar se os presidenciais se posicionavam mais à direita ou à esquerda, sendo rechaçados pelos movimentos anti-gênero,

²³ Junqueira (2008) lista uma série de países onde é possível identificar ações organizadas/pautadas pelos movimentos antigênero sob a insígnia da “ideologia de gênero” e/ou suas variações, sendo eles: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bermuda, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, Chipre, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Cuba, Equador, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Guatemala, Honduras, Hungria, Irlanda, Itália, Jamaica, Letônia, Lituânia, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Porto Rico, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Romênia, Suíça, Taiwan, Ucrânia, Uruguai, Venezuela.

que em sua expressa maioria estão vinculados a partidos e organizações de direita, aqueles candidatos que, minimamente, demonstrassem sensibilidade às questões feministas e LGBT+. Na mesma medida, os projetos políticos vitoriosos, postos em discussão nos processos eleitorais, excluía as questões de gênero e sexualidade do debate educacional, assim como qualquer política pública no campo da diversidade.

Especialmente no campo educacional operaram as principais estratégias de disseminação de pânico morais e combate à questões de gênero, seja na implementação de políticas públicas, a exemplo das legislações sobre identidade de gênero e uso do nome social, seja na inserção do debate sobre gênero, sexualidade, e estratégias de combate à LGBT+fobia e promoção da diversidade na escola.

2.3.1 Neoconservadorismo de gênero: a expansão das ofensivas na América Latina

Diversos foram os ganhos dos movimentos antigênero no cenário educacional nos países da América Latina. Por aqui, a jornada a antigênero ganhou contorno próprios, pois, muito além de apenas denunciar um suposto caráter ideológico das políticas e teorias de gênero, o combate às questões de gênero, e em especial a quaisquer questões relacionadas à população LGBT+, viraram requisitos primordiais na composição identitária dos partidos e candidatos da extrema direita neoconservadora.

Muito longe de estarem localizadas apenas em contextos específicos e nacionalizados, essas campanhas surgiram ao redor do mundo, em especial na Europa, e se alastraram pela América Latina. “Elas compartilham discursos, estratégias e modos de ação através das fronteiras, observam o que cada uma faz e estão cada vez mais conectadas transnacionalmente” (PATERNOTTE E KUHAR, 2019, p. 507). Nota-se que o impacto dos ganhos dos movimentos feministas e LGBT+ na esfera legal teve como consequência não intencional o surgimento dos discursos, estratégias e atores do campo neoconservador. Em especial na América Latina, o impacto gerado pelos movimentos feministas e LGBT+, assim como pelas políticas públicas implementadas nos governos de esquerda do início dos 2000, levou à adaptação de discursos, estratégias, e ofensivas de atores religiosos, que passam a maximizar as suas formas de regular o sexo, a sexualidade e em especial, o gênero, como um guarda-chuva para todas as questões relacionadas.

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela também foram palco de confrontos, tensões e disputas que tinham como pano de fundo as questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual. É

Aborto	Chile								
	Colômbia								
	Costa Rica								
	Equador								
	México								
	Paraguai								
	Uruguai								
Programas de/sobre Educação Sexual na Escola	Argentina								
	Brasil								
	Chile								
	Colômbia								
	Costa Rica								
	Equador								
	México								
	Paraguai								
Uruguai									
Literatura infantil com famílias homoparentais	Brasil								
	Chile								
	Colômbia								
Lei de Identidade de Gênero	Argentina								
	Chile								
	Costa Rica								
	Colômbia								
	Equador								
	México								
Adoção Homoparental	Argentina								
	Chile								
	Colômbia								
	Equador								
	Colômbia								
	México								
Legislações anti-discriminação	Chile								
	Colômbia								
	Equador								

Legenda: IC: Igreja Católica; IE: Igrejas Evangélicas; PA: Partidos Políticos; UN: Universidades; EX: Executivo

Fonte: Elaboração própria.

A partir da leitura da Coleção “*Anti-Gender Politics in Latin America: Country Case Studies Summaries*”, coordenada por Sônia Correa em colaboração com mais treze pesquisadores latino-americano, verifiquei, tal como relatam Cornejo-Valle e Pichardo (2017), que há uma unanimidade transnacional da questão central da ofensiva.

Os temas apontados no quadro foram os principais mobilizadores das ofensivas antigênero nos países analisados pelo G&PAL, e tiveram diferentes graus de atuação e mobilização dos atores envolvidos. Cada país desenvolveu estratégias específicas na construção de suas ofensivas, com uma diversa participação de atores e multiplicidade de lideranças.

Entretanto, algo que vai marcar as ofensivas latino-americanas, é que, diferente do contexto europeu, onde esses movimentos têm se constituídos a partir dos teólogos e hierarquias da Igreja Católica, na América Latina os atores evangélicos e lideranças político-partidárias de direita possuem um papel centralizador na disseminação e popularização dessas ideias e termos, e os Programas de/sobre Educação Sexual na Escola foram os principais gatilhos das mobilizações realizadas e dos pânicos morais disseminados.

Por outro lado, ao contrário do que Cornejo-Valle e Pichardo apontam sobre o contexto Europeu, na América Latina, há um enfraquecimento da participação de atores universitários participando e/ou validando os discursos e ideias veiculados sobre esses movimentos. Se na Europa, em especial na França, parte da elite acadêmica universitária, como veremos mais à frente, se organizou e se empenhou para contradizer às perspectivas de gênero e sexualidade, na América Latina, e em especial no Brasil, esse discurso encontrou pouco terreno para proliferação nos debates acadêmicos. Segundo Biroli *et al.* (2020),

Católicos e evangélicos conservadores têm se unido para bloquear avanços no campo dos direitos sexuais, redefinir o sentido dos direitos e das políticas públicas e, em alguns casos, legitimar a censura. Contam com profissionais das áreas de direito, ciência política e psicologia, entre outras, e com políticos cuja identidade pública não é necessariamente de cunho religioso (BIROLI, *et al.*, 2020, p. 28).

Na América Latina, o principal fator catalisador dessas mobilizações foi a proteção à infância, que estaria sendo atacada pelas propostas curriculares de inclusão dos debates sobre gênero e sexualidade na escola. A organização *Con mis hijos no te metas* se dissemina pelos países latino-americanos e ganha organização e contornos próprios na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai e Uruguai.

O *Con mis hijos no te metas* (CMHNTM) é um movimento social que nasceu no Peru e se articulou em meio às discussões do processo de modificações curriculares da educação peruana chamado “Currículo Nacional 2017”, organizado pelo Ministério da Educação do governo Pedro Pablo Kuczynski Godard²⁴, que pretendia implementar um currículo que debatesse e enfocasse questões de gênero e sexualidade.

Assim como outros movimentos que se opõem às questões de gênero, o *Con mis hijos no te metas* defendia as mesmas pautas dos movimentos antigênero ao redor do mundo, que vão desde as mobilizações contra as uniões homoafetivas, perpassando pelo aborto, o cerceamento dos debates sobre gênero e sexualidade em espaços públicos e educacionais, a

²⁴ Pedro Pablo Kuczynski Godard é um homem branco, atualmente com 84 anos, economista e político peruano, que foi eleito presidente para o mandato entre 28 de julho de 2016 até 23 de março de 2018, quando renunciou.

responsabilização da família pela orientação de gênero e sexualidade, chegando na principal estratégia desenvolvida: o uso da insígnia “ideologia de gênero” para referir-se a tudo aquilo que se relaciona aos direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+.

Ao contrário dos protestos silenciosos que marcaram o início das manifestações anti-gênero na Europa, nos países da América Latina, como Argentina, México, Bolívia, Paraguai e Peru, as manifestações sempre tiveram um tom mais agressivo e violento, tanto em seu aspecto discursivo quanto prático. No Peru, foram registrados diversos casos de violência contra pessoas LGBTQ+ durante as marchas organizadas pelo CMHNTM, chegando ao ponto da Agência Latinoamericana de Información acusar a organização de motivar e praticar homofobia.

Em seus desdobramentos mais recentes, as lideranças internacionais da organização CMHNTM articularam uma aproximação com o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, propondo uma “*atuação conjunta em oposição às políticas de discussão de gênero por todo o continente sul-americano*” (PIRES, 2018). Na época das eleições presidenciais brasileiras, o movimento havia organizado o seu primeiro protesto na Argentina e numa saudação a vitória de Bolsonaro declara que “o povo brasileiro luta pela verdade, a vida e a família [...] Gênero nunca mais” (PIRES, 2018).

Nessa nova roupagem que o neoconservadorismo tem assumido ao insurgir na América Latina e em alguns países europeus, as questões econômicas ficam em segundo plano, enquanto os valores morais e a família assumem centralidade nos debates sobre a destruição do Estado. O gênero se torna o inimigo em comum dos neoliberais e dos neoconservadores, e, tanto na Europa Ocidental quanto em países latino-americanos, as minorias sociais são transformadas em bode expiatório e repetidamente agredidas por milícias civis que apoiam e são estimuladas pelas organizações e governos de direita (CORSETTI, 2019).

A estruturação do pensamento neoconservador, seja enquanto teoria, discurso ou prática, aponta que a atual crise de valores que vivemos (na qual se encaixam as questões de gênero e sexualidade) abre espaço para a destruição das fundações da moralidade social (CORSETTI, 2019). No caso da América Latina, é notória uma aliança neoconservadora e neoliberal, que segundo Gozalez e Costa (2018) se explica por quê:

conjuntamente neoliberais e neoconservadores convergem em suas defesas e atuações políticas por possuírem um posicionamento de classe em comum, qual seja, da classe que busca se perpetuar enquanto dominante no modo de produção capitalista. Dessa forma, a aliança elege seus adversários comuns, em geral as proposições de esquerda, passando a atuar

conjuntamente no campo da política, utilizando a mídia como um dos principais aliados na manutenção de sua hegemonia.

Segundo Biroli *et al.* (2020) a noção de conservadorismo é posicional, em função de que tanto a ideologia, quanto os movimentos políticos conservadores, se desenvolvem em resposta a situações históricas de transformação das estruturas sociais e políticas (BIROLI *et al.*, 2020). Para as autoras, iniciativas neoconservadoras (como é o caso das ofensivas antigênero) inclinam-se a surgir em momentos em que a ordem social estabelecida é desafiada por movimentos minoritários. As ofensivas podem ser caracterizadas como movimentos que tentam

bloquear a reorganização das relações entre mulheres e homens permitida por novos recursos anticonceptivos, com a contestação da dupla moralidade que os acompanha. São também, em sua essência, reações à “proliferação de sexualidades e gêneros” que se deu no momento em que feministas lésbicas e movimentos LGBT+I passaram a ser reconhecidos como atores políticos no ambiente transnacional, gerando impacto nacional em diversas partes do mundo (BIROLI, *et al.*, p.25).

Como vimos, foi especialmente na educação que esse debate foi substanciado pelo pensamento neoliberalista e neoconservador, e as concepções de educação que os ronda. O neoliberalismo e o neoconservadorismo, enquanto ideários, defendem um projeto de sociedade e um formato de educação reduzido a apreensão de saberes tácitos, que não contrariem os conteúdos cotidianos de cada família, na qual a aprendizagem se dá de maneira individual e focada no adestramento para o trabalho e para reestruturação econômica (GONZALEZ E COSTA, 2018).

Os neoliberais, críticos da educação em curso, atribuem o fracasso escolar atual aos resultados econômicos e vice-versa. Segundo Miranda (2016), falta de emprego, perda da produtividade, pobreza, entre outros fatores, colaboram, nesse aspecto neoliberal, para a ineficiência atual da educação, carecendo então de uma perspectiva mais tecnicista, que tanto resolva os problemas educacionais, quanto contribua para o crescimento econômico. Nesse bojo, os neoconservadores se constituem como aliados na defesa dessa perspectiva educacional que remonta a educação brasileira do período ditatorial, reivindicando, entre outras coisas, a retomada da tradição ocidental, o estímulo ao patriotismo e a retomada da educação moral e cívica, aspectos muito presentes na composição de governo e ideias do presidente Jair Bolsonaro (CORSETTI, 2019).

No cenário estadunidense, Apple (2003) aponta a existência de quatro grupos que constituem essa aliança da Nova Direita. Além de neoliberais e neoconservadores, somam-se

a esse grupo os populistas autoritários e a nova classe média profissional. Enquanto os neoliberais estão preocupados com a orientação político-econômica vinculada à ideia de mercado, os neoconservadores definem valores do passado como melhores que atuais. Já os populistas autoritários, que segundo o autor são constituídos por grupos evangélicos, encontram espaço para reivindicar a centralidade das “questões de autoridade, moralidade, família, igreja e ‘decência’”. (APPLE, 2003, p. 68).

A principal crítica deste último grupo é de que a educação atual tem propiciado uma decadência moral que afeta diretamente no desempenho educacional e no alcance dos índices esperados pelos projetos neoliberais. Por fim, a nova classe média credita o seu progresso na expansão do sistema social/educacional defendido pelos grupos anteriores.

A ideia de neoconservadorismo e grupos neoconservadores foi desenvolvida, segundo Moll (2015), por Michael Harrington e corroborada por Barroco (2015). Segundo os autores citados por Moll (2015), o termo neoconservadorismo refere-se a um novo tipo de conservadorismo com princípios e similaridades neoliberais que passa a se desenvolver, especialmente nos Estados Unidos, a partir da década de 70. Segundo Biroli *et al.* (2020), o termo passa a ser utilizado nos Estados Unidos para identificar coalizões políticas entre atores religiosos e não religiosos que tinham como mote principal a defesa da ordem patriarcal e do sistema capitalista.

Influenciados pelo neoliberalismo clássico, os neoconservadores defendiam que tanto os programas sociais quanto a interferência do Estado na economia traziam prejuízos à produtividade, gerando inflação e endividamentos. Desde então, o neoconservadorismo passa a se colocar como um movimento que combate o Estado Social e “os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais” (BARROCO, 2015, p. 623-624).

Não apenas relacionados às questões econômicas, os neoconservadores passam a criticar o Estado por retirar da família, da igreja e da comunidade a responsabilidade pelo bem-estar social e instituir uma crise de moralidades em função das políticas e dos programas sociais que geram uma igualdade perversa. O entendimento e a contestação a programas sociais que destoava dos valores morais tradicionais passam a ser fortemente criticados ao tempo que o retorno à moralidade repressiva é apontado como possibilidade de superação das próprias desigualdades.

Miguel (2016) identifica o libertarismo²⁵, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo como três correntes ideológicas conservadoras preponderantes, que, desde 2010, vêm ganhando espaço no cenário político brasileiro. O autor opera com três definições distintas para cada uma das correntes, a fim de identificar aspectos comuns entre os seus principais postulantes. O libertarismo defende o menor Estado possível, o fundamentalismo pressupõe a existência de uma verdade universal, moralizada e cristã, e o anticomunismo, que se autodefine e na América Latina ganha uma nova roupagem com a ameaça bolivariana e o Foro de São Paulo, com ataques coordenados a partidos e movimentos de esquerda.

Esses grupos, articulados, passam a demonstrar preocupação com a eficiência educacional, desde as pedagogias aos critérios avaliativos. Mesmo divergentes em outras questões políticas, esses atores articulam-se em torno de uma suposta modernização educacional que, entre outras coisas, perpassa o endurecimento de práticas conservadoras.

Nesse bojo, são eleitos conhecimentos e temas que são importantes e os que são desnecessários para a aprendizagem dos estudantes, e o foco passa a ser na autonomia individual do aluno e na maximização de competências cognitivas. A escola perde então o seu caráter público e democrático, com vistas à emancipação humana e à construção da cidadania, abrindo espaço para que moralidades civilizatórias sejam incorporadas em nome do desenvolvimento econômico e de uma suposta democracia, que, na verdade, tende a adaptar a formação escolar aos modos de produção (GONZALEZ E COSTA, 2018).

É desse modo que a escola pública vai sendo desmantelada, sucateada e privatizada, por meio das parcerias público-privadas; é nesse caminho, também, no qual a categoria de professores vai sendo enquadrada como “mal formada”, desinteressada, preguiçosa e, totalmente inverídico, cheias de “regalias!” e, não raro, os professores são denunciados como “militantes” que vão “comer os cérebros das crianças e dos adolescentes”, induzindo-os a serem “zumbis revolucionários” e, assim, cria-se a tese e a necessidade do ataque à escola, ao seu currículo e aos seus professores (BALDAN, 2017, p. 5).

Essa ideia de neutralidade do trabalho pedagógico, assim como a compreensão da educação como estritamente tecnicista, voltado à instrução para o mercado de trabalho, extrapola o espaço da educação básica e ganha terreno também nas universidades, que vêm a se tornar um dos principais espaços da perseguição e controle ideológico. Segundo Ximenes (2016), o controle ideológico sobre professores e estudantes passa a se articular com as outras

²⁵ Com raízes no liberalismo clássico, o libertarianismo ou libertarismo é uma filosofia que defende a liberdade como valor fundamental e o "direito à liberdade" como princípio central. Os libertários compartilham um ceticismo em relação à autoridade e ao Estado, mas divergem no escopo de sua oposição aos sistemas políticos e econômicos.

agendas de reforma educacional do projeto neoliberal, a exemplo das privatizações, do corte de recursos públicos para educação pública e da militarização das escolas.

Especialmente no que tange aos professores, esse controle ideológico parte da ideia de que é função do professor realizar o seu trabalho apenas de forma técnica e que a escola tem a função apenas de transmitir os conteúdos, essencialmente neutros, estabelecidos pelos documentos legais. No campo das questões de gênero e sexualidade, essa articulação se deu tanto através da remoção de conteúdos e temas dos instrumentos legais, quanto da perseguição a professores e instituições que se propunham a realizar esse debate. O fortalecimento desse discurso, ao longo dos anos, permitiu que no Brasil, o Movimento Escola Sem Partido, que acusa as escolas brasileiras de doutrinação ideológica, ganhasse visibilidade e expressão parlamentar, ao propor medidas que tentam impedir que professores e professoras expressem suas opiniões em sala de aula.

Mesmo antes do movimento Escola Sem Partido existir e ganhar notoriedade na mídia e na política, outros enfrentamentos às questões de gênero e sexualidades já estavam sendo operados por frentes conservadoras do Congresso Nacional, a exemplo da Frente Parlamentar Evangélica que tem parte da sua atuação dedicada à oposição da cidadania LGBT+.

As interferências do neoconservadorismo com sua fundamentação religiosa e as resistências às demandas LGBT+ vêm desde a Constituinte, quando a inclusão da expressão “discriminação por orientação sexual” no artigo 5º Constituição sofreu forte oposição e acabou sendo vetada por deputados com denominação religiosa. Ações, discursos e oposições mais incisivos podem ser mapeados desde o primeiro ano do Governo Lula, quando passam a existir ações mais efetivas de combate à LGBT+fobia e instituição de debates pró-diversidade sexual e de gênero na escola, como veremos no capítulo quatro desta tese.

No Brasil, o fundamentalismo religioso é quem encabeça a oposição às questões de gênero e sexualidade, em especial o direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar, e a políticas de combate a homofobia (MIGUEL, 2016). Para Biroli *et al.* (2020), mesmo não se restringindo a atores, agendas e linguagens de caráter religioso, o neoconservadorismo brasileiro possui uma centralidade cristã na América Latina, e em especial no Brasil, quando se trata da questão de gênero e sexualidade.

Eles têm reafirmado, em diversos espaços, uma perspectiva moral que serviria de base para a regulação da vida social e reprodutiva de toda a população. [...] a política estabelecida por esses atores religiosos projeta e impacta os debates públicos na maioria das sociedades latino-americanas.

Isso demanda uma avaliação cuidadosa da relação entre religião e política, compreendendo seus padrões atuais. (BIROLI *et al.*, 2020, p. 16).

Lima e Hipólito (2019), assim como Biroli *et al.* (2020), destacam as ofensivas antigênero como uma demonstração de força das articulações operadas no campo político, via grupos religiosos e evangélicos no congresso, e no campo educacional pelos grupos neoconservadores que após o primeiro turno das eleições de 2018 ganham evidência e ampliam a sua participação em espaços de poder do primeiro e segundo escalão do governo.

No congresso brasileiro, o fundamentalismo religioso está aliado a diferentes forças conservadoras, a exemplo dos ruralistas, da bancada do agronegócio, dos defensores do armamento, entre outras forças conservadoras que ganharam notoriedade no governo Bolsonaro. Mais do que apenas um pânico social e moral, é notória a influência da agenda neoconservadora nas ofensivas antigênero e do discurso que funda a ideologia de gênero como uma perspectiva feminista e um projeto político de destruição da moralidade social.

Como vimos, essa múltipla articulação, que envolve atores de frentes distintas, a exemplos daqueles descritos na tabela 01, em especial setores evangélicos e católicos, mas também, organizações empresariais, proprietários de terras, acadêmicos e universitários, militares, ultraliberais, partidos políticos e membros dos poderes legislativos, possibilitou a ampliação e disseminação dos discursos para além das fronteiras nacionais, por meio da disseminação de pânicos morais e através de campanhas internacionais.

Ao posicionarem a família heterossexual no centro da composição mais ampla de sociedade, o neoconservadorismo e o neoliberalismo mobilizam inseguranças por meio de um moralismo compensatório e promovem um enfrentamento transnacional ao gênero. Dadas as especificidades de cada país, assim como a maior ou menor predominância dos atores envolvidos, o modelo de articulação, mobilização e enfrentamento aos direitos das mulheres e pessoas LGBT+, assim como a inclusão e debate das questões de gênero e sexualidade na escola, nos mostram como as ofensivas antigênero se tornaram um movimento transnacional, em que campanhas, reivindicações, discursos e argumentos são reproduzidos em diferentes países, de diferentes maneiras e com diferentes atores, todos eles sob uma mesma insígnia: a ideologia de gênero, e todos eles com um mesmo objetivo: bloquear as demandas dos movimentos feministas e LGBT+.

3 APROXIMAÇÕES: TRANSNACIONALIZAÇÃO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO – O CASO FRANCÊS

Assim como na América Latina, e em especial no Brasil, a ideia de que os movimentos feministas e LGBT+ através das suas ideologias tinham como objetivo aliciar crianças e destruir a infância, seja pela lei do casamento igualitário, seja pelo desenvolvimento de programas educacionais que discutem gênero e sexualidade na educação básica, vai ser a força motor dos pânicos morais e das mobilizações sociais antigênero.

O contexto francês nos ajuda a perceber como as ameaças de gênero que se desenvolviam na França no início da década de 2010, e se alastraram pela Europa e países latino-americanos, estão conectadas com o pensamento e o modo de ação que coordenou as ofensivas no Brasil. Esse capítulo está dividido em três seções. Primeiro, apresento como se deu a construção discursiva do pânico moral sobre gênero na França; em seguida, localizo as articulações do movimento *Manif Pour Tous*, organização que foi importantíssima para o sucesso das ofensivas que havia iniciado em oposição ao casamento igualitário e que desembocam em manifestações contra os debates de gênero na educação; por último, apresento as questões atuais que tem dominado o debate francês antigênero, um sinal de quais outros lugares estão sendo ameaçados.

3.1 Théorie du genre: a construção discursiva de um pânico moral na França

Durante muito tempo a França permaneceu impermeável ao conceito de gênero, que era tomado quase que como intransponível à cultura francesa, mesmo com sua onipresença na língua. Até os anos 2000, a França era uma exceção à globalização do gênero enquanto conceito, mudando em 2010, quando a Igreja Católica passa abertamente a falar em *Théorie du Genre* (FASSIN, 2019).

A Igreja Católica cumpriu a função de familiarizar a palavra Gênero (*genre* em francês) nos meios de comunicação e para a sociedade em geral, e acabou por inserir a França no cenário mundial como vanguarda dos movimentos anti-gênero (FASSIN, 2019). Segundo Fassin (2019), a ofensiva antigênero francesa provoca uma dupla exposição: enquanto nacionalmente, passa-se a falar sobre gênero, internacionalmente a França ganha destaque pela sua reação contra a “*Théorie du Genre*”, onde, assim como em outros lugares do mundo, o Gênero vira uma ameaça à sociedade conservadora tradicional.

Favier (2014) localiza a inserção dos debates de gênero no seio da Igreja Católica francesa apenas em 2005, dez anos após a Conferência de Pequim, que foi disparadora das agendas anti-gênero na Europa, em especial em Roma. A Conferência Episcopal Católica realizada na França em 2005 apresentou o gênero como uma questão prioritária e encarregou uma comissão para elaboração de um documento de referência sobre essas questões. Quem coordenou o trabalho foi o psicanalista Jacques Arsénes, que no ano seguinte publicou um texto chamado “La problématique du «genre»”.

O texto de Arsénes (2006) contém 13 páginas e, assim como Fassin (2016) e Favier (2014) já haviam alertado, nele o gênero é caracterizado como uma ideologia que tem como objetivo particular a defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Logo no início de seu relatório, Arsénes (2006) afirma:

A teoria do gênero é mais do que meras ideias debatidas nos círculos intelectuais. É o corpus ideológico utilizado pelos lobbies homossexuais para defender as suas ideias apresentadas ao legislador, nomeadamente no que diz respeito ao chamado "casamento homossexual". (ARSÉNES, 2006, p. 01)²⁶.

O psicanalista segue numa definição de gênero que toma como referência inicial o trabalho de Stoller, mas também faz uso de referências comuns aos estudos de gênero e sexualidades como Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Deleuze, Françoise Héritier, Thomas Laqueur e Judith Butler, figura central para os movimentos anti-gênero e em igual medida para o texto de Arsénes (2006), que a identifica como autora chave para o movimento e teoria *queer*.

O relatório de Arsénes está dividido em seis partes: I. Os desafios e as questões comuns postas por esse tema; II. O que é a Teoria de Gênero; III. A noção de Gênero; IV. Eixos teóricos dos estudos de gênero e sua evolução – que está subdividido em “O gênero a serviço da opressão: uma visão política da sexualidade”, “Do gênero ao sexo: o sexo como construção cultural”, “A teoria queer como espaço radical”. V. Reflexões sobre as opções filosóficas fundamentais da Teoria de Gênero – que está subdividido em “Construcionismo e Idealismo”, “Dualismo antinatural”, e “Uma genealogia de poderes”; e por fim o tópico VI. Conclusão: respondendo a teoria do gênero que tem um subtópico em clara referência a obra de Foucault que diz “a questão do poder e a vontade de poder”.

Algumas questões chamam atenção no texto, entre elas, destaca-se o uso da expressão “*Gender Theory*”, a forma como a Igreja Católica francesa referia-se aos estudos de

²⁶ Versão original: *La théorie du genre ne se résume pas à des idées agitées dans des cénacles intellectuels. Elle constitue le corpus idéologique utilisé par les lobbies gays pour défendre leurs idées soumises au législatif, concernant notamment le mariage dit “homosexuel”.*

gênero, antes que a expressão “*Théorie du Genre*” fosse lançada no contexto francês. A expressão em inglês está relacionada ao fato de que, a todo o tempo, a Teoria do Gênero/*Gender Theory* é marcada como uma produção americana, importada para Europa e em consequência para a França pelos *lobbies gays*. Antes havia uma ameaça de *Gender* (com a grafia da palavra em inglês) até que o *Genre* viesse a se tornar ameaçador.

Segundo Ruhstorfer e Tricou (2015), o uso frequente da palavra *Gender* para caracterizar os estudos de gênero, e questões sociais pró-direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+ foi uma das estratégias utilizadas pelos ativistas franceses antigênero com objetivo de deslegitimar a potencialidade teórica e a cientificidade dos estudos de gênero, em função de que, na França, o antiamericanismo intelectual tem uma tradição histórica e longa. Ruhstorfer e Tricou (2015) afirmam que “apresentar uma ideia como americana é, portanto, um argumento na França para os grupos que pretendem fazer descartar as reformas políticas a que se opõem” (RUHSTORFER; TRICOU, 2015, p. 153-154)²⁷.

A grafia da palavra gênero em inglês no contexto francês é uma estratégia operada pelos movimentos antigênero, que, na sua atuação, tem explorado as engenharias verbais e a manipulação da linguagem dos movimentos pró-diversidade sexual. Husson (2015) reflete acerca da preocupação com os léxicos no contexto francês e identifica que para esses grupos, a instituição da diferença sexual, assim como a imposição de uma nova ordem de gênero, começa a partir da subversão da linguagem. Logo, é também a partir da linguagem que ela deve ser combatida.

Arsénes (2006) finaliza seu texto retomando dois aspectos que ele julga exigir uma resposta do mundo cristão: a rejeição à heterossexualidade e a rejeição da diferença sexual. Arsénes (2006) constrói na conclusão de seu texto uma defesa da heterossexualidade e dos papéis sexuais cristalizados nas noções tradicionais de masculino e feminino. Os cristãos deveriam respeitar as diferenças, ao tempo em que não podem deixar perder de vista a naturalidade do sexo, que deve ser preservada.

Fassin (2016) afirma que os teólogos do gênero (entre eles Arsénes) expressam o seu temor de que a ideia de uma desnaturalização do sexo, operada pelo conceito de gênero, conduza a uma desnaturalização da sexualidade, que se evidencia nas reivindicações do casamento para todos operada por *lobbies gays* na intenção de aprovar o casamento homossexual.

²⁷ Versão original: *Présenter une idée comme américaine est donc un argument en France pour les groupes qui souhaitent faire dérailler des réformes politiques auxquelles ils s'opposent.*

O medo eminente de uma desnaturalização do sexo a partir do conceito de gênero está ancorado na leitura de “Problemas de Gênero” de Judith Butler, grande referência para os teólogos da *Theorie du Genre* na França e da Ideologia do Gênero no Brasil e no mundo. A conceitualização de gênero parte unicamente da referência de construção social. É dessa interpretação, de que nada é natural e que tudo é construído socialmente, que parte o medo católico de que o gênero, o sexo, a sexualidade, e em especial a família cristã seja desnaturalizados.

Segundo destaca Husson (2015), havia entre os ativistas católicos antigênero uma preocupação excessiva com a linguagem utilizada pelas “feministas de gênero”. Em um texto publicado em 1994, Dale O’Leary, jornalista católica e autora de diversos textos com perspectivas antigênero, denuncia aquilo que seria uma evolução do feminismo proposta pela obra de Judith Butler:

o que o livro ensina é o seguinte: que as categorias de gênero são construções sociais criadas por homens para oprimir as mulheres e que [sic] precisamos nos livrar delas e da heterossexualidade obrigatória. Em outras palavras, eles estão ensinando a nossos filhos que os homens inventaram a ideia de que a humanidade está dividida entre homens e mulheres. O que eles querem é desconstruir a identidade sexual (O’LEARY, 1999).

Para Fassin (2016) há um efeito reverso na polemização do gênero na França: se, até meados de 2005, a obra Problemas de Gênero era quase que completamente desconhecida pelos franceses, daí em diante ela passa a ser uma referência crucial não apenas para os movimentos antigênero, mas também para novos pesquisadores, estudiosos, e pessoas que passam a se vincular ao tema. Favier (2012) reflete na mesma linha, e considera que a oposição ao gênero liderada pela igreja católica provocou um debate público sobre o conceito de gênero, tanto nos contextos religiosos, quanto em círculos acadêmicos.

A seguir, discuto a produção dos discursos e ofensivas antigênero que consubstanciam as mobilizações anti *Mariage Pour Tous* e o estabelecimento da categoria “*Théorie du Genre*” na França. Em seguida, reflito sobre os contornos específicos que esses movimentos ganham após a aprovação do casamento e adoção homoparental, e a guinada às questões educacionais a partir do programa ABCD de l’égalité e a atuação dos coletivos JER e *VigiGender*.

3.2 Do *Mariage pour tous* ao *Manif pour tous*: a ofensiva francesa

Segundo Eric Fassin (2019), a ofensiva pública contra as questões de gênero e sexualidade começou com uma polêmica em torno de um desenho animado infantil, “*Le baiser de la lune*”, no qual dois peixes chamados Félix e Leon se beijavam. Em 2011, no bojo das discussões sobre o casamento para todos, livros didáticos de ciências de escolas públicas secundárias são acusados de transmitir a “*théorie du genre*” após a introdução de um capítulo que problematiza o “masculino/feminino”.

Uma convergência de atores em oposição a *Théorie du Genre* se forma, levando à 80 deputados do partido *Union pour un mouvement populaire* (UMP) assinarem uma carta pedindo ao Ministro da Educação, na época Luc Chatel, a remoção dos livros que explicam a identidade sexual dos indivíduos tanto na perspectiva sociocultural quanto biológica. A argumentação elaborada pelos deputados, que também contou com o apoio da *Direction de L'Enseignement Catholique*, tinha como mote principal a crítica à “la théorie du genre sexuel”, que no Brasil conhecemos como “ideologia de gênero”.

Uma série de textos, livros e publicações em periódicos científicos e colunas de opinião em jornais das mais variadas áreas começam a ser publicados, provocando uma contestação pública, política e científica da *Théorie du Genre*. O psicanalista Christian de Flavigny escreve o texto “*La Querelle du genre: faut-il enseigner gender à l'école?*”; a política Elizabeth Montfort publica o livro “*Le Genre démasqué : homme ou femme ? Le choix impossible*”; o jurista Aude Mirkovic junto a Béatrice Bourges e Elisabeth Montfort publicam o livro “*De la Théorie du genre au mariage de même sexe : l'effet dominos, théorie du genre, mariage du même sexe, multiparenté, procréation médicalement assistée, gestation pour autrui,*”; os filósofos Michel Boyancé e Thibaut Colin publicam o livro “*L'Éducation à l'âge du "gender": construire ou déconstruire l'homme*”; em geral, prevalece a noção do gênero enquanto uma ideologia nefasta e prejudicial à sociedade francesa e em especial à escolarização e à educação das crianças.

Em 2010, quando a Assemblée Parlementaire du Conseil de l'Europe discutia a Discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, Luigi Ventura, Arcebispo italiano e Núncio Apostólico na França, enviou cartas aos parlamentares do Partido Popular Europeu manifestando a sua preocupação com o relatório elaborado por Andréas Gross, cujo texto estaria em “aberta oposição aos direitos naturais e valores promovidos pela igreja católica”.

Segundo Romano (2014), entre 2010 e 2013, houve uma explosão no número de publicações e livros financiados pela Igreja Católica e escritos por clérigos, teólogos e leigos cristãos. Um levantamento coordenado por Romano (2014) identificou cerca de cinquenta

ensaios publicados, além de discursos e comunicados na imprensa escrita, rádio, televisão e na internet. Segundo o autor supracitado, o alto investimento em novas mídias e redes sociais, inclusive nos níveis mais altos da hierarquia, constitui uma das mais marcantes características da mobilização católica na França (ROMANO, 2014).

Nesse contexto, Christine Boutin, que ganhou notoriedade na França após ser nomeada Consultora Pontifical do Conselho da Família, em uma carta pública escrita ao Ministro da Educação em 31 de maio de 2011 questionava:

Como isso é possível? Como o que é apenas uma teoria, apenas uma corrente de pensamento, pode fazer parte de um currículo científico? Como se pode apresentar em um livro didático, que afirma ser científico, uma ideologia que consiste em negar a realidade: a alteridade sexual do homem e da mulher? Isto é claramente parte de um desejo de impor às consciências dos jovens adolescentes uma certa visão do homem e da sociedade, e não posso aceitar que os enganemos apresentando-os como uma explicação científica o que é um viés ideológico.

Sr. Ministro, não podemos aceitar que a escola se torne um lugar de propaganda, onde o adolescente seria mantido refém das preocupações de grupos minoritários que não querem impor uma visão de normalidade que o povo francês não compartilha (BOUTIN, 2011).²⁸

Philippe Gosselin, deputado francês conservador, denuncia que o Ministério da Educação estava colocando em curso um plano para ensinar a diferença entre sexo e gênero para estudantes do Ensino Médio. Em 26 de julho de 2011, ele protocolou um pedido para que o “Ministère d'Éducation nationale, jeunesse et vie associative” revisse os manuais escolares de Ciências e Vida, especialmente o capítulo ligado às questões de gênero, em função do seu caráter não científico.

Esta disposição levou ao aparecimento da “teoria de gênero” nos livros escolares da SVT que afirma que a identidade sexual não é um dado biológico, mas uma construção social. Esta teoria, nascida nos Estados Unidos, se relaciona com a sociologia ou filosofia e, portanto, não deve aparecer nos livros escolares da SVT. As ciências da terra e os cursos da vida devem, de fato, ser baseados em dados estritamente científicos e biológicos. Por outro lado, a “teoria do gênero”, por questionar a definição biológica da identidade sexual, coloca muitas questões concernentes à condição humana, à procriação e à organização da sociedade (GROSSELIN, 2011).²⁹

²⁸ Versão original: *Comment cela est-il possible? Comment ce qui n'est qu'une théorie, qu'un courant de pensée, peut-il faire partie d'un programme de sciences? Comment peut-on présenter dans un manuel, qui se veut scientifique, une idéologie qui consiste à nier la réalité : l'altérité sexuelle de l'homme et la femme ? Cela relève de toute évidence d'une volonté d'imposer aux consciences de jeunes adolescents une certaine vision de l'homme et de la société, et je ne peux accepter que nous les trompions en leur présentant comme une explication scientifique ce qui relève d'un parti-pris idéologique. Monsieur le Ministre, nous ne pouvons accepter que l'école devienne un lieu de propagande, où l'adolescent serait l'otage de préoccupations de groupes minoritaires en mal d'imposer une vision de la normalité que le peuple français ne partage pas.*

²⁹ Versão original: *Cette disposition a abouti à l'apparition de la « théorie du gender » dans les manuels scolaires de SVT qui affirme que l'identité sexuelle n'est pas une donnée biologique mais une construction*

Favier (2012) afirma que a publicação dos livros didáticos de ciências com debates sobre questões de gênero e sexualidade promove uma reviravolta na forma como a Igreja Católica vinha lidando com a oposição ao gênero na França. Claude Berruer, secretário nacional de Educação Católica, envia aos chefes das escolas uma carta, convidando-os a mostrar discernimento na escolha dos livros de ciência e vida terrestre. A preocupação com a chegada da *Théorie du Genre* na escola vai sendo retransmitida por movimentos leigos e em especial por associações e grupos de pais ligados a organizações religiosas cristãs (FAVIER, 2012).

Stambolis-Ruhstorfer e Tricou (2015) apontam o papel fundamental exercido pela *Fondation de Service Politique*, grupo criado em 1992 por intelectuais católicos e membros do Opus Dei, que tem atuado na construção de políticas antigênero na educação francesa. Entre as ações lideradas pela *Fondation de Service Politique* nos últimos anos, destaca-se a petição contra o desenho animado *O Beijo da Lua*, a denúncia contra a existências de cursos sobre gênero na Sciences Po, e a campanha destinada a parlamentares contra os estudos de gênero no ensino médio (STAMBOLIS-RUHSTORFER; TRICOU, 2015)

Alguns setores mais intelectuais do catolicismo mostram uma certa preocupação com a rapidez com que líderes religiosos dispensavam a conceitualização de gênero, e pelo menos três revistas católicas e/ou ligadas ao catolicismo publicaram reflexões sobre a importância de se considerar uma *perspectiva de gênero* (FAVIER, 2012). Entre as publicações citadas por Favier (2012), encontram-se artigos escritos por Nathalie Sarthou-Laius, Céline Béraud, Laurent Lemoine, Philippe Lefebvre, e Viviane de Montalembert, intelectuais ligados ao catolicismo que tentam construir uma compreensão positiva do conceito de gênero no contexto francês. No artigo “*Ne diabolisons pas les théories du genre*”, publicado na Revista Jesuíta de Humanidades e Ciências Sociais, *Études*, Sarthou-Laius observa:

Embora as correntes mais radicais dos estudos de gênero mereçam uma análise crítica quando vão ao ponto de negar a parte biológica da identidade sexual, a sua ancoragem na anatomia corporal, ou de negar qualquer diferença entre um homem e uma mulher expressa num corpo, seria altamente prejudicial para o ensino do conhecimento demonizar estas teorias de gênero. Estas teorias constituem uma crítica útil a uma forma de essencialismo que remete para a natureza para explicar as diferenças entre

sociale. Cette théorie, née aux États-unis, relève de la sociologie ou de la philosophie et ne devrait donc pas apparaître dans des manuels scolaires de SVT. Les cours de sciences et vie de la terre doivent en effet être fondés sur des données strictement scientifiques et biologiques. Par ailleurs, la « théorie du gender », parce qu'elle remet en question la définition biologique de l'identité sexuelle, pose de nombreuses questions concernant la condition humaine, la procréation et l'organisation de la société.

homens e mulheres e que, na maior parte das vezes, justifica a dominação masculina, confinando as mulheres a papéis de passividade, de preocupação com os outros ou a um destino reprodutivo (SARTHOU-LAIUS, 2012).³⁰

Entretanto, é a ideia de “desnaturalização” das coisas por meio dos estudos de gênero que ganha centralidade no contexto, especialmente entre os círculos cristãos, contribuindo para que durante as disputas em torno da Lei Taubira de 2013, também conhecida como “*Mariage pour Tous*”, o ataque católico contra a *Théorie du Genre* ganhe força. O casamento para todos reforçava então a compreensão católica de desnaturalização da instituição casamento, que seria então possível para outros arranjos familiares que não os heterossexuais.

Inúmeras autoridades religiosas francesas expressaram, nos espaços de culto, na internet e em atividades organizadas por parlamentares e autoridades públicas, sua oposição ao casamento para todos. A proteção às crianças e aos jovens foi acionada desde o primeiro momento como questão essencial a ser observada no debate legislativo. O casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção homoparental eram tomados como um movimento político que provocaria uma ruptura social, abrindo espaços para o incesto e a pedofilia.

Béraud (2014) relata que a igreja católica liderou a oposição ao casamento para todos, estimulando fiéis a questionarem seus representantes legislativos sobre o projeto e atuando como especialistas e consultores na assembleia legislativa. Em consequência ao papel desempenhado pelas autoridades religiosas católicas na mídia, representantes de outras denominações religiosas também passam a expressar publicamente a desaprovação e descontentamento com o projeto de lei.

Mesmo não havendo uma declaração conjunta e simultânea, o Conselho da Federação Protestante Francesa (FPF), o Conselho Nacional de Evangélicos da França, a Assembleia dos Bispos Ortodoxos da França, o Conselho de Fé Muçulmana, a União das Organizações Islâmicas e o rabino chefe do Judaísmo Consistorial Francês emitiram notas e posições semelhantes à da igreja católica contra a aprovação do casamento para casais do mesmo sexo (CLEUZIQU, 2019).

Béraud (2014) ressalta que foi marcante a grande semelhança entre as posições religiosas que foram emitidas na época, e que as declarações poderiam ser descritas como

³⁰ Versão original: *Si les courants les plus radicaux des genders studies méritent une analyse critique quand ils vont jusqu'à nier la part biologique de l'identité sexuelle, son ancrage dans une anatomie corporelle, ou à récuser toute différence entre un homme et une femme telle qu'elle s'exprime dans un corps, il serait tout à fait dommageable dans l'enseignement des savoirs de diaboliser ces théories du genre. Elles critiquent en effet de façon utile une forme d'essentialisme qui se réfère à la nature pour expliquer des différences entre l'homme et la femme, et justifier le plus souvent une domination masculine en enfermant les femmes dans des rôles de passivité, de sollicitude à l'égard des autres ou dans un destin reproductif.*

intertextuais, de tão similares que eram. Em um dos casos, fala-se até mesmo de plágio, quando o Rabino Chefe foi acusado de copiar trechos inteiros de uma obra de Joseph-Marie Verlinde. Em geral, as declarações seguem uma linha comum, ao de um lado acionar algumas referências bíblicas ou referências à lei muçulmana, e de outro propor uma retórica secularizada que defende a diferenciação sexual, a reprodução e a filiação.

As questões religiosas, dado os contextos e especificidades de cada denominação, estão no pano de fundo das manifestações, porém os textos e a argumentação pública, similares em forma e conteúdo, ressaltaram a diferença entre os sexos, as noções tradicionais de família, a natureza na sua concepção biológica e em especial a proteção aos direitos das crianças e integridade da infância, entre outras questões que tentavam apagar o caráter confessional através de uma retórica muito secularizada (BÉRAUD, 2014).

Segundo o Pastor Baty, as verdadeiras questões são "antropológicas e sociais". Acima de tudo, tratar-se-ia de proteger os direitos das crianças (esta última palavra foi utilizada quase 90 vezes durante as audições no Senado). Para o rabino, as questões levantadas pelo casamento para todos são "morais, jurídicas, políticas e antropológicas" (BÉRAUD, 2014, p. 342)³¹.

A unanimidade das posições religiosas frente ao projeto também foi utilizada na Assembleia Nacional como recurso argumentativo contra a aprovação do projeto de lei. Parlamentares vinculados a entidades religiosas e a partidos políticos da extrema direita faziam coro às posições religiosas. Em uma das audiências de discussão do projeto no senado, o Metropolita³² Emmanuel³³ afirmou que mesmo não havendo uma frente comum entre as organizações religiosas francesas, todas estavam em acordo no que tange à rejeição do projeto.

Não chegámos a um acordo entre os representantes religiosos, mas, à exceção do budismo, que não deixou clara a sua posição, todos temos a mesma posição. Não formamos uma frente comum, não nos consultámos previamente, mas no final estamos de acordo... Vivemos num país cujas leis temos de respeitar. Vivemos na França e, por isso, concordamos em celebrar um casamento religioso apenas depois de um casamento civil. Sejamos claros, não celebraremos um casamento entre pessoas do mesmo sexo. Nem sequer posso dizer que aceitamos o termo casamento neste caso... O laicismo

³¹ Versão original: *Selon le pasteur Baty, les enjeux véritables seraient « anthropologiques et sociaux ». Il s'agirait avant tout de protéger les droits de l'enfant (ce dernier mot est employé presque 90 fois au cours des auditions au Sénat). Pour le rabbin, les questions posées par le mariage pour tous sont « morales, juridiques, politiques, anthropologiques ».*

³² Metropolita é o arcebispo presidente de uma Arquidiocese Metropolitana, que em geral é formada por três ou mais dioceses.

³³ Emmanuel Adamakis é um homem branco, atualmente com 62 anos, de origem grega, e foi eleito em 2003 Metropolita ortodoxo grego da França. Ele representa a igreja ortodoxa na União Europeia e preside a Conferência das Igrejas Europeias.

não vai impor regras às confissões religiosas [...] (Métropole Emmanuel, 2013).³⁴

Da mesma forma, Ravazzolo (2013) ressalta que os parlamentares opositores ao casamento para todos na Assembleia Nacional também justificaram a rejeição à proposição do casamento para todos pelo imperativo de respeitar a lei da natureza e o princípio de perpetuação da espécie. Os parlamentares contrários à aprovação da legislação apelavam para as supostas consequências negativas da aprovação do projeto de lei.

O casamento entre pessoas do mesmo sexo é apresentado como o primeiro passo para o alargamento da procriação medicamente assistida (PMA), para a autorização da maternidade de substituição (GPA) e para a mercantilização do corpo das mulheres. Para além destas práticas, que são apresentadas como inevitáveis, há outras que são frequentemente mal compreendidas pelo público e cujo impacto negativo se baseia em preconceitos ideológicos e pré-construções culturais. (RAVAZZOLO, 2013, p. 114).³⁵

A disseminação de pânicos morais, estratégia amplamente utilizada pelos movimentos antigênero ao redor do mundo, pretendia produzir um Estado de desconfiança e ansiedade, mobilizando as pessoas a se manifestarem e se colocarem contra o casamento para todos. Para Ravazzolo (2013), esses pânicos morais e a rede de notícias falsas ativavam um cenário de ansiedade sobre o futuro da sociedade francesa, que se via invadida por questões *estrangeiras* e desconhecidas.

Na França, a noção de natureza funcionou bastante como contra argumentação aos estudos de gênero. Se, de um lado, as figuras centrais da Igreja Católica tomavam a *natureza* das coisas como algo divinamente concedido, de outro, a aliança conservadora falava dos mesmos processos de naturalização (daí o medo do gênero desnaturalizar o sexo), mas num sentido que tendia parecer científico pela materialidade e biologia do sexo em si mesmo.

Segundo Fassin (2016), o acionamento da categoria natureza é relativamente novo nas disputas de gênero e direitos sexuais no contexto francês. Mesmo que a rejeição aos Estudos de Gênero tenha se dado, e se dê ainda, de um ponto de vista religioso, a categoria

³⁴ Versão original: *Nous ne nous sommes pas mis d'accord entre représentants des cultes, mais à part le bouddhisme qui ne s'est pas exprimé clairement, nous avons tous la même position. Nous ne formons pas un front commun, nous ne nous sommes pas concertés à l'avance, mais finalement nous sommes d'accord... Nous vivons dans un pays dont nous devons respecter les lois. Nous vivons en France et acceptons donc de ne célébrer un mariage religieux qu'après un mariage civil. Soyons clairs, nous ne célébrerons pas de mariage homosexuel. Je ne puis même pas dire que nous acceptons le terme de mariage dans ce cas-là... La laïcité ne va pas imposer des règles aux cultes.*

³⁵ Versão original: *Le mariage homosexuel est alors présenté comme le premier pas vers l'extension de la procréation médicalement assistée (PMA), l'autorisation de la gestation pour autrui (GPA) et la marchandisation du corps de la femme. À ces pratiques, présentées comme inéluctables, s'en ajoutent d'autres, souvent mal comprises par les citoyens et dont la portée négative repose sur des a priori idéologiques et des préconstruits culturels.*

natureza, ora em sua compreensão divina – como produto de uma concessão do deus cristão -, ora em sua compreensão biológica, é acionada constantemente para caracterizar o gênero como uma “ideologia radical obscurantista projetada mais para subverter os valores humanos do que para esclarecê-los” (FASSIN, 2016, p. 180).

Dado seu contexto global de articulação, na França, assim como em outros lugares do mundo, os movimentos antigênero partem da mesma premissa que opõe sexo e gênero, natureza e cultura, biologia e ideologia. O gênero nessa perspectiva deve, obrigatoriamente, reiterar o sexo a fim de reforçar a sua natureza. O que os estudos de gênero estariam então propondo, era a desnaturalização do sexo, logo a desnaturalização do homem criado a “imagem e semelhança” de Deus.

Entre 2010 e 2013, o Gênero e a *Théorie du Genre* passam a ser objeto de interesse e investigação de outros intelectuais e acadêmicos franceses das ciências humanas e sociais que até então não dialogavam com o tema, mas que se aproximam a partir da sua repercussão midiática e política. Cornejo-Valle e Pichardo (2017) e Fillod (2014) afirmam que, a partir de 2011, esses movimentos que se alinham à retórica da *théorie du genre* começam a ganhar força política e midiática na França, especialmente no combate àquilo que tange ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, a agenda antiaborto e as discussões de gênero e sexualidade na escola.

Ativistas conservadores, articulados a partir do *La Manif Pour Tous* (LMPT), mobilizaram acadêmicos, intelectuais e profissionais diversos a fim de construir uma perspectiva científica antigênero, e de descaracterizar cientificamente os estudos de gênero a partir da oposição a lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo, conhecida na França como *Mariage Pour Tous*.

3.2.1 *La Manif Pour Tous*: a aliança religiosa contra o casamento para todos

O Movimento *La Manif Pour Tous* foi fundado em novembro de 2012 em oposição à lei do casamento para todos e à adoção de crianças por casais do mesmo sexo. O LMPT, que alegava ser apolítico e não confessional, tinha em seu corpo de lideranças e membros uma grande maioria de pessoas e associações ligadas ao catolicismo. Béraud (2014) sinaliza que as personalidades mais influentes do movimento eram católicas:

Tugdual Derville, Antoine Renard, Christine Boutin, Ludovine de la Rochère (que assumirá a presidência após a destituição de Frigide Barjot) e Béatrice Bourges (que deixará o *Manif pour Tous* (MPT) para se juntar ao *Printemps Français*) são católicos. A Confédération des associations familiales

catholiques e o CLER "amour et famille" estão igualmente representados, bem como a Alliance Vita e Familles de France, o movimento católico anti-IVG. (BÉRAUD, 2014, p. 343).³⁶

Parte da estratégia do movimento era aparentar, publicamente, não ser confessional nem possuir vínculos diretos com a Igreja Católica, a fim de que suas demandas obtivessem maior validação pública. Cleuziou (2019) afirma que o *La Manif Pour Tous* se originou como uma manifestação não católica organizada por católicos com objetivo de barrar a aprovação da lei do casamento para todos e desconstruir a imagem que a mídia francesa vinha construindo sobre a igreja católica nos últimos anos, especialmente em função dos escândalos de pedofilia.

Em um de seus materiais de divulgação, uma brochura disponibilizada em seu site oficial, que tem como objetivo chamar a atenção da sociedade francesa para os perigos da ideologia de gênero, encontra-se a seguinte afirmação: “a ideologia de gênero é destrutiva, obscurantista, antissocial, antipopular tanto quanto é antinatural”.

Cleuziou (2019) afirma que a criação do LMPT é antecedida por uma série de manifestações contra o que alguns conservadores católicos chamavam de “Cristofobia”. Liderados pelo Instituto Civitas, lobby defensor de posições nacionalistas e cristãs, manifestantes católicos e associações de leigos realizaram diversas ações públicas contra mostras de artes, espetáculos teatrais e outras expressões artísticas que problematizavam questões do cristianismo e/ou faziam uso de símbolos cristãos.

Em Avignon, foi organizada uma manifestação com cerca de 1500 pessoas em frente a Fundação de Arte Contemporânea, pedindo a remoção da obra “*Immersion Piss Christ*”, do artista Andres Serrano. Um grupo de jovens invadiu e vandalizou a exposição, chegando a destruir duas fotografias³⁷; em julho do mesmo ano, o instituto convocou novas manifestações, dessa vez contra o espetáculo *Gólgota Picnic*, de Rodrigo García que esteve em cartaz em Toulouse no mês de novembro e em Paris no mês de dezembro³⁸; em outubro,

³⁶ Versão original: *Tugdual Derville, Antoine Renard, Christine Boutin, Ludovine de la Rochère qui en prendra la présidence après l'éviction de Frigide Barjot, Béatrice Bourges qui quittera la Manif pour Tous (MPT) pour le Printemps Français) sont catholiques. S'y trouvent représentés la Confédération des associations familiales catholiques et le CLER « amour et famille». Avec Alliance Vita et Familles de France, c'est le mouvement anti-IVG catholique qui y est integre.*

³⁷ Segundo reportagem publicada no Le Monde em 18 de abril de 2011, um grupo de ativistas católicos, jovens entre 18 e 25 anos, entraram na mostra da Fundação de Arte Contemporânea de Avignon e destruíram obras de arte com um martelo e um furador de gelo. Desde o início do mês de abril que católicos fundamentalistas criticavam e pediam a retirada da obra “*Immersion Piss Christ*”, um crucifixo imerso em um banho de sangue e urina. A obra é de 1987, e durante os primeiros três meses de exibição não atraiu nenhum tipo de reação

³⁸ A peça de García era abertamente anti-cristã. Jesus era representado como uma prostituta do diabo, multiplicava hambúrgueres e a crucificação era ridicularizada. As mobilizações contra a peça teatral foram articuladas em um curso de verão contra a cristofobia organizado pela Civitas.

militantes articulados pela Civitas interromperam o espetáculo teatral *Sur le Concept du Visage du fils de Dieu*, de Romeo Castellucci que estava em cartaz no teatro Châtelet³⁹ (CLEUZIQU, 2019).

O modo de intervenção do Civitas não agradava a Igreja Católica, que sentia a opinião pública rechaçar as manifestações em função do seu caráter violento e do obscurantismo que as ações significavam. Após os protestos em Toulouse, nos quais atos violentos e agressões foram noticiadas pela mídia, o Arcebispo Monseigneur Robert Le Gall declarou que as ações violentas orquestradas pelo Civitas prejudicaram e desfiguraram a igreja. Uma matéria publicada pelo site *Famille Chrpetienne* e replicada por outros sites cristãos noticiava a desaprovação e o descontentamento do arcebispo com os atos violentos (COSTE, 2011).

Segundo Cleuziou (2019), o rompimento entre a alta cúpula da igreja católica e o Civitas se dá, estrategicamente, para tentar conter a disseminação de dois clichês negativos do catolicismo que novamente se mostravam em alta em função das mobilizações recentes: a oposição a liberdade de expressão e um retorno da ordem moral. Frigide Barjot, humorista e ativista francesa cristã, passou a ter centralidade na organização e articulação de novos protestos, porém, uma nova forma de atuação se inaugurou.

Figura 2: - Culture et foi: et si on se respectait.

³⁹No espetáculo de Castellucci, a figura de Cristo, retirada da obra *Salvator Mundi* pintada por *Antonello de Messina*, estava representada em uma grande pintura da sala do cenário principal. O espetáculo narra a história de um pai doente que necessita dos cuidados de seu filho. Segundo reportagem do *Le Figaro*, a peça sofreu ataques durante sua exibição em Paris, quando ativistas católicos realizaram manifestações dentro e fora do Teatro Châtelet, onde a peça foi apresentada. Manifestantes, que haviam comprado ingressos, agrediram os espectadores, atiraram ovos, cantaram hinos e atiraram jatos de óleo. Segundo eles, e autoridades religiosas que se manifestaram durante a exibição do espetáculo, Castellucci estava blasfemando a figura de Cristo.



Fonte: Reprodução Vaea Devatine (2011).

Em dezembro de 2011, Barjot, com apoio e suporte do alto escalão católico, organizou em Paris uma manifestação contra a estreia do espetáculo *Gólgota Picnic* no teatro do Rond-Point. Ao contrário das manifestações organizadas pelo Civitas, 250 pessoas marcharam pacificamente até o teatro em silêncio, carregando uma faixa com a inscrição “*Culture et foi: et si on se respectait?*”, conforme mostra a Figura 2.

A repercussão positiva da manifestação pacífica faz com que Farida Barjot ganhe centralidade na construção das estratégias de mobilização social da Igreja Católica contra questões que agridem, destoem, e vão de encontro aos princípios do cristianismo. Com a eleição de François Hollande, em 2012, e o avançar do debate sobre a Lei Taubira na Assembleia Nacional, Barjot, em conjunto com organizações católicas, lidera a oposição ao casamento para todos.

Para Cleuziou (2019), algumas questões marcam o modelo de manifestação contra a Lei Taubira lideradas por Farida Barjot: a ideia de não confessionalidade – a fim de que as manifestações parecessem uma insurgência popular – e a inspiração nas marchas do orgulho LGBT+ – que faziam dos atos um ambiente festivo, supostamente democrático, e de defesa dos direitos das crianças, principal argumentação adotada em contraposição às acusações de homofobia. Da mesma forma, Stambolis-Ruhstorfer e Tricou (2015) afirmam que os manifestantes se basearam nas imagens e na forma das mobilizações progressistas, apropriando-se de elementos, músicas e símbolos num formato de manifestação que se assemelhava às paradas do orgulho LGBT+.

Ao contrário do Brasil e dos Estados Unidos, onde é possível verificar uma homofobia explícita, na França, não havia sido considerado politicamente viável uma oposição direta à homossexualidade e aos direitos das pessoas gays e lésbicas. Segundo Fassin (2016), ninguém era ou podia afirmar abertamente ser homofóbico, evitando assim qualquer indicação de homofobia em seus atos:

os sinais dos manifestantes insistiam que eles eram pró-casamento, não anti-gay, e que sua única preocupação era o bem-estar das crianças. O amor homossexual não era contestado; eles só se preocupavam, ou pelo menos assim alegavam, com famílias homossexuais. (FASSIN, 2016, p. 175)⁴⁰.

Mesmo tendo sido central para a constituição da ofensiva, na França, a Igreja Católica e suas demandas passaram a ser neutralizadas no seio dos movimentos, a fim de que os campos de atuação e aderência social e política fossem ampliados. Para Fassin (2016), havia um esforço dos líderes desses movimentos em esconder sua verdadeira natureza. Os ativistas que mais ganharam destaque nesse primeiro momento de atuação do *Manif Pour Tous* eram jovens e homens que performavam homossexualidade, vestiam-se de Drag Queens e destoavam da norma como estratégia política de convencimento de que o problema não era ser gay, mas sim o casamento, a adoção e a família homossexual.

Fassin (2016) fala de uma homofobia no armário, em referência à noção de armário desenvolvida por Eve Sedgwick (1998), para caracterizar o modo de atuação dos movimentos franceses anti-gênero do início da década passada, que, ao tempo em que pautavam agendas anti-cidadania LGBTQ+, publicamente, faziam uso de elementos da cultura gay e drag e diziam-se defender o amor homossexual, tendo suporte de homens e mulheres gays, que posteriormente ficaram conhecidos como parte de uma cultura gay de direita.

O dispositivo visual que se produzia, a fim de que fossem ampliados os campos de atuação e a aceitação social, procurava distanciar o movimento de leituras que os marcassem como anti-gay em função da religiosidade, neutralizando os traços católicos das pautas antigênero e minimizando as motivações cristãs. A ocultação das verdadeiras motivações tinha como objetivo reforçar a ideia de que a rejeição ao casamento para todos não estava atrelada à homofobia ou a um ativismo anti-gay, ou até mesmo de que a rejeição da *Théorie du Genre* não era essencialmente uma pauta de direita e cristã.

Para isso, foram mobilizados ativistas gays, lésbicas e até da esquerda tradicional francesa para representar o movimento em atos públicos e na mídia, criando uma falsa

⁴⁰ Versão original: the protesters' signs insisted that they were pro-marriage, not anti-gay, and that their sole concern was the well-being of children. Homosexual love they did not dispute; they only cared, or so they claimed, about queer families.

impressão de que não havia motivações políticas e religiosas em seus ativismos. Tricou e Stambolis-Ruhstorfer (2015) caracterizam esse modo de ação a partir de duas lógicas comuns da agenda antigênero na França: o eufemismo das identidades religiosas e o sequestro de práticas emancipatórias de luta. Esses movimentos criam a falsa impressão de que o problema não eram os sujeitos e as vivências de suas identidades, mas sim a ideologia perniciosa que alguns dos militantes gays (especificamente) defendiam. Em alguns momentos fala-se até de um feminismo do gênero (*le féminisme du gender*) para caracterizar o que seria uma ala específica do feminismo, aquela que queria impor a *Théorie du Genre*.

O gênero é identificado com um novo tipo de ativismo feminista, intransigente e dogmático, que afirma e impõe pseudo-verdades aberrantes: o “feminismo de gênero”. [...] A “teoria do gênero” é apresentada como o “cavalo de Tróia” das transformações sociais contemporâneas no campo da família e da sexualidade que são decretadas pela Igreja (ROMANO, 2014, p. 129)⁴¹.

Em 17 de novembro de 2012, uma manifestação interassociativa liderada por Frigide Barjot mobilizou cerca de 200.000 pessoas a marcharem pelas ruas de Paris contra o casamento para todos e em defesa da infância (CLEUZIQU, 2019). Segundo Cleuziou (2019), o sucesso da manifestação está relacionado ao tipo estratégia de mobilização utilizada: os sinais de moralidade, violência e radicalismo das manifestações anteriores realizadas pelo Civitas foram substituídos por climas festivos, alegres, de extrema preocupação com a infância e essencialmente não-religiosos.

A alta participação popular na manifestação do dia 17 cria as condições para que articulações nacionais sejam gestadas, e em 13 de janeiro de 2013, uma suposta coalisão entre trinta e sete⁴² associações que passam a se auto definir como *La Manif Pour Tous* realizam a primeira grande marcha nacional contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção homoparental. Num levantamento realizado por Laurent (2013) para o site de notícias Le Monde é possível verificar a natureza e variedade das associações que integravam o LMPT na época do seu surgimento. Segundo Laurent (2013):

Além disso, gay sans mariage et Homovox representa homossexuais anti-casamento, tanto que Les musulmans pour l'enfance ou Fils de France falam em nome dos mulçumanos. E há algo para todos: um apelo de profissionais de cuidados infantis, uma associação de Jovens pela Família, um

⁴¹ Na versão original: Le «genre» s'identifie à un militantisme féministe d'un nouveau type, intransigent et dogmatique, qui affirme et impose des pseudos-vérités aberrantes: le «gender feminism» [...] La «théorie du genre» est présentée comme le «cheval de Troie» (Anatrella, 2011) des transformations sociales contemporaines dans le domaine de la famille et de la sexualité qui sont décriées par l'Église.

⁴² No levantamento realizado por Laurent (2013) para o site de notícias Le Monde constam trinta e sete associações listas

grupo de advogados e até mesmo uma "Associação para um Novo Feminismo Europeu". (Laurent, 2013).⁴³

A partir de uma lista que estava disponibilizada no site oficial do coletivo (e que posteriormente foi removida), Laurent (2013) identificou que um terço das trinta e sete associações co-organizadoras da mobilização não tinha existência real e apenas treze estavam registadas no Journal officiel de la République française (JORF). Segundo Laurent (2013), a diversidade apresentada pelo LMPT na composição de seus quadros era uma estratégia de mobilização social que não correspondia à realidade e servia para esconder as raízes católicas/cristãs do movimento. Havia coletivos e associações listadas como parte do movimento que nunca existiram e foram criadas exclusivamente para essa ocasião, e, em alguns casos, outras que foram criadas sob medida para ilustrar um apoio inexistente.

Mas surgiram outros coletivos feitos por medida, que muitas vezes não passam de nomes com pouca realidade. Por exemplo, Médicos e pediatras para a infância, que não dispõe nem de um site na Internet nem de uma associação oficialmente registada, e que só pode ser encontrado numa pesquisa no Google com referência ao Manif pour tous. Na mesma linha, podemos mencionar a Famille Méditerranée, o Conseil national identité républicaine, ou a AP21, supostamente uma "associação de psicólogos", que não está registada na JO e da qual não há qualquer vestígio online. Quanto a La manif des juristes, trata-se sobretudo de uma página web que apela à realização de manifestações. (LAURENTE, 2013).⁴⁴

Apresentar-se como apolítico e não-religioso e agregar em sua estrutura uma suposta composição diversa de membros da sociedade civil que estavam preocupados com a infância era parte da estratégia de mobilização social e aceitação midiática. Na prática, grande parte dos líderes das associações tinham vinculação direta, às vezes institucional, com a igreja católica e pelo menos doze das associações que compunham a estrutura original eram explicitamente cristãs.

Em 13 de janeiro de 2013, a fusão de conservadorismos simbolizada pelo *La Manif Pour Tous* (Figura 3) reuniu 340 mil manifestantes nas ruas de Paris, segundo a Prefeitura de Polícia, e um milhão de pessoas, segundo os organizadores, que reivindicavam a

⁴³ Na versão original: Plus gay sans mariage et Homovox représentent des homos anti-mariage homosexuel, tandis que Les musulmans pour l'enfance ou Fils de France parlent au nom des musulmans. Et il y en a pour tout le monde : un appel des professionnels de l'enfance, une association des Jeunes pour la famille, un collectif de juristes, et même une «Association pour un nouveau féminisme européen».

⁴⁴ Na versão original: Mais d'autres collectifs sur-mesure ont vu le jour, qui ne sont souvent que des noms sans guère de réalité. Ainsi, un Médecins et pédiatres pour l'enfance, qui n'a ni site Internet ni association enregistrée officiellement, et qu'on ne retrouve, via une recherche Google, qu'en référence à la Manif pour tous. Dans le même esprit, on peut citer Famille Méditerranée, Conseil national identité républicaine, ou encore AP21 supposément une "association de psychologues", qui n'est pas enregistrée au JO et dont on ne trouve aucune trace en ligne. Quant à La manif des juristes, c'est surtout une page Web d'appel à manifester.

pecha de maior mobilização social dos últimos 30 anos (LECLAIR, 2013). Além das associações listadas como co-organizadoras, o movimento recebeu apoio do *L'Union pour un mouvement populaire* (UMP), partido político francês de centro-direita.

Figura 3 - La Manif Pour Tous em 13/01/2013.



Fonte: Charles Platiau/Reuters para o Le Figaro.

Em reportagem para o Le Figaro, Leclair (2013) relata que durante o ato os manifestantes repetiam os slogans: “Les papas, les mamans, dans la rue on descend, le mariage on défend”, “Taubira t'es foutue, la famille est dans la rue” e “Tous nés d'un homme et d'une femme”. O objetivo principal da manifestação de força era fazer com que o atual presidente, François Hollande, recebesse o movimento para discutir a supressão do projeto de lei contra o casamento para todos. No palco, instalado no Champs-de-Mars de costas para a Torre Eiffel, Frigide Barjot apelava:

um apelo solene ao Presidente da República (...) Vós, Presidente da República, não podeis ignorar esta multidão numerosa e diversificada que se insurge espontânea e pacificamente contra o projeto de lei "casamento e adoção para todos" (...) Será Vós, Presidente da República, que ireis decretar que as pessoas podem nascer sem homem ou sem mulher? O povo pede-lhe hoje que convoque uma assembleia geral sobre a família, o casamento, a filiação e os direitos das crianças e que, num gesto de reconciliação nacional, receba amanhã no Palácio do Eliseu aqueles que os franceses lhe enviam pacificamente. (Frigide Barjot, 13 de janeiro de 2013).⁴⁵

⁴⁵ Na versão original: *appel solennel au président de la République (...) Vous, président de la République, ne pouvez ignorer cette foule considérable et diverse qui se lève spontanément et pacifiquement contre le projet de loi "mariage et adoption pour tous (...) Vous, président de la République, serez-vous celui qui décrètera que l'on peut naître sans homme ou sans femme? a-t-elle scandé. Le peuple vous demande aujourd'hui de convoquer des états généraux de la famille, du mariage, de la filiation et des droits de l'enfant et, dans un geste de*

Cleuziou (2019) também afirma que a manifestação, conforme vemos na Figura 4, foi altamente marcada pela presença de fiéis e líderes católicos, evangélicos, protestantes, muçulmanos e judeus, além da presença de partidos políticos de direita, em especial a UMP. Guénois (2013), em matéria para o Le Figaro, também relata que todas as religiões estavam representadas, porém de maneira discreta. Na notícia publicada no dia do evento, o jornalista descreve que protestantes, católicos, cristãos orientais e muçulmanos estavam nas ruas de Paris, entretanto enfatizavam que não estavam ali como religiosos, mas como cidadãos. A discrição era parte da estratégia, já mencionada, de que o ato não fosse identificado como uma manifestação religiosa.

Figura 4 - La Manif Pour Tous em 13/01/2013.



Fonte: Charles Platiau/Reuters para o Le Figaro.

A manifestação teve uma cobertura midiática muito positiva. Em geral, os sites de notícias relataram a força demonstrada pelos manifestantes e o caráter pacífico, festivo e familiar do ato (CLEUZIQU, 2019). Hopquin, Le Bars et Abel Mestre (2013) em reportagem para o Le Monde, publicada no dia seguinte à manifestação, relatam o “sucesso inegável” do ato que foi três vezes maior do que o de novembro de 2012. Até mesmo o porta-voz da presidência da república afirmou que a manifestação foi consistente.

Até abril de 2013, quando enfim a lei do casamento para todos é aprovada na Assembleia Nacional, o LMPT seguiu organizando manifestações por toda a França. Em Versailles, um ato foi organizado em 2 de fevereiro. Em 15 de fevereiro, cerca de 700.000

réconciliation nationale, de recevoir dès demain à l'Élysée ceux que les Français envoient pacifiquement devant vous.

assinaturas foram entregues ao *Conseil Économique, Social et Environnemental* (CESE) a fim de que um debate público sobre o projeto fosse aberto. Em 24 de março, um novo grande ato é realizado nas ruas de Paris com cerca de 300.000 pessoas.

Durante toda a semana do dia 15 de abril, todas as noites, um cortejo de 2.500 pessoas marchava até o Palácio Nacional Les Invalides. Os manifestantes eram recebidos por deputados de direita que agradeciam o seu apoio. As manifestações estavam perdendo força e começando a se dispersar, quando, novamente, em 21 de abril, dois dias antes da votação da lei, o LMPT organizou uma nova manifestação regional, que, segundo a polícia, reuniu apenas 45.000 pessoas.

Paradoxalmente, o movimento que iniciou sua trajetória reprimindo o catolicismo de seus membros e adotando uma posição progressista, passa, a partir de abril de 2013, a tomar o conservadorismo como um recurso chave para a reafirmação católica, e o catolicismo tornou-se mais uma vez um recurso central para a recomposição do direito.

Ainda que não tenha conseguido barrar a aprovação da lei, a Igreja Católica e o catolicismo saem fortalecidos do debate sobre a Lei Taubira. Durante todo o processo de aprovação, a hierarquia católica assumiu um papel de liderança e principal resistência à mudança. A igreja católica constituiu um polo de resistência e estabilidade, que se sustenta através de pânico morais e que se forja num modelo familiar e conjugal apresentado como universal e a-histórico.

3.3 Novas ameaças (e ofensivas) de gênero: desdobramentos *pour tous*

A ideia de oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo não teve tanta adesão no contexto francês, em muito em função da ideia de direito igualitário. Stambolis-Ruhstorfer e Tricou (2015) relatam a dificuldade da mídia, ativistas e políticos conservadores em utilizar uma linguagem ou argumentações completamente antigay e/ou de patologização da homossexualidade.

Sem sucesso na oposição ao casamento para todos, os movimentos anti-gênero, aglutinados na figura do movimento *La Manif Pour Tous*, focam em agendas que centralizam a infância: de um lado, problematizando a homoparentalidade e se opondo à adoção por casais do mesmo sexo, e de outro, avançando na pauta anti-gênero na educação e no direito das famílias (e do Estado) em privar seus filhos e filhas da exposição a *théorie du genre*. Esse pânico social muito rapidamente chega às escolas francesas, onde, assim como no Brasil, foi o

âmbito social onde esses movimentos mais lograram sucesso e conseguiram expandir seus campos de atuação.

a causa "anti-gênero" já não precisa recorrer a uma comunicação explicitamente negativa e homofóbica. Pelo contrário, lutar contra o casamento e a parentalidade para casais do mesmo sexo pode parecer positivo e gratificante num contexto em que as crianças são sagradas e a proteção do ambiente se tornou um valor que ultrapassa a ecologia política. (Ruhstorfer; Tricou, 201, p. 152).⁴⁶

Logo, o gênero se torna o grande inimigo do contexto francês. Ele não representaria a totalidade dos movimentos LGBT+ e feministas, mas parte deles, a ala mais nefasta, quer desnaturalizar o sexo, a família e a própria natureza. Isso ficou perceptível nos discurso inicial dos atores e atrizes dessa agenda: Christine Boutin no blog do Partido Democrata Cristão disse que “Sob o pretexto do feminismo, é o lobby de gênero que age”; Thierry Boutet, editora da Revista Famille Chrétienne afirmou que “ideologia do gênero avançou sob o pretexto da luta contra a homofobia”; por fim, o “Manif Pour Tous” resume esta perspectiva, de que a *Théorie du Genre* se esconde por trás de causas mais defensáveis, num slogan que dizia “Mariage pour tous = gender pour tous” (ROMANO, 2014).

Figura 5 - Gender Pour Tous.



Fonte: Blog Soundlandscapes.

Cornejo-Valle e Pichardo (2017) e Fassin (2016) sinalizam que a França foi um dos países europeus onde os movimentos anti-gênero lograram maior sucesso (ao contrário da

⁴⁶ Na versão original: *la cause « anti-genre » n'a plus besoin de s'appuyer sur une communication explicitement négative et homophobe. Au contraire, lutter contre le mariage et la filiation des couples de même sexe peut paraître positif et valorisant dans un contexte où les enfants sont sacrés et où la défense de l'environnement est devenue une valeur au-delà de l'écologie politique.*

Espanha, por exemplo), a ponto de Ludovine Duteil, presidente do *La Manif pour Tous*, ser convidado por organizações espanholas para tentar mobilizar na Espanha aquilo que vinha acontecendo no território francês: o cerceamento de direitos e a paralisação de leis a favor das mulheres e LGBTs.

Segundo Fassin (2019) e Massei (2017), no caso da França, o sucesso e a disseminação dos movimentos antigênero se deu também em função de que os argumentos desenvolvidos pela Igreja Católica, em especial pelo Vaticano, têm sido facilmente emprestados pelas autoridades religiosas muçulmanas e judaicas. Da mesma forma, muito além da questão religiosa, na França, assim como no Brasil, há uma aliança conservadora de múltiplas frentes que tem como elemento central de estratégia a essencialização da natureza.

Além disso, estaríamos errados ao acreditar que se trata apenas de uma questão de religião: já desde 2011 na França vimos como os conservadores seculares estão prontos para formar alianças com os conservadores religiosos em nome do senso comum (contra a teoria), em nome da natureza (contra a sociologia) e em nome da ordem social (contra o individualismo democrático). (FASSIN, 2019, p. 426).⁴⁷

A *Théorie du Genre* virou expressão comum de múltiplos movimentos e uma gama diversa de atores que se opunham à introdução de debates sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação. A direita cristã, a mídia tradicional, os intelectuais conservadores, a classe média alta, as organizações muçulmanas, os ativistas tradicionais de esquerda e as organizações da classe trabalhadora, mesmo que pareçam muito distantes entre si por suas relações com a política e a educação, convergem em concepções quase que idênticas quando o assunto é a *Théorie du Genre* (MASSEI, 2017). Massei (2017) afirma que essa aproximação em torno do pânico moral e social causado pela recusa a uma *Théorie du Genre* contribui para obscurecer distâncias sociais e divergências políticas.

Em sua investigação, Massei (2017) revela um outro lado do pânico de gênero francês. Ao contrário do que tradicionalmente foi e continua sendo pautado pela igreja católica e outras denominações religiosas cristãs, especialmente entre círculos sociais mulçumanos e da classe trabalhadora, Massei (2017) observa que:

Para alguns deles, a questão da "ideologia de gênero" vai muito além da esfera econômica, revelando um sistema generalizado de escravidão que visa à monopolização dos lucros comerciais, culturais e sexuais pelas "elites",

⁴⁷ Versão original: *La deuxième, c'est qu'on aurait également tort de ne voir que la religion: en réalité, on l'a vu dès 2011 en France, les conservateurs laïcs sont prêts à faire alliance avec les conservateurs religieux, au nom du bon sens (contre la théorie), au nom de la nature (contre la sociologie), et au nom de l'ordre social (contre l'individualisme démocratique).*

com base na incitação ao consumo, no desenvolvimento do analfabetismo e na disseminação de referências pedófilas. (MASSEI, 2017, p. 8).⁴⁸

A centralidade do argumento é a proteção da criança e da infância, porém perpassa outros campos do conhecimento e outras justificativas para o enfrentamento. Massei (2017) afirma que, entre as entrevistas que realizou, não localizou nenhum argumento de fé entre ativistas mulçumanos anti-gênero. Segundo Khemilat, Gallot e Pasquier (2018), esse discurso, de proteção à infância e à integridade da criança, converge, tal como salientou Fassin (2019), com os posicionamentos de autoridades religiosas judias e católicas e conservadores de direita e esquerda.

Longe de se limitarem a argumentos teológicos, eles são abundantes em referências filosóficas, psicanalíticas, antropológicas, jurídicas e biológicas. Essa heteronomia retórica é interessante, pois revela tanto a inadequação do discurso religioso - que é pouco audível na arena pública - quanto o desejo das instituições religiosas de obter acesso à arena secular por meio da legitimidade científica. (KHEMILAT; GALLOT; PASQUIER; 2018, p. 44).⁴⁹

A suposta cientificidade do discurso e da argumentação anti-gênero é algo marcante no contexto francês. O debate é constantemente retirado da seara dos costumes (mesmo que isso esteja no pano de fundo das mobilizações) e lançado no âmbito das ciências jurídicas e das ciências biológicas. Em geral, a *Théorie du Genre* é perniciosa, ora porque ela fere os direitos das crianças e adolescentes, expondo-os a sexualização precoce, ora porque não passa de uma ideologia sem respaldo científico/biológico.

Para Massei (2017), a convergência de posições em torno da oposição ao gênero veio a partir e em aversão ao “ABCD da Igualdade”, quando diversos movimentos, em especial o VigiGender, La Manif Pour Tous, e JER se aglutinam, ganham força política, atenção midiática e respaldo social na luta contra a inserção da *Théorie du Genre* na escola pública. Tricou e Stambolis-Ruhstorfer (2015) afirmam que esse alerta sobre a imposição do conceito de gênero na escola pública ilustra uma mudança de alvo, de linguagem e de tática entre os movimentos de oposição à igualdade de gênero e à diversidade sexual.

3.3.1 O “ABCD” da igualdade

⁴⁸ Versão original: *Aux yeux d'un certain nombre d'entre elles, la question de la « théorie du genre » dépasse largement la sphère économique et révélerait un système d'asservissement généralisé visant à la monopolisation des profits marchands, culturels et sexuels par « les élites », reposant sur l'incitation à la consommation, le développement de l'illettrisme ou la diffusion de références pédophiles.*

⁴⁹ Versão original: *loin de se cantonner à des arguments de nature théologique, abondent en références philosophiques, psychanalytiques, anthropologiques, juridiques et biologiques. Cette hétéronomie rhétorique est intéressante, en ceci qu'elle révèle à la fois l'inadéquation du discours religieux — peu audible dans l'espace public — et la volonté des institutions culturelles d'accéder à l'arène profane par la légitimité Scientifique.*

O “ABCD da Igualdade”, em francês, “ABCD de l’Égalité” é uma ferramenta educacional que foi amplamente divulgada como o cavalo de Tróia da *Théorie du Genre* nas escolas públicas francesas. Na prática, consistia num programa de ensino proposto por Najat Vallaud-Belkacem, a época Ministra dos Direitos das Mulheres, como parte de um acordo interministerial sobre igualdade entre mulheres e homens, e que tinha como objetivo combater o sexismo e os estereótipos de gênero nas escolas públicas.

O ABCD da Igualdade foi lançado em 25 de setembro de 2012 no formato de projeto piloto, e introduzido no início do ano letivo de 2013 em 10 regiões (Bordeaux, Clermont-Ferrand, Créteil, Corse, Guadeloupe, Lyon, Montpellier, Nancy-Metz, Rouen, Toulouse), inicialmente em seiscentas turmas de 275 escolas que atendiam do *maternelle* (Educação Infantil) ao CM2 (o equivalente ao 5º ano do Ensino Fundamental).

À época do lançamento, o Ministro da Educação Nacional, Vincent Peillon, e a Ministra dos Direitos das Mulheres, Najat Vallaud-Belkacem, em um texto publicado na coluna de opinião “Tribune” do site de notícia Le Monde, anunciaram que queriam “*mettre l’égalité des filles et des garçons au cœur même de la refondation républicaine de l’école*” (PEILLON; VALLAUD-BELKACEM; 2012) em razão de que a “*égalité entre les femmes et les hommes est aujourd’hui une valeur et une promesse de la République, en même temps qu’un objectif fondamental de l’institution scolaire*” (PEILLON; VALLAUD-BELKACEM; 2012).

Segundo Magar-Braeuner (2018), o programa consistia na realização de aulas, atividades e sequências de ensino dentro dos programas escolares já existentes, com objetivo de aumentar a consciência dos estudantes sobre os estereótipos de gênero presentes na escola. Natacha Chetcuti (2014) afirma que as sequências didáticas foram construídas a partir de situações encontradas nas áreas de artes, educação física, história e habilidades linguísticas, com objetivo de mostrar que a suposta complementaridade ontológica dos sexos é construída socialmente.

Bouysse (2014) relata que o programa foi desenvolvido em duas etapas: a primeira consistia na preparação de professores e treinamento de instrutores escolares através de cursos de formação com duração de dois dias; a segunda consistia tanto na realização de atividades, sessões de ensino e aplicação de sequências didáticas que abordassem esses temas, quanto na mudança de práticas no dia a dia da escola. Os cursos funcionavam como uma preparação para aplicabilidade da segunda etapa, e tinham como objetivo:

- tomar consciência de suas atitudes ligadas a preconceitos e estereótipos sexistas; - saber identificar e analisar situações escolares que produzem desigualdades de gênero; - levar em conta um tratamento mais igualitário em suas práticas de ensino; - saber como os estereótipos sexistas são construídos em professores e alunos e contribuir para desconstruí-los". (BOYSSE, 2014, p. 7).⁵⁰

Os cursos tinham o objetivo de formar os professores nos conteúdos e temas tratados pelo programa por meio de uma abordagem reflexiva de suas próprias práticas, utilizando ferramentas que contribuíam na tomada de consciência dos atos e ações que reforçavam e/ou criavam estereótipos de gênero no espaço escolar. Segundo relata Boysse (2014), a maioria dos professores nunca haviam trabalhado com essas questões e aquele momento se constituía como a primeira grande experiência reflexiva sobre gênero e sexualidade.

Figura 6 - Logo oficial do programa.



Fonte: Wikipédia.

A implementação do programa fazia parte de um quadro geral de ações de combate às desigualdades na escola, desenvolvidas pelo governo francês a partir da publicação da lei para a refundação da Escola da República de 8 de julho de 2013, onde se estabeleciam 25 medidas propostas para fazer da escola um lugar onde os valores da república seriam inteiramente defendidos e encarnados (SALLE, 2019). No texto de lançamento do programa publicado no Le Monde, mencionado anteriormente, Peillon e Vallaud-Belkacem (2012) assumiram o compromisso de fazer da escola um lugar de mobilização contra as violências de gênero:

⁵⁰ Versão Original: «– prendre conscience de leurs attitudes liées aux préjugés et stéréotypes sexistes ; – savoir repérer et analyser des situations scolaires productrices d'inégalités sexuées ; – prendre en compte dans leurs pratiques pédagogiques une meilleure égalité de traitement ; – savoir comment les stéréotypes sexistes se construisent chez les enseignants et chez les élèves et contribuer à leur déconstruction».

Por fim, nossas escolas devem tomar medidas contra a violência de gênero, as palavras, os gestos e os golpes que excluem as meninas e as fazem se sentir inferiores. Estabelecer o respeito entre homens e mulheres, aprender as alegrias de compartilhar um espaço comum: essa é a missão da escola. (PEILLON; VALLAUD-BELKACEM; 2012)⁵¹.

Peillon e Vallaud-Belkacem (2012) tocam em diversos pontos há muito tempo anunciados pelas ciências da educação e os estudos feministas, do caráter desigual da escola e dos múltiplos mecanismos de reprodução das desigualdades entre meninos e meninas: a reprodução de estereótipos, a não neutralidade de gênero dos currículos escolares, o condicionamento profissional a partir das expectativas de gênero, entre outras questões envoltas aos modos de aprender a ser menino e ser menina impostos pela escola.

Para Salle (2019), a rejeição ao ABCD da igualdade está justamente relacionada a isso, já que grande parte das vozes que ecoam em dissonância a implementação do programa reivindicam a normatização de gênero, e a produção e reforço desses estereótipos como central para a constituição identitária de meninos e meninas. Tal como acontece no processo de discussão e aprovação do *Mariage Pour Tous*, os fatores biológicos e os papéis sociais prescritos a meninos e meninas vão ser acionados como fundamentos essenciais que estariam sendo violados em suas formações.

O contexto de implementação do programa estava marcado pelas manifestações em torno da Lei Taubira que aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, aprovada em maio de 2013 sob fortes protestos do movimento “*La Manif por Tous*”, que já denunciava uma suposta interferência da Teoria do Gênero na construção e desenvolvimento de políticas públicas. Derrotados na Lei Taubira, o LMPT assume como pauta política o combate a Teoria do Gênero nas escolas e a veiculação de campanhas de desinformação que espalharam o rumor de que estava em curso na França a implementação de uma Teoria de Gênero na educação nacional (MAGAR-BRAEUNER, 2018; CHETCUTI, 2014).

O relatório de avaliação do disposto experimental “*ABCD de l'Égalité*”, publicado em junho de 2014 a pedido do Ministério da Educação, aponta que desde novembro de 2013, à época da formação e preparação dos professores para aplicação do programa, grupos articulados em torno do movimento “*La Manif Pour Tous*” já organizavam ações de

⁵¹Versão original: *Notre école, enfin, doit se mobiliser contre les violences de genre, ces mots, ces gestes, ces coups qui excluent et infériorisent les filles. Installer le respect entre tous et toutes, apprendre le bonheur de partager un espace, du commun : c'est la mission de l'école.* Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2012/09/25/pour-plus-d-egalite-entre-filles-et-garcons-a-l-ecole_1765510_3232.html#:~:text=Notre%20%C3%A9cole%2C%20enfin%2C%20doit%20se,la%20mission%20de%20l'%C3%A9cole.

vigilância e mobilizações para tentar interromper a organização dos cursos de treinamento na cidade de Montpellier (BOUYASSE, 2014).

No início do ano seguinte, as ofensivas contra a implementação do programa haviam se espalhado por diversos lugares, com ações que passaram a perturbar o desenvolvimento de organizações ou práticas que vinham funcionando de forma satisfatória (BOUYASSE, 2014). No relatório apresentado ao Ministério da Educação, Bouysse (2014) afirma que a situação passou a se complicar quando os opositores do ABCD obtiveram a lista de escolas envolvidas no programa e o nome dos professores que atuavam em sua execução.

O repertório de ações foi extenso e variado; professores e instrutores receberam ligações falsas informando o cancelamento dos cursos de formação; uma rede de notícias falsas e pânico morais foi instituída, e com recorrência circulavam afirmações em grupos de Facebook e por mensagens SMS de que o programa era supervisionado por associações LGBT+, ensinava a Teoria do Gênero, suprimia a diferença dos sexos e influenciava na sexualidade das crianças através de leituras de livros infantis com personagens e gays e da realização de atividades que propunham a troca de papéis de gênero.

O ponto mais alto das mobilizações se deu a partir da “Journée de retrait de l'école” (JRE), quando pais e mães das estudantes foram convocados a não enviar seus filhos para a escola em protesto ao programa. A JRE foi um movimento nacional, com adesão em todos os departamentos educacionais da França, porém, potencialmente maior em departamentos que não estavam participando do esquema experimental, o que, segundo Boussye (2014), complexificou a contenção da ofensiva, já que as equipes docentes tiveram mais dificuldade em conter a escalada de mobilizações.

Em geral, esses grupos afirmavam que não era papel da escola falar sobre gênero e sexualidade e que era uma perda de tempo trabalhar com essas questões. O papel da família na formação da identidade das crianças ganha centralidade, e as numerosas mobilizações em torno do programa criam a falsa impressão de que a grande maioria dos pais não autorizavam seus filhos participarem das atividades do programa, o que segundo expressa a ministra Najat Vallaud-Belkacem não era verdade. conforme expresso no panfleto a seguir divulgado a época das mobilizações:

Figura 7 - Les ABCB d'égalités.

DÉS IN TOX

Les ABCD de l'égalité

Face aux rumeurs, rétablissez la vérité : partagez ce désintox !

ON APPREND LA THÉORIE DU GENRE À L'ÉCOLE. **FAUX**

La théorie du genre n'existe pas. Il existe des études de genre, conduites par des chercheurs qui mettent ainsi en lumière les inégalités sociales entre hommes et femmes, mais pas de théorie du genre.

LES ABCD SONT SUPERVISÉS PAR DES ASSOCIATIONS. **FAUX**

Les modules ABCD sont assurés par des enseignants formés, sur le temps scolaire. Leur contenu, conçu par le CNDP, est accessible à tous sur cndp.fr/ABCD-de-l-egalite.

LES ABCD VEULENT SUPPRIMER LA DIFFÉRENCE DES SEXES. **FAUX**

Les différences biologiques ne sont jamais niées. On interroge en revanche les inégalités sociales qui en découlent. Lutter ainsi contre la hiérarchisation des sexes, c'est le meilleur moyen de prévenir notamment les violences faites aux femmes.

L'ÉGALITÉ, ÇA N'EST PAS LE RÔLE DE L'ÉCOLE. **FAUX**

Si. Depuis 1989, le code de l'éducation donne pour mission à l'école de favoriser l'égalité entre hommes et femmes (article L.121-1).

LES ABCD DE L'ÉGALITÉ VISENT À INFLUENCER LA SEXUALITÉ DES ENFANTS. **FAUX**

Il n'est aucunement question de sexualité dans les modules ABCD, qui sont destinés aux petites classes. Les modules ABCD sont conçus pour favoriser le respect mutuel et pour prévenir les préjugés sur les compétences et les rôles sociaux des filles et des garçons.

C'EST UNE PERTE DE TEMPS DANS L'APPRENTISSAGE DES ÉLÈVES. **FAUX**

Les inégalités filles-garçons à l'école contribuent fortement aux inégalités professionnelles. Enseigner l'égalité filles-garçons dans les écoles, c'est contribuer à la réussite de toutes et de tous, et permettre notamment une plus grande mixité des métiers. C'est contribuer aussi au respect entre les filles et garçons pour prévenir les insultes et les violences.

ON LIT PAPA PORTE UNE ROBE AUX ENFANTS. **FAUX**

Cet ouvrage ne figure pas dans les modules ABCD.

DE NOMBREUX PARENTS REFUSENT QUE LEURS ENFANTS PARTICIPENT AUX ABCD. **FAUX**

L'absentéisme a concerné peu d'établissements, par ailleurs non préfigurateurs des ABCD pour la plupart.

najat-vallaud-belkacem.com

Fonte: Site oficial Najat Vallaud.

Nesse contexto, o movimento de *Journée de retrait de l'école* (JRE), que convocava pais e mães a retirarem por um dia os filhos da escola contra a introdução de conteúdos sobre gênero e sexualidade no currículo escolar francês, e o movimento *VigiGender*, que produziu definições e (re)conceitualizações de termos e expressões comuns aos estudos de gênero, ganham destaque na França. Os ativistas da JER e do *VigiGender* constroem uma rede de fake news e pânico morais comuns às ofensivas antigênero ao redor do mundo, que serão mais detalhadas a seguir.

3.3.2 Journée de retrait de l'école

Em 2013, a professora Farida Belghou, ativista política francesa, lançou a campanha *Journée de retrait de l'école* (JRE), que convocava pais e mães a retirarem por um dia os filhos da escola em oposição a implementação da Teoria do Gênero. O argumento, tal qual o utilizado em outras partes do mundo, é que as discussões sobre gênero e sexualidade na escola tinham objetivo de naturalizar a pedofilia, ensinar a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade na escola.

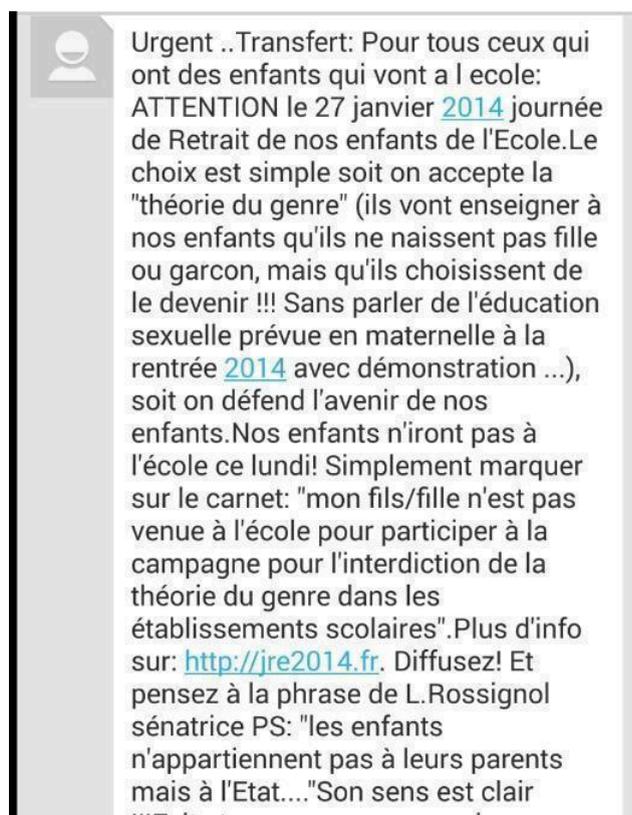
ATENÇÃO! 25 de janeiro de 2014 é o Dia da retirada de nossos filhos da escola. A escolha é simples: ou aceitamos a "ideologia do gênero" (vão ensinar aos nossos filhos que eles não nascem meninas ou meninos, mas que escolhem se tornar eles!!!! Sem mencionar a educação sexual planejada para o jardim de infância no início do ano letivo de 2014, e o projeto de masturbação para todos...), ou defendemos o futuro de nossos filhos. Nossos filhos não irão à escola nesta sexta-feira! Basta! Marquem nas suas agendas: "Meu filho/filha não foi à escola para participar da campanha de proibição da teoria de gênero nas escolas." (LE MONDE, 29/01/2014).⁵²

Ao contrário de outras manifestações políticas organizadas na França contra a *Théorie du Genre*, a *Journée de Retrait de l'École* não fazia parte do repertório de ação dos católicos, foi uma aliança inter-religiosa, coordenada por Farida Belghou, com forte apoio de organizações muçulmanas (KHEMILAT; GALLOT; PASQUIER; 2018). Segundo Khemilat (2018), em entrevista a Gallot e Pasquer (2018), a JRE conseguiu aglutinar famílias católicas, muçulmanas e conservadores de direita frente ao pânico social da introdução de uma *Theorié du Genre* na escola.

Em janeiro de 2014, pais e mães de estudantes franceses receberam mensagens SMS convocando-os para uma vez por mês não levarem seus filhos à escola em oposição ao ensino obrigatório da *Théorie du Genre*. As mensagens denunciavam um suposto ensino de masturbação, educação sexual com demonstrações práticas, exercícios de troca de papéis de gênero, e utilização de brinquedos em formato de pênis e vagina, conforme pode ser verificado na cópia da mensagem postada na rede social Twitter e republicada pelo site de notícias *Franceinfo*:

⁵² Versão Original: *ATTENTION le 25 janvier 2014 Journée de retrait de nos enfants de l'école. Le choix est simple: soit on accepte la « théorie du genre » (ils vont enseigner à nos enfants qu'ils ne naissent pas fille ou garçon, mais qu'ils choisissent de le devenir !!! Sans parler de l'éducation sexuelle prévue en maternelle à la rentrée 2014 avec démonstration, projet masturbation pour tous...), soit on défend l'avenir de nos enfants. Nos enfants n'iront pas à l'école ce vendredi ! Simplement marquer sur le carnet : « Mon fils / ma fille n'est pas venue à l'école pour participer à la campagne pour l'interdiction de la théorie du genre dans les établissements scolaires. ».*

Figura 8 - Cópia de SMS.



Fonte: France Info.

A mobilização social por meio da disseminação de pânicos morais é altamente presente no contexto francês. Magar-Braeuner (2018) afirma que foram utilizados diversos sites e documentos que misturavam o real e o fictício, disseminando confusões e desconfianças por meio de um formato distorcido de comunicação. No estudo realizado por Magar-Braeuner (2018), em uma escola da periferia de Paris, ela identifica a presença marcante das expressões “pânico, medo e dúvida” no vocabulário utilizado pelas mães dos alunos para descrever o momento da convocação das JER.

Em meio à disseminação de informações falsas, Farida Belghoul denuncia o suposto comportamento de uma professora francesa que pediu para um aluno checheno que baixasse as calças e mostrasse o seu pênis a uma colega de classe, a quem também foi pedido que baixasse a calcinha e mostrasse sua vagina. O boato ganhou força entre as ações do JRE, contribuindo para sua divulgação e adesão social, ainda que Farida tenha sido processada e julgada culpada por difamação (KHEMILAT; GALLOT; PASQUIER; 2018).

Devido ao seu caráter interreligioso o argumento dos e das ativistas do JRE é estritamente jurídico, não se pauta nos marcadores de religiosidade, mas sim nos direitos da criança (KHEMILAT; GALLOT; PASQUIER; 2018). Magar-Braeuner (2018) verifica algo

semelhante, e afirma que, para as mães que não enviaram os filhos à escola, em adesão ao protesto proposto pelo JER, a questão posta era a de igualdade de cidadania para as crianças muçulmanas, que teriam o direito de frequentar um espaço escolar público que não interferisse nas dimensões individuais de suas crenças.

Em um dos panfletos de mobilização para retirada dos filhos da escola, afirmava-se que o Ministério da Educação estava abrindo suas portas para associações LGBT+, e que, disfarçados da luta contra homofobia, esses movimentos estavam introduzindo na escola a Ideologia do Gênero:

Figura 9 - Proteger o pudor e a integridade das nossas crianças.



Fonte: Paris Match.

Segundo Boussye (2014), às jornadas de retirada dos filhos da escola tiveram desdobramentos diferentes nas academias regionais, com maior expressividade justamente nos lugares que não foram afetados pelo programa. Mesmo havendo um objetivo comum de mobilização, as motivações também variaram de região para região. Em alguns lugares, os pais agiram por razões ideológicas e/ou ligados a prescrições religiosas, como nos casos relatados anteriormente; em outros, a principal motivação era a concepção de educação que

estaria sendo desafiada, já que para muitos pais as compreensões sobre igualdade de gênero e identidade sexual eram um dissenso.

Seja por motivações religiosas, seja pelas concepções educacionais e de gênero acionadas, a escola passou a ser tomada como fonte de perigo para as crianças e para o desenvolvimento da infância. Boussye (2014) afirma que as redes de notícias falsas produziram um pânico social e moral de que estaria em curso nas escolas um projeto organizado para atacar a modéstia, manipular a consciência e interferir na sexualidade das crianças. As mobilizações provocam um rompimento na relação de confiança entre os pais e a escola, especialmente em regiões mais pobres e com maior presença de imigrantes.

O principal reflexo das JER foi a rejeição de pais e mães a quaisquer debates sobre igualdade de gênero e diversidade sexual na escola. Se de um lado, os pais e mães reivindicavam o direito de negar a participação de seus filhos em atividades com essas temáticas, de outro, a escola reagia, estrategicamente, afirmando que não debatia, nem pretendia debater questões de gênero e sexualidade com a comunidade escolar. A retomada da relação de confiança entre a comunidade escolar e as famílias se deu pela negação e pela rejeição, mesmo nas escolas onde o programa estava em fase experimental, do ABCD da Igualdade.

Entre as múltiplas linhas de força que atuavam na propagação de notícias falsas e produção de pânicos morais, as questões lexicais ganham centralidade a partir do processo de distorção semântica e conceitual de termos e expressões comuns aos estudos de gênero e sexualidade. Nesse aspecto, outro coletivo ganha destaque e centralidade na ofensiva antigênero francesa: o VigiGender. Em paralelo às *Journées de retrait d'école*, o VigiGender atua na produção discursiva, orientando as famílias contra os perigos da *Théorie du Genre*.

3.3.3 VigiGender

O VigiGender é um movimento criado na França em 2013 em paralelo à implementação do ABCD *de l'égalité* e a realização da *Journée de retrait de l'école*. Em sua página oficial na internet, eles se autodefinem como um coletivo de pais que decidiram decifrar a voz da igualdade. Uma igualdade que, segundo eles, estaria negando a diferença e a complementaridade entre homens e mulheres em todas as áreas da sociedade.

Essa igualdade desafia o óbvio: somos homens ou mulheres, uma síntese de nossa natureza (inata) e de nossa cultura (adquirida), que estão intimamente interligadas. Para a ideologia de gênero, nosso sexo não diz nada sobre nossa

identidade. As diferenças entre homens e mulheres são construídas pela sociedade. Portanto, a ideologia de gênero busca destruir todas as diferenças entre os sexos e as sexualidades. (VIGIGENDER, 2013).⁵³

Segundo Housson (2015), mesmo não estando especificado em nenhum lugar, o VigiGender foi criado a partir do *La Manif Pour Tous*, em aberta oposição ao programa ABCD *de l'égalité* e em consequência aos debates sobre gênero, diversidade e sexualidade na escola. O coletivo se compromete a promover uma escola que exclua as questões de gênero dos seus programas de ensino e atividades extracurriculares (HOUSSON, 2015).

Desde setembro de 2013, estamos trabalhando para ter uma escola que respeite a identidade e a privacidade dos alunos. Para isso, estamos constantemente informando pais e professores sobre gênero e como ele é disseminado na escola (e mais amplamente na sociedade como um todo), para dar a eles os meios de decifrar sua presença e se opor a ele com gentileza, mas com firmeza. (VIGIGENDER, 2013).⁵⁴

Para Housson (2015), o principal investimento operado pelo VigiGender se deu no campo discursivo, através de uma série de publicações e orientações que tinham como objetivo orientar pais e professores contra os perigos de uma ideologia de gênero que, entre outras coisas, se disfarçava de igualdade e se manifestava através da instituição de uma nova linguagem.

No site oficial do coletivo, há uma guia chamada *Je m'informe*, dedicada a discutir e resumir os argumentos contra o Gênero, e orientar pais e mães a identificarem intervenções de gênero na escola. As principais publicações do VigiGender são o *Lexique*, um léxico gramatical sobre gênero e o ABCD do Gênero, um dossiê com definições, objetivos, consequências e perigos do gênero.

O léxico apresenta 31 termos divididos em duas partes: “Des mots qui changent d’un monde à l’autre” e “Des mots dont le sens est changé”. A primeira parte, “Des mots qui changent d’un monde à l’autre”, conta com 26 palavras divididas em duas colunas, “Langage de la réalité” e “Langage du gender”, nas quais os itens lexicais são apresentados como equivalentes, expondo a produção de sentido operada por novas criações lexicais dos estudos de gênero; a segunda parte, “Des mots dont le sens est changé”, traz apenas 5 palavras com

⁵³ Versão original: *Cette égalité conteste l'évidence : nous sommes homme ou femme, synthèse de notre nature (inné) et de notre culture (acquis), fortement imbriqués. Pour l'idéologie du genre, notre sexe ne dit rien de notre identité. Les différences entre les hommes et les femmes seraient construites par la société. Le genre veut donc s'attacher à détruire toute différence entre les sexes et les sexualités.*

⁵⁴ Versão original: *Depuis septembre 2013, nous œuvrons pour une école respectueuse de l'identité et de l'intimité des élèves. Pour cela, nous informons sans relâche les parents et les enseignants sur le genre et ses modes de diffusion à l'école (et plus largement dans l'ensemble de la société), afin de leur donner les moyens de décrypter sa présence et de s'y opposer avec bienveillance mais fermeté.*

dois tipos de significação, “Dans le monde réel” e “Dans le monde du genre”, onde são expostas as mudanças de sentidos operadas pelos estudos de gênero em palavras e expressões que já existiam.

Em “Des mots dont le sens est changé”, são comparados os sentidos dados para verdade em oposição a relativismo, destruição em oposição a desconstrução, família versus famílias, entre outras situações como as apresentadas na imagem a seguir:

Figura 10 - Print da seção “Lexique”.

Des mots qui changent d'un monde à l'autre

Langage de la réalité	Langage du gender
<p>VéritéCe qui est vrai. Ce qui est conforme au réel. Qui exprime ou reflète avec justesse la réalité. Par définition, il n'y a qu'une seule vérité. C'est la vérité qui rend l'homme libre, c'est-à-dire capable de choisir le bien. Le corps humain est porteur de vérité (il a un sens).</p>	<p>Relativisme</p> <p>Tout se vaut. Chacun sa vérité. Le corps n'est porteur d'aucune vérité.</p>
<p>Egalité de l'homme et de la femme en dignité et en droits</p> <p>Cette égalité est respectueuse des spécificités de chacun. L'égalité suppose que les situations soient comparables.</p>	<p>Egalité femme-homme (identité)</p> <p>L'homme et la femme sont identiques. Leurs différences ne sont qu'une construction sociale et culturelle.</p>
<p>Destruction</p> <p>La suppression des différences entre le masculin et le féminin est en réalité une destruction puisque le masculin et le féminin sont issus de la nature (corps, inné) et de la culture (acquis).</p>	<p>Déconstruction</p> <p>Le masculin et le féminin ne sont qu'une construction sociale et culturelle, qu'il faut donc déconstruire pour arriver à l'égalité absolue.</p>
<p>La famille</p> <p>Père-mère-enfant(s)</p>	<p>Les familles</p> <p>Toutes les formes de composition</p>

Fonte: Site oficial VigiGender.

Já na seção “Des mots dont le sens est changé”, são apresentadas a diferença de sentido que os estudos de gênero dão as palavras: igualdade, liberdade, homofobia, estereótipo sexual e paridade, conforme pode ser verificado na imagem 05:

Figura 11 - Print da seção “Lexique”.

Des mots dont le sens est changé

	Dans le monde réel	Dans le monde du genre
Egalité	Egalité en dignité et en droit des hommes et des femmes Donner à chacun ce qui lui est dû en fonction de son état (égalité relative). L'égalité suppose que les situations soient comparables. Par exemple, la mère a droit à un congé de maternité en raison de sa grossesse, plus long que le congé de paternité car proportionné à son état.	Egalité absolue (arithmétique) : toutes les différences entre les individus doivent être traitées à égalité, y compris celles qui relèvent de leur choix (ex : orientation sexuelle). Ne pas le faire est une discrimination. Le pouvoir politique doit mettre en place des lois qui garantissent les différences. C'est le lobby le plus fort qui gagne, au détriment du bien des plus faibles, notamment de l'enfant.
Liberté	Capacité à choisir le bien (ne pas être prisonnier du mal). La liberté s'appuie sur le réel. Elle ne peut nier notre nature, qui est un bien.	Capacité d'exercer librement ses choix. Exprimer ses désirs, ou sa volonté, sans aucune contrainte de la nature, forcément injuste et inégalitaire. Chacun se construit souverainement selon son désir.
Homophobie	Violence, injures faites aux personnes ayant des tendances homosexuelles. Discrimination faite à ces personnes par rapport à une autre personne dans la même situation (par ex : discrimination au travail).	Est homophobe toute personne qui ne partage pas les revendications des personnes ayant des tendances homosexuelles (mariage, adoption, PMA, GPA)

Fonte: Site oficial VigiGender.

Para Housson (2015), a função do Léxico desenvolvido pelo VigiGender é documentar a forma como os movimentos de diversidade sexual e feministas falam, ressaltando o significado prejudicial de seus discursos, e o caráter fora da realidade em que eles se encontram. Tal como em outros contextos de produção de significados das ofensivas antigênero, o Léxico do VigiGender produz uma distorção semântica dos significados das palavras e dos conceitos, e posiciona o gênero (e todos os conceitos que dele se derivariam) num lugar de inimigo comum da família, da reprodução, da igreja, no qual se concentrariam todas as perversões do mundo. Segundo Housson (2015):

Ao apresentar o "gênero" como o enunciador de um discurso coerente, o léxico VG recorre a uma estratégia polêmica característica do discurso panfletário, de acordo com M. Angenot, a do "inimigo único"; ele também apaga qualquer diferença entre o discurso científico, político e militante, a

fim de se concentrar em uma oposição entre o verdadeiro e o falso, o bem e o mal, a "realidade" e o "gênero". [...] O gênero desempenharia então o papel de alvo privilegiado e princípio explicativo global; daí o interesse em apresentá-lo como um inimigo único, o enunciador de um discurso coerente e unívoco. (HOUSSEON, 2015, p. 107-109).⁵⁵

Isso está amplamente expresso na seção “ABCD do Gênero”, no qual gênero é tomado como um conceito que promove a indiferenciação sexual, se baseia na ideia de que o corpo não tem mais significado, tornando o homem e a mulher uma construção social que independem da realidade do corpo. O coletivo retoma a ideia do gênero como um conceito que se baseia unicamente na cultura, ao tempo em que apaga a natureza biológica do corpo.

O gênero é uma construção intelectual sem base na realidade de cada ser humano, que é tanto natureza quanto cultura (inata e adquirida). [...] O gênero é baseado apenas na cultura, afirmando que os seres humanos são definidos apenas por suas escolhas, de acordo com seus desejos, independentemente de sua realidade biológica. As diferentes orientações sexuais tornam-se a base da lei e da "igualdade". (VIGIGENDER, 2013)⁵⁶

Assim como no Léxico, essa perspectiva é ilustrada a fim de demonstrar as distorções identitárias promovidas pelo gênero, e o conseqüente perigo representado por elas. Em duas colunas distintas, “Pour l’opinion commune” e “Pour le Gender”, o coletivo diferencia o *modus* como aspectos relacionados às identidades do homem e da mulher são tomadas e transformadas por essa ideologia. Para Housson (2014), esse estilo de apresentação em duas colunas encena um confronto entre dois domínios e dois emissores fictícios: de um lado a realidade, do outro o gênero.

⁵⁵ Versão original: *En mettant en scène « le gender » comme énonciateur d’un discours cohérent, le lexique de vg recourt à une stratégie polémique caractéristique du discours pamphlétaire selon M. Angenot, celle de « l’ennemi unique »; il efface également toute différence entre discours scientifique, politique et militant, pour se concentrer sur une opposition entre vrai et faux, bien et mal, « réalité » et « gender ». [...] Le « Gender » viendrait alors jouer le rôle de cible privilégiée et de principe explicatif global ; d’où l’intérêt de le présenter comme un ennemi unique, énonciateur d’un discours cohérent et univoque.*

⁵⁶ Versão original: *Le genre est une construction intellectuelle sans ancrage dans la réalité de chaque être humain, qui est à la fois nature et culture (inné et acquis). [...] Le Gender se base uniquement sur la culture, en affirmant que l’être humain se définit seulement par ses choix, au gré de ses désirs, indépendamment de sa réalité biologique. Les différentes orientations sexuelles deviennent le fondement du droit et de « l’égalité ».*

Figura 12 - Print da seção “Lexique”.

Pour l'opinion commune	Pour le Gender
La femme qui a porté un enfant a noué avec lui un lien unique, qui influe sur sa psychologie et sur son comportement avec l'enfant.	Aucune influence de ce lien. Les filles ont été influencées dans un rôle maternel par les jeux de poupées. Ce n'est pas en accouchant qu'on devient mère. C'est par la volonté qu'on est parent. Un père ou une mère c'est strictement identique pour un enfant.
Les hommes aiment prendre des risques et ont l'esprit de compétition.	C'est parce qu'on a laissé les garçons se bagarrer petits et qu'on les a incités à jouer à des jeux d'armes.
La femme cherche à révéler sa beauté (elle aime la mode, cœur de cible des enseignes de cosmétiques).	C'est parce que les petites filles ont été influencées dans ce rôle par les robes de princesse, les jeux de maquillage et les contes de Perrault (la Belle au Bois dormant, Cendrillon...)

Fonte: Site oficial VigiGender.

Tanto o discurso da realidade, quanto o discurso do gênero, são unificados, cada um em um domínio próprio, em perspectivas singulares e estáveis, a partir da projeção de uma única voz, a fim de se provocar uma oposição entre dois campos determinados. Isso faz com que seja ilustrado um confronto entre a realidade do gênero – tomada como fictícia e irreal – e a do mundo real (HUSSON, 2014).

Segundo Husson (2014), mesmo que não haja na página do VigiGender nenhuma informação sobre a vinculação do coletivo com o discurso católico, os materiais de informação disponibilizados na página reproduzem a mesma linguagem do discurso antigênero do catolicismo. Na perspectiva de Husson (2014), essa seria apenas mais uma estratégia das ofensivas antigênero, que retira o discurso do campo confessional, e o insere e justifica a partir de outras áreas e domínios, que pode vir a ser a proteção da infância, como no caso do JER, ou o da irrealidade e impraticabilidade do conceito, como no caso do VigiGender.

Portanto, estamos testemunhando um movimento duplo: por um lado, temos uma instituição que toma nota da secularização da sociedade e adapta seu

discurso de acordo com ela; e, por outro, um movimento antigênero que se baseia nesse discurso institucional, enquanto procura apagar, pelo menos na aparência, sua dívida com ele. Parece-me que, ao utilizar o fio do purismo, ou seja, ao vincular uma visão essencialista e fixa da linguagem a um conservadorismo moral, ideológico e político, podemos restabelecer a continuidade e, assim, explicar esses mecanismos complexos.⁵⁷ (HOUSSON, 2014, p. 8).

3.4 Interseccionalidade, decolonialismo, islamogauchismo e questões atuais

Para Chetcuti (2014), os debates sobre igualdade de gênero, adoção homoparental, LGBT+fobia e a transformação das organizações familiares se tornaram, assim como tem acontecido com as questões de imigração, grandes temas de confronto público no contexto francês. A questão dos valores culturais tem ganhado uma centralidade política, em especial entre comunidades religiosas e partidários da extrema direita que, especialmente naquilo que tange ao medo da Teoria do Gênero, fazem da ordem dos sexos um princípio absoluto e inalienável.

O gênero, enquanto conceito, e a igualdade de gênero na perspectiva das políticas públicas, são tomados por esses setores como algo estrangeiro à realidade francesa, que está sendo importado dos Estados Unidos para a França no formato de teorias acadêmicas. Desde o uso da palavra gênero em inglês, no início das mobilizações, até mesmo a localização bibliográfica dessas teorias em autoras americanas (a exemplo de Judith Butler ou Anne Fausto-Sterling), essas perspectivas reforçam o gênero como algo imposto por movimentos feministas radicais e lobbys gays.

As mobilizações antigênero na França ganharam terreno a partir de 2011, com o caso dos livros didáticos de ciências, e se amplificam nos anos seguintes, tendo seu primeiro ponto alto no processo de discussão do Casamento Para Todos, assume centralidade nas agendas políticas da igreja católica e apoio entre autoridades religiosas de outros credos. A oposição ao casamento para todos e ao conceito de gênero estava atravessada por valores morais e ético-religiosos que, durante as mobilizações de 2013, se disfarçaram e minimizam as características religiosas, sociais e raciais dos ativistas.

As conexões internacionais e os modos de articulação e atuação em rede, bem como a influência exercida pela igreja católica e pelas elites francesas, em especial,

⁵⁷ Versão original: *On assiste donc à un double mouvement : on a, d'un côté, une institution qui prend acte de la sécularisation de la société et adapte son discours en conséquence ; et de l'autre, un mouvement antiggenre qui s'appuie sur ce discours d'institution, tout en cherchant à effacer, en apparence du moins, sa dette envers lui. Il me semble qu'en tirant le fil du purisme, c'est-à-dire en mettant en rapport une vision essentialiste, figée du langage et un conservatisme d'ordre moral, idéologique et politique, on parvient à ressaisir une continuité et donc à rendre compte de ces mécanismes complexes*

acadêmicos, intelectuais e profissionais, em sua maioria eram pessoas brancas, ricas, cristãs e com vinculação política de direita, que, em função de sua posição e status social, traduziam as pautas conservadores em demandas palatáveis, socialmente e politicamente, e contribuíram para neutralizar a participação da igreja e ocultar as violências sexuais e de gênero atravessadas em suas ações (TRICOU; STAMBOLIS-RUHSTORFER, 2015).

Mesmo que não tenham conseguido barrar a aprovação do casamento para todos, o ativismo antigênero, articulado através da figura do *La Manif Pour Tous*, potencializou ofensivas contra questões de gênero e sexualidade na educação, impediu o desenvolvimento do programa ABCD da Igualdade e minou reformas e políticas no campo das questões de gênero e direitos reprodutivos, a exemplo do acesso à reprodução medicamente assistida para mulheres solteiras e casais lésbicos que perdurou até o ano de 2021.

Segundo Garbagnoli e Noûs (2020), essas reações anti-direitos minoritários, em especial contra questões relacionadas à raça, ao gênero e à sexualidade, são uma consequência da politização gradual de vários setores da sociedade francesa, em especial às transformações mobilizadas pela:

situação legal de casais do mesmo sexo, homoparentalidade, paridade de gênero na política, assédio sexual, violência sexual e baseada em gênero, estupro e cultura do estupro, prostituição, dessexualização da linguagem, racismo e sexismo sistêmicos, estatísticas étnicas, continuidade colonial, uso do véu islâmico, violência policial etc. (Delage et Gallot, 2019 ; Idier, 2018 ; Simon, 2019) (GARBAGNOLI; NOÛS, 2020, p. 59).⁵⁸

O desprezo e a raiva genuína são algumas das características desses setores da sociedade francesa, a quem Garbagnoli e Noûs (2020) chamam de maioria, e que, na última década, têm feito usos acadêmicos e ativistas de conceitos sociológicos chaves para os estudos feministas, de gênero, raça e sexualidade, a fim de contra-atacar e deslegitimar as lutas, militância e produções teóricas minoritárias.

Interseccionalidade, decolonialismo, gênero, raça, entre outros termos comuns aos estudos da diferença, está sendo incorporados ao repertório desses grupos e, ao longo do ano de 2019, foram capa de revistas, objetivos de estudo e tema principal de discussão e controvérsias entre variadas vertentes do campo político Francês.

Segundo um mapeamento realizado por Garbagnoli e Noûs (2020) ao longo do ano de 2019, reportagens publicadas nos periódicos *Marianne*, *Le Figaro* e *Valeurs*, além de

⁵⁸ Versão original: *le statut juridique du couple formé par deux personnes de même sexe, l'homoparentalité, la parité entre les sexes en politique, le harcèlement sexuel, les violences de genre et sexuelles, le viol et la culture du viol, la prostitution, la déssexualisation de la langue, le racisme et le sexisme systémiques, les statistiques ethniques, le continuum colonial, le port du foulard islamique, les violences policières.*

apresentarem uma estrutura argumentativa semelhante, caracterizam as minorias sociais como obceçadas, ameaçadoras, violentas, terroristas, tirânicas, odiosas e totalitárias (GARBAGNOLI; NOÛS, 2020).

A análise realizada por Garbagnoli e Nôus (2020), apontam que, a partir de 2019, começa a se desenhar na França uma ofensiva que, além de se opor às questões de gênero e sexualidade, centraliza o debate racial em distorções conceituais da decolonialidade e interseccionalidade, numa grande oposição ao que as autoras apontam como direitos de grupos das minorias.

Em abril de 2019, a revista semanal Marianne publicou um editorial intitulado “L’offensive des obsédés de la race, du sexe, du genre, de l’identité”. O parágrafo que abre o artigo, assinado por Étienne Girard Hadrien Mathoux (2019), localiza o nascimento de uma nova militância antirracista nascida nos Estados Unidos, que tem colonizado os debates nas universidades, sindicatos, mídia, cultura e partidos políticos.

Os autores ironizam expressões como racializados, interseccionalidade, invisibilização, indigenismo, blakeface, e atribuem essa nova ideologia ao movimento decolonial e às organizações de esquerda cujo “antirracismo muitas vezes beira o racismo” (GARD; MATHOUX, 2019). O texto ainda questiona a noção de lugar de fala, e propõe a ideia de que tem se instituído na universidade francesa, em especial nos centros universitários de humanidades, uma desordem ideológica na qual o lugar de onde se está falando torna-se a única regra.

Os "decoloniais", que às vezes se autodenominam "indigenistas", estão propondo reorientar a luta contra a discriminação em torno da exaltação das identidades. De onde você está falando, camarada?" passa a ser a única regra. Qualquer argumento é examinado apenas em termos da cor da pele, do gênero ou da orientação sexual da pessoa que o apresenta. (GARD; MATHOUX, 2019, p. 59)⁵⁹

A ideia de que esses debates estão sendo incorporados dos Estados Unidos é amplamente defendida pelos autores. Para Gard e Mathoux (2019), os jovens ativistas franceses têm sido atraídos por essa nova esquerda baseada na identidade, em função de os cursos universitários, a mídia, e empresários de identidade estarem sendo financiados por americanos que inundam a França com seu poder multiculturalista.

Essa ideia de que a universidade francesa está sendo ocupada por teorias estadunidenses de esquerda, também é abordada pelo Le Figaro, jornal francês de edição

⁵⁹ Versão original: *Les «décoloniaux», qui se déclarent parfois «indigénistes», eux, proposent de recentrer la lutte contre les discriminations... autour de l'exaltation des identités. Le «d'où parles-tu, camarade?» devient la seule règle. Tout argument n'est examiné qu'à l'aune de la couleur de peau, mais aussi du genre ou de l'orientation sexuelle de celui qui l'énonce.*

diária publicado em Paris, que em maio de 2019 divulgou uma reportagem intitulada “Islamismo-gauchismo, decolonialismo, teoria do gênero... Le grand noyautage des universités”. Assinada por Judith Waintraub, a matéria denuncia a infiltração e lavagem cerebral que movimentos estudantis, pequenos grupos indígenas e militantes ideológicos estão fazendo na universidade francesa.

Waintraub (2019) afirma que as grandes escolas e universidades francesas estão sendo inundadas por teses decolonialistas, estudos decoloniais e teorias interseccionais, ao tempo em que professores e estudantes que se opõem a esses estudos, são perseguidos, afastados e expulsos de suas posições. A jornalista constrói a sua argumentação a partir do mapeamento de eventos, publicações acadêmicas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses que dialogam e/ou abordam questões relacionadas a gênero, sexualidade e raça.

Nessa nova ofensiva, que começa a se desenhar na França em 2019, o inimigo principal deixa de ser o gênero - ou não apenas o gênero sozinho -, e passa a ser agora um conjunto de conceitos, teorias e movimentos sociais que ora são rotuladas e agrupadas no conceito de interseccionalidade, ora na decolonialidade e teorias decoloniais, ora numa suposta organização Islamismo-gauchismo, em tradução literal, islamismo-esquerdista.

Se antes, Judith Butler era tomada como principal referência – e inimiga – para os críticos aos estudos de gênero e sexualidade, agora, nesse novo cenário que se desenha e se volta à universidade francesa, Houria Bouteldja é constantemente mencionada como principal referência teórica e política para os movimentos decolonialistas, interseccionalista e islamismo-esquerdista.

Garbagnoli e Noûs (2020) caracterizam essa oposição no cenário francês como uma disputa de forças entre a maioria e a minoria. Para as autoras,

A maioria são aqueles que, dependendo de sua posição nas relações de poder, têm o privilégio de ignorar sua especificidade (sua brancura, sua masculinidade, sua heterossexualidade, mas também sua posição vantajosa na hierarquia das classes socioeconômicas) e ignorar o fato de que sua especificidade é caracterizada precisamente pelo fato de ser elevada à generalidade e à universalidade. (GARBAGNOLI; NOÛS, 2020, p. 61).⁶⁰

Tudo aqui que destoa do majoritário e dos padrões estabelecidos pela maioria, serão identificados como os outros, os diferentes, que não são totalmente humanos, estão

⁶⁰ Versão original: *Les majoritaires sont celles et ceux qui, en fonction de la place occupée dans les rapports de pouvoir, ont le privilège d'ignorer leur spécificité (leur blancheur, leur masculinité, leur hétérosexualité, mais aussi leur position avantageuse dans la hiérarchie des classes socio-économiques) et d'ignorer que leur spécificité se caractérise précisément par le fait d'être élevée à la généralité et à l'universalité.*

passíveis de violação, e, logo, impedidos de alçarem à visibilidade e relevância política, social e teórica que estão tendo. Nessa mesma perspectiva, as autoras reforçam:

são considerados como "outros", como "diferentes" e não (totalmente) humanos, que as minorias são vistas pelos majoritários como obsessivas e ameaçadoras e, portanto, como desprezíveis, apropriáveis e violáveis. (GARBAGNOLI; NOÛS, 2020, p. 62).⁶¹

Nesse sentido, para Garbagnoli e Noûs (2020), tem se estabelecido na França nos últimos anos uma campanha anti-minoria que tem como objetivo eliminar a existência, as lutas e os conceitos importantes para os grupos minoritários. Para isso, promovem-se distorções e demonizações de conceitos, categorias e atores sociais, e a criação de pseudo-categorias contra-ofensivas espelhadas em perspectivas minoritárias: sexismo anti-homem, heterofobia, racismo reverso, entre outras estruturas assimétricas que posicionam oprimidos como opressores e vice versa.

A revista Valeurs Actuelles, conhecida na França por suas posições de direita, publicou, ao longo do ano 2019, seis editoriais atacando pautas e grupos minoritários. Em 14 de fevereiro de 2019, a capa destacava os perigos do PMA e GPA, Procriação medicamente assistida (PMA) e a barriga de aluguel gestacional (GPA), que, em 2019, entraram novamente em discussão na Assembleia Nacional; Na semana seguinte, principal matéria destacava os delírios sociais impostos pelo islamismo, feminismo, e homofobia; duas semanas depois, em 28 de fevereiro, o foco estava centrado na ideia de “islamo-gauchisme”, e o editorial assinado por Current Values dedica sua primeira página aos “*islamo-esquerdistas*” e à suposta aliança entre islamismo e esquerdismo.

⁶¹ Versão original: *c'est en tant qu'« autres », en tant que « différents » et non (totalment) humain-e-s que les minoritaires sont perçu-e-s par les majoritaires comme obsessionnel-le-s et menaçant-e-s, et, par conséquent, comme méprisables, appropriables, violables.*

Figura 13 - Capas de fevereiro da Valeurs Actuelles.



Fonte: Site Oficial Valeurs.

Em maio, a revista volta a publicar duas edições com destaque às questões parecidas: no dia 09, na edição n°4302, o foco do debate é a Islamofobia, e a suposta arma criada pelo islamo-esquerdismo para “amordaçar o espírito crítico e promover o estabelecimento de uma contra-sociedade muçulmana”. Segundo Mickael Fonton, que assina a matéria, a islamofobia é uma arma de intimidação massiva, instrumento de “terror intelectual”, e uma “fonte de queixa global de violência planetária”.

Nesse mesmo bojo, a edição da semana seguinte, n°4303, aponta o desenvolvimento de uma nova forma de terror feminista na mídia e na vida política, que, entre outras coisas, está marcado por ações violentas de grupos, pela teoria de gênero, a Lei de Procriação Medicamente Assistida, as questões de paridade de gênero e a escrita inclusiva. Por fim, em 12 de setembro de 2019, a capa da revista sinaliza para um “racismo anti-brancos” e trabalha com a ideia da absolutização das diferenças, acusando militantes antirracistas de produzir o que afirma combater: o racismo, só que reverso.

Figura 14 - Capas de Maio e Setembro da Valeurs Actuelles.



Fonte: Site Oficial Valeurs.

Para Garbagnoli e Noûs (2020), os discursos e linhas de pensamento adotados na construção dessas ideias, têm como abordagem comum a perspectiva anti-minorias. Entretanto, para as autoras, essa matriz discursiva se distingue em pelo menos duas grandes abordagens e variantes ideológicas, que, mesmo mantendo relações entre si, se diferenciam tanto no que tange aos atores, quanto ao entendimento que fazem das diferenças (GARBAGNOLI; NOÛS, 2020).

A primeira, adotada principalmente por atores de extrema direita, baseia-se em uma visão essencialista e diferencialista da ordem social, fundada em uma concepção "altérophile" e fundamentalmente antidemocrática da "diferença" [...]. ...] A segunda variante, apoiada por uma galáxia de atores que se dizem universalistas, adota uma visão "altérophobe" da diferença que defende o apagamento das características pessoais no âmbito da política em favor de um sujeito abstrato, excluindo a consideração de todas as características sociais e, como resultado, de todas as reivindicações das minorias. (GARBAGNOLI; NOÛS, 2020, p. 62-63).⁶²

Para o primeiro grupo, a diferença, além de pré-existente às relações sociais, deve ser preservada, protegida e reivindicada, servindo à manutenção dos privilégios e das relações de opressão e subordinação. Nessa perspectiva, as minorias sociais são todas como lobbies que pretendem inverter a ordem natural das coisas, seja no campo do sexo, do gênero, da

⁶² Versão original: *La première, adoptée notamment par des acteurs d'extrême droite, relève d'une vision essentialiste et différentialiste de l'ordre social qui repose sur une conception « altérophile » et foncièrement antidémocratique de « la différence » [...] La deuxième variante, portée par une galaxie d'acteurs se prétendant universalistes, adopte une vision « altérophobe » de la différence qui prône un effacement des caractéristiques personnelles dans le domaine du politique au profit d'un sujet abstrait, excluant la prise en compte de toutes les caractéristiques sociales, et, de ce fait, de toutes les revendications minoritaires.*

sexualidade, da raça, da classe, e qualquer outro marcador social de diferença que questione as hierarquias. Esses grupos encontram na ideologia de gênero a principal agenda política compartilhada para reafirmar visões essencialistas e hierárquicas da ordem sexual (GARBAGNOLI; NOÛS, 2020).

Do outro lado, as diferenças são tomadas como segregadoras, um meio de divisão social imposto pela esquerda e pelos grupos minoritários, a fim de dividir a sociedade. Nessa perspectiva, os marcadores sociais da diferença tendem a ser apagados e substituídos pela ideia de universalismo social, onde todos são iguais sem diferenças e/ou privilégios frente ao Estado. Raça e Racismo ganham aqui maior centralidade, especialmente pela condenação de seu uso (GARBAGNOLI; NOÛS, 2020).

Entre o fim de 2018 e o início de 2019, as questões raciais ganham centralidade no debate anti-minorias. Garbagnoli e Noûs (2020) ressaltam que, tal como acontecia com os estudos de gênero, o campo dos estudos raciais, teoria decolonial e as análises interseccionais passam a ser caracterizados e reduzidos a um empreendimento ideológico importado que é por ele mesmo racista, segregacionista e diferencialista.

As lógicas operadas na construção dos discursos são as mesmas. Tudo que se relaciona a interseccionalidade, decolonialidade, islamofobia e questões raciais passa a ser caracterizado como um perigo à ciência, uma “teoria importada”, e até mesmo como “ideias totalitaristas”.

Em 11 de janeiro de 2019, o editor chefe do Le Monde denuncia que o pensamento decolonial de origem norte-americana está ganhando espaço no campo acadêmico francês. No le Point, numa petição assinada por 82 intelectuais franceses, professores universitários, filósofos, historiadores, escritores, entre outros, em contraposição ao pensamento decolonial, apelam ao poder judiciário e as *autoridades públicas, responsáveis de instituições culturais, acadêmicas, científicas e de investigação* que os critérios de cientificidade sejam respeitados. Esse grupo acusa os teóricos decoloniais de promoverem uma estratégia hegemônica de

desvio das lutas pela emancipação e liberdade individual, em prol de objetivos que lhes são contrários e que atacam frontalmente o universalismo republicano: racismo, diferencialismo, segregacionismo (segundo cor da pele, sexo, prática religiosa).⁶³

⁶³ Versão original: *détournement des combats pour l'émancipation individuelle et la liberté, au profit d'objectifs qui leur sont opposés et qui attaquent frontalement l'universalisme républicain: racialisme, différentialisme, ségrégationnisme (selon la couleur de la peau, le sexe, la pratique religieuse).*

Alguns meses depois, membros desse mesmo grupo que assinou a petição, cerca de 76 acadêmicos, lançam o “Observatoire du décolonialisme et des idéologies identitaires”, uma organização que se propõe “lutar contra a promoção do antissemitismo, sexismo e racismo através da pseudociência e defender os princípios que dependem da Universidade: linguagem, escola e laicidade”.

Numa chamada divulgada na revista *Le Point*, eles caracterizam o pensamento decolonial e as ideologias identitárias como militâncias fanáticas extremamente relativistas, que ao longo dos últimos anos se dedicam ao desvio das lutas por emancipação e liberdade individual, e à constantes ataques ao universalismo republicano.

Para eles, há uma onda de identidade sem precedentes no ensino superior e na pesquisa, que, entre outras coisas, tem comprometido a qualidade da produção científica e o prestígio da universidade. Hoje, com mais de cento e cinquenta universitários, entre eles professores, estudantes e membros da comunidade científica francesa, o observatório se dedica a mapear eventos, comunicações científicas, publicações de notícias, artigos, e defesas de teses e dissertações que tenham como objeto de estudo questões decoloniais, raciais, e relacionadas à gênero e sexualidade.

No site oficial, eles disponibilizam um banco de dados decolonial e interseccional, uma espécie de biblioteca digital de livros, artigos e publicações científicas identificadas como decoloniais. Há ainda, um dicionário de expressões, conceitos, e termos comuns aos estudos de gênero, sexualidade, raça, e classe que foram extraídos de trechos de artigos científicos.

América, Antropologia, branquitude, capitalismo, escrita inclusiva, etnologia, feminismo, heterossexualidade, sexismo, vítima, são alguns exemplos das palavras que, assim como seus significados, compõem o léxico que traz ainda citações extraídas de publicações científicas, conforme é sinalizado no site:

Branquismo e branquitude? Não-branquitude? Racialização? Você não sabe o que fazer? Não se preocupe, nós o ajudaremos. Todas as citações são rigorosamente retiradas de artigos de revistas acadêmicas que, segundo dizem, passaram por uma releitura duplamente cega e validação por pares. Ou seus pares. Por incrível que pareça.⁶⁴

⁶⁴ Versão original: *Blanchisme et blanchité? Non-blanchité? Racialisation? Vous êtes perdu perdu.e.s ? Courage, on va vous aider. Toutes les citations sont rigoureusement tirées d’articles dans des revues universitaires ayant – dit-on – subi la double relecture en aveugle et la validation par les pairs. Ou paires. Aussi hallucinant que cela puisse paraître.*

Essa nova ofensiva, que agora se disfarça de um movimento anti-decolonial, faz uso das mesmas estratégias já utilizadas anteriormente pelos movimentos antigênero. Suas redes sociais, com cerca de 6.380 seguidores, são utilizadas para inflar a opinião pública sobre questões relacionadas à família, aos valores cristãos e conservadores, questões relacionadas à educação e ao rigor científico. O ponto chave de virada nessa nova configuração dos movimentos anti-minorias, está na atuação acadêmica e universitária e na ofensiva científica que se desenha a partir da perseguição aos estudos decoloniais, interseccionais, e outras questões identitárias que eles se relacionam.

Diferente do Brasil, onde as ofensivas antigênero não ganharam espaço nem respaldo científico, na França, a universidade e a disputa teórico-conceitual ganham centralidade no debate político e repercussão nas mídias conversadoras. Nesse novo contexto, que passa a se desenhar na França no fim do ano de 2019 e início de 2020, as questões raciais e religiosas, em especial a islamofobia, vão assumindo o lugar de bode expiatório que antes era ocupado pelo gênero.

4. CONFLUÊNCIAS E INFLUÊNCIAS: O ENFRENTAMENTO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Neste capítulo, reflito sobre o enfrentamento às questões de gênero e sexualidade na política educacional brasileira, a partir da análise das reações a três iniciativas governamentais de promoção da diversidade de gênero e sexualidade: o programa Brasil Sem Homofobia, o curso Gênero e Sexualidade na Escola, e o Programa Escola Sem Homofobia; dos debates sobre a incorporação das questões de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação e na Base Nacional Comum Curricular; e por fim, dos discursos e proposições de projetos de lei disponíveis no Banco de Discursos e Notas Taquigráficas e no Banco de Projetos de Lei e Outras Proposições do Senado e da Câmara dos Deputados. Ademais, através do mesmo procedimento, confiro o status desses temas na Assembleia Legislativa da Bahia e na Câmara Municipal de Vereadores de Salvador.

A escolha pela análise das reações ao programa Brasil Sem Homofobia, ao curso Gênero e Sexualidade na Escola, e ao Programa Escola Sem Homofobia se deu por haver, na literatura analisada, o indicativo de que esses programas tanto são um marco de iniciativas que promovem questões de gênero e sexualidade na escola, quanto dos enfrentamentos legislativos e políticos a chamada ideologia de gênero.

Já o caso do Plano Nacional de Educação – PNE, e da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, são acionados como análise em função de terem produzido intensos debates sobre a inserção das questões de gênero e sexualidade na educação, em especial na educação básica e na escola pública. Especificamente no caso do PNE, as audiências públicas municipais e estaduais que antecederam a promulgação do plano atingiram seu ponto mais crítico quando diretrizes que se relacionavam à diversidade sexual e de gênero foram debatidas.

Por fim, a escolha do banco de projetos de lei e do banco de discursos e notas como mecanismo de busca para identificação dos discursos que corporificam as ofensivas, e da atuação política frente às questões de gênero, se deu a partir da verificação na literatura sobre as ofensivas antigênero no Brasil, e à percepção que foi no Congresso Nacional e, em especial na Câmara dos Deputados, que começam a surgir os primeiros enfrentamentos públicos ao gênero e à sexualidade.

A imersão nos discursos e projetos de lei se deu a partir da busca com os descritores “Kit Gay”, e “ideologia de gênero”. A escolha dos descritores se deu a partir da revisão de literatura realizada anteriormente para fundamentação teórica das perspectivas

expostas nesta tese. Através da revisão de literatura, foi possível identificar que, além da categoria ideologia de gênero, em função dos aspectos já aqui caracterizados, o Kit Gay, em função das Fakes News envolta do programa Escola sem Homofobia, foi e ainda é um dos principais mobilizadores desses debates na câmara e no senado.

Para além de ter sido utilizado como denominação pejorativa ao programa Escola sem Homofobia, o Kit Gay, ainda hoje, é utilizado como referência à inclusão de debates de gênero e sexualidade na escola pública. Se, de um lado, a ideologia de gênero é compreendida como um movimento que pretende dissuadir compreensões tradicionais sobre gênero e sexualidade, o Kit Gay, seria a principal estratégia de entrada desses movimentos na escola, via estratégia de governos de esquerda.

Intencionalmente excluiu-se descritores como “gênero”, “sexualidade”, “homofobia”, e “LGBT”, que, também levariam a discursos e projetos de lei que referenciam os movimentos antigênero, mas que geraram um volume muito maior de resultados nas buscas realizadas. A saturação inicial dos resultados encontrados indicou que seria mais relevante analisar os projetos e discursos que diretamente faziam e fazem menção à ideologia de gênero.

A busca inicial por “ideologia de gênero” e “Kit Gay” localizou 377 discursos e notas taquigráficas no banco de dados da Câmara dos Deputados e 35 Projetos de Lei e/ou Projeto de Lei Complementar. Os resultados encontrados serviram como fundamento para as análises que seguem. Especificamente no que tange aos Projetos de Lei em tramitação, há uma seção específica nesse capítulo que tratará disso.

4.1 A crise das moralidades: interferências do neoconservadorismo em políticas educacionais de gênero e sexualidade

As principais interferências operadas pelos movimentos neoconservadores nas políticas educacionais, articulados ou não, envolvidas com o Movimento Escola Sem Partido, se deram no Congresso Nacional e nas casas legislativas municipais e estaduais do país. Entretanto, essa interferência e imposição de uma política das moralidades não nasce no governo Bolsonaro ou mesmo após o golpe de 2016 que colocou Michel Temer no poder, os governos Lula e Dilma, que avançaram nas políticas pró-diversidade, também sofreram pressões e cederam as bancadas evangélicas e cristãs, vetando iniciativas que pretendiam dirimir violências, promover cidadania LGBTQ+ e discutir gênero e sexualidades nas escolas.

Segundo Fernandes (2011) o governo Lula é apontado pela literatura e parte dos movimentos feministas e LGBT+ como o governo que mais enfrentou as discriminações por orientação sexual e gênero na escola e mais avançou nas políticas anti-homofobia e nos direitos sexuais e reprodutivos, mesmo que existam pesquisadores e ativistas que apontam essas políticas como essencializadas e pouco efetivas. Pereira (2016) também atribuiu ao Governo Lula, e à vitória eleitoral do PT nas eleições nacionais de 2002, o avanço nos debates e gestão de políticas e ações governamentais LGBT+ não apenas em nível nacional, mas também nas esferas estaduais e municipais, que passaram a incluir em suas agendas e equipes de governos as pautas e membros do Movimento LGBT+.

Fernandes (2011) afirma que, mesmo havendo uma disputa de perspectiva, nunca houve no Brasil uma agenda anti-homofóbica nos moldes que foi executada pelo governo Lula e seus ministérios, em especial o Ministério da Educação, que passa a estruturar ações de combate à homofobia⁶⁵. Pereira (2016) assegura que nas primeiras décadas do século XXI, em especial a partir de 2002, ampliaram-se as políticas públicas, e ações dentro de políticas já existentes, para a população LGBT+.

Num levantamento sobre a trajetória dessas políticas entre 2002 e 2016, Pereira (2016) aponta que foram desenvolvidas as seguintes ações:

Programa Nacional de Direitos Humanos II; Programa Brasil Sem Homofobia; I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais (GLBT à época); Programa Nacional de Direitos Humanos III; I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e DH de LGBT e Transexuais; Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da SDH; Instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT e Transexuais; Instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia; Disque 100 – Direitos Humanos; Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT; II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais; Lançamento dos Anais da II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais; Criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT; Lançamento do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil – 2011 e 2012; Lançamento do Sistema Nacional LGBT; Instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT; Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza

⁶⁵Utilizo aqui a homofobia fazendo referência a categoria utilizada na época para falar das violências sofridas pela população LGBT. A categoria homofobia é cunhada, inicialmente, para referenciar as violências sofridas por homens gays e em alguma medida mulheres lésbicas. Na época, homofobia era a categoria socialmente reconhecida quando se falava de violências às pessoas LGBT, passando a ser adotada pelo Governo Federal e outras agências na proposição de políticas de enfrentamento a violência. Fernandes (2011), localiza o uso da categoria homofobia no Brasil desde 1990, quando a imprensa carioca fazia uso para referir-se ao assassinato de homossexuais, e ressalta que foi somente em 2004, a partir do lançamento do programa “Brasil Sem Homofobia” que o termo passa a ser utilizado como “*categoria central de políticas públicas*”, mesmo que, o Grupo Gay da Bahia, tenha, desde a década de 90, utilizado como categoria de agência para referir-se ao combate a violência à pessoas LGBT (FERNANDES, 2011, p. 85).

Redes; III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais. (PEREIRA, 2016, p. 125 – 127).

Já Irineu (2014), a partir do que expressa Mello, Avellar e Maroja (2012), estabelece nesse aspecto, cinco marcos históricos na política pública LGBTQ+ durante o Governo Lula:

a) a criação do projeto Brasil Sem Homofobia, no ano de 2004; b) a realização da I Conferência Nacional LGBTQ, realizada no ano de 2008; c) a publicação do I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQ, no ano de 2009 [...] d) a criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Humanos LGBTQ na estrutura da SDH, no ano de 2009; e) a recriação do CNCD, enquanto Conselho Nacional LGBTQ, no ano de 2010.

Há uma disputa narrativa quanto à efetividade dessas ações e aos impactos político-sociais que tiveram no enfrentamento da LGBTQ+fobia e construção da cidadania LGBTQ+. Segundo Irineu (2014), a política de Direitos Humanos do Governo Lula esteve sob muitas contradições por se alinharem às políticas neoliberais e não possibilitarem transformações sociais substantivas. Para Pereira (2016), a trajetória dessas políticas foi marcada por contradições, em especial devido ao pouco impacto exercido na condição social, nas situações de violência, e na vida da população LGBTQ+. Para Mello; Brito; Maroja (2012) a precariedade dessas políticas se deve à falta de recursos e estruturação, ao formato universalista e à própria LGBTQ+fobia institucional.

Irineu (2017) corrobora com Mello, Brito e Maroja (2012), e acentua que o principal entrave para efetivação das ações governamentais LGBTQ+ é a homofobia institucional, pouco reconhecida, porém bastante presente nos discursos dos gestores LGBTQ+. Em geral, a política pública LGBTQ+ foi se constituindo a partir do personalismo político num movimento que Irineu (2017) nomeia de *política gayfriendly da boa vizinhança*. (IRINEU, 2017)

Na compreensão de Irineu (2017) foi gestada durante o Governo Lula uma política pública LGBTQ+ não institucionalizada, que se dava “a partir do grau em que um/a ministra/o ou secretária/o de Estado se considera *gayfriendly* (homofobia cordial), ou pelo nível de “amizade” que a/o gestor/a da área LGBTQ+ tem com o prefeito ou governador” (IRINEU, 2017, p.95).

A partir de Berenice Bento (2015), Irineu (2017) trabalha com a noção de “LGBT+fobia Cordial” para pensar a forma frágil como se deram os processos de

estabelecimento das políticas públicas e ações governamentais LGBTQ+ no Governo Lula. Segundo Bento (2015),

a “LGBTfobia cordial” se caracteriza pela possibilidade de convivência pacífica, na medida em que a/o excluída/o não ouse cruzar determinadas linhas e se contente com a ficção da igualdade legal. Mas, quando há a “invasão de fronteiras”, e quando a luta se dá nos marcos do reconhecimento, os conflitos se instauram.

A crítica elaborada por Irineu (2017), a partir das contribuições de Bento (2015), também presente no discurso de outras pesquisadoras e ativistas LGBTQ+, como Pereira (2016), Mello *et al.* (2012) e Fernandes (2011), dão conta da fragilidade e personalismo que as ações governamentais pró-LGBT+ do Governo Lula tinham devido a sua não institucionalização enquanto política de Estado, ou, em alguns dos casos, como política de governo, já que parte delas não contava com dotação orçamentária própria, dependendo assim de outras secretarias e ministérios, e logo de seus gestores, para existir.

As políticas de conciliação dos governos petistas e a coalizão com partidos e setores contrários às agendas LGBTQ+, ao tempo que não possibilitaram transformações sociais substanciais, especialmente na forma como a educação lida com a diversidade sexual e de gênero, contribuem também para visibilização de demandas neoconservadoras, em detrimento da cidadania LGBTQ+ (IRINEU, 2017). A estratégia política que Irineu (2017) nomeia de “*boa vizinhança*” também funcionava com a Frente Parlamentar Evangélica que vai ganhar força discursiva e numérica no congresso justamente durante os governos Lula e Dilma.

A institucionalização da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados se deu em 2003, primeiro ano de mandato do presidente Lula, quando passou de 5 para 71 deputados entre a 51ª e 52ª legislatura, que compreende os mandatos de 1992-2002 e 2003-2006. O crescimento numérico e discursivo da bancada foi fator preponderante na oposição às demandas de gênero e sexualidade e na instituição de uma retórica que começa denunciando uma *agenda gay* do Governo Federal até chegar na promoção e imposição da ideologia de gênero.

Segundo Lacerda (2016), chama atenção, desde 2003, quando se inicia a oposição na câmara ao que se chamava de *agenda gay*, o teor reacionário dos discursos parlamentares que já se justificavam como uma reação às proposições legislativas e ações governamentais em prol dos direitos sexuais, reprodutivos e LGBTQ+. Eram comuns manifestações como a do

deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), que cobrava uma postura antigênero do presidente Lula, justamente por fazer parte de sua base aliada.

Também fiquei indignado ao tomar conhecimento de que o Ministério da Saúde patrocinou um folder em apoio à VII Parada do Orgulho LGTBS, ou seja, do orgulho de lésbicas, gays, transgêneros, bissexuais e simpatizantes. **É inadmissível que haja apoio do Governo do Presidente Lula, que eu admiro - sou membro de um partido da base -**, para esse tipo de manifestação. (Severino Cavalcanti, PP-PE, em sessão na Câmara no dia 17/06/2004) (grifo meu).

Durante os dois primeiros mandatos dos governos petistas, é possível mapear nos discursos dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica um apreço pelo presidente Lula, ao mesmo tempo em que se fazia uma crítica às ações governamentais e políticas pró-movimento LGBT+ do seu governo. Tanto Lula quanto Dilma sempre mantiveram estreitas relações políticas de concessões e diálogos com o neoliberalismo e os movimentos neoconservadores, estabelecendo assim uma fronteira de garantia de direitos LGBT+, que acabava esbarrando naquilo que agradava ambos os lados, numa tentativa de “conciliação entre sujeitos com trajetória histórica de oposição” (IRINEU, 2017, p. 96).

O crescimento das resistências às políticas pró-diversidade se deu em paralelo ao avançar das agendas anti-homofobia e de direitos LGBT+, sexuais e reprodutivos, produzidas em meio às estratégias de conciliação dos governos petistas. Ao tempo que o governo Lula possibilitou que os movimentos sociais LGBT+ e feministas ampliassem sua atuação e passassem não só a ser ouvidos, como também a fazer parte da construção das políticas de enfrentamento a violência, gestava-se entre os partidos de direitas e movimentos neoconservadores da base aliada os sentimentos que culminam na política neoconservadora que vivenciamos hoje.

Por maiores que fossem os avanços no combate à homofobia, a política de convivência pacífica entre universos opostos permaneceu sendo cultivada, até que as fronteiras do aceitável e possível fossem invadidas e borradas. Compreender a fragilidade das ações governamentais LGBT+ é essencial para entender como se deram as articulações e vitórias das agendas neoconservadoras, especialmente aquelas encabeçadas pela Frente Parlamentar Evangélica que, até a segunda eleição da presidenta Dilma Rousseff, era base aliada do governo.

Retomarei nesse tópico as ações governamentais e políticas pró-diversidade sexual e de gênero dos Governos Lula e Dilma, em especial aquelas coordenadas e desenvolvidas pelo Ministério da Educação, para pensar como essas estratégias de

enfrentamentos às políticas pró-diversidade já vinha sendo operadas, mesmo que sem a visibilidade e apoio social que possuem nos dias de hoje.

Para pensar esses enfrentamentos e resistências produzidos pelo neoconservadorismo através da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara, elegi para essa discussão três momentos das ações governamentais e políticas pró-LGBT+ que tiveram impactos e desdobramentos na educação: o programa Brasil Sem Homofobia (BSH), o Curso Gênero e Diversidade na Escola e o Programa Escola Sem Homofobia, que ficou popularmente conhecido como Kit Gay.

Parto do processo de aprovação do Programa Brasil Sem Homofobia, que é apontado como o primeiro grande momento em que políticas públicas para a população LGBT+ começam a ser gestadas e enfrentadas no terreno político. Em seguida reflito sobre a Política de Formação de Professores através do Curso Gênero e Sexualidade na Escola, um desdobramento do BSH em parceria com a Secretaria de Políticas Especiais para Mulheres, e por fim analiso o impacto que as discussões produzidas a partir do programa Escola Sem Homofobia tiveram na construção do movimento antigênero que temos hoje no Brasil.

A partir da perspectiva de Bento (2015) e Irineu (2015), caracterizo o momento do lançamento do Programa Escola Sem Homofobia, e os desdobramentos a partir dele com a recuada da Presidente Dilma na divulgação do material produzido pelo Ministério da Educação, como o momento em que as linhas da cordialidade foram rompidas, e, na perspectiva do neoconservadorismo representado pela bancada Evangélica, as Fronteiras da moralidade invadidas pelos movimentos que pretendiam discutir gênero e sexualidade na escola e implantar a chamada ideologia de gênero.

4.1.1 Resistência Evangélica ao Programa Brasil Sem Homofobia

Segundo Fernandes (2011), mesmo tendo sido aprovado no Governo Lula, o programa Brasil Sem Homofobia começa a ser gestado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso pelos movimentos LGBT+ (na época, LGBTTT) que se organizavam e se encontravam nacionalmente através dos Encontros Nacionais do Movimento LGBTTT. Ao historicizar o processo de construção do programa, Fernandes (2011) localiza no XI Encontro Brasileiro de Gays Lésbicas e Transgêneros que aconteceu em novembro de 2003 em Manaus, a gestação da ideia de traduzir as propostas do documento final do EBLGBT em um programa de governo.

A construção do programa, como relata Fernandes (2011), foi feita a partir da articulação dos movimentos sociais, com a participação de diversas lideranças do movimento LGBT+ da época, entre muitas delas, Cláudio⁶⁶, Secretário de Educação e Direitos Humanos do governo Lula, responsável pela redação do programa, organização do conteúdo e tradução para o documento das pautas levantadas no EBLGBT em Manaus.

Rossi (2010) também afirma que o programa é resultado das reivindicações do movimento LGBT+ junto ao Estado, tendo a particularidade de ser o primeiro programa de governo que tem como foco o combate à homofobia e objetiva a promoção da cidadania LGBT+. Nominado de “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”, o programa está estruturado em 53 ações de promoção da cidadania LGBT+ transversalizadas em políticas de educação, saúde, justiça, segurança, cultura e trabalho, além de ações voltadas para mulheres, negros e a juventude, a partir da execução de quatro ações (ROSSI, 2011).

a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. (BRASIL, 2008, p. 11).

Toda literatura com que tive contato, analisando as políticas públicas pró-diversidade, apontam o Brasil Sem Homofobia como a primeira grande resposta do Estado frente às reivindicações do movimento LGBT+, pois, incorpora ao projeto de governo, ações que visam a execução de uma política nacional, articulada e transversalizada com vários ministérios, a fim de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas” (BRASIL, 2008, p. 11).

É comum também nessa literatura, que analisa a implementação do programa, a afirmação de que a sua construção se deu a partir de uma articulação entre os movimentos sociais LGBT+ organizados e o governo federal, que passou a ter um diálogo mais direto no

⁶⁶Cláudio é um dos interlocutores de Felipe Fernandes (2011) na elaboração de sua tese. Ao relatar o processo de construção do programa, ele chama atenção para duas de suas principais tarefas: traduzir a pauta do movimento e adequar o programa à identidade do governo Lula. Segundo Cláudio afirma a Felipe, foi nesse momento de adequação a identidade do governo que o programa passa a se chamar Brasil sem Homofobia, mais pelo impacto positivo que a categoria Homofobia traria a divulgação do programa, do que por haver um consenso, entre o movimento social, de que essa seria a melhor categoria a ser trabalhada.

processo de formulação de políticas públicas que diminuíssem a violência e promovessem a diversidade.

Essa articulação, que já se dava em torno dos encontros nacionais, a exemplo do EBLGBT em Manaus, já recebia ataques e era tensionada por opositores ao governo e às políticas pró-diversidade. Silva (2006) relata que a época do encontro em Manaus, de onde saiu a indicação da criação do programa, o então Senador Antônio Carlos Magalhães (PSL/BA) fez uso de a tribuna do senado para criticar o governo Lula e o financiamento público do que chamou de “encontro gay”.

O programa também teve forte ressonância negativa entre os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica, fundada em 2003, em função da tramitação do Projeto de Lei Nº 5.003 de 2001, que posteriormente passou a ser tramitado como Projeto de Lei da Câmara Nº 122/2006, que tinha como objetivo a criminalização da homofobia. Em maio de 2004, no mês em que o programa foi homologado, o Deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) faz uso da tribuna para alertar aos deputados sobre os constantes projetos de lei e iniciativas do governo federal contrários aos princípios tradicionais da família.

Em setembro do mesmo ano, o então Deputado Pastor Frankembergen (PTB/RO) usa a tribuna da Câmara para acusar o Programa Brasil Sem Homofobia de atentar contra a moral e os bons costumes e promover a pederastia, sodomia, ignomínia e a insensatez:

Volto à tribuna para manifestar meu repúdio a determinadas ações deste Governo, diante das quais, de sã consciência e com os olhos voltados para a imensa família brasileira, não posso calar-me. Deixo registrada minha revolta e indignação com o famigerado Programa Brasil sem Homofobia. Trata-se de verdadeiro acinte à moral e aos bons costumes. Deveria chamar-se Programa em Favor da Promiscuidade e da Aberração. (...) Meu Deus, onde chegamos! Esqueceram essas autoridades os ensinamentos de Nosso Senhor Jesus Cristo, a palavra de Deus, a moral e os bons costumes? Na minha opinião essas pessoas, mulheres e homens públicos, que deveriam estar cuidando do bem-estar e dos interesses maiores das famílias brasileiras, jamais leram a Bíblia. (...) Não posso cruzar meus braços, enquanto vejo a caravana da desgraça semear a erva danosa que destruirá os valores morais e éticos de meu indefeso povo. Ao menos meu grito ficará como prova de minha luta. Não compactuo com a desgraça e acuso de coniventes com o mal todos aqueles que, nos citados Ministérios, na Presidência da República, nos Governos Estaduais, em Prefeituras, nas universidades e em outros órgãos do Poder Público, contribuíram para a publicação desse nefasto Programa Brasil Sem Homofobia.

Frankembergem foi uma das principais vozes no congresso contra o programa. Segundo os registros de Discursos e Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados, entre 2004 e 2005 ele usou cinco vezes a tribuna da câmara para discursar contra o programa e

acusar o governo federal de estimular a promiscuidade, destruir a família e trabalhar contra os valores morais e cristãos. Em fevereiro de 2005, indignado com as ações e materiais do programa, e em resposta ao Deputado Eduardo Valverde (PT/RO), que havia parabenizado o Governo Federal pelo lançamento do BSH, ele disse:

Não posso ficar calado diante disso. O nobre companheiro tem a intenção de que uma nova raça seja aceita no Brasil: o homossexualismo. Isso é inadmissível. Aprendi na escola que existe mistura de raças, que resultam em brancos, índios, negros, mamelucos, cafuzos e outros. Nós temos essas categorias, mas não a raça do homossexual.

A tônica das manifestações era o questionamento do uso do dinheiro público para promoção da diversidade, e aciona-se o argumento de que “a imensa e esmagadora maioria dos brasileiros” (as pessoas de bem) não aprovaram esse tipo de investimento. Na mesma perspectiva, em junho de 2006, os Deputado Severino Cavalcante (PP/PE), Máximo Damasceno (PRONA/SP), Pastor Frankembergen (PTB/RO) e Milton Cardias (PTB/RD) denunciam no plenário da câmara que o Governo Federal, através dos Ministérios da Cultura e da Saúde, tem injetado dinheiro público em manifestações gays.

Não podemos aceitar que os poucos recursos públicos, que inexistem para financiar verdadeiros projetos culturais e de saúde, sejam utilizados para fomentar e incentivar comportamentos que contrariam valores caros à grande maioria do povo brasileiro. [...] O nosso povo defende a união sadia e natural entre o homem e a mulher, como está na nossa Constituição. Aprendemos e ensinamos aos nossos filhos, desde pequenos, que o homem deve se orgulhar de ser homem e que a mulher deve se orgulhar de ser mulher. (SEVERINO CAVALCANTE).

Natividade (2013) destaca que o diálogo entre os movimentos sociais e o poder público era tomado pela Frente Parlamentar Evangélica como uma articulação perigosa que disseminava “valores liberais inaceitáveis”. Nesse sentido, a instituição do Programa Brasil Sem Homofobia tornou-se motivo de preocupação entre a direita cristã, que tenta impor os valores cristãos e a defesa da família como mote das políticas públicas. A diversidade passa também a ser combatida no terreno público das discursividades, ao mesmo tempo em que se avançavam proposições legislativas e iniciativas públicas de combate à homofobia.

Em julho do mesmo ano, o Deputado Pastor Frankembergen (PTB/RO), parte da base aliada do Governo Lula, usa novamente a tribuna da câmara para dizer que acha inadmissível que estejam sendo injetados recursos públicos nas agendas gays, e lamenta profundamente a relação pública do presidente com movimentos LGBT+.

Tenho me batido nesta tribuna contra o fato de que até mesmo o Governo vem patrocinando movimentos de homossexuais, bissexuais, transgêneros, e tantos outros. Temos que acabar com isso! Sr. Presidente, nobres colegas, não podemos aceitar que o Governo venha patrocinar movimentos homossexuais. Tenho muita consideração pelo nosso Presidente, mas lamento o fato de S.Exa. escrever uma carta dizendo que se sentia honrado pelo convite para participar de uma parada gay aqui em Brasília, mas que, infelizmente, não poderia comparecer ao evento.

Entidades religiosas também manifestam publicamente suas opiniões sobre a veiculação de materiais e campanhas públicas pró-direitos LGBTQ+ e políticas de educação sexual e prevenção de homofobia na escola. Em outra publicação, Natividade (2013) reproduz o trecho do artigo “Brasil luta para favorecer o homossexualismo na ONU”, em que Júlio Severo comenta as ações do governo Lula em relação às políticas pró-diversidade:

Olha para a situação do Brasil e todos os esforços para promover o ‘homossexualismo’. Tem misericórdia do nosso país. Em nome de Jesus, abençoamos todos os líderes evangélicos do Brasil, para que acordem e ajam. Amaldiçoamos o programa Brasil sem Homofobia e todos os outros programas e projetos pró-homossexualismo do Governo. (SEVERO, 2004).

É notório que, desde esse momento, os movimentos neoconservadores, articulados nos partidos de direita e grupos cristãos evangélicos e católicos já utilizavam da estratégia dos pânico morais e disseminação de inverdades atreladas a uma suposta ideologia homossexual para tentar frear as ações do programa. Entretanto, a lógica discursiva do fundamentalismo neoconservador ainda não ressonava tanto, e talvez por isso não fosse foco de preocupação dos movimentos sociais e da academia.

Na vasta revisão de literatura que fiz sobre o processo de implementação do Programa Brasil Sem Homofobia, encontrei poucas menções às resistências imputadas pela Frente Evangélica e demais congressistas conservadores e de direita. A falta de protagonismo político dos parlamentares neoconservadores e da recém-criada Frente Parlamentar Evangélica, resultava também em pouca visibilidade de suas pautas, tanto entre os parlamentares quanto a repercussão destas na mídia.

Entretanto, ao analisar os Diários da Câmara e do Congresso verifiquei que, após o lançamento do programa, intensificaram-se as manifestações contrárias à relação que o presidente Lula e seu governo mantinha com os movimentos LGBTQ+ e ao investimento de dinheiro público em ações relacionadas à promoção da diversidade, em especial aquelas articuladas ao programa Brasil Sem Homofobia.

Desde o primeiro ano de governo do presidente Lula, as pautas relacionadas às questões de gênero e sexualidade eram questionadas no congresso. Em 2003, os temas que

ganharam maior repercussão foram as proposições de regulamentação da união estável, o Projeto de Lei 379b/2003 que estabelecia o dia 28 de junho como Dia Nacional do Orgulho Gay, e a resolução sobre “direitos humanos e diversidade sexual” (E/CN.4/2003L.92) proposta pelo Brasil à ONU a fim de reconhecer a diversidade sexual como parte integral dos direitos humanos.

As manifestações, feitas através de discursos ou projetos de lei, eram encabeçadas pelos deputados da Frente Parlamentar Evangélica, que passaram a intensificar as acusações contra o governo em 2004 e 2005 em função do programa BSH e do financiamento e apoio governamental de Paradas Gays ao redor do país. Especialmente, a partir do lançamento do BSH, desenvolve-se a narrativa de que o governo Lula não só apoiava, como financiava e promovia a ideologia gay e os movimentos pró-diversidade.

A Frente Parlamentar Evangélica foi formada em 2003, a partir da articulação de 77 parlamentares evangélicos de variados partidos políticos em função de um mesmo objetivo: defender um projeto de sociedade adequado ao cristianismo protestante. Segundo Trevisan (2013), desde o período de sua criação em 2003, quando ainda não era uma frente oficial, a FPE já trabalhava de forma bastante articulada:

Os parlamentares são divididos por temáticas, pelas quais ficam responsáveis para análise de projetos específicos sempre que necessário, com a subsequente elaboração de parecer e orientação de voto para os demais membros da FPE. Nas reuniões semanais, os assessores informam sobre os projetos em tramitação, que deverão receber análise especializada, distribuem tarefas, incluindo a elaboração de pareceres. A assessoria, que é voluntária, monitora os projetos em tramitação no Congresso nas sextas-feiras a partir das 18h, através da busca digital por palavras-chave. Em seguida, encaminha as providências mais urgentes, que não podem esperar até a reunião da terça-feira quando, então, os projetos a serem analisados são repassados aos demais integrantes da Frente. A partir dos pareceres produzidos pelos parlamentares designados, de acordo com suas áreas de formação/especialização, a assessoria elabora discursos específicos e os distribui aos deputados participantes das comissões que os discutem para justificar seus votos. (TREVISAN, 2013, p. 35).

Por meio dessa estratégia, os parlamentares evangélicos constituem uma argumentação parecida, que, quase sempre justificada pela bíblia e na defesa de valores morais, e amparadas em brechas da constituição, passam a ser maciçamente repetidas nas sessões do legislativo. Segundo sinalizavam os interlocutores de Trevisan (2013), a FPE se fortaleceu no primeiro mandato do Presidente Lula, entre 2003-2006, justamente a partir da oposição que faziam às questões anti-gênero e diversidade, e do recorrente apoio que recebiam de alas conservadoras, não necessariamente evangélicas. Mesmo opondo-se ao

aborto, aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, assim como de promoção da equidade de gênero, as iniciativas contra os direitos LGBT+ são as mais frequentes entre os parlamentares da FPE.

Cientes do capital político capitaneado a partir de suas reivindicações, a FPE intensifica cada vez mais a sua oposição aos direitos LGBT+, sexuais e reprodutivos, conseguindo atrasar discussões, barrar proposições, e ganhar notoriedade política e midiática por isso. Vital e Lopes (2014) afirmam que a notoriedade da bancada evangélica, que alcançou seu ponto alto na 55ª legislatura, se deu pelo recorrente aparecimento na mídia em função de sua ação performática na oposição às questões de gênero.

Nesse cenário de crescimento, uma primeira grande articulação acontece e resulta no I Seminário Nacional em Defesa da Vida, realizado em 07 de dezembro de 2005, no qual, num debate sobre “a estratégia a ser adotada para manutenção da ilegalidade do aborto”, pela terceira vez é feita menção à ideologia de gênero pelo então Pastor Clóvis Nunes que, convidado pelo ex-deputado federal Luiz Carlos Bassuma, discursa no evento:

O CFEMEA, por exemplo, uma instituição à qual pertence a nobre Deputada Jandira Feghali, é uma organização feminista apoiada por essas organizações internacionais com o objetivo de promover a alteração na legislação brasileira para legalizar o aborto, a contracepção, a união civil de pessoas do mesmo sexo, a ideologia de gênero. (CLÓVIS NUNES).

Até então ainda não fazia parte dos vocábulos usados pela Frente Parlamentar Evangélica o enfrentamento ao gênero, seja enquanto ideologia, como é apregoado hoje pelos movimentos neoconservadores, ou como teoria político-analítica dos movimentos feministas e LGBT+. Enquanto proposição legislativa, o termo só vai aparecer em 2013 e, nos discursos dos parlamentares, reaparece com maior força discursiva a partir de 2010.

Entre 2003 e 2006, o deputado Elimar Máximo Damasceno é o único a fazer menção à ideologia de gênero em dois pronunciamentos no Plenário da Câmara.

Agora, a expressão "gênero" adquiriu outro significado, dentro de uma "ideologia de gênero". Gênero seria o papel desempenhado por um dos sexos, não importando se nasceu homem ou mulher (Deputado Elimar Máximo Damasceno – PRONA – SP, em 14/07/2003).

Fundamentado na ideologia de gênero, as feministas radicais defendem a tese de que a primeira opressão da mulher se dá no casamento monogâmico, e para evitar essa opressão é necessário, segundo esse grupo, destruir a família. (Deputado Elimar Máximo Damasceno – PRONA – SP, em 27/05/2004).

Efetivamente, gênero vai aparecer no enfrentamento operado no legislativo pela FPE como uma reação ao que se gestava enquanto políticas públicas do campo das questões de gênero e diversidade na educação. Tanto Lacerda (2016) quanto Machado e Burity (2014) chegam a conclusões análogas no que tange a esse ponto: a agenda da bancada evangélica e das organizações anti-gênero é reativa e passa a ser pautadas como um reflexo dos ganhos dos movimentos LGBT+ e feministas, sobretudo no segundo mandato do presidente Lula, que compreende o quadriênio 2006-2010.

4.1.2 Gênero e Diversidade na Escola e a política das moralidades

Até 2002, a principal resposta efetiva às demandas de gênero e sexualidade na educação havia se dado entre 1997 e 1998, no processo de construção do Referencial Curricular Nacional (RCN) para a Educação Infantil e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental. Sob forte pressão dos Movimentos de Mulheres, e em especial do Movimento LGBT+, “oficializou-se” os temas de gênero, sexualidade e orientação sexual no currículo escolar, por meio da inclusão dos temas “Educação Sexual” e “Orientação Sexual” nos PCN’s e RCN’s (VIANNA, 2012).

Mesmo expressas nos RCN’s e PCN’s, as inclusões desses debates na escola tiveram pouca efetividade, e quase não se traduziram na prática docente e no dia a dia das escolas (VIANNA, 2012). Vianna (2002), a partir da análise de artigos, teses e dissertações produzidas sobre o tema, aponta como principais problemas para introdução dos temas de gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola:

falta de formação docente inicial e continuada; precariedade de cursos descentralizados por parte de profissionais que já passaram por tal formação (multiplicadores); e da dificuldade pessoal em abordar o tema no cotidiano escolar; [...] a subordinação das temáticas de gênero e sexualidade ao trinômio corpo/saúde/doença na Orientação Sexual, entendida como atividade meramente informadora e reguladora. (VIANNA, 2012, p. 132).

Além dos problemas relacionados à forma como a discussão foi organizada, a autora reflete sobre os problemas na formação de professores para o trato com a diversidade, mesmo essa estando expressa nos documentos oficiais que deveriam organizar o currículo da educação básica. Findado o Governo Fernando Henrique, a agenda pró-diversidade na educação começa a ganhar materialidade de fato nas ações do Governo Lula a partir da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) no Ministério da Educação (FERNANDES, 2011; VIANNA, 2012).

Segundo Carrara *et al.* (2017) a criação da SECAD é uma resposta do Governo Federal às demandas feitas pelos movimentos sociais para que políticas públicas antidiscriminatórias fossem desenvolvidas pelo MEC. Fernandes (2011), chama atenção de que foi através da SECAD que o MEC passou atuar em temáticas do campo das diversidades, nunca trabalhadas pelos governos anteriores. Essas inserções, e o desenvolvimento de uma política educacional para diversidade, estão inseridas na agenda da SECAD que tinha como atribuição trabalhar e desenvolver ações para os *excluídos* da política educacional.

A agenda anti-homofobia se insere nesta agência, uma vez que à SECAD é atribuída a tarefa de lidar com os “outros” da educação, também chamados de “sujeitos outsiders” por Regina Conrado Melo (2009), ou seja, “os indígenas” (sob o título “Educação Indígena” ou “Educação Bilíngue”), “os campesinos” (sob o título “Educação no Campo”) e “os negros” (sob o título “Diversidade Étnico-Racial”, ou simplesmente “Diversidade”), mas também com um quadro mais amplo de “outros” atendidos pela SECAD, em que se incluem, portanto, “pessoas LGBTTT” que possuem aderência com o campo que trabalha com “populações marginalizadas e vítimas de violência”. (FERNANDES, 2011, p. 101).

Para Fernandes (2011), a SECAD passa a desenvolver uma política educacional de democratização do sistema de ensino compreendendo a educação como um processo que deveria articular vários eixos de opressão. Nesse aspecto, a agenda anti-homofobia é parte de uma concepção maior de educação que compreende o respeito e a valorização da diversidade. É também reflexo do diálogo aberto com os movimentos sociais, que há muito tempo pautavam a necessidade de que a política educacional fosse tensionada e horizontalizada para dialogar com grupos historicamente excluídos.

Fernandes (2011), em sua tese de doutoramento, apresenta o organograma de funcionamento administrativo da SECAD à época do seu lançamento via decreto presidencial. Chama atenção que não havia nenhum departamento e/ou coordenação vinculados à secretaria que estivesse imbuído de, especificamente, pensar políticas educacionais de valorização/respeito das questões de gênero e sexualidade. Mesmo assim, coube a SECAD a função de coordenar e implementar as políticas de educação para superação da homofobia previstas no programa Brasil sem Homofobia (VIANNA, 2012).

Entre as principais ações executadas pelas SECAD com foco nas questões de gênero e sexualidade estão:

a formação/capacitação de educadores, a organização de encontros e seminários (incluindo-se aqui semana temática), a participação de gestores em eventos externos ao MEC, a organização ou participação na equipe

organizadora de prêmios e a produção de material didático-pedagógico específico para a agenda anti-homofobia (FERNANDES, 2011, p. 227-228).

Fernandes (2011) ressalta que o desenvolvimento dessas políticas se deu, especificamente, a partir da atuação dos gestores da SECAD, que, em alguma medida, extrapolavam as atribuições relacionadas aos seus campos de atuação ao desenvolver ações no campo das questões de gênero e sexualidade. A temática da diversidade de gênero e orientação sexual passou a figurar dentro dos programas dos cursos de formação e capacitação de educadores gerenciados pela SECAD. Para Fernandes (2011), isso se dava em função da compreensão de educação que atravessava o funcionamento da secretaria, difundida pela necessidade de compreender a educação como uma ferramenta de produzir uma sociedade que se funde nos princípios dos direitos humanos.

Essa articulação em torno das demandas pró-diversidades e o diálogo com os movimentos sociais, em especial o movimento LGBTQ+, possibilitou a criação de um Grupo de Trabalho (GT), vinculado a SECAD, responsável por acompanhar e monitorar as políticas do BSH e em consequência inserir a agenda anti-homofobia na política educacional do governo.

O GT foi lançado em 2006, último ano do primeiro mandato do Governo Lula, num momento que, segundo Fernandes (2011), as questões do preconceito e da discriminação em geral passam a ser compreendidos como impedimentos do ensino e aprendizagem. O primeiro encontro do GT foi anunciado para o dia 25 de maio de 2016, onde, entre outras coisas, foi discutido o processo de implementação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Fernandes (2011) afirma que a principal ação da agenda anti-homofobia do Governo Lula foram os cursos de formação de professores em formato presencial, online e semipresencial implementados por especialistas de Organizações Não-Governamentais ou Universidades Públicas Federais. O curso Gênero e Sexualidade na Escola⁶⁷ é apontado por

⁶⁷ Segundo sinaliza Fernandes (2011), antes da execução do GDE outros cursos com a mesma proposta e intencionalidade, porém com nomes diferentes, foram executados pelo Ministério da Educação em parceria com ONGs e Universidades, a exemplo dos cursos: “Diversidade Sexual na Escola” realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; “Rompendo Fronteiras e Discutindo a Diversidade Sexual” realizado pela ONG Arco-Íris (GAI/RJ); “Diversidade Sexual e Cidadania” coordenado pelo Grupo Resistência Asa Branca (GRAB/CE); “Diversidade Sexual na Escola” organizado pelo Grupo Habeas Corpus Potiguar (GHAP/RN); “Planaltina de Mãos Dadas com a Diversidade sem Discriminação” desenvolvida pela Prefeitura de Planaltina de Goiás (GO); “Educação para a Diversidade” coordenado pelo Centro Paraense de Cidadania (CEPAC/PR); “Educando para Diversidade” executado pela ONG Nuances de Porto Alegre (RS); “Juventude e Homossexualidade” coordenado pela Associação Brasileira Interdisciplinar em Aids (ABIA/RJ); “Lidando com as Homossexualidades” organizado pelo Movimento Gay de Minas (MGM/MG); e “Diversidade Sexual na Escola” coordenado pela ONG Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor (CORS/SP). O GDE foi o segundo momento de realização dos cursos, num modelo semipresencial adotado pelo MEC como projeto piloto a ser replicado por diversas universidades públicas do país.

Vianna (2012) e outros pesquisadores (Caldas, 2007; Ferrari, 2004; Grösz, 2008; Koerich, 2007; Mostafa, 2009), como a primeira política educacional que efetivamente promoveu e possibilitou debates sobre gênero, sexualidade e diversidade com professores da educação básica.

O GDE é produto de articulações entre vários órgãos governamentais do Governo Lula, em especial as Secretarias de Políticas para as Mulheres e Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação à Distância (SEED), que, através da Universidade Aberta do Brasil, fez a distribuição do curso pelo território brasileiro através de parceria com as universidades públicas.

O curso, oferecido nas modalidades aperfeiçoamento e especialização, teve a sua primeira execução como projeto piloto ainda em 2006, quando seis cidades brasileiras, entre elas Salvador - BA, foram escolhidas para oferta⁶⁸. Ao todo, foram atendidos 1200 cursistas, sendo que apenas 19%, cerca de 228, desistiram/evadiram, o que fez com que a iniciativa fosse considerada um sucesso, possibilitando a sua inclusão na grade de cursos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e posterior oferta em larga escala através da Rede de Educação Para Diversidade nas Universidades públicas brasileiras (CARRERA *et al.*, 2017).

A edição seguinte do curso aconteceu em 2008, quando foi assinado um convênio com 20 universidades públicas que resultou no atendimento a 13 mil cursistas. Em 2009, outras 11 universidades públicas fizeram adesão ao curso, elevando para 31 o número de universidades que aderiram ao projeto, atendendo mais 15 mil cursistas. No último ano do governo Lula, em 2010, o curso já estava sendo oferecido por 38 universidades públicas federais e estaduais, com mais 15 mil cursistas matriculados no ano, atingindo um total de mais de 44 mil profissionais da educação, conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2010.

O curso se insere na modalidade de formação continuada à distância e/ou semi-presencial e, em sua atividade piloto, priorizou os professores e professoras das séries finais do ensino fundamental, passando, a partir de sua execução no ano de 2008, a ser oferecido para todos os profissionais da educação básica. Dessa forma, o GDE cumpre com o seu objetivo inicial, de publicizar as discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade, e formar professores e professoras das redes municipais e estaduais que

⁶⁸ Segundo Carrera *et al.* (2017) a escolha das cidades se deu, respeitando as questões de territorialidade e abrangência, a partir de articulações prévias entre o Governo Federal e agentes locais que fossem capazes de facilitar o desenvolvimento e implementação do projeto.

O curso, ao mesmo tempo que cumpre com a função social de possibilitar aos professores e professoras ferramentas para o combate a LGBT+fobia na escola, instaura a suspeição sobre a necessidade e importância da escola se envolver e trabalhar com essas temáticas, e uma nova onda de reações negativas às políticas públicas pró-diversidade e cidadania LGBT+ passa a se articular na câmara dos deputados e outros espaços públicos, mais uma vez como uma reação à agenda anti-homofobia em curso no Governo Federal.

Aragusuku (2019), assim como Lacerda (2016) e Machado e Burity (2014) sinalizaram, salienta que o avanço das políticas no campo das questões de gênero e sexualidade, em especial a sua interface com a educação, provocou um processo de reorganização das forças neoconservadoras do Congresso, que intensificam a ofensiva política moralizante de exaltação dos valores tradicionais e costumes sexuais, agora com o agravante da proteção da infância e da sexualização precoce através da oposição à agenda anti-homofobia na escola.

Nesse momento, a articulação protagonizada pela bancada evangélica demarca, ainda, uma posição majoritariamente defensiva, com ataques discursivos e manifestações de repúdio às políticas de gênero e sexualidade do Governo Federal. Isso pode ser verificado na ausência de proposições legislativas, ao tempo que há uma profusão de discursos e manifestações no plenário versando sobre os temas.

Na época do lançamento do GDE, ainda enquanto projeto piloto, os deputados Joaquim Francisco (PFL/PE) e José Thomaz Nonô (PFL/AL) realizaram Requerimentos de Informação, respectivamente, RIC 3830/2006 e RIC 3831/2006, solicitando ao Ministro da Educação e ao Ministério da Saúde informações relativas à antecipação da idade para o início da *Educação Sexual* nas escolas públicas.

O Deputado Lincoln Portela, pastor Evangélico da Igreja Batista Solidariedade, na época filiado ao Partido Republicano (PR), é o único a demonstrar, via proposição legislativa, preocupação e precaução com as discussões de gênero e sexualidade na escola, ao propor o Projeto de Lei N.º 42-A de 2007, que visava a alteração do artigo 33º da LDB, a fim de estabelecer que o ensino de educação sexual na escola seria facultativo e condicionado a permissão dos pais ou responsáveis dos estudantes.

O Projeto de Lei é uma tentativa de manobra legal que tem como propósito coibir as discussões sobre gênero e sexualidade na escola que estavam sendo chamadas de educação sexual. Na justificativa elaborada e anexada ao projeto, o deputado atribui a desestruturação

familiar e a falta de espiritualidade à sexualização precoce estimulada pela modernidade, e ressalta que a proposição é reflexo das inúmeras iniciativas de disciplinarizar a educação sexual para jovens e adolescentes.

O PL 42/2007 foi então enviado às comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça, que, respectivamente, tiveram como relatores Antônio Bulhões (PMDB/SP) e Sandro Mabel (PR-GO). Antônio Bulhões (PMDB/SP) votou contrário a proposição e pediu a supressão do artigo que se refere a educação sexual, a partir da argumentação de que “o assunto educação sexual é de alçada exclusiva da família”, logo não seria função da escola discutir questões relacionadas à sexualidade, não havendo a necessidade de que o congresso legislasse sobre educação sexual.

Nesse momento, ainda opera entre os parlamentares uma confusão terminológica sobre o que de fato está se opondo. Se tomarmos como referência o que a ideia de educação sexual designava na época, perceberemos um aspecto muito mais relacionado às discussões sobre corpo humano, reprodução, sexo biológico e educação para sexualidade que são, especialmente, conteúdos da disciplina de Ciências na educação básica, e que passam a ser propostos como ementa de um novo componente curricular obrigatório: a disciplina de “Educação Sexual”.

Entre 2006 e 2010, justificados pela preocupação com a sexualização precoce de jovens e adolescentes, surgem iniciativas de projetos de lei e/ou indicações que sugerem e/ou propõem a criação da disciplina de Educação Sexual nos currículos da educação básica com objetivo de coibir o início precoce da atividade sexual, discutir sobre saúde reprodutiva, planejamento familiar e educar jovens e adolescentes para o uso de contraceptivos.

Segue ainda em tramitação o Projeto de Lei Nº 313/2007 (que tem apensado outros 16 projetos)⁶⁹ de autoria do Deputado Maurício Trindade - PR/BA que, entre outras questões relacionadas ao planejamento familiar, propõe que os sistemas municipais e estaduais de educação definam programas ou disciplinas de educação sexual com conteúdo de contracepção e planejamento familiar, compatíveis com as faixas etárias dos estudantes. Em 28 de março de 2007, o deputado Maurício Trindade (PR/BA), faz um pronunciamento em defesa do PL, alegando que:

Um dos pontos mais importantes desse projeto é a criação, nas escolas, de programas que tratem da disciplina de educação sexual, entre as atividades que devem ser realizadas no âmbito da política de planejamento familiar.

⁶⁹ Estão apensados ao PL 313/2007 outros 16 projetos de lei: PL 1308/2007; PL 1413/2007; PL 1686/2007; PL 2464/2007; PL 3050/2011; PL 3637/2012 (1), PL 1803/2019; PL 4725/2012; PL 6980/2013; PL 14/2015 (1), PL 4909/2016; PL 718/2015; PL 882/2015 (1), PL 891/2015; PL 917/2015; PL 3233/2015.

Com execução obrigatória em todas as escolas, públicas e privadas, de ensinos médio e fundamental, tais programas contemplarão conteúdos de contracepção e planejamento familiar, sempre compatíveis com as faixas etárias dos escolares. É de suma importância que as instituições de ensino de todo o Brasil dêem às adolescentes e às crianças as orientações necessárias para sua formação futura.

Tanto o PL 313/2007, quanto as proposições apensadas e correlacionadas, reproduzem noções biologizantes de sexo, gênero e sexualidade. A importância dada ao planejamento familiar e à contracepção em jovens e adolescentes associam-se às vivências e manifestações heterossexuais e hegemônicas que, além de silenciar outras expressões sexo-diversas, propõem perspectivas moralizantes para coibir a atividade sexual em função da dificuldade que as famílias encontram para lidar com esses temas. É interessante perceber que, nessa perspectiva, que pretende inserir a Educação Sexual como componente curricular, os debates sobre sexualidade assumiram função contrária ao que se espera de uma educação para a diversidade proposta pelo Programa Gênero e Diversidade na Escola e outras ações do MEC na agenda anti-homofobia.

Ao se aprofundar no teor das justificativas dos discursos, é notório que os aspectos moralizantes e a privatização da sexualidade como objeto de discussão específico da família já começam a ser acionados. Isso fica ainda mais perceptível no discurso dos deputados que se opõe à inclusão dessas temáticas na escola, a exemplo do pronunciamento do Deputado Antônio Bulhões (PMDB/SP), que também aciona a defesa da moralidade e dos valores familiares nas discussões sobre sexualidade:

A orientação sexual, senhoras e senhores, está intimamente ligada a princípios e valores. Assim, o assunto cabe primordialmente às famílias, que têm a obrigação de manifestar com clareza o seu posicionamento sobre tudo aquilo que consideram relevante para o desenvolvimento de seus dependentes. (...) é inadmissível que cenas de sexo ou diálogos eróticos sejam amplamente divulgados nas escolas, principalmente por despertar a curiosidade de crianças e adolescentes e causar a erotização precoce, além de inculcar-lhes a ideia da naturalidade do sexo livre. (Deputado Antônio Bulhões - PMDB/SP – em 10/12/2008)

Seja através dos debates sobre a inclusão do componente de Educação Sexual na educação básica, seja pelo enfrentamento aos investimentos públicos realizados pelo Governo Federal na agenda anti-homofobia e pró-diversidade, operados pelos Ministérios da Educação e Saúde e pela Secretaria de Políticas para Mulheres, é notório que durante o segundo mandato do Governo Lula e na 53ª legislatura começam a surgir na Câmara dos Deputados os embates em torno das questões de gênero e sexualidade na escola.

Em 18 de dezembro de 2008, o deputado João Campos (PSDB/GO), usa a tribuna da câmara para acusar o governo federal de promover e incentivar relações sexuais não heterossexuais, através da publicação de uma cartilha para redução de danos em relação ao uso de drogas e às doenças sexualmente transmissíveis.

Essa cartilha é inteiramente pornográfica, não apenas pelas expressões, mas também e principalmente pelas imagens, pelas figuras ali expostas, de sexo nas mais diversas modalidades, algo impensável. Se o Governo do Presidente Lula orienta sobre como deve ser uma relação sexual de homem com homem, de mulher com mulher, ou heterossexual nas mais diversas posições imagináveis, então entende que está dando uma contribuição à sociedade brasileira. Um absurdo! (João Campos - PSDB/GO)

Percebe-se que, já ao final de 2008, a disseminação de pânico morais e sociais, a partir da manipulação de informações, que tinha como intuito disseminar a ideia de que o Governo Lula, e em especial os governos do PT, atuavam para corromper a infância e a orientação sexual de crianças e adolescente, já começa a ser utilizada. A cartilha mencionada por João Campos (PSDB/GO), e que também vai ser citada por outros parlamentares em discursos na câmara, foi na verdade um material produzido para uso exclusivo por profissionais que atendiam usuários de álcool e outras drogas em serviços de referência.

Entretanto, essa notícia falsa, que volta à tona durante as eleições de 2018⁷⁰, acusava o Ministério da Saúde de produzir a cartilha e o Ministério da Educação de distribuí-las nas escolas para crianças em idade escolar com objetivo de promover Educação Sexual. Em dezembro de 2008, o deputado Antônio Bulhões também faz uso da tribuna para acusar o governo federal de interferir na orientação sexual de crianças e adolescentes.

Assim, no que se refere à orientação sexual de adolescentes, é preciso que as informações sejam passadas sem excessos, para que elas não acabem banalizando o sexo, muito menos estimulando nossos jovens a praticar o ato sexual. Dessa maneira, acho totalmente inadequado que a essa faixa etária sejam distribuídas publicações contendo gravuras de sexo explícito entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres, como vemos na cartilha elaborada pelo Ministério da Saúde, que chegou às minhas mãos. [...] é inadmissível que cenas de sexo ou diálogos eróticos sejam amplamente divulgados nas escolas, principalmente por despertar a curiosidade de crianças e adolescentes e causar a erotização precoce, além de incutir-lhes a ideia da naturalidade do sexo livre. (Antônio Bulhões Bloco/PMDB-SP).

⁷⁰ Durante as eleições de 2018, circula nas redes sociais a fake News de que o Governo Lula, através do Ministério da Educação na época da gestão de Fernando Haddad, distribuiu na escola uma cartilha que continha orientações para o uso do crack e ilustrações de homens fazendo sexo. Na matéria publicada no G1 em 25 de setembro de 2018, a iniciativa Fato ou Fake, que checava notícias circuladas no período eleitoral, afirma que a notícia era fake News. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/25/e-fake-que-ilustracao-de-ato-sexual-foi-usada-em-cartilha-do-mec-para-criancas.ghtml>.

Lacerda (2016) e Vital e Lopes (2014) sinalizam que, durante esse período, foram gestadas as oposições às questões de gênero e sexualidade que passam a ganhar corpo e maior materialidade no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff que compreende a 54ª legislatura entre 2011 e 2015. O ponto mais alto dessa ofensiva foi dado no lançamento do Programa Escola sem Homofobia, que ficou conhecido nacionalmente como Kit Gay.

4.1.3 O programa “Escola Sem Homofobia” e a suspensão do “Kit Gay”

Desde a campanha eleitoral da presidente Dilma Rousseff, em 2010, então candidata à sucessão do presidente Lula pelo Partido dos Trabalhadores, que os embates em torno das questões de gênero e sexualidades ganham maior notoriedade midiática, passando a fazer parte da disputa político-discursiva entre as agendas dos partidos de direita e esquerda, representados na época pela oposição entre PT e PSDB. Conforme Santos (2016), no segundo turno das eleições de 2010, o *lobby* religioso atuou, pressionando Dilma Rousseff e José Serra (candidatos à presidência) a se comprometerem publicamente com suas agendas, que, entre outras coisas, incluía “a recusa à descriminalização do aborto, à aprovação do projeto de lei tornando a homofobia crime, tal como o racismo, e ao reconhecimento do ‘casamento gay’” (SANTOS, 2016, p. 149).

Mello *et al.* (2012) afirmam que, nas eleições de 2010, houve uma forte reação negativa dos setores fundamentalistas religiosos a um eventual apoio de Dilma aos direitos sexuais, reprodutivos e à cidadania LGBTQ+. Mesmo não havendo no plano de governo do PT para as eleições presidenciais de 2010 quaisquer demandas relacionadas a esses temas, tanto o Partido dos Trabalhadores quanto a ex-presidenta Dilma foram acusados de manter relações imorais com os movimentos feministas e LGBTQ+, financiando paradas do orgulho, apoiando a união homoafetiva, e integrando uma suposta organização que pretendia a destruição da família pela imposição da homossexualidade.

Assim como José Serra, Dilma Rousseff havia feito compromissos públicos com as agendas neoconservadoras e o fundamentalismo evangélico, que já compunha a base aliada do governo Lula e passa a se fazer ainda mais presente durante a 54ª legislatura, de que, caso eleita, não apoiaria a legalização do aborto, a criminalização da homofobia, o casamento civil igualitário e a adoção homoafetiva (SANTOS 2016).

Dado esse cenário de disputas que já vinha se desenhando desde as eleições de 2010, o primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff foi marcado, entre outras

coisas, por tensões no campo das políticas públicas de gênero e sexualidade em prol da cidadania LGBT+, e pela demonstração da força e influência que a Frente Parlamentar Evangélica tinha enquanto base aliada de seu Governo.

Os acordos feitos à época da campanha presidencial de 2010 passam então a serem cobrados quando o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, reconheceu as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares, havendo, a partir daí, um recrudescimento do neoconservadorismo cristão, que já vinha em ascensão no Brasil, e uma forte reação homofóbica, liderada por fundamentalistas religiosos ganha espaço no Congresso Nacional (MELLO *et al.*, 2012).

Foram inúmeras as iniciativas, em especial dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica, de tentar sustar a decisão do STF sob o entendimento de que o Congresso Nacional era quem deveria legislar sobre esse tema. Além dos ataques proferidos em plenário, o deputado federal João Campos (PSDB/GO), na época presidente da FPE, propõe o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 224/11 que visava suspender os efeitos da decisão do STF (MELLO *et al.*, 2012).

Segundo Melo *et al.* (2012), a presidência da Câmara dos Deputados, na época presidida pelo Deputado Marco Maia (PT/RS), rejeitou a apresentação do projeto indicando haver um “flagrante de ilegalidade”.

Nesse bojo, a ideia de um projeto político de doutrinação gay ganha força no imaginário social a partir da crítica e disseminação estratégica distorcida que a Frente Parlamentar Evangélica fazia das políticas pró-diversidade do Governo Lula e agora durante o Governo Dilma, que à época da decisão do STF, produziu, via Ministério da Educação, os materiais do Programa Escola Sem Homofobia que projetava a distribuição de 6 mil “kits anti-homofobia” nas escolas públicas do país.

Quando começou a circular a notícia de que o Ministério da Educação distribuiria Kits Anti-Homofobia nas escolas públicas como parte das ações do programa Escola Sem Homofobia, parlamentares vinculados à Frente Parlamentar Evangélica passaram a pressionar a presidenta Dilma Rousseff para vetar a circulação do material, em troca do apoio a projetos de lei do executivo. Em nome da governabilidade e pela manutenção da política de conciliação que mantinha como base aliada o neoconservadorismo fundamentalista de direita, Dilma não só suspendeu a distribuição dos kits, como declarou que seu governo não faria propaganda de opção sexual. Em 26 de maio de 2011, vinte dias após o reconhecimento das uniões homoafetivas, na coletiva de imprensa que anunciou a suspensão da confecção e distribuição dos materiais, Dilma disse que “o governo defende a educação e também a luta

contra práticas homofóbicas. No entanto, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”.

O programa Escola Sem Homofobia não foi gestado no governo Dilma. A sua criação data do primeiro ano do segundo mandato do presidente Lula, ainda em 2007, quando foi firmado o convênio nº 832009/2007, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e a Associação Pathfinder do Brasil, que resultou na criação do programa, por meio da Emenda Parlamentar nº 50340005, apresentada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (FERNANDES, 2011).

Fernandes (2011) chama atenção que o plano inicial do ESH era formar professores e gestores escolares sobre as questões de gênero, sexualidade, numa ação que dava continuidade às formações do curso Gênero e Sexualidade na Escola, porém de forma presencial. A avaliação feita pelas lideranças dos movimentos LGBTTT da época era de que cursos presenciais qualificariam melhor os professores para o trato com a diversidade. Segundo Fernandes (2011),

A “formação de professores” visa, como vimos, à densificação teórica do corpo técnico-pedagógico das escolas (a ponta da política) nos temas de gênero e sexualidade. A “formação de gestores” objetiva a constituição de “grupos gestores” de implementação e monitoramento de políticas públicas de combate à homofobia nas escolas dos estados e dos municípios. (FERNANDES, 2011, p. 329).

Fernandes (2011) salienta ainda que o programa articulava-se em três eixos: o primeiro responsabilizava-se pela formação de um coletivo que gerisse as políticas públicas anti-homofobia nos municípios – que envolveria os processos de formação de atores locais para monitorar e gerir localmente essas políticas; o segundo estava imbuída de realizar uma pesquisa sobre “Homofobia nas Escolas” – uma iniciativa de produção de dados sobre a manifestação da homofobia no contexto escolar; e o terceiro eixo tratava justamente da confecção de material didático para trabalhar as questões de gênero e sexualidade nas escolas – o material era composto de múltiplos instrumentos pedagógicos, como vídeos, cartazes, cartilhas, folders, por isso chamado de “Kit de Combate a Homofobia”. (FERNANDES, 2011).

Segundo Irineu (2016), o projeto abrangeu a realização de pesquisa em 11 capitais, formação com educadores e a elaboração de materiais didático-pedagógicos para o Kit de Combate à Homofobia. O Kit era composto de cinco vídeos, seis boletins, um cartaz e um caderno de orientações para professores e equipe gestora das escolas, e tinha como público-alvo estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Especificamente, os vídeos

elaborados para o programa tinham classificação indicativa a partir de 11 anos, e apenas um deles era de classificação livre.

Fernandes (2011) e Leite (2019) localizam as resistências ao Kit de Combate a Homofobia ainda em 2010, no último ano do Governo Lula, quando os setores conservadores da Câmara dos Deputados, especialmente ligados ao fundamentalismo religioso, tomaram conhecimento da proposta durante o Seminário do “Escola Sem Homofobia” realizado no Congresso Nacional.

Nesse Seminário, que aconteceu em novembro de 2010, os responsáveis pelos eixos articuladores do programa, numa tentativa de diálogo entre sociedade civil e Estado, apresentaram os primeiros resultados das atividades realizadas, entre elas, os protótipos dos materiais didáticos que integravam o “Kit de Combate a Homofobia” (FERNANDES, 2011).

Na descrição de Fernandes (2011), foi a partir dessa primeira divulgação, ainda enquanto protótipo, que a proposta didática de se discutir questões de gênero e sexualidade na escola com intuito de combater e prevenir a homofobia, ganhou a mídia sob a insígnia de que o Governo Federal, via Ministério da Educação estava incentivando a homossexualidade na escola para crianças e adolescentes.

Segundo Leite (2014), os materiais do projeto não chegaram a se tornar públicos, já que ainda não havia aprovação do MEC nem autorização para produção das 6.000 cópias previstas. Após o Seminário, os vídeos “vazaram na internet” e a polêmica em torno do Kit Gay foi instaurada. Leite (2014) afirma que entre os cinco vídeos, três deles foram os que mais circularam: “Torpedo”, que abordava lesbianidade na adolescência; “Probabilidade”, que trata das questões de um menino bissexual; e “Encontrando Bianca”, que apresenta a trajetória de uma jovem travesti. Os outros dois vídeos, “Medo de que” e “Boneca na Mochila” eram materiais audiovisuais que já existiam e, segundo Leite (2014), não causaram tanto impacto no público.

Todos os vídeos transcorreram no ambiente escolar, tendo como atores centrais adolescentes LGBT+, numa abordagem que dialogava sobre os processos de descoberta e aceitação da sexualidade, e os reflexos disso na escola e nas relações afetivas. As principais reações negativas se deram contra o vídeo “Encontrando Bianca” e as questões de transexualidade na adolescência, aspecto que vai ser retomado durante toda a reação negativa aos materiais do programa Escola Sem Homofobia e as questões de gênero e sexualidade na escola.

Leite (2019), Irineu (2016) e Fernandes (2011) chamam atenção para a centralidade que as expressões de gênero e sexualidade na infância e juventude ganham nos

debates em volta da proposição do Kit de Combate à Homofobia. Segundo Leite (2019), após o conhecimento público do projeto, os parlamentares evangélicos, com grande reforço da mídia, articularam e disseminaram um pânico moral baseado na ideia de que “o Estado estaria financiando o desvirtuamento das crianças” (LEITE, 2019, p. 124).

Os aspectos relacionados à transexualidade foram os mais explorados e criticados, mesmo que as reações negativas estivessem carregadas de um peso discursivo focado na homossexualidade. Tanto os setores neoconservadores, quanto à repercussão desses fatos na mídia, trabalhavam na disseminação de pânicos morais a partir da ideia de que o MEC e os movimentos LGBTQ+, através das discussões de gênero e sexualidade na escola – nesse caso através do Kit de Combate a Homofobia, queriam “naturalizar” os processos de transição de sexo/gênero.

No dia seguinte ao seminário realizado na Câmara dos Deputados, Leite (2014) relata que o Jornal Correio Braziliense publicou uma matéria que tinha como título “Material didático contra a homofobia mostra adolescente que virou travesti”. A repercussão em torno do Kit de Combate a Homofobia inaugura no Brasil essa perspectiva que é bastante explorada pelos movimentos anti-gênero ao redor do mundo, a proteção da infância e juventude ao suposto aliciamento e desvirtuamento promovido pelos movimentos feministas e LGBTQ+.

Em 10 de fevereiro de 2011, assim que a congresso retoma a atividade legislativa, em seu segundo discurso no plenário, Jair Bolsonaro, que encabeçou a oposição ao Kit de Combate à Homofobia, usa a tribuna para convocar o Ministro da Educação Fernando Haddad, para dar explicações sobre o que ele já denominava ser, o Kit Gay:

Sr. Presidente, tão logo sejam formadas as Comissões, vamos convocar o Ministro da Educação para vir a esta Casa explicar o kit gay, que começa a ser distribuído nas escolas de primeiro grau a partir de março. Eu quero que ele entregue um kit desses para cada Deputado desta Casa, inclusive com os filmetes *Encontrando Bianca*, *Boneca na Mochila* e *Beijo Lésbico*. Isso é uma imoralidade que o Ministério da Educação está fazendo, juntamente com grupos LGBTQ, que não têm nada a oferecer no tocante a currículo, a bons costumes, ética e moral para a garotada do primeiro grau. Duvido, depois de distribuído esse kit gay a todos Deputados, que esse trabalho continuará sendo feito nas escolas públicas de primeiro grau. É inadmissível que a garotada de 6, 7, 8, 9, 10 anos receba esse material de combate à homofobia. Na verdade, esse material promove o homossexualismo e a promiscuidade. Assim sendo, Sr. Presidente, quero contar com o apoio de todos para convocar o Ministro da Educação a vir a esta Casa explicar o kit gay. (Jair Bolsonaro - PP/RJ).

Vai ser comum no discurso antigênero que se populariza no Brasil a partir desses embates, o reforço à ideia de que gênero e sexo são designações biológicas e divinas, que

tendem a ser corrompidas por esses movimentos que pretendem debater diversidade sexual e de gênero na escola. A partir desse momento, a escola se torna o principal terreno de disputa e essa ideia de “proteção” às crianças e aos adolescentes será cada vez mais disseminada pelo neoconservadorismo fundamentalista.

Até mesmo parlamentares que não tinham dimensão dos instrumentos que compunham o kit, começaram a demonstrar receio com o teor dos materiais. Chama a atenção, no uso da tribuna no dia 10 de fevereiro de 2011, o discurso de Ronaldo Fonseca (PR/DF). Ao mesmo tempo em que defende que sejam implantadas políticas de combate à violência, à discriminação e ao preconceito, o parlamentar, que na época era parte da base governista, corrobora a preocupação de que os materiais estimulem a homossexualidade.

Assumo esta tribuna para comunicar algo que está trazendo grande preocupação, especialmente para a família brasileira: estamos ouvindo falar, porque até agora nada é oficial, que o Ministério da Educação está elaborando o intitulado Kit contra a Homofobia, que popularmente já recebeu o nome de kit gay. O Ministério da Educação está preocupado com a homofobia, a discriminação e o preconceito nas escolas - e todos os educadores e líderes desta Nação estão realmente preocupados com a violência, o bullying que está acontecendo nas escolas. [...] Contudo, estamos preocupados, porque há muita divulgação desse kit, mas até agora ninguém o viu. Não quero ser irresponsável e falar desta tribuna de algo que não vi, de algo a que ainda não assisti. A família brasileira está chocada com essa ameaça, até porque a família brasileira não suporta mais tantas ameaças à estrutura da família. (Ronaldo Fonseca - PR-DF).

Nesse momento, algumas figuras passam a ganhar notoriedade no debate público devido à oposição que faziam ao programa. A oposição ao Kit de Combate a Homofobia, somada à disseminação de pânicos morais e sociais em função de notícias falsas sobre o conteúdo dos materiais, ajuda a projetar alguns nomes muito conhecidos hoje entre a extrema direita. Entre eles, destaca-se na mídia o então parlamentar Jair Bolsonaro, que passa a criticar duramente o programa, chamando-o de Kit Gay, expressão que se popularizou e passou a caracterizar o programa tanto no âmbito do congresso nacional, quanto na ampla abordagem jornalística que foi feita sobre o tema.

Na ferramenta “Discursos e Nota Taquigráficas” da Câmara dos Deputados não há qualquer menção de discursos sobre o programa quando utilizado o descritor “Kit de Combate a Homofobia”, nome oficial do projeto. Por outro lado, há uma profusão de menções ao “Kit Gay” e, apenas em 2011, a tribuna da Câmara dos Deputados foi usada quarenta e três vezes para falar sobre o programa. Ao todo vinte e três parlamentares⁷¹ fizeram menção ao “Kit

⁷¹ Entre os deputados que, em 2011, discursaram na Câmara sobre o Kit Gay estão Anthony Garotinho (PR/RJ), Audifax (PSB/ES), Edmar Arruda (PSC/PR), Eros Biondini (PTB/MG), Jair Bolsonaro (PP/RJ), Jefferson

Gay” em seus discursos e apenas um deles, o Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), o fez em solidariedade ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, pelos ataques recebidos. Entre os quarenta e dois discursos restantes, dezoito deles foram feitos pelo então Deputado Jair Bolsonaro, que é também quem inaugura na Câmara a expressão “Kit Gay” para se referir ao programa de combate à homofobia nas escolas.

A expressão Kit Gay aparece pela primeira vez nos discursos dos deputados em fevereiro de 2011, na sessão de abertura da 54ª legislatura (2011-2015), quando Bolsonaro, em tom de alerta, avisa aos seus colegas que o MEC já está distribuindo “um kit gay de estímulo ao homossexualismo e à promiscuidade”, e solicita à Presidência da Casa “trazer este tema para cá - votarmos essa questão - e não deixar que o Executivo legisle e crie currículo de assunto tão importante junto à garotada do primeiro grau”.

Leite (2019) e Irineu (2016) asseguram que Bolsonaro foi o primeiro inimigo público do projeto e responsável pela midiaticização do “Kit Gay”. Segundo Fernandes (2011), os deputados Jair Bolsonaro (PP/RJ) e João Campos (PSDB/GO) lideraram o que ele caracteriza de “reação homofóbica” ao programa. Fernandes (2011), assim como Leite (2019) e Irineu (2016), também responsabiliza o deputado Jair Bolsonaro pela nomeação do programa de “Kit Gay”, e afirma:

Fazendo uso de estratégia comum em sistemas homofóbicos, o parlamentar argumentou sobre o “perigo” do kit, interpretado e reproduzido pelo parlamentar como um instrumento de “recrutamento” de crianças e jovens para a homossexualidade. O “recrutamento de jovens” tem sido, na atualidade, o discurso do campo homofóbico com maior eficácia política. (FERNANDES, 2011, p. 333).

Outros parlamentares se aliam a essa estratégia, entre eles destaca-se a participação do Senador Magno Malta (PR/ES), que passa a fazer essa articulação no Senado Federal. Magno Malta faz uso dos mesmos artifícios discursivos presentes na reação homofóbica liderada por Bolsonaro, e vai além, ao acusar o MEC e os Movimentos LGBT+ de estimularem a pedofilia ao discutirem gênero e sexualidade na escola.

Eu estou olhando para o Brasil para afirmar o seguinte, Senador Ivo Cassol: esse kit homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais. Nada contra! Nada contra, porque Deus deu livre arbítrio ao homem. Quem sou eu? Cada qual segue o seu caminho, e nós precisamos respeitá-los. Agora, nada mais do que o respeito. Estão

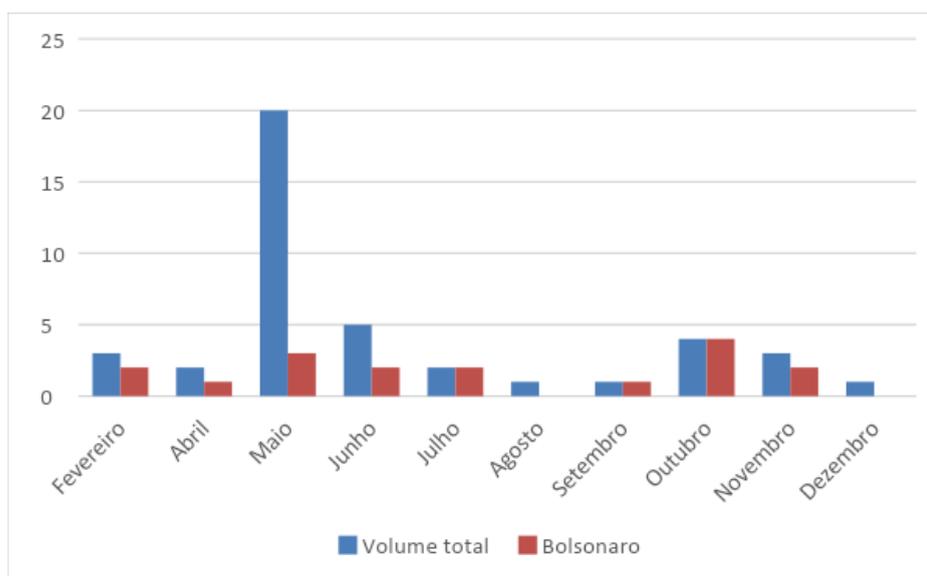
Campos (PSB/SP), João Campos (PSDB/GO), Jonas Donizette (PSB/SP), Lincoln Portela, PR/MG), Pastor Marco Feliciano, (PSC/SP) Professor Setimo (PMDB/MA), Reginaldo Lopes (PT/MG), Roberto De Lucena, (PV/SP), Romanna Remor (PMDB/SC) Ronaldo Fonseca, PR/DF), Rosane Ferreira (PV/PR), Sandro Alex (PPS/PR) Takayama, PSC/PR), Vilalba, (PRB/PE) Vitor Paulo (PRB/RJ), Walney Rocha (PTB/RJ).

passando do limite. Senador Blairo Maggi, V. Ex^a é católico praticante e sabe que Deus criou macho e fêmea. Esta Casa não fará um terceiro sexo com uma lei, porque há de esbarrar nos homens e mulheres que acreditam em princípios, e uma minoria barulhenta jamais se sobreporá a uma grande maioria, que é a família neste País (Senador Magno Malta (PR/ES) em 24/05/2011).

Segundo Leite (2019), o que até então era uma reação independente de Bolsonaro, com apoio de Magno Malta e alguns poucos deputados, torna-se, a partir de maio de 2011, a principal pauta de atuação da Frente Parlamentar Evangélica, que passa a pressionar o Ministério da Educação e a Presidenta Dilma Rousseff a vetarem a circulação do material devido a seu caráter “incentivador do homossexualismo” (sic).

No ponto mais alto da crise institucional, o Deputado Anthony Garotinho, membro da base aliada do Governo e líder da Frente Parlamentar Evangélica, em declaração à Folha de São Paulo, anuncia que nenhum projeto seria votado na casa até que o governo recolhesse o material, que na verdade nem havia ainda sido distribuído. Garotinho, que coaduna a reação homofóbica ao Kit de Combate a homofobia, também insistia na argumentação de que os materiais do programa estimulavam a sexualidade precoce e corrompiam crianças e adolescentes. O ápice da crise institucional aconteceu em maio de 2011, quando também é possível localizar o maior volume de manifestações contrárias ao “Kit Gay” na Câmara dos Deputados, como é possível observar no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Volume de manifestações contrárias ao Kit Gay no Congresso em 2011.



Fonte: Elaboração própria

Bolsonaro foi o parlamentar que mais investiu discursivamente na retórica do “Kit Gay” como mobilizador de pânicos morais e atiçador de reações homofóbicas às pautas do movimento LGBTQ+. Ao longo de 2011, e durante toda a sua carreira política, o programa segue sendo mencionado no plenário do Congresso, sempre em referência ao seu caráter deformador da infância e da juventude, e destruidor da família cristã, argumentos que serão retomados quando esses mesmos atores passam a falar em uma “ideologia de gênero”.

No ápice da crise, em 25 de maio de 2011, Bolsonaro usa a tribuna da câmara para informar que, junto aos deputados que faziam parte da Frente Parlamentar Evangélica, estavam recolhendo assinaturas para propor uma PEC que “definirá o que é casamento, logicamente entre um homem e uma mulher”, e proibirá “a adoção de crianças por casais que não sejam formados por homem e mulher”.

A mídia brasileira e os meios de comunicação exerceram papel fundamental na disseminação das ideias de Bolsonaro e dessa retórica que distorce conceitualmente e politicamente a agenda anti-homofobia que vinha sido gestada pelo MEC. Segundo Leite (2014), os meios de comunicação estavam muito mais focados em repercutir às críticas ao programa, inclusive utilizando amplamente a insígnia “Kit Gay” para caracterizá-lo.

Esse comportamento dos veículos de comunicação fica evidente, quando, em fevereiro de 2011, diversas entidades e instituições⁷² passam a se posicionar a favor da distribuição do material, mas o foco das notícias permanecia na polêmica iniciada por Bolsonaro, de que os vídeos “incentivam os estudantes a se tornarem homossexuais”. Houve uma investida nessa disputa narrativa que atraía audiência, provocava mobilização social, e inflamava o debate público sobre a agenda anti-homofobia do MEC.

O “Kit Gay” foi um marco na forma como a agenda neoconservadora e fundamentalista religiosa trata as questões de gênero e sexualidade no cenário público e político. A forma como temas e conceitos importantes do movimento LGBTQ+ e feminista foram apreendidos e distorcidos por esses setores a fim de causar pânicos morais e sociais se torna uma estratégia política para desmobilizar questões importantes e caras à cidadania de pessoas lésbicas, bi, gays, travestis e transexuais.

Parte dessa estratégia consiste em retomar, sempre que questões de gênero e sexualidade vêm à tona no cenário político, a ideia de que isso resultaria numa sexualização da infância, no desvirtuamento de crianças e adolescentes e na destruição da família

⁷² Segundo Vanessa Leite (2014) o Conselho Federal de Psicologia – CFP, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Programa Conjunto da ONU para o HIV/AIDS - UNAIDS divulgaram, em fevereiro de 2011, pareceres favoráveis a veiculação do Projeto.

tradicional. Assim expressa Leite (2014), em suas análises sobre a repercussão do projeto Escola Sem Homofobia:

O discurso dos oponentes do projeto reforçou uma perspectiva, bastante utilizada durante toda a polêmica, de que o pretenso enfrentamento à homofobia mascarava um “aliciamento”, desvirtuamento das crianças. [...] Os oponentes do projeto, ao “declararem guerra” ao projeto que desvirtuaria as crianças, o faziam em nome da “família brasileira”, como se essa família fosse um ente único e estável. (LEITE, 2014, p. 249).

Pensando a partir de Bento (2015), acredito que o processo de aprovação pelo STF da união estável, somada às discussões propostas pelo programa Escola Sem Homofobia, simbolizaram o rompimento das fronteiras daquilo que o neoconservadorismo cristão acreditava ser os limites não ultrapassáveis da cidadania e direitos LGBT+: a afirmação positiva de vivências não-heterossexuais.

As disputas em torno do Kit Anti-Homofobia marcaram o fim da “LGBT+fobia Cordial” e inauguram uma nova forma pública de violência LGBTfóbica, que, a partir de bases discursivas, distorções semânticas e produção de inverdades sobre o movimento LGBT+, estimulam violências físicas, perseguições a pessoas e grupos de pesquisa, combatem os debates de gênero e sexualidade na escola, e taxam tudo aquilo que se relaciona a direitos reprodutivos, sexuais e LGBT+ de “ideologia de gênero”.

Ao finalizar a sua tese de doutorado, em meados de 2011, sobre a agenda anti-homofobia na Educação Brasileira entre 2003 e 2010, Fernandes (2011) rememora o emblemático mês de maio de 2011, que começou com o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo e findou-se com o veto da presidenta Dilma ao Kit do programa Escola Sem Homofobia. Autointitulando-se pessimista, Fernandes (2011) sinalizava a “ruína” (sic) dos avanços nas políticas anti-homofobia do Governo Lula e, em meio às articulações políticas da época, já sinalizava para o que ele compreendia como “uma nova configuração das forças políticas que tem na agenda anti-homofobia um de seus eixos de irreflexão e alianças políticas conservadoras” (FERNANDES, 2011, p. 337).

As previsões de Fernandes (2011) acabaram se consolidando, e o que vimos a partir daí foi a articulação de uma grande aliança política conservadora que não se eximirá de tentar barrar quaisquer avanços legislativos no âmbito das questões de gênero e sexualidade, especialmente aquilo que se relaciona com a educação. Quem ganha centralidade nesse debate, passando a projetar e ecoar nacionalmente essas ideias é o Movimento Escola Sem Partido, que vê no enfrentamento às discussões de gênero e sexualidade na escola uma oportunidade de aprovar projetos de lei contra a chamada “doutrinação ideológica”. A atuação

do MESP ganha maior projeção durante a definição das metas do Plano Nacional de Educação, e depois no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular.

4.2 Movimento Escola sem Partido e a doutrinação ideológica

O debate antigênero passa então a ser encabeçado pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP), criado em 2004 pelo Procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, com a intenção de combater aquilo que eles denominam de “doutrinação ideológica” nas escolas e universidades brasileiras. Em sua própria definição, disponibilizada no site oficial do movimento, o MESP é “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária [...] iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”.

O grupo tem a sua gênese no combate à chamada doutrinação ideológica, supostamente operada por professores de esquerda, que tendiam a realizar uma doutrinação marxista cultural nas escolas públicas de educação básica. Segundo informa o site do movimento, o seu objetivo é combater “um exército organizado de militantes travestidos de professores que se prevalece da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”.

As origens do MESP não estão intimamente ligadas a movimentos de direita e fundamentalistas religiosos, mesmo que, no decorrer dos debates sobre o Plano Nacional de Educação esses tenham sido os principais militantes e expoentes das ideias do movimento. As estratégias de controle ideológico impulsionadas pelo MESP iam além dos debates sobre gênero e sexualidade, e, em alguma medida, estavam mais preocupadas com a influência que os *movimentos de esquerda* exerciam na educação básica.

Segundo Bendinelli (2016), o nascimento do movimento, supostamente, se deu pela indignação de seu fundador quando sua filha relatou em casa que o professor de história havia comparado Francisco de Assis com Che Guevara. Na tentativa de barrar a suposta doutrinação marxista, o MESP encabeça uma disputa discursiva, não só sobre o que deveria ou não ser tratado na escola, mas a abordagem que se dava a determinados períodos históricos, como por exemplo a ditadura militar brasileira, a escravidão, entre outros.

A ideia de neutralidade pedagógica parte do princípio de que o professor deveria adotar uma perspectiva neutralizadora em quaisquer debates, disseminando um senso comum pedagógico de que a escola não tem responsabilidade de educar, apenas de transmitir os

conteúdos sem contaminação de posicionamentos políticos ideológicos. Corsetti (2019), a partir das considerações feitas por Verônica Ventorini Ferreira (2019) acerca do MESP, afirma que:

sob o ponto de vista mercadológico, estamos diante do nascimento de um novo nicho no mercado educativo, o combate à doutrinação. Sob o ponto de vista profissional pode-se perceber o desmonte da, já desgastada, figura do professor. Sob o ponto de vista moral estamos diante da instrumentalização da justiça para o esvaziamento da formação do cidadão no espaço escolar. E sob o ponto de vista da formação estamos diante de uma incógnita sobre o futuro dos que virão (CORSETTI, 2019, p. 781-782).

Em alguma medida, as reivindicações do MESP remontam o formato de educação do país à época da ditadura civil-militar, quando as discussões políticas e o estímulo ao senso crítico foram cerceados. Nesse mesmo aspecto, as mobilizações do MESP denunciavam uma suposta tendência comunista e marxista da educação básica brasileira atual, elegendo as universidades, em especial os centros de formação de professores, como os responsáveis por isso.

As principais linhas de atuação do MESP foram a regulação curricular, que vai desde a proposição de retirar as discussões de gênero e sexualidade dos currículos oficiais, ao questionamento sobre a obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira e indígena e a formação para cidadania, e o controle pedagógico dos professores em sala de aula, através de medidas de vigilância e punição para docentes que “opinarem em sala de aula.

Na falta de uma legislação nacional que proíba aquilo que o MESP demanda como doutrinação ideológica, o movimento tem operado uma perseguição às ideias que contrariam as suas, estimulando estudantes a denunciarem seus professores, e as famílias a questionarem práticas educativas, colocando o trabalho docente sob constante suspeita. Baldan (2017) acredita que isso estimulou a perseguição de professores e a promoção de “um estado de denúncia e judicialização do trabalho de ensino-aprendizagem que tem o objetivo de neutralizar o trabalho docente e direcionar o currículo frente às forças conservadoras” (BALDAN, 2017, p. 15).

É com a narrativa da tendência marxista na formação docente e atuação de professores na educação básica que o MESP ganha espaço, aliando-se inicialmente ao Instituto Millenium, que tem como principal pauta o programa econômico da direita. A ideia de escola defendida pelo MESP não perpassa as questões da moralidade e valores da família, vindo acontecer somente quando o movimento percebeu uma oportunidade de ampliar sua atuação.

Os grupos que passam a se agregar ao MESP promovem e fortalecem as teses da visão binária de gênero, da moral cristã, defesa da família tradicional, da racionalidade econômica, privatização da educação, currículo nacional, entre outros. Esses grupos que se alinham ao MESP têm se aglutinado por meio de ideias de negação da igualdade e intolerância à diversidade ao mesmo tempo que reproduzem agendas internacionais de redução de gastos públicos, privatizações e outros aspectos comuns de um Estado mínimo (BALDAN, 2017).

Dentre as muitas pautas adotadas e denúncias de doutrinação ideológica feitas pelo MESP, a que mais encontrou terreno de desenvolvimento foram aquelas que se relacionam às questões de gênero e sexualidade. Se antes a ideia de uma escola sem partido estava focada na prevenção de que o ambiente escolar fosse usado para o que o movimento chama de “doutrinação marxista”, segundo Miguel (2016), o crescimento do MESP no debate público ocorreu justamente quando o foco de sua atuação passou a ser o combate à ideologia de gênero, agenda conservadora que já encontrava resistência e oposição no congresso nacional e em partidos conservadores e de direita.

No momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe à “doutrinação marxista”, o discurso do MESP dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais (MIGUEL, 2016, p. 601).

O MESP, em contraposição ao que era uma questão política, e diante do pânico de que a escola pública se tornasse uma fábrica de militantes de esquerda, ao se aglutinar com os movimentos que protestavam contra a discussão sobre os papéis de gênero e o combate a homofobia e sexismo na escola, transfere o foco do central de sua ação para o terreno das moralidades, promovendo uma disputa entre escolarização e autonomia educativa das famílias sobre suas crianças.

Nesse sentido, a pauta do MESP se alinha à da Igreja Católica, se fundamentando na sacralização da família como espaço intocável, com valores próprios que não devem sofrer interferências do Estado nem ser debatidos em espaços públicos. Para eles, a construção moral e social de homens e mulheres não pode ser reinventadas, muito menos deve ser objeto de discussão na escola, já que a organização daquilo que é específico de homem e de mulher deve ser orientada pela família, a partir de suas convicções morais, políticas, religiosas e ideológicas.

A Igreja Católica e a religião cristão, não raro, sempre deteve o monopólio da educação brasileira, provocando interferências em seus instrumentos legais e modos de organização. Nos seus mais recentes desdobramentos, há uma aglutinação em torno da moralidade cristã, e a defesa de uma educação que se fundamente a partir das concepções tradicionalistas de família, gênero e sexualidade, principais aspectos evocados nos embates morais do processo de definição dos Planos de Educação das três esferas de poder, na organização da nova política curricular através da BNCC e nos instrumentos legais que garantem a cidadania de pessoas LGBTQ+, a liberdade reprodutiva das mulheres e os direitos de populações socialmente vulneráveis (BALDAN, 2017).

Miguel (2016), relata que, entre suas principais ações, o movimento difundiu uma campanha para que os pais e os responsáveis notificassem extrajudicialmente, as escolas e os docentes que contrariassem a idealização de educação neutra, passando a disponibilizar em seu site um modelo de notificação e um tutorial em vídeo de como prepará-la. A notificação extrajudicial, que teve como idealizador o procurador Guilherme Schel, se valia do artigo 12 da Convenção Americana, que estabelece que “os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

O movimento ainda disponibilizava em seu site três anteprojetos de lei, cada um deles destinado aos níveis federal, estadual e municipal, que preveem a regulamentação do que consideram “abuso da liberdade de ensinar”, entre outras questões relacionadas à liberdade de expressão do professor na sala de aula. O segundo artigo dos anteprojetos estadual e municipal previa que:

o poder público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá que qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (SOARES, 1991).

O ponto alto dessa disputa, que passa a ser encabeçada pelo MESP em conjunto com organizações neopentecostais, católicas e neoconservadoras, veio justamente a partir da proposição, em estados e municípios, de projetos de leis que proibiam as discussões de gênero e sexualidade nas escolas públicas, e da proposição de uma série de instrumentos legais, tanto para proibir tais discussões na educação, quanto em outras áreas.

O MESP encontrou muita resistência, a principal delas articuladas pelo movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP), organização composta por

professores universitários e da educação básica, assim como pais e estudantes que se opunham aos projetos de leis incentivados pelo MESP, que passaram a tramitar por diversas casas legislativas do país. A principal estratégia utilizada pelo PCESP foi o acompanhamento da proposição e discussão desses projetos nas casas legislativas dos âmbitos estaduais, municipais e federal através da ferramenta “Vigiando Projetos de Lei”, disponibilizada no site oficial da organização.

No acompanhamento feito pelo PCESP, é possível identificar que o período de maior proposição de projetos de leis se deu entre 2014 e 2017, quando o programa encontrava seu ponto mais alto de visibilidade e conseguia aglutinar muitos apoiadores, que não necessariamente estavam ligados à partidos de direita. As linhas de atuação do MESP eram, basicamente, três: acompanhar as discussões e os processos de aprovação dos Planos de Educação e Base Nacional Comum Curricular, propor instrumentos legislativos nas três esferas de poder, denunciar e perseguir professores que fossem de encontro às prerrogativas do movimento.

Durante as eleições de 2018, o MESP vê parte de sua agenda materializada na campanha presidencial de Jair Bolsonaro, que, especialmente no que tange às políticas educacionais, ecoava as ideias de uma educação antigênero e sem doutrinação ideológica. Vários outros parlamentares fizeram das ideias do MESP plataformas políticas nas eleições de 2018, condicionando os seus mandatos às ideias do movimento e sua defesa de uma educação sem doutrinação.

Ao contrário do que se esperava, o MESP foi enfraquecido após a eleição de Bolsonaro, e dez meses depois, em agosto de 2019, anunciou a suspensão de suas atividades, alegando não ter apoio do presidente (FERREIRA, 2019). Em relato feito no Facebook anunciando a extinção do movimento, Miguel Nagib escreveu:

Ficamos esperançosos quando Bolsonaro foi eleito com a promessa de combater a ideologia de gênero e implantar o Escola sem Partido. No debate promovido pela TV Bandeirantes, Bolsonaro disse com todas as letras: “Nós precisamos de um Presidente que honre e respeite a família; que trate com consideração criança em sala de aula, não admitindo ideologia de gênero, impondo a escola sem partido...” De lá pra cá, todavia, Bolsonaro não tocou mais no assunto. Desde o início do governo de transição, não me lembro de tê-lo ouvido falar em Escola sem Partido. Por alguma razão, o tema sumiu do radar do Presidente. Depois da posse, fiquei esperando um contato por parte do MEC. Não veio. [...] Sem o apoio de Bolsonaro – não me refiro ao governo, mas à liderança política do Presidente –, o Escola sem Partido dificilmente conseguirá avançar. Batemos no teto (Miguel Nagib, 01/08/2019).

Se de um lado, Bolsonaro tenta capitanear para si o debate imposto pelo Escola Sem Partido e enfraquece o movimento em função da promoção de sua imagem enquanto opositor às questões de gênero, sexualidade e doutrinação ideológica, do outro, sem ações federais que pautem a diversidade, o MESP deixa de ter conteúdo de pauta, e sua “função social” deixa de existir, já que a agenda do Ministério da Educação passa a ser a agenda defendida pelo Movimento, porém sem ter a alta cúpula do movimento envolvida.

Ainda em 2023, o movimento soma em suas redes 160.200 seguidores e, mesmo anunciando a extinção, tanto as redes sociais quanto o site oficial continuam sendo atualizados servindo de espaço para divulgação de denúncias e estimulando a perseguição e o ódio a professores e ativistas dos direitos LGBTQ+ que violam os pressupostos defendidos pelo movimento.⁷³

Ainda que tenha perdido força enquanto movimento, as ideias do MESP foram suficientemente divulgadas e alcançaram ao redor do país seguidores e admiradores que não apenas compartilham de suas propostas políticas educacionais, como, mesmo que não diretamente, passaram a ser agentes do movimento, articulando e propondo instrumentos legais que tentam barrar, em especial, as questões de gênero e sexualidade na educação.

4.2.1 O Plano Nacional de Educação e a ideologia de gênero

A ideia de uma infância que precisa ser protegida, disseminada durante os enfrentamentos envoltos do Kit de Combate à Homofobia, é retomada durante o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação, e dos planos estaduais e municipais subsequentes, visando a remoção de questões relativas a gênero e sexualidade.

Após os episódios que culminaram no veto presidencial ao Kit de Combate a Homofobia, alguns dos parlamentares envolvidos no cerne da polêmica, passam a monitorar toda e qualquer inclusão das questões de gênero e sexualidade na Educação Básica. Diversas denúncias e acusações passam a ser feitas no plenário da câmara e repercutidas na mídia.

⁷³ A página seguiu normalmente a sua proposta. Em meio ao contexto de isolamento social imputado pela pandemia do Coronavírus no Brasil, as *denúncias* continuavam acontecendo com fragmentos de videoaulas e aulas online no contexto de Educação a Distância do Ensino Fundamental e Médio no período de suspensão das aulas. A última verificação que fiz, no dia 10 de outubro de 2023, a página do Instagram do MESP, que ainda conta com 45,9 mil seguidores, divulgava um evento com a participação de Miguel Nagib e Nathalia de D’Almeida, chamada “Os Segredos da Sala de Aula”. Na descrição do evento, havia a provocação: “*Qual o potencial destrutivo de algo oculto, uma informação errada que chega para os seus filhos, sem que você saiba, te colocando nas sombras e levando os seus filhos a ignorância?*” Chama atenção, que, ao contrário do que aconteceu com o movimento no primeiro ano do Governo Bolsonaro, agora, com a eleição do presidente Lula, as denúncias de doutrinação ideológica na escola passam novamente a ganhar força.

Figura central desse movimento, o deputado Jair Bolsonaro se torna nesse processo agente mobilizador da reação homofóbica às políticas públicas de gênero e sexualidade.

Ao fim de 2011, novas pautas antigênero são inseridas na Câmara dos Deputados, e o Edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que previa a não discriminação por orientação sexual e gênero e a inclusão de famílias homoparentais também vira alvo de contestação. Na perspectiva de Bolsonaro, o PNLD era:

mais uma medida desse Governo para ajudar a deseducar as nossas crianças, como se não bastasse o ensino homossexual que ele quis impor neste ano, o chamado kit gay, que eu denunciei aqui por muito tempo sozinho. Graças à Bancada Evangélica, conseguimos demover o Governo dessa proposta, mas o kit gay 2 está vindo aí. (Jair Bolsonaro, 31/10/2011).

Eu não estou perseguindo boiola, quero deixar bem claro. O assunto é sério! Esse pessoal não se cansa! Lançaram o "kit gay 2" [...]. Entre as diretrizes lançadas ontem para as editoras, as que vão fazer os livros escolares, está a de que todos os livros têm de abordar a temática das famílias LGBT. (Jair Bolsonaro, 24/11/2011).

Nesse bojo, o Plano Nacional de Educação, que ainda estava em processo de discussão e consultas, também vira alvo de contestação da Frente Parlamentar Evangélica e do neoconservadorismo religioso, agora com maior mobilização e participação popular instrumentalizada pelo Movimento Escola Sem Partido. Ainda no fim de 2011, alguns parlamentares denunciam que o Movimento LGBT+ com apoio do MEC fez uma manobra para incluir o Kit Gay no Plano Nacional de Educação.

De fato, o movimento LGBT está justamente incluído no Plano Nacional de Educação, que vem sendo discutido desde 2008. Não vamos tolerar a inclusão de kit gay em lugar algum, mas não é essa a discussão que está em curso. O que está em discussão é o Plano Nacional de Educação 2011-2020. (Vitor Paulo, PRB/RJ, 24/11/2011).

O Plano Nacional de Educação determina as metas, diretrizes e estratégias para a política educacional num período de 10 anos. O primeiro PNE foi sancionado na gestão de Fernando Henrique Cardoso para vigorar no período de 2001 a 2010. O Segundo PNE, que foi elaborado a partir das contribuições advindas da Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE 2010), foi entregue por Fernando Haddad, então Ministro da Educação, ao presidente Lula, e encaminhado à Câmara dos Deputados em 15 de dezembro de 2010.

O Plano tramitou na Câmara entre 2011 e 2012, foi aprovado e enviado ao Senado em outubro daquele ano, que mandou de volta à Câmara em dezembro de 2013, momento em que às discussões de gênero e sexualidades suscitam e ganham força, perseguindo todo o

curso de discussão até abril de 2014 quando foi aprovado, estabelecendo as 10 diretrizes e as 20 metas que devem ser alcançadas na educação por todas as regiões do país entre 2014-2024.

O PNE 2014-2024 tem 4 eixos estruturantes: garantia do direito à educação básica, redução das desigualdades e valorização da diversidade, valorização dos profissionais da educação e metas para o ensino superior. O debate moralizador que assolou o PNE se deu no eixo de “redução das desigualdades e valorização da diversidade”, especificamente na redação do art. 2, inciso III, terceira diretriz, que determinava a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2012, p. 1).

A diretriz já constava na proposta de lei do PNE desde a sua construção, e foi aprovada pelo Congresso e enviada ao Senado em 2012, quando então os termos “gênero” e “orientação sexual” são removidos pelo Senador Álvaro Dias (PSDB/PR), relator do projeto na casa (BRANDÃO, LOPES, 2018). O Plenário do Senado aprovou em 17 de dezembro de 2013 uma nova versão do plano que tanto removia da redação do artigo 2º as menções a gênero, orientação sexual e igualdade racial e regional, quanto suprimiu, em todo o texto, a flexão de gênero⁷⁴ (REIS; EGGERT, 2017).

Ao retornar para Câmara dos Deputados, o relator original do projeto Ângelo Vanhoti (PT/PR) rejeita as alterações advindas do congresso, e a inclusão dos termos “gênero” e “orientação sexual” entram novamente em discussão. Reis e Eggert (2017) afirmam que, quando o projeto de lei volta à Câmara dos Deputados é que se aflora, nas audiências e debates sobre o tema, o fenômeno da ideologia de gênero. É nesse momento que passa a se consolidar no Brasil a perspectiva de que os estudos de gênero e sexualidade são uma ideologia perniciosa que, em última medida, provoca a destruição da família.

Uma coisa que faço questão de frisar, Sr. Presidente, sobre o PNE em discussão nesta Casa, é a inclusão da ideologia de gênero no texto legal. Como defensor convicto da família e dos princípios cristãos tradicionais da sociedade brasileira, considero uma aberração essa ideia imaginada por cientistas sociais que tem como eixo a afirmação de que o sexo biológico com o qual nascemos não define a nossa sexualidade. Esta é pura e simplesmente uma construção social, que pode assumir tantas variáveis quanto julgarem conveniente aqueles que querem implantar essa ideologia. O fim último dela é a completa subversão da sexualidade humana e da família natural. (Givaldo Carimbão - PROS/AL, 09/04/2014)

⁷⁴ Segundo Reis e Eggert (2017), quando aprovado pela Câmara e enviado ao Senado, o PNE fazia uso da flexão de gênero em toda a sua redação. Ao invés de adotar a forma genérica masculina de linguagem, o plano referia-se a os e as professoras, todos e todas as profissionais de educação, entre outras expressões. Esse foi um dos aspectos perdidos quando o PNE passou pelo Senado.

Discursos como o de Givaldo Carimbão (PROS/AL) passam a ser recorrentes, e tanto nas sessões ordinárias, quanto em outros espaços públicos e redes sociais, parlamentares, figuras religiosas e militantes da direita e extrema direita passam a fazer uso dos mesmos argumentos mapeados nas ofensivas de outros países, o que só reforça a articulação transnacional desse discurso e de seus movimentos. Em uma de suas primeiras manifestações no ano de 2014, em sessão ordinária, Givaldo (PROS/AL) reproduz o mesmo discurso e entendimento de que a ideologia de gênero nasce a partir da referência de Marx e Engels:

A ideologia de gênero, afirmando que a diferença entre o homem e a mulher não é biológica - pasmem! -, mas consequência de papéis socialmente construídos, somou-se à obra de Marx através da conclusão que, se esta é a base de toda opressão e tudo não passa de uma construção social, então será possível modificar, justamente através da ideologia de gênero, os papéis de homens e mulheres até chegarmos a uma igualdade tão completa que não haveria mais espaço para os papéis de marido e esposa e mesmo da instituição que hoje conhecemos como família. (Givaldo Carimbão - PROS/AL, 09/04/2014).

A princípio, os pânicos morais, disseminados a partir das tentativas de destacar no PNE as desigualdades educacionais ocasionadas pelas questões de gênero e sexualidade, relacionavam essas menções como uma manobra do MEC e do Movimento LGBTQ+ para incluir no PNE o Kit Gay, anteriormente vetado devido às mobilizações dos setores neoconservadores e fundamentalistas religiosos. Bolsonaro novamente ganha centralidade política, atribuindo ao MEC e o Governo no PT a responsabilidade por essas inclusões:

“O Brasil clama pela redução da maioria penal. Clama por uma política de planejamento familiar, uma política de defesa da família, contra o malfadado kit gay, que agora o Governo do PT, de Dilma Rousseff, quer ressuscitar, via Plano Nacional de Educação, incluindo ali a ideologia de gênero” (Jair Bolsonaro, PP/RJ, 30/04/2014).

Nesse momento, além dos atores políticos do Congresso Nacional, entram em cena outras organizações sociais, a exemplo do Movimento Escola Sem Partido e grupos religiosos cristãos (católicos e evangélicos) cobrando a exclusão dos termos sob o argumento de que havia em curso no Brasil um movimento de destruição da família, incentivo à homossexualidade na infância e à livre escolha do gênero e sexualidade que aniquilaria as identidades de gênero tradicionais. A esse movimento foi atribuída a pecha de “ideologia de gênero”, conforme já discuti anteriormente.

De maneira organizada, os movimentos católicos e evangélicos, articulados com setores neoconservadores do Congresso e das assembleias legislativas dos estados,

disseminavam pânicos morais e conclamavam os cidadãos brasileiros a acompanharem as discussões sobre o PNE e cobrarem dos parlamentares que não aprovassem a reinclusão das questões de gênero e sexualidade no Plano. Brandão e Lopes (2018), em investigação que acompanhou o debate público sobre gênero e sexualidade no PNE, afirmam que essa articulação se deu em diversas frentes, coadunando cristãos fundamentalistas e agentes políticos neoconservadores.

O Portal da Família (2013) noticiou que caso a lei do PNE fosse aprovada, a “ideologia de gênero” seria obrigatória a estudantes, garantindo a distribuição de “kits gays” nas escolas e a “educação sexual compulsória” para “demolir” a família “natural”. Assim, conclamou os “católicos, padres, espíritas e toda a sociedade a repudiar o PNE proposto pela certeza que o PT tentará ‘empurrar’ a votação a todo custo com ajuda de ‘grupos internacionais’ para instaurar a ‘ideologia de gênero’ na educação brasileira”. (BRANDÃO; LOPES, 2018, p. 106-107).

Ao contrário do Kit de Combate a Homofobia, quando imperou, por parte da presidenta Dilma, a compreensão de que o material não se adequava ao que se propunha, as questões de gênero e sexualidade no PNE e, num sentido maior, às questões de diversidade em geral (étnico-raciais, geracionais, de origem, classe), receberam grande apoio do Conselho Nacional de Educação, entidades educacionais nacionais e internacionais, ativistas e intelectuais. Ainda assim, a aprovação da lei que estabelece o PNE foi aprovada no Congresso e sancionada pela presidenta Dilma com as exclusões propostas pelo neoconservadorismo e fundamentalismo cristão, o que já sinalizava uma vitória dessas forças políticas.

O trecho alterado removeu não apenas às menções a gênero e orientação sexual, também foram suprimidas referências às questões de igualdade raciais e regionalidade, sendo substituídas pela ideia de erradicação de todas as formas de discriminação, sem nomear quais discriminações deveriam ser erradicadas. O texto final fala genericamente em uma “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Segundo Borges e Borges (2018), o precedente criado pelas supressões ocorridas no texto do PNE criou condições para que estados e municípios repetissem esse movimento de retirada maciça de questões relacionadas a gênero e sexualidade. Os autores falam de um “efeito dominó” que reascendeu os embates nas assembleias legislativas e câmaras municipais. É nesse momento, datado do final de 2014 ao início de 2015 (prazo máximo para estados e municípios aprovarem seus planos), que o debate sobre a chamada “ideologia de gênero” invade as cidades brasileiras.

A partir da sanção do PNE, os estados e municípios tinham como obrigação construir planos próprios, definindo, adequando e priorizando suas metas, tendo como referência o plano nacional. As organizações religiosas que estavam empenhadas em não inserir menções a gênero, sexualidade e orientação sexual no PNE, voltam sua atuação para os processos de construção dos planos estaduais e municipais, e uma nova onda de pânico morais é disseminada.

Em junho de 2015, dois meses após a aprovação do PNE pela Câmara dos Deputados, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) solta uma nota intitulada “riscos da introdução da ideologia de gênero nos Planos Estadual e Municipais de Educação” orientando estados e municípios a não inserirem em seus planos questões que já haviam sido suprimidas do plano nacional.

A ideologia de gênero representa uma distorção completa ao conceito de homem e mulher. Não é possível que esta ressignificação antropológica tenha um reconhecimento oficial. Tenha-se presente ainda que o Plano Nacional de Educação não faz menção à adoção da promoção da identidade de gênero como diretriz geral a ser adotada na educação nacional. Além do mais, não é dado aos Estados e Municípios dispor em sentido contrário ao Plano Nacional de Educação. (CNBB, 2015).

A CNBB encampa essa mobilização antigênero nos Planos municipais e estaduais, e corrobora com a disseminação de fake news, entre elas a de que o MEC estava condicionando a implementação de políticas públicas à inclusão das questões de gênero e orientação sexual:

Retirada do Plano Nacional de Educação no ano passado, a “ideologia de gênero” volta à carga de modo mais sutil: querem inserir essa perniciosa ideologia nos planos municipais e estaduais de educação. O MEC instrui as secretarias de educação de todos os municípios e Estados a inserir “gênero” e “orientação sexual” nos planos de educação, como critérios para a implementação de políticas educacionais. (RIFAN, 2015)

Com a chegada das discussões nas câmaras municipais e assembleias legislativas, os embates foram ganhando contornos ainda maiores, mobilizando diversos grupos religiosos a participarem das audiências públicas de construção dos planos, que ficaram marcadas pelas calorosas manifestações favoráveis e contrárias às questões de gênero. Com isso, as redes de fake news utilizadas para disseminação de Pânico Morais foram sendo ampliadas, e, com recorrência, autoridades religiosas manifestavam-se sobre o tema.

O Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer faz uso do mesmo artifício empregado por Magno Malta à época do Kit de Combate a Homofobia, e relaciona as

questões de gênero e sexualidade com o estímulo à pedofilia, afirmando que “essa ideologia [de gênero] poderia abrir um caminho perigoso para a legitimação da pedofilia, uma vez que a orientação pedófila também poderia ser considerada um tipo de gênero” (SCHERER, 2015).

No Congresso, os deputados federais voltam a se mobilizar frente ao perigo de que fossem aprovadas, nos municípios e estados, metas que se relacionassem às questões de gênero, sexualidade e promoção da diversidade sexual na escola. O deputado Victor Galli (PSC/MT) é um dos que usa a tribuna da Câmara para alertar os parlamentares desse perigo, ao tempo em que convocava os colegas para um acompanhamento e vigilância das audiências públicas para construção do PNE nos seus estados e municípios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começaram a tramitar planos de educação em muitos Municípios por este Brasil afora contendo novamente a expressão "ideologia de gênero. A ideologia de gênero afirma que "ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua própria identidade, isto é, o seu gênero, ao longo da vida". Então o que significa gênero? Gênero seria uma construção pessoal, autodefinida, ou seja, ninguém deveria ser identificado como homem ou mulher, mas teria de inventar sua própria identidade. Quer dizer que essas pessoas acham que "ser homem" e "ser mulher" são papéis que cada um representa como quiser? Exatamente. Para eles, não existe "homem" e "mulher", cada um deve inventar sua própria personalidade, como quiser. (Victor Galli, PSC/MT, 21/05/2015).

Além de reforçar uma perspectiva específica de gênero, a partir da noção de construção social, em sua grande maioria referenciada em Butler, os discursos dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica, e a ressonância disso no debate público, se ancorava também nos perigos que essa perspectiva traria a vida prática de crianças e adolescentes na escola.

É visível nos discursos de Galli que há uma preocupação com a conversação cristalizada das categorias homens e mulher, mas, além disso, esse discurso vem sempre casado com um perigo real que pode alcançar o cotidiano das pessoas.

Em outro momento do seu discurso, Galli alerta para o risco de que essa definição de gênero comprometa a segurança de meninas adolescentes, que, a qualquer momento, poderiam encontrar no banheiro feminino da escola, “um sujeito homem que resolveu naquele instante ser mulher”.

Imaginem, Sras. e Srs. Parlamentares, suas filhas irem ao banheiro da escola e de repente lá encontrarem um sujeito homem que resolveu naquele instante ser mulher. É perturbador acreditar que isso possa ocorrer. Pois é isso e mais o que está por traz dessa ideologia de gênero. Caso esse desastre chegue às escolas estaduais, distritais e municipais de nosso País, acontecerá que todas as nossas crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas e que

precisam inventar um gênero para si mesmas. (Victor Galli, PSC/MT, 21/05/2015).

O discurso de Galli reforça um dos aspectos marcantes do discurso antigênero entre os deputados da frente parlamentar evangélica: a transfobia. No discurso antigênero, a identidade de pessoas trans é constantemente negada e demonizada, ao mesmo tempo em que a violência transfóbica é estimulada e validada. Se, à época do lançamento do Kit Anti-homofobia, eram as identidades gays e lésbicas que estavam sendo altamente contestadas, e havia, nos discursos dos parlamentares, uma ideia de um perigo iminente relacionado a sexualização precoce de jovens e adolescentes, com a perseguição ao gênero, amplificada ao longo dos debates sobre o Plano Nacional de Educação, as identidades trans ganham centralidade no escopo das ofensivas operadas no Congresso. Para os deputados que se alinham às perspectivas antigênero, as pessoas trans seriam a materialização da ideologia de gênero.

Os pânicos morais contribuem para ampliação de discursos de ódio e construção de inimigos imaginários: os homens gays, as mulheres lésbicas, as feministas, as pessoas trans, as pessoas queer, não binárias, e todas as representações de uma identidade de gênero e ou sexualidade destoante da heterossexualidade representam um mal a ser combatido e erradicado. Não só as identidades são demonizadas, como o pleito por direitos humanos por parte desses grupos são alvo de demonização.

As demandas por segurança, igualdade jurídica e reconhecimento são ainda mais fortemente subalternizadas, “mantidos no limbo da cidadania como se não fossem dignos do direito à própria vida ou a decisões sobre seu próprio corpo” (MISKOLCI; PEREIRA, 2018).

Segundo informação do site “De Olho nos Planos”, que desde 2015 tem feito o monitoramento dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, o produto desses pânicos morais, somada a grande mobilização social e embates nas audiências públicas, foi a aprovação de 13 Planos Estaduais de Educação que não fazem nenhuma menção a palavra gênero e orientação sexual, que são os planos dos estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Pernambuco, Paraná, Tocantins, e Piauí. Com exceção do Rio de Janeiro, que só aprovou o Plano Estadual em 2022, sem referência às desigualdades de gênero e sexualidade, os outros 13 estados (Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Alagoas e Rio Grande do Norte) incluíram menções a Igualdade de Gênero, mesmo tendo suprimido gênero e orientação sexual das diretrizes sobre redução das desigualdades e valorização da diversidade.

Esse processo vai se repetir com maior força nas capitais dos estados, e em alguns municípios, onde as audiências públicas de construção dos Planos foram marcadas por embates de gênero. Entre as muitas consequências produzidas pela reação antigênero no PNE, teremos uma nova articulação desse movimento no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular, que abordarei logo em seguida, e a tentativa de consolidar uma política antigênero na educação, por meio da estratégia de propor/aprovar de Projetos de Lei Municipais e Estaduais que proíbem falar de gênero e sexualidade na educação básica.

4.2.2 A Base Nacional Comum Curricular e a omissão da diversidade

Diferente do PNE, que estabelece as metas para a educação no decênio 2014-2024, a BNCC tem como objetivo ser um documento permanente para nortear as habilidades e competências que deverão ser alcançadas pelos estudantes ao findar o ciclo básico de ensino, que vai da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental.

Em sua concepção, proposta pelo PNE em 2014, a base deveria ser um documento construído coletivamente e que contemplasse os mais variados interesses dos atores que compõe o campo educacional. Entretanto, o processo que culminou na aprovação da BNCC em dezembro de 2017 foi marcado por uma verticalização das decisões, a exemplo do que aconteceu com as questões de gênero e sexualidade, que foram removidas do documento pelo Conselho Nacional de Educação por orientações do MEC, e da posterior inclusão de religião como componente curricular do Ensino Fundamental.

A versão final da BNCC está organizada em Competências Gerais da base, Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e Campos de Experiência da Educação Infantil; Áreas do Conhecimento, Competências Específicas de Área, Componentes Curriculares, Competências Específicas de Componentes Curriculares das séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Na Educação Infantil, há seis Direitos de Aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se; os campos de experiências se subdividem em cinco, e para cada um deles há objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para três diferentes etapas: bebês, crianças bem pequenas, e crianças pequenas.

Já no Ensino Fundamental, os componentes curriculares passam a ser organizados por áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa fazem parte da área de Linguagens, História e Geografia compõem as Ciências Humanas, o

componente de Matemática é da Matemática, Ciências da área Ciências da Natureza e Religião da área Ensino Religioso.

Para cada área do conhecimento há um conjunto de dez competências gerais que precisam ser alcançadas. Já para os componentes curriculares, há dez competências específicas para cada um deles, e um conjunto de Habilidades que precisam ser desenvolvidas em cada ano das etapas inicial e final. A seguir, reproduzo uma tabela na qual é possível visualizar melhor a organização:

Tabela 1 - Organização BNCC.

Área do Conhecimento	Componentes Curriculares	
	Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Finais (6º ao 9º ano)
Linguagens	Língua Portuguesa Arte Educação Física Língua Inglesa	
Matemática		Matemática
Ciências da Natureza		Ciências
Ciências Humanas		Geografia História
Ensino Religioso		Ensino Religioso

Fonte: Elaboração Própria.

As principais controvérsias, embates e posteriores exclusões e silenciamentos se deram nas proposições de habilidades que propunham discussões sobre corpo, gênero e sexualidades.

Um dos pontos que gerou maior controvérsia foi o que, justamente, estabelecia “corpo, gênero e sexualidade nas tradições religiosas” como objeto de conhecimento de Ensino Religioso, no qual deveria ser discutido “as distintas concepções de gênero e sexualidade segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida”. Foram também removidos, em especial nos componentes curriculares de Educação Física e Artes, objetos do conhecimento que se propunham a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade e discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas,

mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

Na primeira versão do documento, existiam não só Habilidades que propunham discutir questões de gênero e sexualidade, mas também competências gerais, que norteavam o documento, e conseqüentemente a organização da educação básica como um todo. Na área de Linguagens, a questão do respeito à diversidade e diferença em seus mais variados âmbitos apareciam nas Competências Gerais: “respeitar características individuais e sociais, as diferenças de etnia, de classe social, de crenças, de gênero, manifestadas por meio das linguagens, assim como a valorização da pluralidade sociocultural brasileira e de outros povos e nações” (BRASIL, 2015, p. 33).

Assim também aconteceu com os componentes curriculares de Artes e Educação Física, disciplinas nas quais havia o maior número de referência às questões de gênero e sexualidade na primeira versão, sendo sempre elencadas sob o aspecto do respeito à identidade e diversidade dos mais diferentes marcadores sociais, a exemplo de “classe social, gênero, geração, padrões corporais, pertencimento clubístico, raça/etnia, religião”.

Na primeira versão, mapeei a existência de seis habilidades que fazem essa referência. Já no que tange à menção específica a gênero e sexualidade em seus sentidos dado pelos estudos feministas, o termo “sexualidade” aparecia doze vezes no texto, enquanto gênero aparecia quatorze. Há também referência a outros conceitos: homofobia que aparece duas vezes, orientação sexual e relações de gênero que aparecem apenas uma vez.

Na primeira consulta pública realizada pelo MEC, houve poucas manifestações contrárias, tanto para essas habilidades específicas quanto para as competências gerais que sugeriam a discussão e o respeito às identidades de gênero e sexualidade. Nos relatórios da primeira consulta pública⁷⁵, é possível perceber que poucas pessoas se posicionaram pela exclusão dessas habilidades e/ou das competências relacionadas. Apenas uma média entre 1% e 4 % das pessoas que participaram da consulta discordavam e/ou sugeriam a exclusão.

As alterações entre a primeira e segunda versão na verdade favoreceram as questões de gênero e sexualidade e as proposições de discussão e respeito à diversidade e diferença. Na segunda versão, sobe para 26 as menções específicas à sexualidade, e 38 a gênero. Há também um crescimento de menções a Relações de Gênero, Orientação Sexual, e Homofobia, e o aparecimento de expressões como “questões de gênero, corpo e sexualidade”, que propõe um aprofundamento do debate, especialmente em Educação Física, para pensar também as questões de corpo, relacionadas a gênero e sexualidade.

⁷⁵ Disponíveis no domínio: <http://historiadabncc.mec.gov.br>.

Diferente da primeira versão, na segunda, as questões de gênero, sexualidades e diversidades apareceram nos textos introdutórios, em uma seção que estabelecia os “Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento que se afirmam em relação a princípios éticos”. O respeito e o acolhimento à diversidade, assim como a superação dos preconceitos é estabelecido como um direito básico dos estudantes.

as crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da educação básica, têm direito:

ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer. (BRASIL, 2016, p. 34).

Outra importante mudança aconteceu nos “Direitos de Aprendizagem” da Educação Infantil, que, na segunda versão, são desenvolvidos Direitos de Aprendizagens distintos para cada um dos Campos de Experiência. Em todos os Campos de Experiências tinham menções ao respeito à diversidade, e sua especificação nos marcadores de gênero, religião, raça, entre outros.

No Campo “O Eu, o Outro e Nós”, especificamente no Direito de Conviver, o respeito às singularidades e diferenças entre as pessoas foi substituído por “respeitar as diferentes identidades e pertencimento étnico-racial, de gênero e de religião” (BRASIL, 2016, p.68), especificando assim quais as singularidades e diferenças deveriam ser elegidas como prioridade para a formação escolar das crianças.

No Campo de Experiência “Corpo, Gestos e Movimentos”, o corpo é tomado para além das concepções biológicas, como uma construção social, cultural e histórica gerada a partir dos discursos e representações que são feitas sobre ele (GOELLNER, 2013), como expressado no trecho:

O corpo expressa e carrega consigo não somente características físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade. (BRASIL, 2016, p. 70).

De forma ainda mais específica, as concepções e construções sociais e biológicas sobre corpo são tomadas como centralidade no Campo de Experiência “Corpo, Gestos e Movimentos”, aparecendo como um dos Direitos de Aprendizagem relacionado a Conhecer-se “nas diversas oportunidades de interações e explorações com seu corpo;

reconhecer e valorizar o seu pertencimento de gênero, étnico-racial e religioso” (BRASIL, 2016 p. 71).

Esse movimento, de inserir nos Direitos de Aprendizagem de cada Campo de Experiência da Educação Infantil questões de gênero, sexualidade, diversidade e diferença está articulado em todo o texto. No Campo “Traços, Sons, Formas e Imagens” isso também aparece no Direito de Conhecer-se, e no Campo “Tempos, Quantidades, Relações e Transformações” é expresso no Direito de Conviver:

CONHECER-SE, no contato criativo com manifestações artísticas e culturais locais e de outras comunidades, identificando e valorizando o seu pertencimento étnico-racial, de gênero e de crença religiosa, desenvolvendo sua sensibilidade, criatividade, gosto pessoal e modo peculiar de expressão por meio do teatro, música, dança, desenho e imagens. (BRASIL, 2016, p. 77).

CONVIVER com crianças e adultos e com eles criar estratégias para investigar o mundo social e natural, demonstrando atitudes positivas em relação a situações que envolvam diversidade étnico-racial, ambiental, de gênero, de língua, de religião. (BRASIL, 2016, p. 80).

Isso foi completamente removido da última versão da Base, os Direitos de Aprendizagem, que antes eram específicos de cada Campo de Experiência passam a ser unificados para todos os campos, reduzindo-se apenas a seis direitos gerais e, em nenhum deles, há menções a questões de gênero, sexualidade, diversidade, diferença ou questões correlacionadas. Vale ressaltar, também, que esse apagamento se deu de forma generalizada e ocorreu com todos os marcadores sociais da diferença que eram privilegiados nas versões anteriores da BNCC e foram reduzidos a “respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas⁷⁶” (BRASIL, 2017, p. 36).

As principais alterações e supressões estão no Direito de Conhecer-se, que, ao longo de toda a segunda versão, era explorado o desenvolvimento de um autoconhecimento que perpassa as identidades de gênero, raça, sexualidade, religião, origem, e outros marcadores que atravessam e constituem a identidade dos e das estudantes.

Já no Ensino Fundamental, as abordagens dessas questões estavam presentes nas Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Ensino Religioso, especificamente nos componentes de Artes, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Inglês, e Religião. Assim como acontecia na primeira versão, os componentes que fazem uma abordagem mais

⁷⁶ Direito de Aprendizagem Conviver, que em sua integralidade está posto como: Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

ampliada são Artes e Educação Física, havendo no primeiro a orientação de que a questão do “trato com as diferenças” direcione todos os ciclos de ensino.

Em todos os ciclos, propõe-se que os alunos passem por experiências que os sensibilizem e os ajudem a compreender as dificuldades e as possibilidades no trato com as diferenças. Especificamente no 3º ciclo, espera-se que haja ênfase no trato das práticas corporais em relação às questões de gênero e, no 4º ciclo, as questões étnico-raciais e indígenas, de tal modo que o combate às discriminações seja objeto de constante reflexão e intervenção nas aulas de Educação Física, vinculando-se às práticas corporais. (BRASIL, 2016, p. 390).

Percebe-se que existia a intencionalidade de que as questões de diversidade e respeito às diferenças orientassem todas as etapas de ensino, atravessadas e refletidas tanto nas áreas de conhecimento, quanto nos componentes curriculares. Em Ciências Humanas, especialmente nos componentes de História e Geografia, essa transversalidade também estava proposta e em muito se relacionava com as questões propostas em Artes:

Cabe à Geografia e à História, consideradas as especificidades de cada componente, desenvolver conhecimentos que permitam uma compreensão da temporalidade e da espacialidade, da diversidade cultural, religiosa, étnica, de gênero, cor e raça, na perspectiva dos direitos humanos e da interculturalidade, da valorização e acolhimento das diferenças (BRASIL, 2016, p. 296).

Em Educação Física, esse debate vinculava-se de forma ainda mais específica com as questões de corpo, numa tentativa de compreender e desenvolver nos e nas estudantes a habilidade de identificar como as práticas corporais são elementos constitutivos da identidade cultural dos grupos e povos, e como essa identidade estava refletida a partir de marcadores sociais de gênero, geração, padrões corporais, raça/etnia, religião (BRASIL, 2016).

Esse aspecto da construção das identidades de modo relacional, a partir da constituição de relações sociais e construções sociais das compreensões sobre corpo, gênero, sexo, geração, origem, entre outros, estava atravessado em todo o texto. Além de refletir sobre a multiplicidade das possibilidades de constituição dessas identidades, reforçava-se a necessidade de respeito e acolhimento às suas mais variadas formas de manifestação, esse último ponto, de modo especial, no componente de Ensino Religioso:

O Ensino Religioso contribui para aprofundar aspectos relacionados à construção de identidades a partir de relações de alteridade, nas quais o respeito e acolhimento às diferenças, de gênero, classe social, religião, raça, dentre outras, é condição para a construção de relações mais justas e solidárias entre os/as estudantes (BRASIL, 2016, p. 316).

A compreensão que estava posta, e atravessada em todo o documento, era que essa fase da vida, que vai do início da infância ao fim da adolescência, constituía-se do período em que os e as estudantes modificavam os seus vínculos sociais e laços afetivos, passando a intensificar as suas relações sociais e construir aprendizagens sobre a sua sexualidade e as relações de gênero (BRASIL, 2016). Daí então, vinha a importância de que a escola, tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, se preocupasse com a discussão dessas questões.

A segunda versão da Base foi publicada dia 03 de maio de 2016, e entre 23 de junho e 10 de agosto foram realizados os seminários estaduais de discussão e aprimoramento do documento. Esse foi o principal mecanismo de consulta pública e debate articulado pelo MEC, e organizado pelas Secretarias Estaduais de Educação. Os resultados das discussões dos seminários estaduais foram publicados pelo MEC em um documento nomeado como “Síntese da contribuição dos Estados”.

As incongruências entre o relatório final, e as mudanças realizadas na versão final da base são muitas e denotam que a supressão das menções a questões de gênero e sexualidade foi uma manobra política do Ministério da Educação, na época do Governo Temer, para satisfazer as demandas de parlamentares ultraconservadores da Bancada Evangélica. Ainda em 2016, o pastor Marco Feliciano, na época deputado pelo PSC/SP, faz uso da tribuna para denunciar uma suposta violação cometida pelo MEC, ao tentar passar a BNCC com menções às questões de gênero e sexualidade:

O Ministério da Educação tenta violentar o pensamento deste Parlamento, Sr. Presidente. Nós vencemos, no Plano Nacional de Educação, a questão da ideologia de gênero. Vencemos não apenas aqui, mas também nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais. No entanto, o Ministério da Educação, por intermédio da Base Nacional Comum Curricular, volta a implementar o sistema de ideologia de gênero por 12 itens ali apresentados. É uma afronta a este Parlamento e ao pensamento da família brasileira. Nós não cremos nessa questão de gênero neutro. O ser humano, quando nasce, não nasce um ser amorfo: ou nasce homem ou nasce mulher. (Marco Feliciano, PSC/SP, 03 de março de 2016).

As modificações que o Ministério da Educação de Temer realiza na base, não dialoga com o resultado das discussões dos seminários de consulta pública. Das 15 menções a gênero no relatório, nenhuma delas propõe a supressão do conceito e/ou da discussão sugerida. Ao contrário disso, todas as vezes que gênero aparece no relatório final, em seu sentido feminista, são reivindicações para o aprimoramento e aprofundamento das discussões dos debates propostos. Na página 03, na seção sobre a estrutura da BNCC, uma das

contribuições vindas do estado de São Paulo, ressalta a necessidade de que seja dada ênfase no “respeito à identidade de gênero” e não meramente ao gênero, como está expresso em quase toda a segunda versão da Base.

SP avalia que, embora os direitos políticos prevejam o respeito à diversidade de “origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa e quaisquer outras formas de discriminação” (p 35), falta destacar – supõe-se que com maior ênfase - que se trata do respeito à identidade de gênero, não meramente ao gênero. (MEC, 2016, pg. 03).

Os estados que mais fizeram contribuições em defesa do aprofundamento das discussões de gênero, sexualidade e respeito à diversidade foram São Paulo (SP), Paraíba (PB) e o Distrito Federal (DF). O relatório aponta que o DF propunha que os temas de gênero e sexualidade fossem incluídos em todas as áreas do conhecimento, e que fossem “ênfatizadas no documento as expressões: protagonismo dos estudantes, movimentos sociais, respeito às diversidades étnico-raciais, de gênero e de sexualidade, considerando as identidades e alteridades” (MEC, 2016, p. 26).

Um movimento parecido aconteceu após a publicação da terceira versão da Base. Por mais que houvesse uma grande polarização, e forte pressão social da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso e na mídia, na consulta pública⁷⁷ realizada pelo Ministério da Educação à terceira versão da base, também não houve contribuições expressivas contra as questões de gênero e sexualidade. Segundo apuração feita pelo portal “De Olho nos Planos”, foram enviadas 235 contribuições por escrito à terceira versão da BNCC, destas, 75 citam explicitamente “gênero” e/ou “orientação sexual”, e apenas 23 mostram-se contrárias à inclusão dos temas. Entre as entidades que enviaram contribuições, a maior parte veio da sociedade civil, seguida por organizações governamentais, instituições religiosas e membros de universidades⁷⁸.

Aquilo que vinha a ser a última versão da BNCC foi enviada pelo MEC para o CNE em abril de 2017. Conhecida como 3ª versão, o documento, além de ainda manter os debates sobre gênero, sexualidade, diferença e diversidade, havia aprimorado e aprofundado

⁷⁷Após a publicação da segunda versão da Base Nacional Comum Curricular o Ministério da Educação abriu uma consulta pública onde a sociedade civil, ongs, universidades, movimentos e entidades ligadas à educação podem contribuir sugerindo supressões, inclusões e substituições no texto original. Conforme expresso nesse texto, foram poucas as sugestões de supressões e/ou alterações das habilidades e objetos do conhecimento que propunham discussões de gênero, sexualidade e diversidade sexual.

⁷⁸No levantamento apresentado pelo “De Olho” consta a relação de 24 pessoas da sociedade que enviaram contribuições nominais; cinco instituições governamentais: Câmara Municipal de Limeira, Câmara Municipal de Jundiá, Câmara Municipal de Presidente Prudente, Câmara Municipal de Mauá, Câmara Municipal de Araraquara; três instituições religiosas: Frente Evangélica de Paranavaí – PR, Frente Parlamentar Evangélica do Congresso, Confederação Israelita do Brasil; e uma única contribuição universitária, vinda do professor Sérgio Resende do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ.

algumas das discussões, a exemplo da inclusão da menção a “identidade de gênero”, demanda que aparece na relatoria dos Seminários de Discussão à segunda versão.

Em novembro, o MEC envia novamente para o CNE uma nova versão documento, que transferia todas as discussões de gênero e sexualidade para a área de Ensino Religioso, que desde a versão final passou a figurar na BNCC como área do conhecimento (CAFARDO, 2017). Essa primeira modificação já era parte dos ganhos advindos da pressão realizada pelos movimentos de direita e ligados a igrejas evangélicas e católicas, pois propunha que as distintas concepções de gênero e sexualidade fossem discutidas segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, abrindo então margem para que as negações a gêneros e sexualidades dissidentes ganhassem espaço no debate educacional.

A retirada dos termos gênero e sexualidade foi uma ação coordenada pelo MEC e aprovada pelo CNE, sem participação popular, ou mesmo sem levar em consideração as sugestões advindas das consultas públicas que, ao invés de sugerir a supressão das discussões de gênero e sexualidade, propunham aprimorá-las. Em matéria publicada pelo O Globo em 11 de dezembro de 2017, Mariz (2017) noticia que o MEC havia extinguindo as menções a gênero e sexualidade, propondo que posteriormente fossem emitidas orientações específicas sobre o tema – o que até hoje não aconteceu.

Em alguma medida, o principal confronto estabelecido foi justamente esse, de se era ou não função da escola abordar essas questões, e, conseqüentemente, falar de gênero e sexualidade. Os principais portais de notícia apurados (O Globo, Estadão, A Tarde e G1) divulgam que a BNCC foi alvo de intensos debates no que tangia às questões de respeito à diversidade e que a sua versão foi aprovada sem menções a gênero, sexualidade e orientação sexual.

Dos 24 membros do CNE, 1 dos membros não compareceu por motivo de doença, 19 votaram pela aprovação e 13 foram contra, na votação da versão final da BNCC encaminhada pelo MEC, que entre outras coisas, instituiu Ensino Religioso como área do conhecimento e suprimiu gênero e sexualidade, desde a sua transversalização à menção específica às palavras e termos que se relacionam com esse campo de estudos.

Fora da sua noção relacionada a gêneros textuais, musicais e estilos literários, a palavra gênero em seu sentido aplicado nos estudos feministas, ou para significar relações entre homens e mulheres, foi totalmente suprimida do texto. Da mesma forma aconteceu com “orientação sexual”, “relações de gênero”, e o principal ganho da terceira versão, que foi a inclusão de Identidade de Gênero, na perspectiva das discussões sobre diversidade e diferença.

As questões de sexualidade são acionadas apenas em seu sentido biológico e exclusivamente no componente curricular de ciências na unidade temática Vida e Evolução do 8º ano, dentro das discussões sobre Mecanismos Reprodutivos. Monteiro (2020) afirma que houve uma redução da sexualidade ao sentido meramente biológico, destacando aspectos concernentes apenas à anatomia e fisiologia da reprodução humana. Segundo a autora,

A BNCC revestiu-se de uma preocupação de Sexualidade enquanto controle de condutas sexuais com vistas a minimizar problemas de saúde pública, preocupação antiga que havia sido superada na medida em que aspectos culturais, sociais, políticos e psicológicos constituíam elementos associados à percepção da Sexualidade e destacadas por outros pesquisadores (MONTEIRO, 2020, p. 15).

Silva *et al.* (2019) corrobora com essas afirmativas e acrescenta que além de reduzir a sexualidade à dimensão biológica, prevalece na BNCC um silenciamento das questões de gênero e uma fragilidade e superficialidade nas discussões sobre Direitos Humanos, não assegurando que aprendizagens sobre diversidade sexual sejam desenvolvidas pelas estudantes, contribuindo para que elas sejam escamoteadas dos processos de ensino-aprendizagem.

Verificamos que o documento oficial não subsidia o professor a planejar sua atuação de modo a contemplar as múltiplas dimensões da sexualidade, dado que a BNCC enfatiza apenas aspectos biológicos em detrimento de outras dimensões que atravessam a sexualidade humana (SILVA *et al.*, 2019, p. 1547-1548).

No que tange às sexualidades não heterossexuais, o texto da versão final da BNCC faz uma única menção à homossexualidade, em uma habilidade do 9º ano do Ensino Fundamental, para o componente curricular de História, dentro da unidade temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, e propõe:

discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas (BRASIL, 2017, pg. 428).

Na Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho Pleno (CP), afirmam no artigo 22 que “O CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero” (CNE, 2017, pg. 12). A justificativa para isso foi de que a temática ‘gênero’ foi objeto de muitas controvérsias durante os debates públicos da BNCC (MARIZ, FERREIRA, 2017).

O que chama atenção, da perspectiva posta pelos principais sites de notícias do país – de que havia fortes disputas em torno de gênero e sexualidade na BNCC -, é que por mais que houvessem controvérsias em torno da transversalização das questões de gênero e sexualidade na base, essas estavam pouco, ou quase nunca, expostas nos documentos oficiais das consultas públicas ao texto, denotando então, que a pressão pela remoção dessas questões vinha muito mais da Bancada Evangélica da Câmara dos Deputados, do que da sociedade civil organizada.

Isso fica ainda mais visível quando observada a forma como esses setores abordaram essa questão no plenário do Congresso, caracterizando os debates de gênero, sexualidade e diversidade em geral, como estratégia do MEC para implementar a ideologia de gênero na escola, outrora derrotada no Kit de Combate a Homofobia e na construção do Plano Nacional de Educação.

Mais uma vez o protagonismo discursivo contra a chamada ideologia de gênero no Congresso é dos deputados ligados a Frente Parlamentar Evangélica e ao neoconservadorismo de direita instaurado no Brasil, representado nas vozes dos deputados Jair Bolsonaro (PSC/RJ) e Marco Feliciano (PSC/SP), com apoio de Carlos Andrade (PHS/RR) e Alex Canziani (PTB-PR).

Localizei cinco discursos no plenário da Câmara, entre 2015 e 2016, que criticavam as inclusões de gênero e sexualidade na BNCC sob o argumento, que se tornou comum nas manifestações parlamentares desde o Kit Gay, de que o MEC continuava a desenvolver *estratégias* para sorrateiramente impor a ideologia de gênero nas escolas brasileiras. Os parlamentares da Bancada Evangélica, mais uma vez envolvidos diretamente com a oposição ao gênero, rememoram embates anteriores em seus discursos, afirmando que o MEC tentava violar o pensamento do Parlamento, já que a casa já havia se manifestado anteriormente sobre o tema.

Nesses discursos, a ideologia de gênero é também associada como um projeto político do PT, que só não foi implementado nas escolas brasileiras por causa do esforço empregado pela Frente Parlamentar Evangélica. Nota-se também a manutenção e o crescimento da rede de notícias falsas, e da propagação de pânicos morais disfarçados de preocupação com a sexualização da infância.

Qual é o currículo escolar do PT? O que o povo está sabendo da nova armadilha, dessa facção criminosa que está no poder, conhecida agora como Base Nacional Comum Curricular? [...] Com isto aqui o Governo está estimulando precocemente a criançada para o sexo. O que uma criança vai aprender na escola com isto?. E digo mais, o PT - eu tenho em meu gabinete

documentado -, via Secretaria de Direitos Humanos, quer relativizar a pedofilia. Pelo amor de Deus, onde estamos? O que o PT quer com isso? Emburrecer mais ainda a nossa juventude? Castrar de conhecimentos mais uma geração? (Jair Bolsonaro, PSC/RJ, 10/03/2016).

Ao reforçar a sua preocupação com a “criança”, Bolsonaro volta a fazer uso do mesmo recurso discursivo estratégico utilizado ao longo das ofensivas contra o Kit de Combate a Homofobia: a ideia de que a promoção de debates sobre gênero e sexualidade na escola representam uma ameaça às crianças e a infância. Ao invés de se apresentarem como opositores às políticas públicas pró-diversidade e de fortalecimento da cidadania LGBT+, eles se apresentam como defensores dos direitos das crianças. Segundo Balieiro,

A transformação interpretativa, levada a cabo pelos agentes que dispararam o pânico moral, obliterou posicionamentos de fundo preconceituoso que, quando explícitos, poderiam desqualificar sua fala. A construção da ameaça às crianças revelou-se de intenso apelo à opinião pública, recebendo publicidade e tomando caráter passional, com consequências efetivas ao barrar iniciativas de combate à homofobia ou de respeito à diversidade sexual (BALIEIRO, 2018, p. 5).

No caso de alguns deputados, é possível mapear inclusive uma preocupação em serem taxados de preconceituosos e homofóbicos, como é o caso de Jair Bolsonaro, que, em um dos seus pronunciamentos, já citados aqui anteriormente, afirma que não está perseguindo boiolas⁷⁹, em reforço a sua preocupação com a molecada, ao se referir a crianças e adolescentes.

Carlos Andrade (PHS/RR) e Alex Canziani (PTB-PR) também fizeram uso da tribuna para criticar as inclusões de gênero e sexualidade na BNCC, reproduzindo os mesmos argumentos utilizados por Bolsonaro e Feliciano de que a inclusão das perspectivas de gênero e diversidade era uma estratégia do MEC para impor a ideologia de gênero, outrora removida do PNE, na base curricular nacional.

Querem introduzir nas normas legais brasileiras a ideologia de gênero. A presença dessa ideologia nos livros didáticos já pode ser constatada no material distribuído às crianças no ano de 2016, haja vista o ensino sexual que orienta o uso do preservativo para crianças de até 10 anos de idade. [...] Entendo que esse assunto merece atenção da população brasileira, da família cristã brasileira, que deve estar com a atenção voltada para essas alterações propostas pelo Ministério da Educação do Brasil, que quer afetar diretamente as famílias brasileiras. (Carlos Andrade, PHS/RR, 07/04/2016).

Para Monteiro (2020), houve uma articulação da direita para moralizar a BNCC, silenciando questões fundamentais para a superação da misoginia e LGBT+fobia no espaço

⁷⁹ Boiola é um termo popular utilizado para identificar de forma inferiorizada homens gays.

escolar. A remoção dos debates sobre gênero e sexualidade na BNCC é parte dessa estratégia conduzida pelo neoconservadorismo e fundamentalismo religioso que passa a ocupar espaços de decisão, em especial de temas relacionados à educação, para impor convicções morais e cristãs, e cercear o direito de professores falarem sobre temas que conflitem com suas moralidades.

No processo final de aprovação da base, percebe-se também uma mudança na forma de atuação desses grupos, em especial da frente parlamentar evangélica e neoconservadora, que, ao longo dos anos de 2015 e 2016, fez forte oposição no Congresso à introdução das questões de gênero no documento. A versão final da BNCC foi aprovada já no Governo Temer, quando o Ministério da Educação estava sob o comando de José Mendonça Filho, depois do impeachment de Dilma Rousseff.

Ao contrário dos anos anteriores, em que a tática adotada pelos grupos antigênero articulados no congresso era mais barulhenta e estava focada na disseminação de fakes news e na propagação de pânicos morais com constantes manifestações na tribuna da Câmara, o processo de remoção das menções a gênero e sexualidade da edição a 3ª versão aconteceu via articulação silenciosa, e sociedade civil só ficou sabendo das remoções, após aprovação do documento final via CNE.

Impulsionados pela crescente neoconservadora que se instaura no Brasil com mais força a partir de 2017, esses movimentos se alastram pelas casas legislativas do país e, concomitante aos silenciamentos provocados na BNCC, passa a ser gestado na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e em algumas Câmaras Municipais projetos de lei que visam a proibição das discussões de gênero e sexualidade na escola.

Já que o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular não estabelecem quaisquer proibições aos debates de gênero ao não mencioná-los em seus textos oficiais, a estratégia operada por esses movimentos e liderada pelo Movimento Escola Sem Partido, que via agora uma possibilidade de ascensão após a saída de Dilma, passa a ser a de cerceamento dos debates de gênero e sexualidade via instrumentos legais que pretendem proibir professores e alunos de falarem em gênero e sexualidade na sala de aula. É especificamente sobre essas movimentações, que tomam conta da câmara dos deputados via proposição de projetos de lei, que discuto a seguir.

4.3 Gambiarras ilegais: o enfrentamento da ideologia de gênero nas casas legislativas

Paralelo aos processos relatados anteriormente, e com mais intensidade nos últimos anos, em especial desde a queda da presidenta Dilma e ascensão de Bolsonaro à Presidência da República, multiplicaram-se nas casas legislativas do país projetos de lei que pretendem impedir que questões de gênero e sexualidade sejam abordadas na escola ou em qualquer outro espaço educativo e cultural que atenda crianças e adolescentes.

Atualmente, há na Câmara dos Deputados pelo menos 30 projetos que têm como alvo a doutrinação ideológica ou a ideologia de gênero na educação brasileira. Parte desses projetos funcionam como gambiarras legais, até que a Câmara dos Deputados defina parâmetros específicos sobre essa matéria. Como parte dessa estratégia, deputados têm apensado projetos de leis que antes tramitavam isolados. É o caso dos PLs 5487/2016, 1859/2015, 7180/2014 e 867/2014 que foram agregados ao PL 7180/2014, que na época foi de autoria do deputado baiano Erivelton Santana⁸⁰, na época filiado ao PEN e atualmente filiado ao Patriota.

A investigação dos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados se deu a partir da busca no banco dos Projetos de Lei e Outras Proposições com os descritores “Kit Gay”, e “ideologia de gênero”. Como salientado anteriormente, intencionalmente excluiu-se descritores como “gênero”, “sexualidade”, “homofobia”, e “LGBT”, que, também poderiam nos levar a discursos e projetos de lei que referenciam os movimentos antigênero. A saturação inicial dos resultados encontrados, me levou a optar pelos projetos e discursos que diretamente faziam e fazem menção a ideologia de gênero.

A busca inicial por “ideologia de gênero” e “Kit Gay” localizou 35 Projetos de Lei e/ou Projeto de Lei Complementar. A filtragem inicial dos projetos se deu pela ementa, sendo excluído apenas 01 projeto, PL 581/2023, de autoria de Detinha (PL), que não tinha a proposição de legislar sobre questões relacionadas à ideologia de gênero. Dos projetos encontrados, trinta ainda estão em tramitação, sendo quatro do ano de 2023, quatro de 2021, nove de 2019, três de 2018 e dois de 2016, 2015 e 2008.

O partido com maior número de proposições, 18, é o PSL, Partido Social Liberal, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, que, na eleição de 2018, elegeu 53 deputados. Seguido do PSL, temos o PSDB com 8 proposições, PL com 6, PRB com 4, PSC com 3, AVANTE e PATRI com 2 cada, e os demais partidos, Cidadania, Patriota, PMDB, PROS, PSB, PSC, PT, PTB, PV, Solidariedade e União Brasil, com um cada.

⁸⁰ Erivelton Lima Santana é político baiano, um homem negro, servidor público, pastor evangélico da Igreja Assembleia de Deus e atualmente Deputado Federal pelo partido Patriota. Eliel Santana foi eleito pelo PSC, Partido Social Cristão e apoiou Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

Essa interferência dos setores neoconservadores na política educacional não é nova, e mesmo nos governos Lula e Dilma, a bancada evangélica conseguia exercer forte pressão para barrar iniciativas do ministério da educação que pretendiam diminuir as assimetrias de gêneros e violências LGBTfóbicas presentes na educação básica. O PL 7180/2014 é um dos pelo menos 30⁸¹ projetos de lei que ainda estão em tramitação no Congresso Nacional, a novidade, que despontou a partir do crescimento institucional e legislativos do Movimento Escola Sem Partido foi a tentativa de modificação da LDB, como é o caso do PL 1859/2015 que foi apensado ao PL 7180/2014 e que ainda está em tramitação no congresso que propõe a inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação a proibição do desenvolvimento de políticas de ensino, adoção de currículo escolar, disciplinas obrigatórias, complementares e facultativas que tenham como objetivo a discussão de gênero ou orientação sexual.

Algumas tentativas, a exemplo do PL 867/2015 proposto por Izalci (PSDB/DF), que também assina vários outros PL de mesmo teor, e do PLS 193/2016 do ex-senador Magno Malta, propunham a inclusão total das diretrizes do Programa Escola Sem Partido na LDB. Especialmente o PL do ex-senador Magno Malta, uma das poucas iniciativas propostas no Senado, tem como parágrafo único o estabelecimento de que o Estado atuará para não permitir “qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero”.

A ideologia de gênero também passa a ser mencionada no PL 6583/2013, ainda em tramitação, que pretende estabelecer o Estatuto da Família, numa tentativa de excluir das definições de família as composições familiares que incluem casais com pessoas lésbicas, gays, trans e/ou qualquer pessoa LGBT+. Em sua definição, o estatuto dispõe que a família é

⁸¹Atualmente os Projetos de Leis que versam sobre ideologia de gênero e encontram-se em tramitação na Câmara dos Deputados são: PL 3492/2019 de Carla Zambelli (PSC/SP), PL 258/2019 de Pastor Eurico (PATRI/PE), PL 10577/2018 de Cabo Daciolo (PATRI/RJ), PL 5487/2016 de Victória Galli (PSC/MT), PL 2040/2019 de Julian Lemos (PSL/PB), PL 1239/2019 de Sargento Isidório (AVANTE/BA), PL 9948/2018 de Vinicius Carvalho (PRB/SP), PL 5490/2019 de Pastor Eurico (PATRI/PE), PL 1859/2015 de Alan Rick (PRB/AC), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP), Antonio Imbassahy (PSDB/BA) e outros, PL 10659/2018 de Delegado Waldir (PSL/GO), PL 1298/(2019) de Carlos Jordy (PSL/RJ), PL 3419/2019 de Heitor Freire (PSL/CE), PL 35554/2019 de Helio Lopes (PSL/RJ), PL 3235/2015 de Marco Feliciano (PSC/SP), PL 5774/2016 de Victório Galli (PSC/MT), PL 4259/2023 de Gustavo Gayer (PL/GO). PL 2649/2021 de Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA), PL 2731/2015 de Eros Biondini (JPTB MG), PL 5686/2016 de Professor Victório Galli (PSC/MT), PL 1297/2019 de Carlos Jordy (PSL/RJ), PL 2578/2020 de Filipe Barro (PSL/PR) e Major Fabiana (PSL/RJ), PL 4245/2020 Carlos Jordy (PSL/RJ), PL 3396/2020 de Bia Kicis (PSL/DF) e outros, PL 467/2023 de Dani Cunha (União/RJ), PL 3664/2019 de Helio Lopes (PSL/RJ), PL 3236/2015 de Pr. Marco Feliciano (PSC/SP), PL 4893/2020 de Leo Mora (PSL/MG), PL 4553/2021 de Vitor Hugo (PSL/GO), PL 4520/2021 de Dr. Jaziel (PSL/CE). PL 2594/2021 de Pastor Gil (PL/MA), e PL 493/2023 de Coronel Fernanda (PL/MT).

composta pela união entre homem e mulher por meio do casamento, união estável e por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Ao analisar os projetos de lei e os períodos em que eles estavam sendo propostos, percebe-se que há uma movimentação inicial, em especial entre 2014 e 2015, de propor emendas que alterem o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Plano Nacional de Educação aprovado em 2014. O primeiro PL que menciona a ideologia de gênero, PL 1859/2015 de autoria de Alan Rick - PRB/AC; Antônio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP; Antonio Imbassahy - PSDB/BA e outros, propõe que o artigo 3 da LDB preveja a proibição de adoção de “formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação”. O texto sugerido para ser acrescentado a lei diz que:

A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual.’ (NR)⁸²

O texto justificativo anexado ao PL alega que é dever da constituição garantir à família a possibilidade de se defender de um sistema de ensino que não só desrespeita os valores éticos e sociais da família, mas que foi concebido com o propósito de destruir a própria instituição familiar. Ademais, os autores seguem a sua justificativa, dizendo que a Constituição de 1988 só não menciona explicitamente os perigos da ideologia de gênero, em função de que no final da década de 80, as ameaças de gênero eram algo impensável para o público em geral, pois,

estava começando a sair da mente de seus criadores para a mesa de seus promotores, adquirindo sua configuração atual no início dos anos 90, na Universidade de Berkeley, com a obra da professora Judith Butler intitulada “O Problema do Gênero”⁸³.

A fundamentação do PL 1859/2015 usa de citações retiradas de obras de Judith Butler (Problemas de Gênero), Karl Marx e Friedrich Engels (A Ideologia Alemã), Kate Millett (Sexual Politics), Max Horkheimer (Autoridade e Família; Teoria Crítica), e Shulamith Firestone (Dialética do Sexo), para supostamente expor os perigos do gênero, e ancora-se em tradicionais referências dos movimentos antigênero para sustentar suas justificativas, como a obra de Dale O’Leary: The Gender Agenda.

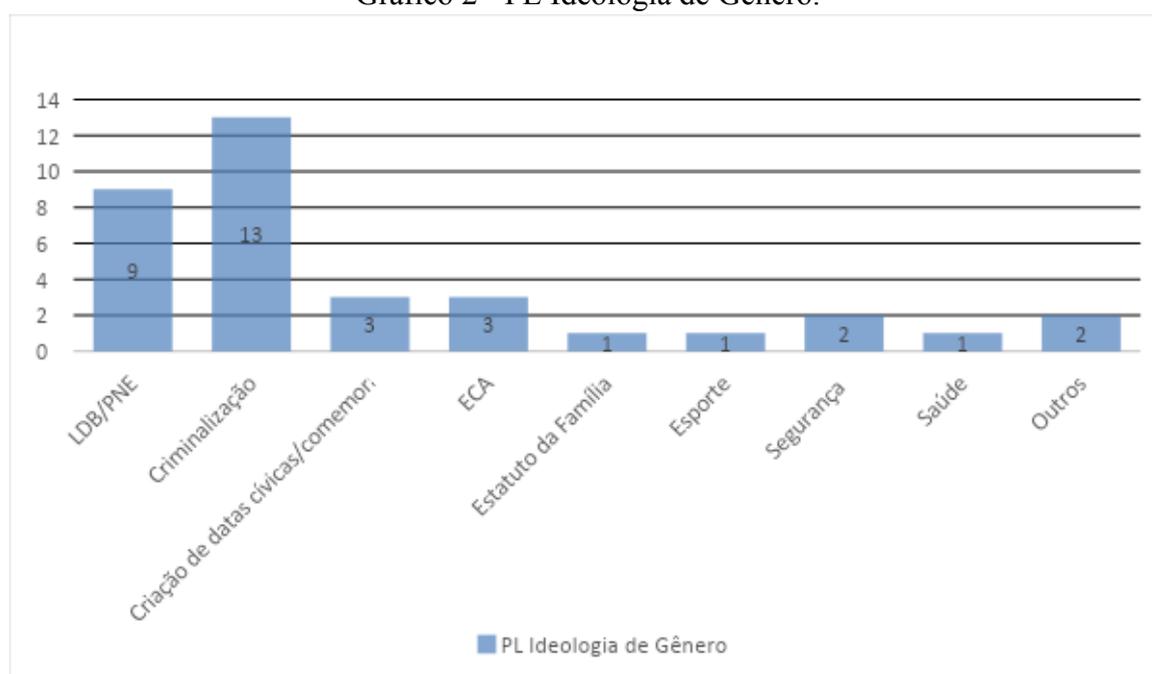
⁸² Projeto de Lei 1859/2015 de autoria de Alan Rick - PRB/AC , Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP , Antonio Imbassahy - PSDB/BA e outros disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1302894>.

⁸³ Idem.

O mesmo acontece com o PL 2731/2015 de autoria de Eros Biondini - PTB/MG que propõe alterar a lei que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, para dispor sobre a proibição do uso da ideologia de gênero na educação nacional. O texto sugerido vedava a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, e estabelecia que os estados, o Distrito Federal e os municípios deveriam adequar seus planos de educação, em consonância com o disposto no artigo anterior, no prazo de trinta dias.

Como de um lado os PL e movimentações em torno da LDB não estavam logrando grandes ganhos, e de outro, as bancadas fundamentalistas haviam saído vitoriosas das discussões que aprovaram o Plano Nacional de Educação, as articulações entre parlamentares conservadores passam a propor projetos de leis e medidas provisórias que tentam ampliar o alcance da perseguição a questão de gênero e aos direitos das pessoas LGBT+.

Gráfico 2 - PL Ideologia de Gênero.



Fonte: Elaboração própria.

Dos 35 projetos de leis que foram apresentados à Câmara dos deputados entre 2015 (ano de apresentação do primeiro projeto) a 2023, apenas 4 propunham alterações na LDB e/ou Plano Nacional de Educação. Percebe-se que, parte da estratégia que passou a ser adotada no final de 2015, e que atingiu seu ponto alto entre 2019 e 2021, foi a de tentar criminalizar as questões de gênero e direitos de pessoas LGBT+.

Em 2016, dos três projetos que foram propostos, dois deles tinham como objetivo constituir contravenção, a pessoa que usar o banheiro público diferente de seu sexo masculino ou feminino. O PL 5774/2016 de autoria do Professor Victório Galli - PSC/MT, que ainda segue em tramitação, propõe que seja incluído na lei das Contravenções Penais dois artigos que criminalizam o uso do banheiro diferente do sexo. Chama atenção, no texto de justificação apresentado, que a retirada das menções as questões de gênero do Plano Nacional de Educação são utilizadas como evidência de que a sociedade brasileira já se posicionou contra a “ideologia de gênero” que, segundo o autor, está, mais uma vez, “sendo usada de forma ilegal e imoral com o intuito de perturbar a paz pública” (BRASIL, 2016).⁸⁴

No bojo das tentativas de criminalização, também em 2016, Professor Victório Galli - PSC/MT propõe que seja proibida a orientação e distribuição de livros nas escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes. A proposição era uma reação direta a Resolução nº 12/2015, publicada no DOU, de 12/03/2015, que garantia o uso de banheiros e vestiários de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito em todas as instituições e rede de ensino em todos os níveis.

Mesmo ainda em tramitação, esse tem sido um dos principais ganhos das políticas antigênero, já que diversos municípios e unidades federativas desenvolveram medidas próprias de coibir e sustar a distribuição de materiais didáticos que sejam considerados inapropriados para crianças e adolescentes. Em 2017, o prefeito da cidade de Ariquemes (RO) mandou rasgar páginas de livros que continham diversidades familiar, como casamentos entre pessoas do mesmo sexo e adoção por casais homoparentais (CARLOS, 2017); na cidade de São Paulo, em 2019, o prefeito João Dória mandou recolher livros didáticos de ciências do 8º ano da rede estadual que abordavam identidade de gênero e orientação sexual (PINHO, 2019); no Rio de Janeiro, em 2019, durante a Bienal do Livro, o prefeito Marcelo Crivela mandou recolher um romance gráfico que mostrava um beijo entre dois personagens masculinos. Nos três casos mencionados, houve decisões judiciais favoráveis à circulação dos materiais, e especialmente nos casos de São Paulo- SP e Ariquemes-RO ações judiciais obrigaram o retorno dos materiais às escolas.

Na mesma medida se deram os debates sobre classificação indicativa de exposições, mostras, exibições de arte e eventos culturais diversos. Há 19 PL apensados ao PL 2134/1996 que dispõe sobre a classificação indicativa de diversões e espetáculos públicos,

⁸⁴ Projeto de Lei 5774/2016 DE AUTORIA DE Professor Victório Galli - PSC/MT disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2090772>.

de programas de rádio e televisão e de fitas para locação e venda, para fins de delimitação de faixa etária. Especialmente a partir de 2017, cresceu o volume de PL que pretendem dispor sobre classificação de programas com conteúdo que aborda ideologia de gênero. Os três últimos, apresentados, respectivamente, em 2017 por Roberto Alves (PRB/SP), 2018 por Vinicius Carvalho (PRB/SP), e 2019 por Fábio Faria (PSD/RN), justificam a sua importância pela necessidade de que crianças e adolescentes sejam protegidos de conteúdos que façam apologia à ideologia de gênero e atentem contra os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

É notório que, para algumas bancadas da câmara, gênero passa a significar um mal que deveria ser combatido em todos os contextos da administração pública e atuação parlamentar, indo muito além apenas da proposição (ou não) de políticas públicas pró/anti questões de gênero, para remoção das expressões gênero e ou sexualidade dos documentos oficiais. Em 2018, Diogo Garcia, à época deputado pelo PODE/PR, propõe o PL 309/2018, que altera os artigos 20-A e 20-D do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para substituir a expressão “igualdade de gênero” por “igualdade de direitos entre homens e mulheres”.

Paralelo a isso, há pelo menos três projetos de lei que propõem a instituição de dias cívicos e/ou comemorativos de conscientização contra a ideologia de gênero e/ou doutrinação nas escolas. O mais recente deles, enviado à câmara em agosto de 2023, PL 4259/2023 de autoria de Gustavo Gayer - PL/GO, propõe que no dia 29 de abril seja instituído o Dia Nacional de Conscientização sobre a Doutrinação nas Escolas.

Começam também a surgir proposições de alteração do Código Penal, a fim de não somente coibir as discussões de gênero e sexualidade nas escolas, mas criminalizar e enquadrar o ato no crime de assédio, sexualização e aliciamento de menores, que é o caso do PL 1411/2015, do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) que tipifica o crime de “assédio ideológico”; o PL 3235/2015 de autoria do Pr. Marco Feliciano - PSC/SP que criminaliza comportamento que induza à ideologia de gênero; o PL 1297/2019 de autoria de Carlos Jordy (PSL-RJ) que propõe a alteração do código penal para penalização de um a três anos e multa para casos em que crianças e adolescentes sejam expostos a práticas de lascívia e obscenidades em locais públicos bem como em eventos abertos ou expostos ao público em função da ideologia de gênero; e o PL 3492/2019 de autoria da deputada Carla Zambelli, Bia Kicis e Eduardo Bolsonaro, que propõe a alteração dos artigos 75, 121 e 129 do Código Penal para incluir a imposição de ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos.

O PL 1411/2015, do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que hoje está arquivado em função de ter sido retirado pelo autor, tipificava o crime de Assédio Ideológico e propunha que fossem penalizadas com até 3 anos de reclusão “toda prática que condicione o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem ao aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente⁸⁵”. O projeto ainda propunha que, caso o agente em questão fosse professor, coordenador, educador, orientador educacional, psicólogo escolar, ou o suposto crime de assédio ideológico fosse praticado no âmbito de estabelecimento de ensino, público ou privado, a pena seria aumentada em 1/3.

O PL 3235/2015 de autoria do Pr. Marco Feliciano PSC/SP, que ainda está em tramitação, aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), é mais específico, e pretende a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente para que faça constar o artigo 234-A que, quando descumprido, prevê multa e detenção de seis meses a dois anos.

Art. 234-A Veicular a autoridade competente, em atos normativos oficiais, em diretrizes, planos e programas governamentais, termos e expressões como ‘orientação sexual’, ‘identidade de gênero’, ‘discriminação de gênero’, ‘questões de gênero’ e assemelhados, bem como autorizar a publicação dessas expressões em documentos e materiais didático-pedagógicos, com o intuito de disseminar, fomentar, induzir ou incutir a ideologia de gênero.

Entre 2015 e 2018, Feliciano foi um dos mais ativos deputados frente às ofensivas antigênero. Ao longo dos quatro anos de mandato, ele usou a tribuna da câmara pelo menos 15 vezes. Em seus pronunciamentos, além de acusar o Ministério da Educação do Governo Dilma de promover a ideologia de gênero, Feliciano também repercutia no congresso notícias sobre questões de gênero e sexualidade que circulavam na mídia, e constantemente atacava o movimento LGBTQ+, acusando-o de promover a destruição da família e da infância.

Ao passo que vai se intensificando no debate público as discussões sobre gênero e sexualidade na escola, e as problematizações sobre a infância que vieram em sequência, é também possível perceber o endurecimento dos discursos de Feliciano, que, como grande parte dos atores políticos conservadores da direita e extrema direita, se aproveitam do pânico social criado para se projetar nacionalmente como voz desses movimentos que defendem a família e a infância.

⁸⁵ Projeto de Lei 1411/2015 de autoria de Rogério Marinho - PSDB/RN. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1229808>

Em um discurso proferido no plenário, em 23 de setembro de 2015, Feliciano, ao se referir aos movimentos feministas e LGBT+, diz que “esses movimentos autodenominados defensores das minorias são ardilosos” e que estão “no afã de impingir ao povo brasileiro uma cultura alienígena que nada mais visa do que desconstruir o alicerce basilar de toda a sociedade, que é a família tradicional”. É interessante observar, que em 2015, ao se referir a homens e mulheres gays e lésbicas, Feliciano tem uma fala mais branda ao falar sobre o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo:

devemos acolher pessoas, meninos ou meninas que sintam que ficarão mais à vontade se se relacionaram de forma diferente, sem, contudo, mudar toda uma grade curricular e de formação de docentes que se verão obrigados a quase estimular os jovens impúberes a experimentar variações no relacionamento, pois o que assistimos é a uma verdadeira obsessão do Governo de impor essa famigerada teoria de gênero⁸⁶.

Feliciano acusa o Governo Dilma, em especial o Ministério da Educação, de desenvolver uma verdadeira obsessão e impor a ideologia de gênero, porém, sinaliza para necessidade de acolhimento para menino ou meninas que se sintam atraídos por pessoas do mesmo sexo que o seu. Já em 2017, em um discurso proferido em reação a uma reportagem veiculada no programa da Rede Globo, Encontro com Fátima Bernardes, Feliciano se coloca como protetor incansável da primeira infância, frente aos males perniciosos provocados pela nefasta ideologia de gênero. Em seu discurso, ele diz que “*não descansarei e rebaterei todas as vezes que trouxerem temas de ideologia de gênero aplicadas à primeira infância*”.

Como já sinalizado anteriormente, uma das estratégias utilizadas pelos movimentos antigênero ao redor do mundo foi usar a preocupação com a infância e a garantia de um desenvolvimento social saudável às crianças como mobilizador social dos pânticos morais antigênero. O PL 1297/2019 de autoria de Carlos Jordy usa dessas estratégias para tentar criminalizar a população LGBT+.

O texto proposto por Jordy altera para um ano a três anos a pena cominada no artigo 233 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, que versa sobre “Ato obsceno”, e acrescenta um parágrafo em que a pena seria aumentada de 2/3 (dois terços) se praticado na presença de criança ou adolescente. No texto de justificação anexado ao PL, Jordy afirma que seu projeto, “visa proteger as crianças e os adolescentes que ficam expostos a práticas de lascívia e obscenidades em locais públicos, bem como em eventos abertos ou expostos ao público”.

⁸⁶ Projeto de Lei 3235/2015 de autoria de Pr. Marco Feliciano - PSC/SP. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2016875>.

A motivação para tal, é justificada em função de uma publicação feita pelo então presidente Jair Bolsonaro, durante o carnaval de 2019, em sua rede social Twitter, que posteriormente ficou conhecida como “Golden Shower”. Percebe-se, mais uma vez, o uso da estratégia de disseminação de pânico morais que vincula os movimentos LGBTQ+ e feminista, e os debates sobre gênero e sexualidade à normalização da pedofilia. Ainda em sua justificação, Jordy diz que:

Nestes tempos sombrios de tentativa precoce de sexualização das crianças e legitimação da pedofilia por meio de ideologia de gênero, impõe batalhar pela proteção das crianças e dos adolescentes, nosso futuro, e pelo agravamento da pena daqueles que não respeitam sequer a mais tenra idade da espécie. (JORDY, PL 1297/2019).

O PL de Jordy seguiu em discussão no congresso até 2019, quando foi apensado a um outro Projeto de Lei, PL 8520/2017 que altera redação do Decreto Lei nº 2.848, de 1940 para acrescentar o artigo 213-A, criando a modalidade do crime Estupro Impróprio. O apensamento de projetos de lei também tem sido uma estratégia utilizada por esses setores para passar no congresso iniciativas que criminalizam as pessoas LGBTQ+ e outras que promovem o direito das mulheres, por exemplo.

Entre as tentativas de criminalização, o PL 3492/2019, de autoria da deputada Carla Zambelli, Bia Kicis e Eduardo Bolsonaro, que ainda está em tramitação no congresso, pronto para entrar em pauta no plenário, é o que mais radicaliza a questão, ao propor que a imposição de ideologia de gênero entre no rol dos crimes hediondos. O projeto de Zambelli, Kicis e Eduardo Bolsonaro, usa da mesma estratégia de Jordy, e apensa o que eles chamam de imposição a ideologia de gênero a alteração do código penal para prever que o homicídio e a lesão corporal de criança e adolescente também sejam caracterizados como crime hediondo.

O PL de Jordy é um desses casos em que, inicialmente, foi apensado a um PL que cria a modalidade de Estupro Impróprio, que em seguida foi apensado ao PL 8514/2017, que tipifica os crimes de constrangimento sexual, que foi apensado ao PL 7688/2010, que tipifica o crime de atentado violento ao pudor e atentado violento ao pudor de vulnerável, que também foi apensado ao PL 6831/2010, que dispõe sobre o crime de estupro e dá outras

providências⁸⁷. No caso do PL 3492/2019, estão apensados a ele outros cinco projetos de lei⁸⁸ que tratam especificamente do homicídio e da lesão corporal de criança e adolescente.

O texto do projeto de Zambelli, Kicis e Eduardo Bolsonaro prevê a alteração dos artigos 75, 121 e 129 do Código Penal para que faça constar o aumento da pena e caracterização como crime hediondo, quando homicídio e lesão corporal tiverem como vítimas crianças e adolescentes, e a inclusão da classificação de “Morte por ideologia de gênero”. Em casos de imposição da ideologia de gênero, a pena de reclusão viria ser de 30 a 50 anos.

Considera-se que há razões para imposição de ideologia de gênero quando o crime envolve: I – menosprezo ou discriminação ao sexo biológico; II – imposição de ideologia quanto à existência de sexo biológico neutro; III – imposição de ideologia para inversão do sexo biológico⁸⁹.

A estratégia utilizada pelos autores do projeto é a mesma já relatada aqui em outros casos. Aciona-se a proteção aos direitos das crianças e integridade da infância como mobilizador de pânicos morais. Na proposição, Zambelli, Kicis e Eduardo Bolsonaro sugerem que a nova lei se chame Lei Rhuan Maycon, em referência ao caso de mesmo nome, em que uma criança foi assassinada, esquartejada e queimada pela mãe e sua companheira no Distrito Federal.

Conforme já foi sinalizado antes, Herdt (2009) classifica pânicos morais como processos de demonização e representação de pessoas ou grupos que funcionam como bodes expiatórios para a cultura popular e a mídia, frente a temas relacionados a moralidades e costumes. O que define esses acontecimentos como “pânicos morais”, é justamente o “nível ao qual as expressões sociais e pessoais estão fora de proporção com a ameaça representada pelos assim chamados “demônios populares” (HERDT, 2009, p. 1).

⁸⁷ O PL 6831/2010 que dispõe sobre o crime de estupro e fixa pena de reclusão para o crime de estupro em que ocorrer a prática de outro ato libidinoso está hoje apensado a outros 49 Projetos de Lei, entre eles, o projeto de Jordy. Sendo eles: PL 7688/2010 (16), PL 4347/2012 (1), PL 4399/2016, PL 1842/2015, PL 8514/2017 (2), PL 8520/2017 (1), PL 1297/2019, PL 8701/2017 (3), PL 5201/2020 (2), PL 5297/2020, PL 2658/2021, PL 8732/2017 (4), PL 9111/2017 (2), PL 767/2023 (1), PL 1149/2023, PL 2484/2019, PL 8795/2017, PL 6735/2013 (5), PL 8502/2017, PL 8576/2017, PL 1444/2023, PL 2208/2023 (1), PL 3702/2023, PL 1925/2015 (16), PL 5476/2016 (3), PL 1018/2019, PL 995/2021, PL 228/2023, PL 7087/2017 (2), PL 1221/2020, PL 3399/2023, PL 8707/2017, PL 5033/2019, PL 5335/2019 (6), PL 4233/2020 (1), PL 4239/2020, PL 5112/2020, PL 2347/2021 (2), PL 2178/2022, PL 2322/2023, PL 2385/2015 (2), PL 6082/2016, PL 2055/2022, PL 5601/2016 (1), PL 555/2020, PL 8458/2017, PL 8466/2017, PL 8989/2017, PL 6137/2019.

⁸⁸ PL 4153/2019, PL 4161/2019 (2), PL 1520/2021, PL 1492/2023, PL 5859/2019.

⁸⁹ Projeto de Lei 3492/2019 de autoria de Carla Zambelli - PSL/SP, Bia Kicis - PSL/DF, Eduardo Bolsonaro - PSL/SP e outros. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207768>.

No caso Rhuan Maycon, que posteriormente se torna justificativa para a proposição do PL 3492/2019, é justamente isso que ocorre. Segundo informações do G1, a investigação não apontou nenhuma motivação de gênero e/ou sexualidade no assassinato da criança. Ao contrário disso, o que afirma a polícia é que Rosana, mãe do menino, nutria sentimento de ódio em relação à família paterna da vítima, e Kacyla, que conhecia os motivos da companheira e em função de manterem um relacionamento amoroso, aderiu a eles⁹⁰.

Entretanto, o fato de o crime ter sido cometido por um casal de mulheres, provocou uma onda de fake news, reforçada por Zambelli, Kicis e Eduardo Bolsonaro na proposição do PL, de que o crime tinha sido cometido por motivação de “ideologia de gênero”. Na justificativa elaborada e anexada ao PL, os deputados citam o caso, e afirmam que:

Há crescente escalada da violência contra crianças no Brasil, como exemplos, o menino Rhuan Maycon da Silva Castro, de 9 anos de idade, barbaramente seviciado, torturado, emasculado, a fim de fazê-lo transgênero; depois, assassinado e tendo o corpo esquartejado, para ter sua história apagada deste mundo, tudo essa barbárie praticada por sua genitora e sua companheira, no Distrito Federal; (PL 3492/2019).⁹¹

Herdt (2009), ao classificar os pânico morais, afirmou que há uma desproporcionalidade nas reações frente às supostas ameaças que esses grupos representam, o que, normalmente, acaba culminando em agressões e acusações que minam sua sociabilidade e moral. O mesmo aconteceu com o PL 1298/2019, também proposto por Carlos Jordy, que pretendia alterar o código penal a fim de estabelecer responsabilidades àqueles que submetem ou permitem crianças e adolescentes em eventos que contenha nudez, apresente ou simulem atos de lascívia ou sexo.

No caso do PL 1298/2019, o catalisador, que também provocou reações desproporcionais frente à suposta ameaça de gênero, foram as imagens veiculadas na mídia e nas redes sociais, as quais mostram a interação de uma criança com artista nu em museu de São Paulo⁹². Na época, o Movimento Brasil Livre (MBL) liderou a frente de denúncias, e acusou a performance de “repugnante”, “inaceitável”, “erotização infantil”, “afronta” e

⁹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/11/25/caso-rhuan-maycon-mae-e-companheira-que-esquartejaram-menino-comecam-ser-julgadas-no-df.ghtml>.

⁹¹ Projeto de Lei 3492/2019 de autoria de Carla Zambelli - PSL/SP, Bia Kicis - PSL/DF, Eduardo Bolsonaro - PSL/SP e outros, disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207768>.

⁹² Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml>.

“crime”. A exposição caiu na conta da “ideologia de gênero”, foi alvo de ações judiciais, e posteriormente, justificativa para a proposição do projeto de lei de Jordy.

tem-se como exemplo de absurdos que infringem o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o ordenamento jurídico como um todo, a famigerada exposição QueerMuseu, em 2017, em que uma criança em torno de 04 anos de idade é constrangida a tocar um homem nu em público. Nestes tempos sombrios de tentativa precoce de sexualização das crianças e legitimação da pedofilia por meio de ideologia de gênero, impõe batalhar pela proteção das crianças e dos adolescentes, nosso futuro, pelo que se faz necessária a punição desses agentes. Pelas razões apresentadas, justifica-se o presente Projeto de Lei, ao qual peço pela aprovação aos meus Nobres Pares nesta Casa de Leis. (PL1298/2019)⁹³.

Em sua justificação Jordy faz uma confusão, e cita que o caso aconteceu na exposição QueerMuseu, que também foi alvo dos movimentos antigênero e gerou intensos debates na câmara sobre a proteção da infância e a sexualização de crianças promovidas pela ideologia de gênero. A exposição Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, estava em cartaz há quase um mês no Santander Cultural quando foi cancelada em função de protestos nas redes sociais que se queixavam de que algumas das obras promoviam blasfêmia contra símbolos religiosos e apologia à zoofilia e pedofilia (MENDONÇA, 2017).

Segundo Mendonça (2017), a mostra, que tinha curadoria de Gaudêncio Fidelis, reunia 270 trabalhos de 85 artistas que abordavam questões de gênero e de diversidade sexual. As obras com temáticas LGBT+ percorriam o período histórico de meados do século XX até os dias atuais. Uma das imagens que mais gerou mobilização nas redes sociais, foi a obra “Travesti de lambada e deusa das águas” de autoria de Bia Leite.

⁹³ Projeto de Lei 1298/2019 de autoria de Carlos Jordy - PSL/RJ, disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193485>.

Figura 15 - Travesti de lambada e deusa das águas, de Bia Leite, 2013.



Fonte: El País.

As principais manifestações foram lideradas pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que, entre outras coisas, estimulava o boicote ao Banco Santander. Na câmara, pelo menos 13 deputados fizeram uso da tribuna para atacar e repudiar a mostra. O Pastor Marco Feliciano, foi um dos que discursaram no dia 13 de setembro, já depois do Santander ter optado por cancelar a mostra. Em seu discurso, ele chama atenção para a exposição das crianças e o ataque ao cristianismo.

Sr. Presidente, as nossas crianças foram expostas ao ridículo. A mostra foi patrocinada, causou mal-estar na sociedade e expôs centenas de crianças a imagens de pedofilia e zoofilia, num ataque gratuito ao Cristianismo. O banco voltou atrás, mas o dano está feito e precisa ser reparado. Foram utilizados 800 mil reais em recursos públicos para promover esse absurdo. Como desafio e sugestão ao Santander, para que o banco, de fato, repare o dano causado à sociedade, proponho que seja feita uma doação de 800 mil reais a uma instituição de caridade que ajude crianças vítimas do sexo ou do abuso sexual. Só assim poderemos ter certeza da convicção do Santander no repúdio a essa prática abominável, Sr. Presidente. Nessa mostra, havia imagens de crianças com as inscrições "Criança Viada" e "Criança Travesti". Isso é um absurdo! É inadmissível que o nosso País se curve a uma situação como essa. Ainda pior é ver um promotor público dizer que não havia nada de pedofilia nisso. (FELICIANO, Sessão: 250.3.55.O, 2017).

A estratégia operada, em especial, pelo MBL, e repercutida na câmara por parlamentares de direita e vinculados a partidos evangélicos, também faz uso das estratégias de disseminação de pânics morais, através de uma leitura enviesada das obras que estava focada em disseminar ao grande público, que sequer teve contato a mostra, que havia ali uma

apologia à pedofilia e a zoofilia. Em entrevista concedida ao El País no dia 13 de setembro, Rodrigo Cássio Oliveira, doutor em Estética e Filosofia da Arte pela UFMG, afirma que:

Essa foi uma leitura que foi colocada por grupos como o MBL e logo se espalhou. Mas isso não confere com a obras. Quando você vê algumas das que causaram polêmica, como a da Adriana Varejão, não se trata de zoofilia ou pedofilia. [...] Existe uma mistificação sobre o que uma obra de arte pode dizer. E o MBL e os grupos que fizeram pressão para que a mostra fosse encerrada se aproveitaram disso. Divulgaram essa leitura como se fosse óbvia quando ela não é. (OLIVEIRA, 2017).

Os movimentos de direita e extrema direita, e parlamentares fundamentalistas, passam a usar esse tipo de estratégia, tanto para barrar iniciativas que promovam debates sobre gênero e sexualidades, direitos e visibilidade da população LGBT+. Foi assim também com o livro “Aparelho Sexual e Cia”, pois em 2016 foi veiculada uma fake news sobre o MEC ter adquirido esse livro para ser distribuído nas escolas públicas.

Nas redes sociais, circulava um vídeo do ex-presidente Jair Bolsonaro, na época, ainda deputado, no qual ele acusava acusa o governo Dilma Rousseff de adquirir “centenas de milhares de livros” sobre sexo e de distribuí-los na rede pública para estimular precocemente as crianças a se interessarem por sexo. A fake news de Bolsonaro tornou-se um mobilizador para a promulgação do PL 5487/2016 de autoria do Professor Victório Galli (PSC/MT), que institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes. Mais tarde, em 2018, o prefeito Marcelo Crivela do Rio de Janeiro, sob a alegação de conteúdo sexual para menores, retirou HQs com beijo entre homens da Bienal do livro e autorizou que livros considerados impróprios para crianças e adolescentes fossem lacrados com plástico preto.

As tentativas de censura chegam até mesmo a programas televisivos, quando o Deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP) apresenta o Projeto de Lei n. 9948/2018, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre classificação de programas com conteúdo que aborde ideologia de gênero. No texto do PL, sugere-se a inclusão no Estatuto da Criança e do Adolescente do artigo 76 que prevê que “Os programas, de qualquer espécie, que contenham questionamentos acerca das distinções biológicas existentes entre sexos, bem como o conceito tradicional e legal de família constantes na ideologia de gênero, deverão possuir classificação indicativa do Ministério da Justiça” (PL 9948/2018)⁹⁴.

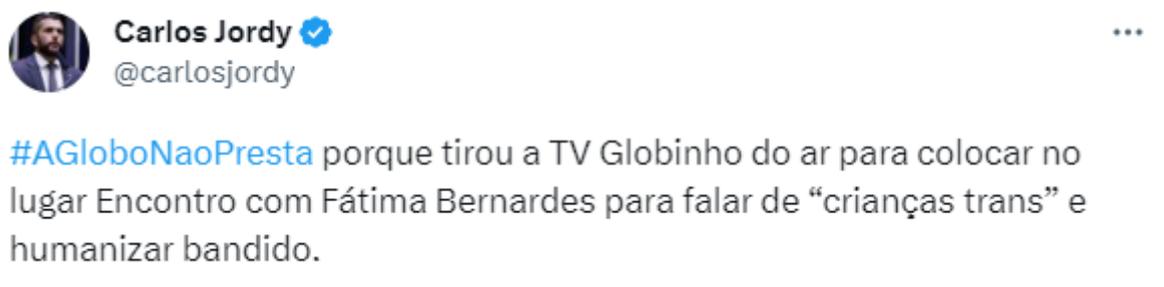
⁹⁴ Projeto de Lei 9948/2018 de autoria de Vinicius Carvalho - PRB/SP disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2170832>.

No texto de justificação anexado ao projeto, Vinicius Carvalho (PRB-SP) alega que o PL tem como objetivo impedir que crianças e adolescentes sejam expostos a conteúdos que façam apologia à ideologia de gênero. Segundo ele,

De acordo com os princípios dessa ideologia, homens e mulheres são criações culturais e sociológicas e não advém da natureza biológica do ser humano, nesse sentido, vários questionamentos podem ser levantados, como por exemplo, a razão pela qual uma menina deve usar roupas de cor rosa e um menino roupas de cor azul. Não seria admissível um desenho matutino que fizesse apologia ao uso das drogas; da mesma forma não seria conveniente uma matéria jornalística veiculada em um programa matutino onde crianças com 3 e 4 anos de idade acreditem terem nascido em um “corpo errado” ou um programa de debates vespertino onde os pais escolheram um nome “neutro” para a criança, como ocorreu recentemente na TV brasileira. (BRASIL, PL 9948/2018).⁹⁵

Carvalho faz referência a uma edição do programa “Encontro com Fátima Bernardes”, da Rede Globo de Televisão, no qual foram apresentadas histórias de crianças trans. Na época, o programa foi bastante criticado por parlamentares fundamentalistas e organizações religiosas evangélicas.

Figura 16 - Carlos Jordy no Twitter.



Fonte: Twitter/Elaboração própria.

O deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), em tom de crítica, chegou a publicar em suas redes sociais que a emissora havia trocado um programa matinal de desenhos para um outro que falava de “crianças trans”.

Outros ataques às questões de gênero e sexualidade passam a ser orquestrados a partir de 2019, com finalidade de derrubar avanços legislativos nos termos das questões de gênero e sexualidade, como o PL 520/2019 de Jaziel (PL/CE), Silas Câmara (REPUBLIC/AM), Paulo Freire Costa (PL/SP) e outros, que propõe sustar a resolução N° 1/2018 do CNE que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros

⁹⁵ Idem.

escolares e o PL 3419/2019 de Heitor Freire - PSL/CE, que propõe proibição de cirurgia de transgenitalismo e do tratamento de redesignação sexual em menores.

A busca por “ideologia de gênero” na atividade legislativa⁹⁶ da Câmara dos Deputados encontra 137 resultados, e a maior concentração deles se dá em 2021, com 25 propostas, sendo 10 delas projetos de lei, todas elas sugerindo proibições em função da disseminação dos pressupostos da ideologia de gênero. Os anos de 2023 (20), 2021 (25), 2019 (23), 2018 (20) seguem com mais de 20 proposições cada, sendo que 83 delas ainda seguem em tramitação, e 54 já foram arquivadas.

São consideradas proposições: Complementação de Voto (1), Emenda ao Substitutivo (5), Indicação (8), Parecer do Relator (12), Parecer às emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator (1), Projeto de Decreto Legislativo (12), Projeto de Lei (33), Projeto de Resolução (1), Recurso (1), Relatório (1), Representação (1), Requerimento (31), Requerimento de Informação (15), Substitutivo (8), e Voto em Separado (7).

Entre os Requerimentos, que ocupam o maior número de proposição após os projetos de lei, chama atenção 12 proposições de realização de audiências públicas para discutir malefícios e implicações da ideologia de gênero à sociedade brasileira e em alguns casos, mais especificamente, a escola; 6 sugestões de realização de sessões solenes de enfrentamento à ideologia de gênero; 2 que requerem a convocação de ministros de governo para explicações; e 4 que pedem a aprovação de Moção de Repúdio à promoção de ideologia de gênero. Entre os requerimentos, há também o REQ 2290/2015 que solicita a criação de uma Comissão Externa Temporária, para coletar informações e acompanhar os resultados dos estados e municípios que já implementaram a chamada "ideologia de gênero" nas escolas.

Uma outra via de atuação dos parlamentares, foi a proposição de Projetos de Decreto Legislativo⁹⁷, que tentavam regular matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, em especial aplicando sanções a portarias, programas e/ou iniciativas do executivo. Há 7 proposições para sustar portarias do governo e 4 para sustar decretos, entre eles o Decreto nº 11.430, de 08 de março de 2023, que institui cotas para mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino em ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho.

⁹⁶ Com atividade legislativa entende-se por tantos projetos de leis, que foram anteriormente citados, quanto também outras proposições, como Complementação de Voto (1), Emenda ao Substitutivo (5), Indicação (8), Parecer do Relator (12), Parecer às emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator (1), Projeto de Decreto Legislativo (12), Projeto de Lei (33), Projeto de Resolução (1), Recurso (1) Relatório (1), Representação (1), Requerimento (31), Requerimento de Informação (15), Substitutivo (8), e Voto em Separado (7).

⁹⁷ Segundo o site do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo são proposições que visam a regulação de matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República.

Outro aspecto dessa investida foram os debates em torno da Medida Provisória 696/2015 que criou o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, quando as bancadas fundamentalistas e neoconservadoras conseguiram excluir do texto oficial a atribuição ministerial de promover a igualdade de gênero e tentaram imputar às atribuições do Ministério a defesa do direito à vida desde a concepção e mais uma vez a limitação do ensino pelos valores da família (MIGUEL, 2016).

Num levantamento feito por Miguel (2016), ele ressalta que, até mesmo durante o Impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, a ideologia de gênero e a doutrinação ideológica da escola foram mencionadas. Três parlamentares justificaram seu voto com argumentos relacionados a essas questões. Rogério Marinho (PSDB/RN) argumentou votar a favor do Impeachment porque o PT “se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias e [...] da educação para doutrinar e assediar nossas crianças”. O Deputado Edér Mauro (PSD/PA), integrante da Frente Parlamentar Evangélica, votou em nome de seu filho e justificou que com seu voto pretendia acabar “propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com seis anos de idade”. Por fim, o Deputado Givaldo Carimbão, coordenador da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, justificou seu apoio ao impeachment por ser “contra o aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a ideologia de gênero” (MIGUEL, 2016).

Em todas as assembleias legislativas dos estados da federação foram feitas proposições de projetos de lei que institui o Escola Sem Partido na educação pública estadual, e/ou proibiam mais especificamente o ensino das questões de gênero e sexualidade e a doutrinação ideológica dos estudantes. Em um levantamento por mim realizado, verifiquei que os estados de Roraima e Alagoas eram os únicos com leis antigênero aprovadas, enquanto no Ceará, Espírito Santo, Maranhão e no Paraná projetos parecidos foram rejeitados nas casas legislativas estaduais.

Já no levantamento realizado por Fernanda Moura e Renata Aquino, através do Movimento “Escola Sem Mordaza”, atualizado pela última vez no segundo semestre de 2019, consta que ainda havia 16 projetos em tramitação em 11 estados e no Distrito Federal: Amazonas, Ceará, Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco e Espírito Santo; e que outros 15 projetos em 10 estados e no Distrito Federal foram arquivados e/ou retirados: Pernambuco, Paraíba, Paraná, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso.

Chama atenção que, em alguns estados, há mais de uma proposição de mesmo teor tramitando, como no caso do Amazonas, São Paulo e no Distrito Federal, e em outros há a reincidência de novas proposições mesmo após o arquivamento ou retirada, como no caso do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

Na Bahia, assim como em outros estados sem decisões aprovadas, o projeto ainda segue em tramitação, e a última atualização ocorreu em 08 de agosto de 2023, quando o deputado Tiago Correia (PSDB/BA) pediu vistas do projeto, após o relator Dep. Paulo Rangel (PT/BA), ter dado parecer contrário à aprovação. Proposto pelo Deputado Samuel Júnior (PSC/BA), o PL 2.2432/2017 prevê a instituição no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do "Programa Escola sem Partido". O texto original reproduz as orientações propostas pelo movimento nacional, entre elas, a que imputa a proibição da escola de interferir

na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer ou direcionar o natural desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da ideologia de gênero (BAHIA, 2017).

Há pelo menos 12 proposições feitas por parlamentares baianos no Congresso Federal que versam sobre a matéria, sendo que 11 delas sugerem retrocessos no campo das políticas de diversidade. Na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), há ainda três outros instrumentos legislativos, de autoria do Pastor Sargento Isidório, à época Deputado Estadual, que versam sobre matérias parecidas: a moção de protesto 22.068/2018, acusando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como plataforma indevida de multiplicação da nefasta ideologia de gênero; a indicação 22.392/2017 solicitando ao Governo do Estado a “não utilização das estruturas de ensino dos profissionais de Segurança Pública, Academias ou escolas de formação de policiais e bombeiros para a difusão, propagação, incentivo e valorização da nefasta e perigosa ideologia de gênero em nosso Estado”; e o Projeto de Lei 22.695/2018 que sugere que seja instalado, nas escolas públicas do Estado da Bahia, mecanismo de proteção e segurança nos computadores e/ou equipamentos de informática a fim de “proteger estudantes dos conteúdos com pornografias, assuntos eróticos, bem como, apologia e/ou estímulos a violência, consumo de drogas ilícitas, ideologia de gênero e outros assuntos maléficos a Família”.

O mais recente projeto proposto à Assembleia Legislativa da Bahia foi enviado em 26 de julho de 2023, pelo Deputado Leandro de Jesus (PL/BA), Projeto de Lei nº 25001/2023, que dispõe sobre a proibição do ensino da ideologia de gênero e da Teoria Queer,

bem como do uso da linguagem neutra, nas escolas públicas e privadas no âmbito do Estado da Bahia. O texto do PL propõe que:

Art. 1º - Fica vedado, nas escolas públicas e privadas no âmbito do Estado da Bahia, por parte de seus professores, orientadores, diretores, coordenadores ou qualquer funcionário:

I – o ensino da ideologia de gênero e da Teoria Queer no ambiente escolar;

II – a propagação de conteúdo pedagógico ambíguo sobre sexualidade que possa comprometer, direcionar ou desviar a personalidade natural biológica e a respectiva identidade sexual da criança e do adolescente;

III – a exposição de conteúdo sexual inadequado que possa constranger os alunos, ou faça qualquer menção à atividade que venha intervir na direção sexual da criança e do adolescente;

IV – o uso, em qualquer contexto, de linguagem que empregue o gênero neutro.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se ideologia de gênero e Teoria Queer os ensinamentos que afirmem que os aspectos da sexualidade dos indivíduos são resultados de construções sociais, em detrimento do sexo biológico.

Ademais, o dispositivo seria aplicado às políticas, planos educacionais, propostas curriculares, filmes, danças, fotografias, peças teatrais educativas, aulas, palestras, videoconferência, provas e avaliações durante todo ano letivo, excursões escolares, atividades ministradas por conteúdos de internet, ou ainda fora do expediente de aula em debates no ambiente escolar. Para aqueles que vierem a infringir a lei, o deputado sugere como penalidade a aplicação de advertência, suspensão e demissão, para casa de professores da rede públicas de ensino, e pagamento de multa, que varia de R\$100,00 a R\$500,00 para casos de professores da rede privada.

Nesse mesmo contexto, diversos municípios brasileiros aprovaram leis municipais que vetavam e proibiam debates sobre gênero e sexualidade nas escolas públicas e particulares municipais. No levantamento realizado pelo movimento “Escola Sem Mordaca”, atualizado pela última vez no segundo semestre de 2019, havia 41 Projetos de Lei em vigor e 53 em tramitação nos municípios brasileiros. O levantamento realizado pelo movimento apontou ainda 77 projetos de lei que não estão em vigor ou tramitação por terem sido vetados, arquivados, suspensos, entre outras ações que barraram a sua aplicação. Ao todo, o movimento mapeou 171 projetos, sendo que 93 trazem em seu teor a proibição a questões de gênero e sexualidade sob a ótica da ideologia de gênero.

Na Bahia, entre os 417 municípios do estado, identifiquei que foram aprovadas leis antigênero em pelo menos 11 deles: Salvador, Vitória da Conquista, Porto Seguro, João Dourado, Souto Soares, Barreiras, Itamaraju, Santo Antônio de Jesus, Jacobina, Inhambupe, Cotegipe; e que em outros seis há iniciativas em tramitação: Teixeira de Freitas, Paulo

Afonso, Candeias, Senhor do Bonfim, Wenceslau Guimarães. Esse movimento de aprovação de Leis antigênero nos municípios não dialoga totalmente com o que se deu na Câmara dos Deputados e assembleias legislativas dos estados, onde as legislações eram marcadamente propostas por parlamentares vinculadas a partidos de direita.

Em João Dourado, cidade que fica a 485km de Salvador, a lei 524, de 27 de dezembro de 2017 que reorganiza a grade curricular e proíbe conteúdo ou atividades pedagógicas que ensinem sobre ideologia de gênero foi proposta e sancionada pelo prefeito municipal Carlos Dourado do Partido dos Trabalhadores (PT). Algo semelhante aconteceu em Souto Soares, quando, em outubro de 2019, o prefeito André Luiz Sampaio Cardoso (PT) sancionou a lei 542/2017 que proíbe disciplinas e/ou temáticas sobre ideologia de gênero na grade municipal das escolas públicas e particulares do município. Já em Barreiras, a proibição das questões de gênero se deu por meio do PME, sancionado pelo prefeito João Barbosa de Souza Sobrinho (DEM), que veda a “*aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero*”. Em Itamaraju, a proibição veio a partir de indicação da Câmara de Vereadores, com sanção do prefeito Marcelo Angenica (PSDB).

Em Salvador, ainda estão em tramitação dois projetos de lei, PL 01/2017 e PL 238/2017 ambos apresentados pelo vereador Alexandre Aleluia⁹⁸ do Democratas. O PL 01/2017, primeiro projeto de lei apresentado à Câmara de Vereadores de Salvador no ano, e primeira proposição feita pelo vereador Aleluia para o seu mandato no quadriênio 2017-2020, propõe a inclusão do Programa Escola Sem Partido no âmbito das diretrizes educacionais do município de Salvador. Tanto o projeto quanto a proposição seguem o escopo das orientações do MESP na forma e conteúdo. O PL 238/2017 é mais específico, trata da proibição da implementação em âmbito municipal da ideologia de gênero. Os dois projetos seguem em tramitação na Câmara de Vereadores, com parecer contrário da Comissão de Educação, Esporte e Lazer.

Em outra ação, o vereador Alexandre Aleluia propôs, através de Projeto de Indicação, PIN 111/2017, enviado ao executivo, a fixação de cartazes nas salas de aula e salas dos professores das escolas públicas municipais com o que o MESP aponta como “Deveres do

⁹⁸ Alexandre Aleluia é um homem branco, 37 anos, filho do ex-deputado federal José Carlos Aleluia (DEM). Exerce seu primeiro mandato na Câmara Municipal de Salvador.

Professor”⁹⁹. A estratégia apresentada por Aleluia está coordenada com ações desenvolvidas pelo MESP em outras cidades brasileiras, que tem como objetivo intimidar professores.

A atividade legislativa da Câmara de Salvador, registra ainda duas moções, uma protocolada pela deputada Lorena Brandão (PSC), em repúdio às questões do ENEM 2018 referentes à ideologia de gênero, e outra, protocolada também pelo vereador Alexandre Aleluia, saudando o posicionamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) contrário a ideologia de gênero aplicada às crianças e adolescentes.

Como reflexo, e em resposta aos avanços legislativos do MESP em cidades brasileiras, em 2017, o então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, apresentou ao STF arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra legislações municipais de seis cidades brasileiras que vedava políticas e ações educacionais com informações sobre gênero e diversidade sexual (KALIL, 2019). Segundo Kalil, as ADPFs fazer parte de uma ação realizada pelo Ministério Público Federal a partir de uma representação apresentada por Deborah Dupurar, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão pedindo a inconstitucionalidade das leis antigênero das cidades de Novo Gama/GO (ADPF 457), Cascavel/PR (ADPF 460), Paranaguá/ PR (ADPF 461), Blumenau/SC (ADPF 462), Palmas/TO (ADPF 465), Tubarão/SC (ADPF 466) e Ipatinga/MG (ADPF 467) (KALIL, 2019).

A tramitação seguiu até abril de 2020 quando, por decisão unânime, a ADFP 457 foi julgada inconstitucional pelo STF. Em princípio, a decisão do STF baseia-se na questão da competência legislativa, já que não é de ordem municipal a edição de normas que definem os “currículos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino ou modo de exercício docente”. Os efeitos da decisão tomada pelo STF passam a servir para outras iniciativas municipais de mesmo teor, e para aquelas já passadas, que pretendiam legislar sobre o tema.

Não é a primeira vez que o STF julga esse tipo de matéria. Em dezembro de 2019, o ministro Luís Roberto Barroso suspendeu os efeitos de dispositivo de uma legislação

⁹⁹ O Projeto de Indicação apresentado pelo vereador Alexandre Aleluia replica os deveres do professor defendidos pelo MESP, que são: I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. II - O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas. III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. IV - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. V - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. VI - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

municipal parecida, em Londrina no Paraná, por meio da ADPF 600, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e pela Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais. Da mesma forma, ocorreu em outubro de 2019, quando Gilmar Mendes suspendeu a lei municipal de Ipatinga (MG) que proibia o ensino de questões relacionadas à diversidade de gênero e orientação sexual.

Até o fim da escrita dessa tese, não há ainda no Brasil nenhuma legislação federal específica que proíba esses debates na escola, entretanto, ao longo dos últimos anos estratégias foram operadas pelo neoconservadorismo a fim de interferir na política educacional e barrar possíveis avanços nos campos das políticas de gênero, sexualidade e diversidade na educação.

Como reflexo da posição tomada pelo STF, Jair Bolsonaro, presidente do Brasil na época, afirmou que enviaria para o congresso projeto de lei de iniciativa do executivo, a fim de regulamentar a proibição das discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação brasileira. Esse movimento, que ganhou força entre 2018 e 2019 e operava através das casas legislativas, rodou todo o país gerando tensões nas câmaras municipais e assembleias legislativas estaduais, e impondo uma nova ordem na política educativa, que será mais bem detalhada no tópico a seguir.

4.4 O bolsonarismo antigênero: das eleições de 2018 ao primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro

A campanha presidencial de 2018, que culminou na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL), foi um período que amplificou discursos de ódio e situações de violência contra mulheres, negros e negras e, em especial, pessoas LGBTQ+. Nas semanas que antecederam as eleições presidenciais que aconteceram no dia 28 de outubro, diversos casos de violência contra pessoas LGBTQ+ foram registrados.

Em Aracaju, Layna Fortuna, uma mulher trans, foi assassinada (QUIRINO, 2018); em São Paulo, uma travesti foi morta a facadas sob os gritos de “Bolsonaro” e “Ele Sim” (REVISTA FÓRUM, 2018); em Curitiba, um homem gay foi assassinado e teve seu corpo trancado em um armário (SOUZA, 2018); em Salvador, na madrugada que sucedeu o primeiro turno das eleições, o mestre de capoeira Môa do Katendê levou 12 facadas e não sobreviveu (LIMA, 2018); Julyanna Barbosa, ex-vocalista do grupo Furacão 2000, mulher trans, foi atacada com uma barra de ferro (LIMA, 2018); Netinha Matias, travesti piauiense,

de 40 anos, residente da cidade Sigefredo Pacheco, foi brutalmente espancada dentro de sua residência (LINHARES, 2018). Todas essas agressões têm um ponto em comum: foram cometidas por apoiadores declarados do então candidato à presidência da república e presidente eleito Jair Bolsonaro.

As violências simbólicas também foram imensas. Na internet circularam vários vídeos em que era possível ouvir e/ou ver as pessoas entoando ataques à pessoas LGBTQ+: em um deles, um grande grupo de pessoas no metrô de São Paulo cantou: “o bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar viado” (MATOS, 2018); em outro, três crianças cantam: “O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais um recado, corra você que é viado, corra você que é viado, O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais uma onda, corra você sapatona, corra você sapatona” (GGB, 2018).

A jornalista Joana Oliveira (2018), em matéria publicada no site do El País, relatou em tempo real como as agressões e os discursos de ódio em torno das eleições de 2018 estavam aumentando a ansiedade e impondo novos modos de existência para um grupo que se sente vulnerável e ameaçado por esses discursos: a população LGBTQ+. A reportagem apurou como um casal de homens gays, uma mulher trans, uma mulher lésbica e outra bissexual, duas mulheres negras periféricas e uma mulher indígena estavam lidando com esses ataques. Os relatos dão conta de um medo latente que tem imposto modificações na forma como essas pessoas têm vivido no Brasil, como, por exemplo, para um casal de homens gays, que teve que voltar para o armário e decidiu não mais expor seu afeto em público (OLIVEIRA, 2018).

Um levantamento realizado pela Agência Pública em parceria com o *Open Knowledge Brasil* revelou que, nos primeiros 10 dias do mês de outubro de 2018, houve pelo menos 70 ataques com motivações políticas contra mulheres, negros e LGBTQ+. Nesse levantamento, é possível localizar que parte desses ataques estavam acontecendo nas universidades públicas do país.

Na Universidade Federal do Paraná (UFPA), cerca de seis homens agrediram um estudante em frente à Casa da Estudante Universitária, onde residem os estudantes com maiores índices de vulnerabilidade social. Na Universidade de Pelotas (UFPEL), o professor Luciano Volcan Agostini recebeu ameaças via e-mail de um estudante que dizia estar “envolvido diretamente com a campanha de Bolsonaro” (ZANATTA *et al.*, 2018).

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a professora Denise Carrascosa do Instituto de Letras também foi ameaçada. Segundo relatos da mesma, publicados em sua rede social e reproduzidos por diversos sites de notícias, ao passar pela portaria do Instituto de Letras, um estudante a interpelou dizendo “Professora, depois do dia 28 a senhora vai ver”

(MUNIZ, 2018). Também na UFBA, no dia 28 de outubro, após o resultado das eleições, militantes pró-Bolsonaro foram à porta da residência universitária, localizada no Corredor da Vitória em Salvador, ameaçar estudantes LGBT+.

Na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), uma estudante foi atacada com socos. Em seu relato publicado na rede social *Facebook* e reproduzido pelo site Brasil de Fato (PITASSE, 2018), ela escreveu que durante a agressão foi chamada de “sapatão de merda e vagabunda” e que “não era uma mulher de respeito”. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) estudantes de Filosofia foram agredidas por estudantes dos cursos de Medicina e Nutrição (UFMA, 2018).

Em Teresina, o estudante universitário Lenilson Bezerra, 24 anos, foi brutalmente agredido por 10 homens, vindo a óbito poucos dias depois (PINCEL, 2018). Na Universidade de Brasília (UNB), livros de Direitos Humanos foram rasgados na Biblioteca (MARQUES; CARVALHO, 2018). Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), um aluno jogou uma mesa em direção a um professor da instituição que durante a aula havia exibido um vídeo sobre fascismo (HENRIQUES, 2018).

Além desses ataques direcionados às pessoas e grupos minoritários, a Instituição Universitária foi fortemente atacada nos dias que antecederam o segundo turno da eleição presidencial de 2018. Um levantamento publicado no dia 26 de outubro pelo site de notícias “Conversa Fiada” (ERTHAL, 2018) dava conta de que pelo menos trinta universidades públicas haviam sido invadidas por policiais e membros da Justiça Eleitoral, sob a justificativa de propaganda eleitoral irregular¹⁰⁰.

Dentre as ações policiais, ocorreram remoções de faixas de combate ao Fascismo na UFRJ e na UERJ, a paralisação de aulas públicas com os temas “Contra o Fascismo, pela Democracia” e “Esmagar o Fascismo”, respectivamente na FURG e UFGD, e a invasão de Policiais Militares armados em uma aula que tratava sobre fake news na UFPA, após a filha de um PM realizar uma denúncia de que o professor estaria intimidando estudantes a não votarem no presidenciável Jair Bolsonaro.

Essas ameaças não são novas, e já vinham acontecendo há algum tempo, em especial contra docentes universitários que pesquisam e/ou militam em favor das questões LGBT+ e feministas e em prol do direito das mulheres. Em dois casos bastante emblemáticos,

¹⁰⁰ Os dados obtidos pelo veículo “Toda Palavra” mostram que as unidades de ensino que tiveram ações da Justiça Eleitoral em parceria com a Polícia foram: Unidades de Ensino da UFGD (Dourados), UEPA (Iguarapé-Açu), UFCG (Campina Grande), UFF (Niterói), UEPB, UFMG, Unilab (Palmares), SEPE-RJ, Unilab-Fortaleza, UNEB (Serrinha), UFU (Uberlândia), UFG, UFRGS, UCP (Petrópolis), UFSJ, UERJ, UFERSA, UFAM, UFFS, UFRJ, IFB, Unila, UniRio, Unifap, UEMG (Ituiutaba), UFAL, IFCE, UFPB, UFRPE (Serra Talhada), UNESP (Botucatu), UEAL, Unisinos e IFF (Campos dos Goytacazes).

duas professoras universitárias foram ameaçadas de morte: a professora Débora Diniz da UNB passou a ser perseguida nas redes sociais e ameaçada de morte por defender e pesquisar sobre a descriminalização do aborto, entre outros temas dos estudos de gênero e sexualidade (PAULA, 2018); outro caso semelhante a esse aconteceu na UFBA, onde uma professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGB) foi ameaçada de morte em novembro de 2017 por pesquisar questões relacionadas ao aborto e a divisão sexual do trabalho (MARINHO; SANTOS; VIGNE, 2018).

A UFBA também foi alvo de outras perseguições, a exemplo dos ataques e ameaças sofridas pelo Projeto Pensamento Lésbico Contemporâneo. Lemos e Cordeiro (2018) relatam que o projeto, em especial a Jornada do Pensamento Lésbico Contemporâneo que aconteceu de 24 a 25 de novembro na UFBA, organizada pelo Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação – GIR@, foi alvo de ataques e ameaças tendo como intenção a não realização do evento.

Outra face dessa violência crescente nos últimos anos no Brasil tem se dado justamente nesse campo dos estudos de gênero e das pesquisadoras e pesquisadores envolvidos com essa temática. A perseguição aos estudos de gênero, que, como relatado anteriormente, se ampliou no Brasil no contexto da aprovação dos planos municipais, estaduais e federal de Educação, teve centralidade na campanha presidencial de 2018 e, minimamente no campo das discursividades, opôs, especialmente no segundo turno, dois projetos políticos: um que defendia os direitos das mulheres, negros, LGBT+, índios, entre outros grupos subalternizados, e outro que acreditava que essas agendas eram “coitadismo” (CALEIRO, 2018).

Boa parte das análises da mídia e dos movimentos sociais no Brasil, ainda recentes, atribuem essa crescente violência ao discurso de ódio de Jair Messias Bolsonaro, à época, candidato à Presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL). Ao longo de sua construção enquanto pré-candidato, a popularidade de Bolsonaro cresceu, justamente, devido às suas declarações machistas, racistas, lgbtfóbicas, misóginas e de incitação à violência, comuns em seu discurso desde que atuava como parlamentar na Câmara dos Deputados.

A atuação de Bolsonaro no Congresso sempre foi focada no combate aos direitos e cidadania LGBT+, contra direitos sexuais e reprodutivos e a favor da agenda antigênero. Em 2003, enquanto Deputado Federal pelo PP, Bolsonaro já integrava a Frente Parlamentar Evangélica e constantemente usava a tribuna da Câmara para criticar a *agenda gay* do Governo Federal na época do primeiro mandato do ex-presidente Lula.

Isso ficou ainda mais nítido após os primeiros 100 dias de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Através de sua conta pessoal no Twitter, principal meio de comunicação de Bolsonaro com seus eleitores, o presidente manteve o tom da campanha e os ataques às questões de gênero. Assim como na campanha, o governo Bolsonaro tem investido em uma guerra discursiva, que tem como um dos principais alvos os direitos das mulheres e dos LGBT+.

No dia 05 de janeiro, cinco dias após a posse, ao anunciar o novo coordenador do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Murilo Resende, o presidente publicou em sua rede social que em seus estudos, o novo coordenador deixa claro que a “*prioriza o ensino ignorando a atual promoção da lacração*”. Ainda no mesmo mês, após 23 dias de empossado, Bolsonaro comemorou a desistência do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) de ocupar o cargo de Deputado Federal, para o qual foi eleito nas últimas eleições. Não satisfeito, o presidente ainda comemorou o fato de que Jean Wyllys anunciou que iria embora do país por estar sofrendo ameaças de morte. Em 13 de Fevereiro de 2019, também em sua conta no Twitter, Bolsonaro se posicionou contra a Criminalização da Homofobia, que havia entrado em pauta no Supremo Tribunal Federal (STF) naquele dia.

Uma das postagens mais emblemáticas aconteceu no dia 05 de março de 2019, quando, para criticar o Carnaval Brasileiro, o presidente publicou em sua rede social um vídeo onde duas pessoas LGBT+ faziam uma performance queer em cima de um contêiner, tendo gerado todos os tipos de comentários em torno da “chuva dourada”.

O principal ataque à comunidade LGBT+, em especial às pessoas trans, aconteceu no dia 16 de julho, onde, através da rede social Twitter, o então presidente Jair Bolsonaro anunciou que, a após intervenção do Ministério da Educação, a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) havia decidido suspender o processo seletivo específico para candidatas(os) travestis, transexuais, transgêneras e intersexuais nos cursos de graduação presenciais ofertados pelos campi Ceará e Bahia.

Quem também teve grande destaque na mídia devido às declarações que atacam pessoas LGBT+ e as questões de gênero e sexualidade foi a ministra Damare Alves. No terceiro dia de governo, na sua posse como Ministra da Mulher Família e Direitos Humanos, disse que iria “acabar com a doutrinação ideológica das crianças e adolescentes”, fazendo referência ao que convencionalmente tem sido chamado de ideologia de gênero (NUNES, 2019), e que o Brasil estaria entrando em uma nova era, em que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” e que “menina será princesa e menino será príncipe” em uma clara ofensiva às pessoas trans e as questões relacionadas a identidade de gênero, traindo portanto o

acordo estabelecido com a ABGLT ainda em dezembro de respeito às identidades não-heterossexuais e não-cisgêneras.

Muito além do campo discursivo, o primeiro ano do governo Bolsonaro foi palco de um desmonte de políticas públicas para pessoas LGBTQ+ nas mais diversas áreas. No Ministério da Saúde (MS) aconteceu a publicação de uma orientação para que fossem desconsideradas campanhas específicas de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) para a população de homens gays, travestis, homens trans, bissexuais e mulheres lésbicas e trans (LONGO, 2019), sob a justificativa de que o ministério não irá “ofender as famílias”.

Na cultura e nas artes, Bolsonaro vetou a liberação de verbas da Agência Nacional de Cinema (Ancine) para projetos que envolvem temáticas sobre gênero e sexualidades, e suspendeu um edital que pretendia selecionar e financiar séries LGBTQ+ para TVs públicas (SOTO, 2019).

Até a Advocacia Geral da União (AGU) foi incluída no processo de desmonte e ataque à cidadania LGBTQ+, se manifestando contra a criminalização da homofobia no processo que corria no STF. Mais uma vez fazendo uso de redes sociais, o presidente se manifestou contra a criminalização e declarou como “completamente equivocada” a decisão do STF que criminaliza a homofobia e a transfobia em 13 de junho de 2019 (OLIVEIRA, BARBIÉRE, 2019).

De todas as áreas, a Educação foi o lugar no qual foram gestados os principais ataques à comunidade LGBTQ+, sob a égide da defesa à família, respeito às moralidades e valores cristãos, e combate a suposta ideologia de gênero. O Governo Bolsonaro e o bolsonarismo atuante na câmara dos deputados e em diversas prefeituras e governos estaduais do país se empenhou em barrar avanços no campo das políticas educacionais pró-diversidade.

O primeiro deles foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), pasta do Ministério da Educação (MEC) responsável pela promoção de políticas educacionais que transversalizem questões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, além de outras questões como raça, etnia, origem, posição econômica, deficiências, condição geracional e outras diferenças.

A oposição às políticas pró-diversidade e às discussões de gênero e sexualidade na escola fizeram parte da agenda central do governo. Em novembro de 2018, antes de assumir a presidência, quando questionado sobre o perfil de ministro que assumiria a pasta da educação, Bolsonaro declarou ao UOL que ele seria:

[...] “contra ideologia de gênero, quem ensina sexo para criança é papai e mamãe. Escola é lugar de se aprender física, matemática, química, para fazer com que no futuro tenhamos um bom empregado, um bom patrão e um bom liberal” (Jair Bolsonaro em entrevista a Uol em 22 de novembro de 2018).

O segundo Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, que assumiu o ministério em abril de 2019, seguiu a tônica da oposição às políticas educacionais pró-diversidade e contribuiu com o ataque discursivo às questões de gênero e sexualidade. O principal ataque do MEC à comunidade LGBTQ+, em especial às pessoas trans, aconteceu no dia 16 de julho, onde, através da rede social Twitter, o então presidente Jair Bolsonaro anunciou que, a após intervenção de Weintraub, a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) havia decidido suspender o processo seletivo específico para candidatas(os) travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais nos cursos de graduação presencial ofertados pelos campi Ceará e Bahia.

As produções discursivas do bolsonarismo, sejam elas contra as questões de gênero e sexualidade através da retórica da ideologia de gênero, sejam diretamente contra a existência e manifestação cultural, artística e afetiva de pessoas LGBTQ+, contribuiu com o aumento da violência LGBTQfóbica e acirrou as discriminações às pessoas LGBTQ+ na escola, na universidade e nos mais variados espaços públicos. Análises recentes (COSTA, QUEIROZ, 2019; QUINALHA, 2019) têm relacionado o aumento da violência LGBTQfóbica no Brasil com o crescimento dessas retóricas neoconservadoras que criminalizam as discussões de gênero e sexualidade na educação pública, e constantemente atacam os direitos da população LGBTQ+

Nos últimos anos o número de mortes violentas de pessoas LGBTQ+ no Brasil esteve em crescimento. Coletando dados e registrando as estatísticas de violências contra pessoas LGBTQ+ a mais de 38 anos, o Grupo Gay da Bahia relata a ascendência desses assassinatos que, nos últimos 10 anos, encontraram seu ponto máximo em 2017 quando registrou 445 mortes, o mesmo que um homicídio a cada 21 horas (HERMANSON, 2019). Um número superior ao que foi registrado nos dois anos seguintes, quando houve uma queda nas estatísticas. Enquanto em 2018 houve ainda 420 mortes, em 2019 foram registradas 329 mortes, sendo 297 assassinatos e 32 suicídios. Em 2020, 237 LGBTQ+ tiveram morte violenta no Brasil, em 2021 ocorreram 316 mortes, e em 2022 ocorreram 273, o que ainda assim tem feito do Brasil o país que mais mata violentamente pessoas LGBTQ+.

Ao contrário do que se possa imaginar, a redução do número de mortes em 2019 e 2020 não está relacionada a qualquer política pública que fortaleça os direitos e promova a cidadania LGBTQ+, especialmente no ano de 2018, quando o que se viu foi um aumento da

violência física e discursiva. Ainda não há estudos que investiguem, substancialmente, se a diminuição de assassinatos e suicídios de pessoas LGBTQ+ no ano de 2019, quando a redução em números oficiais se deu em 26%, contrariando a perspectiva do crescimento dos anos anteriores, tenha se dando em função da criminalização da homofobia ou se é resultado da complexificação da subnotificação de crimes com teor LGBTQfóbicos no Governo Bolsonaro.

Luis Mott, fundador do GGB, em entrevista ao site UOL em abril de 2020, atribui a queda no número de assassinatos ao estado de violência LGBTQfóbico reforçado pelo bolsonarismo no discurso do presidente, que tem levado a população LGBTQ+ a se acautelar e redobrar as estratégias de prevenção (ROLIM, 2020).

A explicação mais plausível para tal diminuição se deve ao persistente discurso homofóbico do presidente da República e sobretudo às mensagens aterrorizantes dos 'bolsominions' nas redes sociais no dia a dia, levando o segmento LGBTQ a se acautelar mais, evitando situações de risco de ser a próxima vítima, exatamente como ocorreu quando da epidemia da Aids e a adoção de sexo seguro por parte dessa mesma população (Luis Mott em entrevista ao UOL em 23 de abril de 2020).

Ao contrário de Luis Mott, Bruna Benevides, secretária de articulação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais e responsável pelo dossiê "Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019" atribui a queda de mortes em relação a 2018 à baixa quantidade de notificação de casos de LGBTQ+fobia, e mais especificamente de casos de transfobia que também apresentaram queda de 23% no índice de assassinatos em relação ao ano anterior (BATISTA, 2020).

Segundo Benevides e Nogueira (2020) além da subnotificação, há uma enorme ausência de dados governamentais sobre o assassinato de pessoas LGBTQ+. O acompanhamento das mortes tem sido feito através do levantamento de notícias e de registros lançados no Mapa de Assassinatos, quase sempre casos subnotificados. As autoras do dossiê partem da premissa de que nem toda morte de pessoa LGBTQ+ vira notícia, nem necessariamente é denunciada como crime de ódio, fazendo com que a suposta queda no número de assassinatos não reflita em diferenças significativas no dia a dia das pessoas LGBTQ+, especialmente das pessoas trans, onde foram registradas 50 tentativas de homicídio em 2019 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Uma pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo em 20 de março de 2019 afirma que há uma escalada de violência contra a população LGBTQ+ no Brasil desde as eleições de 2018 (MENA, 2019). A pesquisa, conduzida pela organização de mídia Gênero e Número e

financiada pela Fundação Ford aponta que 92,5% dos LGBT+ entrevistados entram em consenso que as violências lgbtfóbicas aumentaram desde o período eleitoral.

Entre as pessoas LGBT+ que foram entrevistadas, 51% afirmaram ter sofrido em 2018 algum tipo de violência motivada por sua identidade de gênero e orientação sexual. Entre os/as agredidos/as, 94% foram vítimas de violência verbal e 13% de violências físicas. Esse mesmo dado é mostrado pelo Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, que em outubro de 2018 recebeu 272% mais denúncias de violências lgbtfóbicas do que no mesmo período em 2017, sendo 131 casos em outubro de 2017 contra 330 em outubro de 2018, ponto alto das eleições que elegeram Bolsonaro presidente.

Em um estudo publicado pela Revista Gênero e Número, no ano de 2019, em média, 11 pessoas trans são agredidas por dia no país. O levantamento feito por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação mostrou que houve um aumento de 800% nas denúncias de violência contra população trans. Segundo Silva (2019), além das agressões físicas, pessoas trans constantemente relatam atendimentos transfóbicos por agente públicos, em especial nas delegacias e hospitais.

A raça é critério fundamental de análise dos marcadores sociais das pessoas LGBT+ que são violentadas e assassinadas no Brasil. Nesse mesmo levantamento, a Revista Gênero e Número constatou ainda que as agressões a pessoas trans têm influência racial e incidem muito mais fortemente em pessoas negras, que correspondem a cerca de 60% das vítimas. Esse dado do perfil das vítimas por raça também se repete no número de mortes e tentativas de assassinato, correspondendo a, respectivamente, 82% e 76% das vítimas de transfobia.

Outros levantamentos produzidos no mesmo período, em que se verifica a queda no número de assassinatos, revelam que a LGBT+fobia continua expressiva e em crescimento na sociedade brasileira. Segundo Benevides e Nogueira (2020), uma pesquisa realizada pela ANTRA aponta que 99% da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos não se sentiam seguros no Brasil em 2019. Em outro levantamento, também realizado pela Revista Gênero e Número¹⁰¹, que mapeou a incidência de violência sobre a população LGBT+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral das eleições de 2018, verificou-se,

¹⁰¹A pesquisa “Violência contra LGBTs+ no contexto eleitoral e pós-eleitoral” foi desenvolvida pela Revista Gênero e Número, publicada num relatório assinado por Lucas Bugarelli e Arthur Fontgaland (2019), buscou compreender as diferentes dimensões da violência contra pessoas LGBT em três capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. O relatório produzido e publicado pode ser acessado nesse link: <http://violencialgbt.com.br/>.

entre outras coisas, a percepção de um acréscimo de violências contra pessoas trans durante o período eleitoral, manifestado por 92,5% das pessoas entrevistadas (BULGARELLI; FONTGALAND, 2019).

Os resultados da pesquisa indicam um efetivo aumento da percepção de violências cometidas contra pessoas LGBT+ desde o começo das eleições de 2018 até as primeiras semanas de 2019. Neste período, ser LGBT+ no Brasil significou, para ao menos 92,5% dos/ as participantes, levar a vida cotidiana em meio a um ambiente político mais agressivo, já que foi esse o percentual que relacionou a percepção do aumento de violência ao período eleitoral e pós-eleitoral. (BULGARELLI; FONTGALAND, 2019: 60).

Entre os grupos investigados, Bulgarelli e Fontgaland (2019) afirmam que há concentração de maior incidência de violência contra pessoas não cisgêneras, a exemplo das travestis, pessoas não-binárias e mulheres e homens trans. Os autores identificaram a rua ou espaços públicos, comércios e serviços públicos, e espaços familiares como os principais lugares onde pessoas LGBT+ sofrem violações que, em 86% dos casos, foram cometidas por pessoas desconhecidas (BULGARELLI, FONTGALAND, 2019).

Em outro levantamento, dessa vez realizado entre estudantes universitários no ano de 2018, como parte de uma pesquisa que investigava a permanência universitária de pessoas LGBT+, verificou-se também que a propagação do discurso da ideologia de gênero já afetava e se reverberava ganhando legitimidade no espaço universitário, no qual o foco principal dessas violências baseadas no gênero têm sido as mulheres e pessoas as LGBT+, em especial aqueles e aquelas que estão envolvidas com os estudos de gênero e sexualidade, e a militância feminista e de diversidade sexual.

Correlacionado com o aumento da violência LGBTfóbica, as categorias gênero e sexualidade têm mobilizado os setores conservadores do Brasil em função da defesa da família, das crianças e a partir de pânico morais que fantasiam uma doutrinação ideológica do gênero. A escola se constitui como o principal espaço em que essas questões se reverberam a partir do silenciamento das discussões das questões de gênero e sexualidade, e um reforço das condições de subalternidades e violências na qual se encontram as pessoas LGBT+.

Esse mesmo discurso aglutinou apoiadores do governo Bolsonaro em torno da política de moralidades, do conservadorismo e da militarização, que, assim como já foi salientado, contribuiu com o aumento da LGBT+fobia em sua manifestação espetacularizada, cotidiana e discursiva. É nesse sentido que acredito que as categorias gênero e sexualidade passam a ter foco e centralidade no governo Bolsonaro, porém com lentes que estão muito interessadas em cecear direitos, produzir violências e instituir pânico morais e moralidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS AMEAÇAS AO GÊNERO E O GÊNERO ENQUANTO AMEAÇA

Essa pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero Mulheres e Feminismo, na linha de pesquisa Gênero, Alteridade(s) e Desigualdades, e buscou compreender como as ofensivas antigênero impactaram a política educacional brasileira e a inserção dos debates sobre gênero e sexualidade na educação.

A investigação buscou analisar as reações ao programa Brasil Sem Homofobia, o curso Gênero e Sexualidade na Escola, e o Programa Escola Sem Homofobia, iniciativas governamentais de promoção da diversidade de gênero e sexualidade; os debates sobre a incorporação das questões de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação e na Base Nacional Comum Curricular a partir da atuação do Movimento Escola Sem Partido; e por fim, os discursos e proposições de projetos de lei disponíveis no Banco de Discursos e Notas Taquigráficas e no Banco de Projetos de Lei e Outras Proposições do Senado e da Câmara dos Deputados.

O processo de imersão, saturação, redução, e filtragem dos dados possibilitou que a compreensão sobre o impacto das ofensivas antigênero na política educacional brasileira fosse constituída. Localizamos nessa tese, que as principais interferências operadas pelos movimentos neoconservadores nas políticas educacionais se deram no Congresso Nacional com forte atuação de parlamentares neopentecostais, articulados via Frente Parlamentar Evangélica.

A análise das reações ao Programa Brasil sem Homofobia nos permitiu localizar a gênese do discurso antigênero no Brasil, que, inicialmente, nasce em oposição ao que se chamava de agenda gay. O campo dos estudos antigênero no Brasil, localiza em 2011 o início da reação pública em grande escala frente às ameaças de gênero, a partir da mobilização de deputados e senadores contra a distribuição dos materiais que faziam parte do Programa Escola Sem Homofobia.

Entretanto, a análise dos discursos e notas taquigráficas das Câmaras dos Deputados, e em especial as reações ao lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, mostram que a primeira grande ameaça, que passa a preocupar a Frente Parlamentar Evangélica, era de que a agenda anti-homofobia do Governo Lula promovesse e naturalizasse a homossexualidade. A investigação possibilitou perceber que, desde o lançamento do BSH, os movimentos neoconservadores, articulados nos partidos de direita e grupos cristãos

evangélicos e católicos, tinham como principal estratégia a disseminação de inverdades atreladas a uma suposta *ideologia homossexual*.

Desde que o Estado brasileiro passou a reconhecer a necessidade de políticas públicas de promoção à cidadania LGBT+ e a diversidade sexual, pânicos morais foram criados. Fica evidente na pesquisa, que desde 2004, deputados da Frente Parlamentar Evangélica acusam o Governo Federal de atentar contra a moral e os bons costumes, promover a pederastia, sodomia, ignomínia e a insensatez.

Ainda que não difundida midiaticamente, como aconteceu com o ESH, já se desenhava no Congresso uma forte oposição a investimentos públicos em paradas dos orgulhos e ações em prol das questões de gênero e sexualidade. Até que o recurso discursivo da ideologia de gênero fosse acionado no debate público, os movimentos neoconservadores alertavam nesse momento para os perigos da *ideologia homossexual*.

Conforme foi sinalizado no capítulo dois, é impossível compreender as estratégias desses movimentos apenas a partir dos fatos locais. Paternotte e Kuhar (2018) ao alertarem para armadilha do *nacionalismo metodológico*, sinalizam que a compreensão das formas de articulação desse movimento não pode se dar apenas a partir de fatores locais e de uma interpretação estritamente nacional, pois, as campanhas antigênero tornaram-se na última década um fenômeno transnacional, e se proliferaram por países europeus, ganhado muita força na América Latina com o apoio das igrejas e organizações evangélicas neopentecostais.

Em função disso, mesmo já existindo no Brasil uma forte oposição aos direitos civis e humanos das pessoas LGBT+, é somente quando a articulação transnacional das ofensivas antigênero ganham força ao redor do mundo, que os atores locais passam a falar de uma “ideologia de gênero”. A compreensão do modelo de organização e recurso discursivos utilizado pelos opositores ao BSH, ao curso Gênero e Sexualidade na Educação e, em última medida, as ofensivas contra o Escola sem Homofobia no Congresso, foram fundamentais para esse entendimento. O gênero ainda não era compreendido como ameaça, mas as ameaças já eram de gênero.

Outro aspecto marcante, que olhar para o GDE e o BSH possibilitou, foi perceber a dimensão do impacto dessas ofensivas na efetividade das políticas implementadas. Se o ESH, em especial o processo de distribuição dos Kits de Combate a Homofobia foi totalmente impactado pela midiatização do discurso antigênero, no caso do BSH e em especial do GDE, a atuação da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados não impediu que as políticas tivessem sucesso.

O caso do GDE é ainda mais impactante nesse sentido, pois diversos pesquisadores, em destaque aqui, Fernandes (2011), Vianna (2012), Caldas (2007), Ferrari (2004), Grösz (2008), Koerich (2007) e Mostafa (2009), afirmam que os cursos de formação de professores em formato presencial, online e semipresencial, foi a principal ação da agenda anti-homofobia do Governo Lula. Há também o entendimento de que essa foi a primeira política educacional que efetivamente promoveu e possibilitou debates sobre gênero, sexualidade e diversidade na educação básica, atingindo um total de mais de 44 mil profissionais da educação.

Com a entrada da mídia na amplificação dos discursos opositores dos parlamentares de direita e da frente parlamentar evangélica, começa a ficar visível os impactos dessa agenda na promoção de políticas públicas educacionais para a promoção da diversidade sexual, da cidadania LGBT+, e da inserção dos debates sobre gênero e sexualidade na escola.

Há algo marcante em toda a trajetória de consolidação do recurso discursivo da ideologia de gênero que faz com que ele ganhe força e penetre o debate público: a preocupação com a família e a infância. Tanto no Brasil, quanto na França, e nos países da América Latina que tiveram articulações próprias das ofensivas antigênero, a preocupação com o aliciamento de crianças e adolescentes é central. Mesmo na França, em que o catalisador das mobilizações foi o processo de discussão e aprovação do casamento igualitário, no centro da oposição organizada pelo *La Manif Pour Tous* estava o medo de que, se casais do mesmo sexo pudessem constituir uma família via união civil, muito em breve também poderiam ter filhos e adotar crianças.

Isso fica ainda mais evidente quando percebemos que Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai e Uruguai desenvolveram articulações locais de proteção à infância contra os estudos de gênero através da organização *Con mis hijos no te metas*. Como foi apresentado no capítulo três, na França, esse debate também foi deslocado para a escola, através das reações ao ABCD da Igualdade e da Jornada de retirada dos filhos da escola.

Ao comparar as ações das ofensivas e as reações sociais aos processos de implantação do Kit de Combate a Homofobia e do ABCD *de l'Égalité*, fica ainda visível o quanto esses movimentos articulam-se de forma transacional, com modelos de atuação similares. Nos dois casos, há uma preocupação comum, que vai fazer com que as iniciativas não alcancem o objetivo desejado: a escola vai ser entendida como indutora da homossexualidade e da pedofilia (BALIEIRO, 2018). Se, no Brasil, tivemos a fake news de

que o governo do PT estava distribuindo mamadeiras com bico em formato de pênis, na França, circula a notícia de que uma professora pediu para que um menino mostrasse o seu pênis e que uma menina mostrasse a sua vagina durante a aula.

Os pânicos morais estavam focados na ameaça à família tradicional, e em especial na ameaça que os programas representavam às crianças e aos adolescentes. Nos discursos dos deputados na câmara, serão recorrentes as demonstrações de preocupação com um possível aliciamento infantil, promoção da pedofilia e incitação a uma sexualização precoce. Nesse contexto, dois novos atores entram em cena, possibilitando assim que os movimentos ganhem uma notoriedade antes nunca vista: a mídia explora bastante, ao longo do mês de maio de 2011, o “Kit Gay”, e instituições religiosas, a exemplo da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, incitam a pressão popular pela não distribuição e circulação dos materiais do programa.

Na minha leitura, o “Kit Gay” foi um marco político na forma como a agenda neoconservadora e fundamentalista religiosa se organiza para combater as questões de gênero e sexualidade na educação. Parte da estratégia adotada por esses movimentos consistia em retomar, sempre que questões de gênero e sexualidade vem à tona no cenário público e político, a ideia de que isso resultaria numa sexualização da infância, no desvirtuamento de crianças e adolescentes e na destruição da família tradicional.

As ofensivas antigênero em volta do Kit Anti-Homofobia marcaram o fim do que Irineu (2017) chamou de “LGBT+fobia Cordial”, estabelecendo a partir daí um novo modo de violência LGBTfóbica, que se estrutura em bases discursivas, distorções semânticas e produção de inverdades sobre os estudos de gênero e sexualidade, e o movimento feministas e LGBT+.

Os movimentos antigênero saem vitoriosos dessa primeira ofensiva. Não só a distribuição dos materiais foi vetada e considerada inadequada pela presidente Dilma¹⁰², impedindo assim que o tratamento da diversidade sexual e combate a homofobia na escola fosse efetivado via política pública educacional, como, também, o reforço discursivo de que o debate sobre gênero e sexualidade na escola interferia na vida privada das pessoas, e estimulava estudantes a serem gays e lésbicas através de uma *propaganda de opções sexuais*¹⁰³.

¹⁰² Em reportagem disponibilizada no Portal de Notícias da Câmara, o ministro Gilberto Carvalho afirma que a presidente Dilma Rousseff considerou o material "inadequado". Matéria completa disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/215309-pressao-de-bancadas-faz-governo-%20cancelar-kit-sobre-homossexualidade>.

¹⁰³ Conforme foi relatado anteriormente no quarto capítulo, quando a presidente Dilma Rousseff suspende os materiais didáticos do Kit Anti-homofobia, em seu posicionamento a imprensa, ela diz que “O governo defende

O mês de maio de 2011 ficou marcado pelo endurecimento do discurso antigênero e o fortalecimento da ideia de que o enfrentamento da homofobia proposto pelos movimentos feministas e LGBTQ+ mascarava o projeto de destruição da família tradicional e o aliciamento de crianças e adolescentes. Assim como aconteceu durante as mobilizações de oposição ao BSH e ao GDE, fala-se ainda em um estímulo a homossexualidade, agenda gay, propaganda de opções sexuais, entre outras variações da mesma ideia de que a promoção das discussões sobre gênero e sexualidade era parte desse projeto de homossexualização da sociedade.

Na minha investigação, não consegui mapear, nesse momento, a utilização do recurso discursivo da ideologia de gênero. Por outro lado, é muito visível nos discursos e argumentos que circularam no congresso e nos principais veículos da mídia nacional sobre o Kit Gay, que esse momento fortaleceu o terreno para que uma oposição mais violenta às questões de gênero tomassem conta do Brasil em 2014.

As suspensões da distribuição dos materiais que faziam parte do Kit Anti-homofobia do programa Escola Sem Homofobia foi a primeira batalha vencida pelos movimentos antigênero, na grande guerra que vai ser travada contra o gênero no Plano Nacional de Educação. O Gênero passava então a ser compreendido como ameaça, ao passo que o *Gênero* também estava sendo ameaçado.

Deslocada de um evento específico, os movimentos antigênero mobilizam uma constante vigilância para barrar iniciativas de debates sobre gênero e sexualidade na escola. O evento do Kit Gay contribui também para que novos empreendedores morais apareçam em cena, como vai ser o caso do Movimento Escola Sem Partido, que torna o enfrentamento ao gênero uma de suas principais bandeiras.

O MESP, que já tinha uma atuação pouco visível desde 2004, encontra projeção política na oposição a iniciativas educacionais que tinham uma perspectiva de gênero, instaurando uma constante vigilância às práticas pedagógicas de professores em diversas escolas do Brasil. O movimento difundiu uma campanha para que os pais e responsáveis notificassem extrajudicialmente e expusessem nas redes sociais, as escolas e docentes que trabalhassem questões de gênero e sexualidade.

No noticiário brasileiro, em especial nas redes sociais do movimento, e de atores sociais apoiadores das ofensivas antigênero, começa a ser frequente a exposição e intimidação

a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais. De nenhuma forma nós podemos interferir na vida privada das pessoas.” Matéria completa disponível no link: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-diz-que-nao-vai-ser-permitido-nenhum-orgao-do-governo-fazer-propaganda-de-opcoes-sexuais-2765417>.

de professores. Esses pânico morais contribuíram para crescimento de discursos de ódio e a construção de inimigos imaginários: os homens gays, as mulheres lésbicas, as feministas, as pessoas trans, as pessoas queer, não binárias, e todas as representações de uma identidade de gênero e ou sexualidade destoante da heterossexualidade representam um mal a ser combatido e erradicado.

A escola é aqui o lugar principal onde essas pessoas precisam ser invisibilizadas, para que suas existências não *influenciem* outros indivíduos a existirem. Porém, não se restringe à escola esse investimento. Como relatei anteriormente, exposições, museus, eventos acadêmicos, entre outros espaços, passam a ser invadidos, expostos e perseguidos por essas ofensivas.

Como parte dessa investida, o movimento disponibilizou modelos de projetos de leis e mobilizou manifestantes a levarem às câmaras municipais proposições que regulamentassem os debates sobre gênero e sexualidade na escola. Mapeei a existência de 41 Projetos de Lei em Vigor, 53 em tramitação, e mais de 93 iniciativas nos municípios brasileiros visando a proibição da inclusão das questões de gênero e sexualidade nos currículos.

Por mais que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado como inconstitucionais as legislações municipais que tentaram normatizar o *ensino de gênero*, é inegável o impacto disso na compreensão social da importância de a escola debater gênero, sexualidade e diversidade sexual. Na mesma medida, fica ainda mais evidente esse impacto, quando analisamos instrumentos legais de orientação da política educacional brasileira que passaram sem fazer quaisquer menções a essas questões, como foi o caso do PNE e da BNCC, que abordei no quarto capítulo da tese.

O momento de discussão e definição das metas do Plano Nacional de Educação foi catalisador na difusão da noção “ideologia de gênero”. É entre o final de 2014 e início de 2015 que esse recurso discursivo começa a tomar conta das redes sociais e dos principais sites de notícias do país. Em função dos pânico morais mobilizados na época, o PNE e todos os Planos Estaduais de Educação são aprovados sem qualquer menção a gênero e diversidade sexual.

Influenciados e instrumentalizados pela agenda transnacional antigênero, os argumentos que são acionados no Brasil para classificar tudo que se relaciona a gênero e sexualidade, assim como a direitos de mulheres e pessoas LGBTQ+, são os mesmos observados em outro parte do mundo, em especial aqui na França e em outros países da América Latina.

Se, no Brasil, podemos afirmar que, mobilizados pelo MESP, e durante todo o processo de definição das metas municipais e estaduais dos Planos de Educação do país, houve uma constante vigilância de gênero, para que termos e expressões que se relacionam aos estudos de gênero e sexualidade não fizessem parte dos documentos, na França, o coletivo VigiGender passa a orientar pais e professores contra os perigos da “Théorie du Genre”, que, disfarçada de agenda para promoção de igualdades, impunha uma nova linguagem na escola.

Se, na França, o VigiGender estava comprometido em promover uma escola que as questões de gênero dos seus programas de ensino e atividades extracurriculares, no Brasil, essa exclusão lexical aconteceu por completa no principal documento normativo dos currículos das escolas brasileiras: a Base Nacional Comum Curricular. Podemos dizer que a última versão da BNCC sofreu uma revisão lexical, na qual todas as menções a gênero, sexualidade, orientação sexual e diversidade sexual foram removidas de seu texto.

Ao contrário do PNE, em que a exclusão de metas relacionadas à promoção da diversidade sexual e de gênero vieram em meio a inúmeros debates e enfrentamentos públicos dos movimentos antigênero, a retirada dos termos gênero e sexualidade na BNCC foi uma ação coordenada pelo Ministério da Educação do Governo Temer e aprovada a toque de caixa pelo Conselho Nacional de Educação, sem que houvesse participação popular, e até mesmo sem que fossem levadas em consideração as sugestões advindas das consultas públicas.

A remoção dos debates sobre gênero e sexualidade na BNCC é fruto das mobilizações conduzidas pelo neoconservadorismo e fundamentalismo religioso, que, desde o impeachment da presidenta Dilma, passam a ocupar espaços de decisão, em especial de temas relacionados à educação, para impor suas convicções morais e cristãs, e cercear o direito de professores falarem sobre temas que conflitem com suas moralidades.

O processo de aprovação da BNCC sem as menções para as questões de Gênero e Sexualidade chama atenção devido à mudança no formato de atuação dos movimentos antigênero. Se antes, a tática adotada para o confronto dessas perspectivas era mais barulhenta e focada na disseminação de notícias falsas e pânico morais, as mudanças no texto final da BNCC aconteceram de forma silenciosa.

Tanto no PNE quanto na BNCC, as ofensivas antigênero fazem uso do mesmo recurso discursivo estratégico utilizado ao longo das mobilizações contra o Kit de Combate à Homofobia: a ideia de que a promoção desses debates na escola representa uma ameaça às crianças e à infância. Em função disso, e em reação o entendimento do STF, de que não caberia aos definirem os currículos, conteúdos e metodologias de ensino, multiplicam nas casas legislativas do país projetos de lei que ambicionam criminalizar a abordagem sobre

questões de gênero e sexualidade na escola ou em qualquer outro espaço educativo e cultural que atenda crianças e adolescentes.

Como não há no PNE e nem mesmo na BNCC indicações da proibição de que essas questões sejam abordadas, um movimento paralelo se organiza via câmara dos deputados, para tentar alterar a LDB, e, em alguns casos, o código penal, para cercear o direito e autonomia do professor em abordar conteúdos e temas que transversalizem as questões de gênero e sexualidade.

Na investigação que realizei, mapeei a existência de 35 Projetos de Lei e/ou Projeto de Lei Complementar, em tramitação no Congresso Nacional, que tem como foco legislar sobre questões relacionadas à ideologia de gênero. As proposições dão conta de modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, fazendo constar proibições às abordagens sobre ideologia de gênero na escola; estabelecimento de um Estatuto da Família, que exclui famílias não-herossexuais e cisgêneras; e, há um maior número de proposições de alteração no código civil e penal, pretendendo criminalizar a ideologia de gênero em diversas frentes.

A análise dos projetos de lei me permitiu observar que a frente de criminalização da ideologia de gênero se expande do universo escolar e atenta contra espaços museológicos, exposições artísticas, feiras de livros, distribuição e comercialização de literaturas infanto-juvenis, espetáculos públicos, programas de rádio e televisão, e qualquer outro lugar em que esteja mapeada a possibilidade dos ideólogos do gênero¹⁰⁴ produzirem influência sobre crianças e adolescentes.

Foi possível perceber também, que, para o neoconservadorismo brasileiro, representado na câmara por parlamentares de extrema direita, neopentecostais e membros da Frente Parlamentar Evangélica, gênero passa a significar uma ameaça social que deveria ser combatida em todos os contextos da vida social, inclusive dos documentos oficiais emitidos pelo congresso. Em alguns casos, há uma vigilância lexical em termos e palavras utilizadas em proposições, e até mesmo na flexibilização do gênero em comunicações oficiais, como foi o caso do já relatado o PL 309/2018, que propunha substituir a expressão “igualdade de gênero” por “igualdade de direitos entre homens e mulheres”.

Por mais que ainda haja Projetos de Lei que explicitamente falam de ideologia de gênero, nenhuma legislação no Brasil foi aprovada nesse sentido. Se de um lado, nos permite

¹⁰⁴ A expressão “ideólogo do Gênero” é utilizada em alguns discursos de parlamentares na câmara, como também em publicações nas redes sociais de atores dos movimentos antigênero para caracterizar professores e professoras, e pessoas dos movimentos feministas e LGBT que se posicionam a favor dos direitos LGBT+ e das mulheres, e pelas políticas públicas educacionais sobre gênero e sexualidade.

afirmar que, nessa frente, os movimentos antigênero não tiveram ganhos na frente de criminalização, por outro, tal qual aconteceu recente com o PL 580/2007, é uma alerta de que ainda não há garantias de que professores não serão perseguidos e expostos, caso trabalhem com gênero e sexualidade em suas salas de aulas. Basta observarmos o número a legislativa da câmara, onde ainda há 83 proposições em tramitação que tem como foco legislar sobre a ideologia de gênero.

Nesse sentido, acredito que o maior impacto das ofensivas antigênero no Brasil, além de impedir que haja, na política educacional brasileira, menções e/ou programas que estimulem a promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero, foi a produção e recrudescimento das violências LGBTfóbicas, conforme apresentado na última parte dessa tese, onde reflito o reflito sobre o impacto da agenda antigênero na produção de violências contra pessoas LGBTQ+, tendo como foco as eleições de 2018 e o primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro, períodos em que foram amplificados discursos de ódio contra mulheres e pessoas LGBTQ+, e políticas públicas para pessoas LGBTQ+ foram desmontadas em diversas áreas.

A oposição às políticas pró-diversidade e às discussões de gênero e sexualidade na escola fez parte da agenda central do governo e contribuiu com o aumento da violência LGBTfóbica, acirrando as discriminações às pessoas LGBTQ+ na escola, na universidade e nos mais variados espaços públicos. Em especial na Educação, com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), foram coordenados diversos ataques à comunidade LGBTQ+ com as mesmas justificativas de proteção da infância, resguardo da família, respeito às moralidades e valores cristãos, e combate a suposta ideologia de gênero.

A partir de indicadores externos, em especial as investigações e análises realizadas por Benevides e Nogueira (2020), Costa e Queiroz (2019), Quinalha (2019), Hermanson (2019), Mena (2019), e Bulgarelli e Fontgaland (2019), finalizo o último capítulo da tese apontando para o aumento da violência de gênero e da LGBTQ+fobia em sua manifestação espetacularizada, cotidiana e discursiva, provocado pela agenda antigênero, que, a partir de 2019, tinha legitimidade política no poder executivo e ainda mais força no legislativo.

Uma das brechas dessa investigação, foi a averiguação sobre as resistências que foram e continuam sendo articuladas no Brasil desde que as mobilizações antigênero se intensificaram. Um dos objetivos específicos deste trabalho era refletir sobre as contraofensivas às ofensivas contra os estudos de gênero, os direitos das pessoas LGBTQ+ e o

gênero enquanto categoria de análise, o que viria a compor um quinto capítulo, que acabou não sendo construído.

Para identificação de contraofensivas, eu havia escolhido como instrumento de análise trabalhos acadêmicos que relatem experiências, vivências e/ou resultados de pesquisa sobre o enfrentamento das ofensivas antigênero. A identificação dos dados veio por meio da imersão em publicações encontradas nas bases de dados Scielo, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Educapes, e Portal de Periódicos da CAPES a partir dos descritores “ideologia de gênero”, “ofensivas antigênero”, ofensivas anti-gênero”, “movimentos antigênero”, e movimentos anti-gênero”.

A escolha dos descritores havia se dado a partir da revisão de literatura realizada anteriormente para fundamentação teórica das perspectivas expostas nesta tese e disponíveis no segundo capítulo. Nas publicações científicas, tanto do Brasil, quanto da França, países em questão nessa reflexão aqui realizadas, os movimentos que têm atuado no enfrentamento das questões de gênero e sexualidade, e no cerceamento desses debates na educação, e dos direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+ são caracterizados como “movimentos antigênero”, em alguns casos, a palavra antigênero sendo grafadas de forma composta. Da mesma forma, o termo “ideologia de gênero”, que inicialmente foi popularizado por esses movimentos para caracterizar, de forma pejorativa, os estudos de gênero, também é utilizado, em especial em publicações recentes, para caracterizar esses movimentos.

Para a escolha das bases de dados, utilizei como referência uma orientação técnica publicada no Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia¹⁰⁵ que lista 92 bases de dados de publicação científica, sendo a maioria de acesso livre. Para o filtro das bases utilizadas, excluí as bases voltadas especificamente para ciências médicas e da saúde, a exemplo de Biblioteca Médica Virtual, LILACS, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, e PePsic, Base de dados de periódicos científicos de psicologia e áreas afins.

Também haviam sido excluídas bases de dados internacionais e outras bases que se relacionavam a áreas de pesquisa específica, como o caso do Fórum de Comércio Internacional, portal de informação sobre desenvolvimento e comércio internacional, e o GlobalLex, Biblioteca digital de ciências políticas, econômicas, leis e legislação da América Latina.

A pesquisa inicial, que deveria ter resultado em um quinto capítulo, localizou 1.370 trabalhos, sendo eles 246 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 533 no

¹⁰⁵ Disponível em: <https://sibi.ufba.br/bases-de-dados-de-acesso-aberto>.

Educapes, 555 no Portal de Periódicos da CAPES e 36 no Scielo. Os trabalhos encontrados refletiam sobre aspectos múltiplos dos movimentos antigênero, desde a sua caracterização, a revisão histórico-bibliográfica da categoria “ideologia de gênero” e sua maioria se detinha a discutir os impactos da ideologia de gênero nas políticas de educação e nos direitos das pessoas LGBT+IPA+ e mulheres. O processo de saturação dos trabalhos encontrados se deu pela identificação daqueles textos que se propunham a discutir experiências de enfrentamento das ofensivas antigênero. Por fim, realizei uma redução no número de trabalhos encontrados a fim de que fossem selecionados apenas aqueles que possibilitariam a construção da compreensão dos enfrentamentos produzidos.

Entre as buscas realizadas nas bases de dados, os descritores que menos localizaram artigos e textos publicados foram os “ofensivas anti-gênero” e “movimentos anti-gênero”, em que a palavra antigênero é escrita de forma composta com hífen. No banco de teses da capes, no Portal de Periodicus e no Scielo, nenhuma publicação foi encontrada. Já no Portal Educapes, dois textos foram encontrados para “movimentos anti-gênero” e nenhum para “ofensivas anti-gênero”.

Quando as buscas foram realizadas com a palavra antigênero sem hífen, tal qual tenho usado nesta tese, um número maior de publicações foi encontrado, porém, ainda muito abaixo do que quando as buscas foram feitas com o descritor “ideologia de gênero”. Enquanto no Scielo não encontrei publicações para as buscas com “movimentos antigênero”, no portal Educapes, encontrei 08 textos, no portal de Periódicos da Capes também encontrei 08 textos, e no banco de tese da Capes, 07. Já para as buscas com “Ofensivas antigênero”, encontrei 10 teses e dissertações, 13 artigos no Portal de Periódicos, 08 textos no Portal Educapes e apenas 01 no Scielo.

O descritor “ideologia de gênero” foi o que mais localizou produções bibliográficas sobre o tema. Ao todo, localizei 1.159 textos, sendo eles, 235 teses e dissertações, 29 artigos no Scielo e 565 no Portal de Periódicos, e 330 textos no Portal Educapes. Isso nos mostra que, na produção bibliográfica brasileira sobre as ofensivas antigênero, as principais publicações utilizam da mesma expressão conservadora que caracteriza os estudos de gênero, para significar suas formas de atuação.

Devido ao grande volume de textos encontrados, a filtragem inicial se deu pelo título dos trabalhos, inicialmente selecionei apenas 69 textos que já no título apresentavam a perspectiva de discutir experiências de enfrentamento das ofensivas antigênero. Do Educapes, foram filtrados 45 textos, do banco de teses e dissertações, 14 textos, sendo 11 deles dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado, e no Scielo não foram mapeadas publicações

que passassem no filtro estabelecido. No Portal de Periódicos, dos 565 textos inicialmente encontrados, foram filtrados os textos em língua portuguesa e os que haviam passado pela revisão por pares, restando assim 170 publicações, que após o processo de identificação inicial, reduziu-se para 10.

Esse movimento de levantamento de dados que realizei para o capítulo que acabou não entrando nessa tese, nos mostra o quanto é urgente produzir investigações sobre as resistências antigênero, sobre as contraofensivas dos movimentos sociais, dos estudantes e professores da rede básica de ensino e da universidade, que, mesmo frente a tantos ataques, não desistiram de continuar falando de gênero. Há no Brasil apenas quatro teses de doutorado publicadas e disponíveis no portal de teses e dissertações da CAPES, o que mostra para mim que o próximo passo que esse trabalho deve dar é justamente esse.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. G. Coletivos Universitários de Diversidade Sexual e a crítica à institucionalização da militância LGBTTQIA+. *Século XXI. Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 2, p. 133-179, 2014.
- AMORIM, Felipe. Após polêmica, Bolsonaro diz que procurador a favor de Escola sem Partido é cotado para Educação. *Uol*. Brasília. 22 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/11/22/apos-polemica-bolsonaro-cita-procurador-contrario-a-discussao-de-genero-para-educacao.htm>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- ANATRELLA, Tony. **The Pontifical Council for the Family**. Gender. La Controverse. Paris: Pierre Téqui, 2011.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.
- ANTHONY, FAVIER. **Les catholiques et le genre**. Une approche historique. Le genre, théories et controverses, Paris, Puf (La vie des idées), p. 45-59, 2014.
- ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza**: Towards a new consciousness. AM Garcia, Chicana feminist thought: The basic historical writings, p. 270-274, 1997.
- APPLE, M. W. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- APPLE, M. W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1995.
- AQUINO, Felipe. **Você já ouviu falar em ideologia de gênero?** 2014. Disponível em: <http://cleofas.com.br/voce-ja-ouviu-falar-em-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- ARAGUSUKU, Henrique Araujo *et al.* Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 04, p. 05-33, 2019.
- ARÈNES, Jacques. La problématique du “genre”. **Documents épiscopat**, v. 12, p. 4, 2006.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 458, 1995.
- BALDAN, Merilin. Do Programa Escola Sem Partido como apanágio do “ódio à democracia” ou como projetos neoconservadores e liberais negam a educação para todos. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 14, n. 1, 2017.

BALIEIRO, F. de F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>. Acesso em: 11 out. 2023.

BARAJAS, Karina Bárcenas. Pánico moral y de género en México y Brasil: rituales jurídicos y sociales de la política evangélica para deshabilitar los principios de un Estado laico. **Religião & Sociedade**, v. 38, p. 85-118, 2018.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.042>.

BATISTA, Fabiana. Brasil registra 124 assassinatos de transexuais em 2019. Uol. São Paulo, 29 jan. 2020. **Universa**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/29/dossie-de-violencia-contrapessoas-trans-em-2019.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BEDINELLI, Talita (2016). “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”. **El País**, Edição Brasil, online, 05 mai. Acesso em 28 jun. 2016 (http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html).

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara, NAIDER, Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020, 80p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violencia-contrapessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.

BÉRAUD, Céline. Un front commun des religions contre le mariage pour tous. **Contemporary French Civilization**, v. 39, n. 3, p. 335-349, 2014.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

BOURCIER, Sam/Marie Hélène. Sexo e neoliberalismo. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (Org.). **Desfazendo gênero I: subjetividades, cidadania, transfeminismos**. Natal: Edufrn, 2015. p. 25-49.

BOUTIN, Christine. **Gender: lettre ouverte de Christine Boutin au ministre Luc Chatel**. 2011. Disponível em: <http://www.libertepolitique.com/Aller-plus-loin/Dossiers-thematiques/Le-gender-a-l-ecole/Gender-lettre-ouverte-de-Christine-Boutin-au-ministre-Luc-Chatel>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BOUYASSE, Viviane *et al.* **Évaluation du dispositif expérimental «ABCD de l'égalité»**. Rapport de l'Inspection générale de l'Éducation nationale, 2014.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, jan./jun. 2006, p. 329-376.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. Não é competência do professor ser sexólogo. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, p. 100-123, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual Brasília, 2008.

BRASIL. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 53, p. 39, 18 mar. 2020.

BROWN, Gavin. Pensando Além da Homonormatividade: Explorações Performativas de Economias Gays Diversificadas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 125-138, 2012.

BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral. Rio de Janeiro: **Revista Gênero e Número**, 2019. 72 p. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.

CAFARDO, Renata. **Base Curricular inclui temas como gênero e sexualidade em área de ensino religioso**. 2017. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,base-curricular-inclui-temas-comogenero-e-sexualidade-em-area-de-ensino-religioso,70002110265>>. Acesso em: 13 ago. 2019. » <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e--questao-de-genero,1705540>.

CALDAS, C. A. A. **A escola faz diferença?** Um estudo da produção discursiva das homossexualidades por professores de ensino médio. Dissertação (Mestrado) – UFP, Belém, 2007.

CALEIRO, João Pedro. **Bolsonaro promete fim do “coitadismo” de negro, gay, mulher e nordestino**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

CÂMARA, C. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada. 2000.

CARLOS, Jeferson. Prefeitura manda tirar trechos de livros escolares com união entre gays. **G1**. Ariquemes, p. 1-1. jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/prefeitura-manda-arrancar-paginas-de-livros-escolares-sobre-homossexuais.html#:~:text=Conforme%20o%20poder%20executivo%2C%20todas,Thiago%20Flores%20e%2012%20vereadores>. Acesso em: 12 maio 2020.

CARRARA, Sergio *et al.* **Gênero e diversidade na escola**: avaliação de processos, resultados, impactos e projeções. Rio de Janeiro: Cepesc, 2017.

CARVALHO, Marcos Castro; SIVORI, Horacio Federico. Conservadorismo religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2018.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. Usos e Incompreensões do Conceito de Gênero no Discurso Educacional do Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1.

CASTELLS, M. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura, vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

CHETCUTI, Natacha. Quand les questions de genre et d'homosexualités deviennent un enjeu républicain. **Les temps modernes**, n. 2, p. 241-253, 2014.

CLEUZIOU, Yann Raison. Génération Manif pour tous. **Sciences humaines**, n. 316, p. 42-43, 2019.

CNBB, Conferência Nacional de Bispos do Brasil (Brasil). **Nota do regional Sul 3 sobre riscos da introdução da Ideologia de Gênero nos Planos Estadual e Municipais de Educação**. 2015. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/bispos-do-regional-sul-3-emitem-nota-sobre-riscos-da-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**: The Creation of Mods and Rockers (1972–2002). In: *Crime and Media*. Routledge, 2019. p. 461-482.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, p. 207, 2007.

COLLING, Leandro; FERNANDES, Felipe; AQUINO, Silvia de. **A “teoria de gênero” nada inocente de Dom Murilo**. 2014. Disponível em: <http://blogs.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2014/09/19/a-“teoria-de-genero”-nada-inocente-de-dom-murilo/>. Acesso em: 18 set. 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO (Celam). Documento conclusivo (Documento da Aparecida). Bogotá: **Centro de Publicaciones del Celam**, 2007.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. **Cadernos Pagu**, v. 50, p. 175009, 2017.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

CORRÊA, Sonia. **Anti-Gender Politics in Latin America: Country Case Studies Summaries**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids (ABIA), 2020.

CORSETTI, Berenice. **Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil**. Educação Unisinos, v. 23, n. 4, p. 774-784, 2019.

COSTA, Regina Alice Rodrigues Araujo; QUEIROZ, João Pedro Pereira de. **Para além da criminalização da LGBT+fobia: cidadania, políticas públicas e direitos LGBT**. In: Debates e reflexões sobre direitos da diversidade sexual e de gênero [recurso eletrônico] / organizadoras Maria Goretti Soares Mendes, Rebeca Spencer Hartmann, Regina Alice Rodrigues Araujo Costa. Recife: FASA, 2019, p. 64 – 79.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, Feb. 2006.

COSTE, Benjamin. Actualité Église L’archevêque de Toulouse « désapprouve vivement » les manifestations prévues contre « Gólgota Picnic ». **Famille Chretienne**. Paris, p. 1-1. 14 nov. 2011. Disponível em: <https://www.famillechretienne.fr/eglise/vie-de-l-eglise/l-archeveque-de-toulouse-desapprouve-vivement-les-manifestations-prevues-contre-golgota-picnic-18303>. Acesso em: 14 jun. 2021.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador, EDUFBA, 2008.

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis, Vozes, 1995.

DEVATINE, Vaea. Golgota Picnic: Jean-Michel Ribes, Frigide Barjot, Michael Lonsdale et les catholiques. **Maohi Tribune**. Paris, p. 1-1. 10 dez. 2011. Disponível em: https://www.maohitribune.com/Golgota-Picnic-Jean-Michel-Ribes-Frigide-Barjot-Michael-Lonsdale-et-les-catholiques_a5452.html. Acesso em: 14 jun. 2021.

NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine; SILVEIRA, Raquel da Silva (orgs.) **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?** Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2018.

DUGGAN, Lisa. The newhomonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana. **Materialising Democracy: Towards a Revitalized Cultural Politics**. Durham, NC: Duke University Press, 2002, p. 175 – 194.

DUGGAN, Lisa. The newhomonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana. **Materialising Democracy: Towards a Revitalized Cultural Politics**. Durham, NC: Duke University Press, 2002, p. 175 – 194

ERTHAL, Luiz Augusto. **Mais de 30 universidades invadidas**. 2018. Disponível em: <http://www.todapalavra.info/single-post/2018/10/26/Mais-de-30-universidades-invadidas?utm_campaign=bc4eded6-5fa3-4399-9f39-de3fb3922944&utm_source=so>. Acesso em: 07 nov. 2018.

FASSIN, Éric. **Genere minaccioso, genere minacciato**. AG About Gender-International Journal of Gender Studies, v. 8, n. 15, 2019.

FASSIN, Éric. National identities and transnational intimacies: Sexual democracy and the politics of immigration in Europe. **Public culture**, v. 22, n. 3, p. 507-529, 2010.

FAVIER, Anthony. La réception catholique des études de genre. In: **Le genre, approches dépassionnées d'un débat**. 2012.

FEITOSA, C.; SILVA, E. L. dos S; DA SILVA ZACARIAS, V. S. Reflexões críticas da mesa "Ser'gay'de interior": vivências, existências e resistências político-afetivas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 310-332, 2020.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins *et al.* **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011.

FERRARI, A. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 25, p. 105-115, jan./ abr. 2004.

FERRARI, A; DE VIVEIROS BARBOSA, J. G. C. Homossexualidades masculinas e cidade pequena. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2014.

FERREIRA, Paula. Escola sem Partido anuncia suspensão de atividades, e criador do movimento desabafa: 'Esperávamos apoio de Bolsonaro'. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 18 jul. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368>. Acesso em: 18 maio 2020.

FERREIRA, Paula; MARIZ, Renata. **CNE retira gênero e orientação sexual da Base Curricular**. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cne-retira-genero-orientacao-sexual-da-basecurricular-22179063>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREIRE, Nilcéa; SANTOS, Edson; HADDAD, Fernando. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. In: Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2009. p. 9-10.

- FURLANI, Jimena. **Existe “ideologia de gênero”?** 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.
- GARBAGNOLI, Sara; NOÛS, Camille. Questions minoritaires, réponses majeures: remarques sur la colère majoritaire. **Cahiers du Genre**, n. 1, p. 55-73, 2020.
- GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional. **Estudos Feministas**, v. 14, n. 3, p. 635, 2006.
- GIRARD, Étienne; MATHOUX, Hadrien. L’offensive des obsédés de la race, du sexe, du genre, de l’identité. **Dossier paru dans Marianne**, v. 11, n. 04, 2019.
- GIVIGI, Ana Cristina Nascimento. OLIVEIRA, Camila Silva de. Aquenda! Universidade: o Recôncavo baiano sai do armário. In: Givigi, Ana Cristina Nascimento, *et al.* **O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade**. p. 13 – 29, 2013.
- GOMES, Ana Valeska Amaral; BRITTO, Tatiana Feitosa de. **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas**. Brasília: Senado Federal, Edições Técnicas: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- GONTIJO, F.; COSTA, F. C. “Ser Traveco é Melhor que Mulher”: considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, p. 171-186, 2012.
- GONZALEZ, Jeferson Anibal; DA CRUZ COSTA, Michele Cristine. Neoliberalismo, neoconservadorismo e educação. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 3, p. 551-565, 2018.
- GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.
- GROSSELIN, Philippe. **Question n° 115235 au ministre de l’Éducation nationale, de la Jeunesse et de la Vie associative**. Page du député Gosselin. 2011. Disponível em: <https://www.philippegosselin.fr/actualites/archives/2030-archive-a-l-assemblee/archive-questions-critiques?start=108>. Acessado em 20 de abril de 2021.
- GRÖSZ, D. **Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores**. Dissertação (Mestrado) – UFB, Distrito Federal, 2008.
- GRUPO GAY DA BAHIA - GGB. **Bolsonaro tá chegando, “corra você que é viado”**: adolescentes deboçam de LGBT em vídeo. 2018. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2018/10/11/bolsonaro-ta-chegando-corra-voce-que-e-viado-adolescentes-debocham-de-lgbt-em-video/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- GUÉNOIS, Jean-Marie. Mariage gay: les religieux présents mais discrets. **Le Figaro**. Paris. 13 jan. 2013. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/actualite-france/2013/01/13/01016-20130113ARTFIG00209-toutes-les-confessions-representees-mais-discretes.php>. Acesso em: 24 jun. 2021.

GUNDIM, V.A.; ENCARNAÇÃO, J.P.; SANTOS, F.C.; SANTOS, J.E.; VASCONCELLOS, E.A.; SOUZA, R.C. Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. **Revista Baiana de Enfermagem**. 2021.

HARAWAY, Donna, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, **Cadernos Pagu**, (5), 1995:07-42.

HARDING, Sandra. “Strong objectivity and socially situated Knowledge”. In: HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose knowledge?** New York: Cornell University Press, 1991.

HARSTOCK, Nancy. “The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism”. IN: S. Harding (ed.). **Feminism & Methodology**. Bloomington, Indiana: Indiana: Open University Press, 1987, pp.: 157-180.

HENN, Ronaldo Cesar; MACHADO, Felipe Viero. Mas... **E o beijo das travestis?** De Feliko e Clarina, dos sentidos produzidos em rede e de quem pode (e como pode) beijar no horário nobre//But... What about the transvestite kiss? From Feliko e Clarina, from de senses produced in network and.. *Contemporânea*, v. 13, n. 2, p. 366-381, 2015.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 97, 2015.

HENRIQUES, Camila. **Professor relata agressão de aluno após vídeo sobre fascismo na Ufam: 'Jogou mesa na minha direção'**, diz. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2018/10/06/professor-relata-agressao-de-aluno-a-pos-video-sobre-fascismo-na-ufam-jogou-mesa-na-minha-direcao.ghtml>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

HERDT, Gilbert. **Moral panics, sexual rights, and cultural anger**. Moral panics, sex panics, fear and the fight over sexual rights, p. 1-46, 2009.

HOPQUIN, Benoît; BARS, Stéphanie Le; LEMARIÉ, Alexandre; MESTRE, Abel. En poussettes et en chansons, le pari réussi de la "Manif pour tous". **Le Monde**. Paris. 14 jan. 2013. Disponível em: https://www.lemonde.fr/societe/article/2013/01/14/en-poussettes-et-en-chansons-le-pari-reussi-de-la-manif-pour-tous_1816573_3224.html. Acesso em: 24 jun. 2021.

HUSSON, Anne-Charlotte. **Stratégies lexicales et argumentatives dans le discours anti-genre: le lexique de VigiGender**. Sextant, ULB, 2015.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.

IRINEU, Bruna Andrade. 2016. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

IRINEU, Bruna Andrade. Exercendo a “crítica lesbofática” às demandas por uma “cidadania LGBT” no contexto brasileiro (2003-2016). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 78-101, 2017.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 12, n. 34, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Revisão de conteúdo: Berenice Bento, Luiz Mott, Paula Sandrine. Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: A invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela Campos. **Gênero, Sexualidade e direitos Humanos: Perspectivas Multidisciplinares**. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2017. cap. 15, p. 221-236. Disponível em:

<https://www.academia.edu/36658311/G%C3%AAnero_Sexualidade_e_Direitos_Humanos%CB%90_Perspectivas_Multidisciplinares>. Acesso em: 17 out. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo ea elaboração de uma retórica reacionária anti-gênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KALIL, Isabela Oliveira. Incursões da “ideologia de gênero” na Educação. Sur - **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, n. 29, p. 119-128, maio 2019. Disponível em:

<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/12/09-sur-29-portugues-isabela-oliveira-kalil.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

KHEMILAT, Fatima; GALLOT, Fanny; PASQUIER, Gaël. Les Journées de retrait de l'école: une mobilisation très relative des musulmans de France. **Cahiers du Genre**, n. 2, p. 41-57, 2018.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 25 set. 2019.

KOERICH, M. **História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em cursos de pedagogia**. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Santa Catarina, 2007.

KRIEGER, Dom Murilo S. **A Teoria de Gênero**. 2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/opiniao/noticias/a-teoria-do-genero-1623793>>. Acesso em: 18 set. 2017.

LACERDA, Marina Basso. “Ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados. **Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, v. 30, 2016.

LAURENT, Samuel. Derrière la grande illusion de la "Manif pour tous". **Le Monde**. Paris. 21 mar. 2013. Disponível em: https://www.lemonde.fr/societe/article/2013/03/21/manif-pour-tous-la-grande-illusion_1850515_3224.html. Acesso em: 24 jun. 2020.

LECLAIR, Agnès. Mobilisation historique contre le mariage pour tous. **Le Figaro**. Paris. 13 jan. 2013. Disponível em:
<https://www.lefigaro.fr/actualite-france/2013/01/13/01016-20130113ARTFIG00217-mobilisation-historique-contre-le-mariage-pour-tous.php>. Acesso em: 24 jun. 2021.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 32, p. 119-142, 2019.

LEITE, Vanessa. **“Impróprio para menores”? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

LEMONS, Ana Carla da Silva; CORDEIRO, Nathalia Christina. Pensamentos e resistências lésbicas feministas, dialogando com teóricas clássicas, contemporâneas e movimentos lésbicos. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 57-65, 2018.

LIMA, Beá. **Morte, ameaças e intimidação: o discurso de Bolsonaro inflama radicais**. 2018. Disponível em:
 <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html>. Acesso em: 06 nov. 2018.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

LIMA, Jônatas Dias. **"O que é "ideologia de gênero"?"**. 2015. Disponível em:
 <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-ideologia-de-genero-0zo80gzpwbxg0qrmwp03wpl1/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

LINHARES, Lorena. **Travesti é espancada por dois homens após discussão no interior do Piauí**. 2018. Disponível em:
 <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2018/09/27/travesti-e-espancada-por-dois-homens-apos-discussao-no-interior-do-piaui.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

LIONÇO, Tatiana et al. Escuta Diversa: **Análise da implementação de um serviço de acolhimento e de articulação de rede de proteção para a comunidade LGBT da UNB**. Trabalho apresentado em, v. 4, 2016.

LONGO, Ivan. **100 dias de retirada de direitos e violência contra a população LGBTI**. 2019. Disponível em:
 <<https://www.revistaforum.com.br/100-dias-de-retirada-de-direitos-e-violencia-contra-a-populacao-lgbti/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

LORDE, Audre. **Textos escolhidos**. difusionfeminista@riseup.net> Acessos em, v. 10, 2016.

LOURO. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LUIZ, Maria Eduarda Tomaz; MARTINS, Samara Escobar; MARINHO, Alcyane. Atuação docente no ensino superior: facilidades, dificuldades e perspectivas frente à covid-19. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280056, 2023.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação**. Brasília: Liber Livro, 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Liber Livro, 2010.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MACEDO, RS. Outras luzes: um rigor intercítico para uma etnopesquisa política. In: MACEDO, RS., GALEFFI, D., and PIMENTEL A. **Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 75-126. ISBN 97885-232-0927-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Unicamp, 1990.

MAGAR-BRAEUNER, Joëlle. La mécontente à l'école des Tilleuls: Des effets et de quelques enjeux de l'appel à la Journée de retrait de l'école dans une école primaire. **Cahiers du Genre**, n. 2, p. 59-79, 2018.

MARCONI, Dieison. Bichas intelectuais: um manifesto pelos saberes localizados. **Cadernos de Comunicação**, v. 21, n. 3, 2017.

MARDONES, José María. **Los rostros del conservadurismo mexicano**. Instituto de Filosofía del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), p. 415, 2005.

MARINHO, Nilson; SANTOS, Gil; VIGNÉ, Júlia. **Professora da Ufba é ameaçada de morte por causa de pesquisa**. 2018. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/professora-da-ufba-e-ameacada-de-morte-por-causa-de-pesquisa/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MARQUES, Marília; CARVALHO, Leticia. **Livros de direitos humanos são rasgados na biblioteca da UnB**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/10/04/livros-de-direitos-humanos-sao-rasgados-na-biblioteca-da-unb.ghml>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MARTINELLI, Andréa. 16 pontos para entender ação de Crivella contra livros LGBT na Bienal do Rio. **Huff Post Brasil**. Rio de Janeiro. 09 set. 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/crivella-livro-lgbt-bienal_br_5d76afcbe4b0752102312e3a. Acesso em: 17 jun. 2020.

MASSEI, Simon. S’engager contre l’enseignement de la «théorie du genre». Trajectoires sociales et carrières militantes dans les mouvements anti-«ABCD de l’égalité». **Genre, sexualité & société**, n. 18, 2017.

MATOS, José Edgard de. **Vídeo mostra palmeirenses entoando grito homofóbico que cita Bolsonaro**. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2018/10/04/palmeirenses-viralizam-na-internet-com-grito-homofobico-que-cita-bolsonaro.htm>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero?** Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 333-357, 2008.

Mello, J. C. de. **O impacto da Covid-19 na produtividade docente feminina na pós-graduação em ciências humanas na UFS (2019-2021)**. *Revista De Gestão E Avaliação Educacional*, 2023, p. 1–24. <https://doi.org/10.5902/2318133873605>.

MELLO, Luiz *et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), p. 7-28, 2011.

MELLO, Luiz *et al.* Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 1, p. 151-161, 2012.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniel. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades, **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 39, p. 403-429, 2012.

MENA, Fernanda. **Mais da metade dos LGBT diz ter sofrido violência desde as eleições**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/mais-da-metade-dos-lgbt-diz-ter-sofrido-violencia-desde-as-eleicoes.shtml>. Acesso em: 02 maio 2019.

MENDONÇA, HELOÍSA. Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo: Após protestos nas redes sociais, banco Santander encerra mostra que abordava questões de gênero e de diversidade sexual. **El País**, São Paulo, p. 1-2, 13 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html. Acesso em: 12 set. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIRANDA, M. G. de. Crise na Educação: a retórica conservadora. **Revista Retratos da Escola**, v. 10, n. 19, p. 567-579, 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 10/02/2019.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu** (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007, pp.101-128.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos Pagu**, 2018.

MOLL, R. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? 2015. Disponível em: <<http://unesp.br/semdiplomacia/opiniaio/2015/43>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

MONTEIRO, Livia Nascimento; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Gênero, Sexualidades e Relações Étnico-Raciais no Ensino de História: Um Relato de Experiência. **Educação em Foco**, v. 26, n. Especial, 2021.

MOORE, Henrietta *et al.* **Understanding sex and gender**. Companion encyclopedia of anthropology. London: Routledge, p. 813-30, 1994.

MOREIRA, Dom Gil Antônio. **Outra vez ideologia de gênero**. 2017. Disponível em: <<http://cnbb.net.br/outra-vez-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MOSTAFA, M. **Professores na encruzilhada entre o público e o privado**: o curso Gênero e Diversidade na Escola. Dissertação (Mestrado) – Uerj, Rio de Janeiro, 2009.

MUNIZ, Tailane. **'Sou negra, fui um alvo escolhido', diz professora da Ufba ao relatar ameaça**. 2018. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sou-negra-fui-um-alvo-escolhido-diz-professora-da-ufba-ao-relatar-ameaca/>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

NAGIB, Miguel. Fundador suspende 'Escola Sem Partido' e critica Bolsonaro: Advogado diz fazer tudo sozinho e se ressentir da falta de apoio do presidente, que 'não tocou mais no assunto'. **Terra**, São Paulo, ano 2019, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/sem-apoio-fundador-do-escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-e-critica-bolsonaro,8958d117da38282fee67e3daebe81d19a13d89pi.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NARDI, Henrique Caetano *et al.* **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas**: o que a laicidade tem a ver com isso? / Henrique Caetano Nardi; Paula Sandrine Machado e Raquel da Silva Silveira [orgs.] – Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

NARDI, Henrique Caetano *et al.* O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Revista Teoria & Sociedade**, 2013.

NASCIMENTO, C. O. C. do; JESUS, R. de C. P. de; **Currículo, Formação e Universidade: Autobiografias, permanência e êxito acadêmico de estudantes de origem popular.** Cruz das Almas: EDUFRB, 2013, v. 01.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista.** 1. ed. Salvador: **Devires**, 2017. 233 p.

NUNES, Caian. **Seria uma nova era? Meninos vestem azul e meninas vestem rosa?** 2019. Disponível em: <<https://portalpopline.com.br/seria-uma-nova-era-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa1/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

O'LEARY, Dale. «**Feminism**», **The Catholic Resource Network, 1er juillet 1994.** En ligne: <https://www.ewtn.com/library/ISSUES/FEMINISM.TXT>, consulté le 02 abr. 2021.

OLIVEIRA, Joana. **Gays, negros e indígenas já sentem nas ruas o medo de um governo Bolsonaro.** 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539891924_366363.html>. Acesso em: 06 nov. 2018.

PARKER, R. **Abaixo do Equador.** Culturas do Desejo, Homossexualidade Masculina e Comunidade Gay no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Record. 2002.

PATERNOTTE, David e KUHAR, Roman. "Gender ideology" in movement. **Rev. psicol. polít.** [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 503-523. ISSN 1519-549X.

PAULA, Alexandre de. **Professora da UnB registra boletim de ocorrência após ser ameaçada de morte.** 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2018/07/04/ensino_ensinosuperior_interna,692907/debora-diniz-professora-da-unb-recebe-ameacas-pela-internet.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2018.

PEILLON, Vincent; VALLAUD-BELKACEM, Et Najat. Pour plus d'égalité entre filles et garçons à l'école. **Le Monde.** Paris, 25 set. 2012. Opinions. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2012/09/25/pour-plus-d-egalite-entre-filles-et-garcons-a-l-ecole_1765510_3232.html. Acesso em: 28 abr. 2021

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 395, 2012.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.

PERLONGHER, N. **O Negócio do Michê.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINCEL, Paulo. **Universitário é brutalmente espancado em Teresina**. 2018. Disponível em:
<<http://piauihoje.com/noticias/universitario-e-brutalmente-espancado-por-seguidores-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

PINHO, Angela. Após recolher apostila, Doria diz que Crivella perdeu a razão ao censurar livro no Rio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. set. 2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/apos-doria-mandar-recolher-apostila-alunos-ficam-sem-material-de-8-disciplinas.shtml>. Acesso em: 12 maio 2020.

PIRES, Breiller. ‘Não se meta com meus filhos’: movimento contra políticas de gênero na América Latina corteja Bolsonaro. **El País**. Caderno de Educação. São Paulo. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/internacional/1542229156_126326.html. Acessado em 20 de março de 2020.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, 2008.

PITASSE, Mariana. **Estudante é atacada por eleitor de Bolsonaro no Rio de Janeiro**. Disponível em:
<<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/12/estudante-e-atacada-por-eleitor-de-bolsonaro-no-rio-de-janeiro/index.html?fbclid=IwAR3dXk3cCzALeZ9XIQ64ZZ1s4nIyHjU9JOp7Li9EX6hZqtudyEFzKXsuZHI>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia, hierarquização e humilhação social**. Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 51-72, 2011.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista de Estudos Feministas, Florianópolis**: janeiro-abril, 2011.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. **Apresenta anteprojetos de lei elaborados pelo Movimento Escola Sem Partido**. Disponível em:<<http://programaescolasempartido.org>>. Acesso em: set. 2016.

PUAR, Jasbir K. **Homonacionalismo como mosaico**: viagens virais, sexualidades afetivas. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 3, n. 1, p. 297-318, 2016.

QUIRINO, Rangel. **Transexual morre após ser esfaqueada por apoiador de Bolsonaro em Aracaju**. 2018. Disponível em:
<<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/10/transexual-morre-apos-ser-esfaqueada-por-apoiador-de-bolsonaro-em-aracaju>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

QUIRINO, Rangel. **Transexual morre após ser esfaqueada por apoiador de Bolsonaro em Aracaju**. 2018. Disponível em:
<<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/10/transexual-morre-apos-ser-esfaqueada-por-apoiador-de-bolsonaro-em-aracaju>>. Acesso em: 05 nov. 2018

RATZINGER, J. **Lettera ai vescovi della Chiesa cattolica sulla collaborazione dell'uomo e della donna nella Chiesa e nel mondo**. Edizione su Internet: <http://www.ratzinger.us/modules.php>, 2004.

RAVAZZOLO, Elisa. **Du «mariage pour tous» à la «manif pour tous»: la construction discursive d'un conflit sociopolitique dans le débat parlementaire**. Synergies Italie, n. 10, p. 111-124, 2014.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 09-26, 2017.

REVISTA FÓRUM (São Paulo). **Aos gritos de “Bolsonaro”, travesti é morta a fachadas no centro de SP**. 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/aos-gritos-de-bolsonaro-travesti-e-morta-a-fachadas-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de fala?**. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 111 p.

RICARDO, Paulo. **A ideologia de gênero e o Estado totalitário**. 2015. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/episodios/a-ideologia-de-genero-e-o-estado-totalitarium>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

RIFAN, F.A. **A ideologia de gênero**. Disponível em: <Disponível em: <http://www.cnb.org.br/outros/dom-fernando-areas-rifan/16673-a-ideologia-de-genero>>. Acesso em: 13 out. 2020. »
<http://www.cnb.org.br/outros/dom-fernando-areas-rifan/16673-a-ideologia-de-genero>.

RIOS, Pedro Paulo Souza. **Estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano**. 2019.

ROCHA, Damião; MAIA, Marcos. A pesquisa implicada de inspiração fenomenológica para estudos in situ de/com sujeitos sociais da diversidade sexual e de gênero. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH**, v. 1, n. 1, Jul-Dez, p. 220-237, 2017.

ROLIM, Marcio. Brasil registra morte de 1 LGBT+ a cada 26 horas somando 329 em 2019. **Bol**. São Paulo, 24 abr. 2020. Observatório G, p. 1-1. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/brasil-registra-morte-de-1-lgbt-a-cada-26-horas-somando-329-em-2019>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993. [RUBIN, Gayle. “The Traffic in Women: Notes on the ‘political economy’ of sex.” *In*: R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975, p.:157-210].

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade**. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes e revisão de Miriam Pillar Grossi. Do original RUBIN, G. *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality*

[1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, 1994.

SALLE, Muriel. Les «ABCD», révélateurs d'une crise de l'égalité. **Revue Projet**, n. 1, p. 21-27, 2019.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese de doutorado. 2009.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 147-186, 2016.

SARDENBERG, Cecilia M. B.. "Revisitando o Campo: Autocrítica de uma Antropóloga Feminista". *Mora (B. Aires)*, **Ciudad Autónoma de Buenos Aires**, v. 20, n. 1, agosto 2014.

SARTHOU-LAIUS, Nathalie, "Ne diabolisons pas diabolisons les theories du genre/45/14058, **Estudos**, 26 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.revue-etudes.com/article/ne-diabolisons-pas-les-theories-du-genre-14058>. Acesso em: 28 out. 2023.

SCALA, Jorge. **La ideología de género**. O el género como herramienta de poder. Madrid: Sekotia, 2010.

SCHERER, O. Educação e questão de gênero. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 13 jun. 2015. Disponível em: <Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e--questao-de-genero,1705540> >. Acesso em: 19/05/2020.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica." **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez., 1990, p. 5-22.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)**. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoes-tematicas/coordenacao-geral-de-programas-e-acoes-de-educacao/genero-e-diversidade-na-escola/curso-genero-e-diversidade-na-escola-gde>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemología del armario**. Ediciones de la Tempestad, 1998. Sénat. "Comptes-rendus de la Commission des lois. Ouverture du mariage aux couples de même sexe. Auditions de M. Claude Baty, M. André Vingt-Trois, M. Gilles Bernheim, Mme Marie-Stella Boussemart, M. Mohammed Moussaoui, M. le Métropolitain Emmanuel." Web. <http://www.senat.fr/rap/112-437-2/112-437-216.html>. 06 junho 2021.

SÉNAT. **Comptes-rendus de la Commission des lois**. Ouverture du mariage aux couples de même sexe. Auditions de M. Claude Baty, M. André Vingt-Trois, M. Gilles Bernheim, Mme

Marie-Stella Boussemart, M. Mohammed Moussaoui, M. le Métropolitain Emmanuel.” Web. <http://www.senat.fr/rap/112-437-2/112-437-216.html>. 06 junho 2021.

SEVERO, Julio. **Governo Lula Luta para Favorecer Homossexualismo na ONU**. 2004. Disponível em: <http://juliosevero.blogspot.com/2004/04/governo-lula-luta-para-favorecer.html>. Acesso em: 21 mai. 2020.

SEVILLA, G.; SEFFNER, F. A guinada conservadora na educação: reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 11 & Women’s Worlds Congress, 13, 2017, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499465018_ARQUIVO_texto_completofazendogeneroversaofinalgabrielasevillaefernandoseffner.pdf. Acesso em 03 jan. 2019.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo arco-íris da política: a parada orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal**. 2006. 614 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, E. L. dos S. (2018). A ‘ideologia de gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. **Revista Periódicus**, 1(10), 269–296. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.27923>.

SILVA, E. L. dos S. **Escritas e Leituras de Mim**: Uma reflexão acerca do Acesso, da Permanência e do Currículo através da trajetória de vida. In: NASCIMENTO, C. O. C. do; JESUS, R. de C. P. de. (Org.). Currículo, Formação e Universidade: Autobiografias, permanência e êxito acadêmico de estudantes de origem popular. 01ed. Cruz das Almas: EDUFRB, 2013, v. 01, p. 96-102.

SILVA, E. L. dos S. **Trajetoira, permanência e afiliação de estudantes LGTBTTQIA+S na UFRB**: a transformação do estigma em orgulho. Salvador, 2017, Dissertação.

SILVA, Juliana Collares da *et al.* **Gênero e sexualidade na BNCC**: uma análise sob a perspectiva Freireana. 2020.

SILVA, Vitória Régia da. Transfobia: 11 pessoas trans são agredidas a cada dia no Brasil. **Revista Gênero e Número**. Rio de Janeiro. 21 jun. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/transfobia-11-pessoas-trans-sao-agredidas-a-cada-dia-no-brasil-2/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SITRI, F. **L’Objet du débat. La construction des objets de discours dans des situations argumentatives orales**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2003.

SMITH, Dorothy. “A perspectiva das mulheres como uma crítica radical à sociologia. Mimeo. (“Women’s Perspective as a Radical Critique of Sociology”, IN: S. Harding (ed.). **Feminism & Methodology**. Bloomington, Indiana: Indiana: Open University Press, 1987, pp.: 84-96. Tradução de Maurício, revisão de Cecilia M. B. Sardenberg.).

SOARES, Francisco. ALEGRE, Costa. **Versos**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

SOARES, Rejane. **Porque os pais devem dizer NÃO à ideologia de gênero**. 2016.

Disponível em:

<<http://escolasempartido.org/artigos-top/558-porque-os-pais-devem-dizer-nao-a-ideologia-de-genero>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SOTO, Cesar. Bolsonaro diz que não vai financiar produções com temas LGBT; conheça séries citadas. **G1**. Brasília. 16 ago. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/16/bolsonaro-diz-que-nao-vai-financiar-producoes-com-temas-lgbt-conheca-series-citadas.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SOUSA, Felipe. **Cabeleireiro gay é assassinado por eleitor obcecado por Bolsonaro**. Disponível em:

<<http://pheeno.com.br/2018/10/cabeleireiro-gay-e-assassinado-por-eleitor-obcecado-por-bolsonaro/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

SOUTO, Luiza. Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório: levantamento mostra que maioria das vítimas morre com armas de fogo e na rua. **O**

Globo. São Paulo, p. 1-1. 17 jan. 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/y9ooyx33>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SOUZA, Simone Brandão. MIRANDA, Valéria dos Santos Noronha. Homofobia e invisibilidades na educação. In: Givigi, Ana Cristina Nascimento, *et al.* **O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade**. Cruz das Almas, EDUFRB, p. 103-128, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

STAMBOLIS-RUHSTORFER, Michael; TRICOU, Josselin. **La lutte contre la «théorie du genre» en France: pivot d'une mobilisation religieuse dans un pays sécularisé**. 2018.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. "Entre a escola pública ea universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: **Observatório da vida estudantil**. Primeiros Estudos. Salvador, EDUFBA, p. 27-51, 2011.

TREVISAN, Janine. **A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no Estado laico brasileiro**. Numen, v. 16, n. 1, 2013.

UNIVERSIDADE Federal do Maranhão - UFMA (São Luís). **Nota de repúdio sobre agressão a estudantes do curso de Filosofia**. 2018. Disponível em:

<<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=52928>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

VALLAUD-BELKACEM, Najat. **ABCD de l'égalité : face aux rumeurs, rétablissez la vérité !** 2014. Disponível em:

<https://www.najat-vallaud-belkacem.com/2014/01/30/abcd-de-legalite-face-aux-rumeurs-retablisiez-la-verite/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VIANA, Jeferson. **O perigo da ideologia de gênero nas escolas**. 2015. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-perigo-da-ideologia-de-genero-nas-escolas/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, v. 23, n. 2, p. 127-143, 2012.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Fundação Heinrich Böll, 2013.

WAINTRAUB, Judith. Islamo-gauchisme, décolonialisme, théorie du genre... Le grand noyautage des universités. dossier paru **Le Figaro**, v. 10, n. 05, 2019.

WEEKS, Jeffrey. **The World We Have Won**. London: Routledge, 2007.

XIMENES, S. O que o direito à educação tem a dizer sobre “escola sem partido”? In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 49-58.

ZANATTA *et al.* **Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país**. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/11/politica/1539282750_803269.html>. Acesso em: 07 nov. 2018.